



Perfil produtivo & potencialidades do **Alto Paranaíba** *a partir de estudos da* **Universidade Federal de Viçosa**

Coordenação Científica:

Fábio André Teixeira e Ricardo Freitas Martins da Costa

Coordenação Editorial:

João Grandino Rodas, Joaquim Portes de Cerqueira César e Thomas Law





Belo Horizonte
Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007
Tel.: 31 3261 2801

São Paulo
Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82, Bela Vista – São Paulo, SP – CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2021, D'Plácido Editora
Copyright © 2021, Os Autores.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Editor
Tales Leon de Marco

Produtora Editorial
Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico

Nathalia Torres
*Imagens por Harshal-s-Hirve, Kamlesh Hariyani,
Nur Afri Setiyaningrum, Rodrigo dos Reis,
Rodrigo Flores e Team Voyas (via Unsplash).*

Diagramação

Leticia Robini

Coordenação Editorial

João Grandino Rodas
Joaquim Portes de Cerqueira César
Thomas Law



Catálogo na Publicação (CIP)

P438 Perfil produtivo e potencialidades do Alto Paranaíba a partir de estudos da Universidade Federal de Viçosa / coordenação científica: Fábio André Teixeira, Ricardo Freitas Martins da Costa ; coordenação editorial: Joaquim Portes de Cerqueira César, Thomas Law. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2021.
356 p.

ISBN 978-65-5589-206-2

1. Direito. 2. Direito Econômico. 3. Direito Internacional. 4. Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG : Mesorregião) - Economia. I. Teixeira, Fábio André. II. Costa, Ricardo Freitas Martins da. III. Rodas, João Grandino. IV. César, Joaquim Portes de Cerqueira. V. Law, Thomas. VI. Título.

CDDir: 341.378

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



Rodapé



Sumário

APRESENTAÇÃO

9

Fábio André Teixeira e Ricardo Freitas Martins da Costa

介绍

13

Fábio André Teixeira e Ricardo Freitas Martins da Costa

PREFÁCIO

17

Demetrius David da Silva e Rejane Nascentes

前言

19

德米特里·大卫·达席尔瓦，荷佳尼·纳森特斯

CAPÍTULO 1

21

Os Investimentos Chineses no Brasil entre os anos de 2007 e 2019

2007年至2019年中国在巴西的投资

Ricardo Freitas Martins da Costa, Vivian Raniere Mendes Silva e Caroline de Castro Silva

CAPÍTULO 2

41

Análise das potencialidades da região do Alto Paranaíba a partir de indicadores econômicos de produção

以经济生产指标分析巴拉那伊巴河上游地区的潜力

*Fábio André Teixeira, Vivian Raniere Mendes Silva, Rebeca Camila Oliveira Bispo e
Julienne de Jesus Andrade Widmarck*

CAPÍTULO 3

107

Efeitos da política de segurança alimentar da China sobre as exportações brasileiras de produtos primários agrícolas

中国粮食安全政策对巴西农产品出口的效果

*Edson Roberto Vieira, Antônio Marcos de Queiroz,
Cleidinaldo de Jesus Barbosa e Fábio André Teixeira*

CAPÍTULO 4

137

Perfil agroexportador brasileiro, 2003 – 2014: Crescimento econômico com desenvolvimento social

巴西农产品出口商轮廓，2003-2014：经济增长与社会发展

*Fábio André Teixeira, Julienne de Jesus Andrade Widmarck e
Ana Eugênia Müller de Almeida Arantes*

CAPÍTULO 5

161

Concentração das exportações no mercado mundial de café entre 2008 e 2018

2008年至2018年间全球咖啡市场的出口集中

Victor Henrique Lana Pinto, Maria Emília Costa e Gabrielli do Carmo Ferreira

CAPÍTULO 6

185

O café no mercado global e no mercado chinês

全球和中国市场上的咖啡

Hernani Martins Junior, Eder Severino Xavier e João Paulo de Oliveira Mendes

CAPÍTULO 7

217

Aspectos da produção e exportação cafeeira na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste de Minas

在米纳斯三角地区/巴拉那伊巴河上游地区和米纳斯南方/米纳斯西南方的咖啡生产和出口方面

Fábio André Teixeira, Isaac Resende Araújo e Julienne de Jesus Andrade Widmarck

CAPÍTULO 8

249

Desempenho do comércio internacional da soja brasileira e estadunidense no mercado chinês

巴西和美国大豆在中国市场的国际贸易表现

Victor Henrique Lana Pinto, Camila Teixeira Gaia e Ravilla de Castro Barbosa

CAPÍTULO 9

273

Medida antidumping sobre o alho chinês: Uma leitura a partir da perspectiva do produtores de alho do Alto Paranaíba

对中国大蒜的反倾销措施：

从巴拉那伊巴河上游地区大蒜生产者的角度解读

Carlos Eduardo Artiaga Paula, Élide Pereira Silva Chujo e Rosiane Maria Lima Gonçalves

CAPÍTULO 10

297

Cadeia produtiva da batata: um estudo da microrregião do Alto Paranaíba-MG

马铃薯生产链：巴拉那伊巴河上游地区微观区域研究

André Luiz de Paiva e Eduarda Pereira Vargas

CAPÍTULO 11

319

As políticas de regularização fundiária no Brasil em busca de uma matriz institucional comprometida com a competitividade do agronegócio brasileiro

巴西的土地正规化政策，以寻求致力于提高巴西农业综合企业竞争力的体制矩阵

Norma Sônia Novaes e Hernani Martins Júnior

POSFÁCIO

339

Joaquim Portes de Cerqueira César e Thomas Law

后记

345

若亚敬·伯特斯·的·塞基耶拉·凯萨，罗士豪

AUTORES

349

Apresentação

Fábio André Teixeira

Ricardo Freitas Martins da Costa

O agronegócio tem sido, desde os primórdios da história brasileira, um dos principais setores da Economia e responsável por gerar emprego e renda para os diversos atores envolvidos. Este setor se modernizou ao longo dos anos e, atualmente, consegue absorver novas tecnologias, que fazem com que a produtividade seja sempre crescente e desbravadora de fronteiras. É comum percebermos a presença de uma produção que, por exemplo, há cerca de trinta anos era inexistente e não adaptável ao clima da região e, em determinado momento, passa a ser o “carro-chefe” da economia de diversos municípios. Foi assim para a soja, o milho, o café, a cana-de-açúcar e tantos outros produtos.

Desponta neste cenário dinâmico do desenvolvimento agrícola a região do Alto Paranaíba, em Minas Gerais. Com produção diversificada e abrangente, apresenta um rol de variedades agrícolas que dão características e relevo para os municípios da região. É fácil denotar onde o café é o principal produto, assim com a soja, o milho ou a cana-de-açúcar. Diante destes fatores, foi diagnosticado pelo Núcleo de Estudos Econômicos do Alto Paranaíba (NEEAP) da Universidade Federal de Viçosa, campus Rio Paranaíba, a necessidade de estudar as particularidades desta rica região e propor estudos que compreendam a economia local. Desde o início foi possível identificar produtos que não estavam entre os mais relevantes para a economia nacional, mas que representavam significativa importância para a economia dos municípios, cito nestes casos o exemplo da produção da batata, do abacate, da cenoura e do alho.

Carente de informações regionais, a implementação do Campus UFV Rio Paranaíba, na cidade de Rio Paranaíba/MG, é vista como estratégica para a economia dos municípios da região, que conta com 31 municípios.

Ao completar 15 anos de existência, a UFV/CRP tem mostrado seu valor enquanto instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão. A interação com a cidade e a região tornou-se cada vez mais forte e hoje, é possível visualizar as mudanças advindas desta parceria, tanto do ponto de vista econômico quanto social. Ao criar raízes, a instituição procura disponibilizar, além de profissionais altamente capacitados, estudos que envolvam diretamente a região, procurando estabelecer parcerias duradouras.

O Núcleo de Estudos Econômicos do Alto Paranaíba (NEEAP) – UFV – Campus Rio Paranaíba, é um núcleo de pesquisas em Economia aplicada com estudos que envolvem temas relacionados a Economia, Administração, Finanças e Contabilidade, e promove debates sobre os temas relacionados, com o intuito de aumentar o acervo de informações sobre a região. Diante disso, cria-se a possibilidade da elaboração de diversos modelos econométricos aplicáveis às áreas de Economia, Finanças e Ciências Sociais (mais precisamente para a área de Políticas Públicas). O NEEAP realiza pesquisas dentro das seguintes linhas: Desenvolvimento Econômico, Político e Territorial em contexto de integração regional, Economia Aplicada ao Agronegócio, Emprego, Inflação e Desdobramentos Macroeconômicos, Finanças Corporativas, Gerenciamento de Sistemas Agroindustriais, Mercado de Trabalho no Agronegócio, Mercado Futuro de Commodities Agrícolas, Comportamento do Consumidor e Tributação, Mercado e Democracia.

As primeiras conversas com o Instituto Sociocultural Brasil-China (IBRACHINA), dedicado a promover a integração entre as culturas e os povos do Brasil, da China e de outros países de língua portuguesa, ocorreram por meio de uma demanda de pesquisa sobre a região do Alto Paranaíba, foco de estudos do NEEAP. Este diálogo foi extremamente promissor o que possibilitou a realização do primeiro Workshop Brasil-China que objetivou primeiramente, o estreitamento dos laços institucionais e a apresentação de resultados de pesquisas. As informações compartilhadas possibilitaram a consolidação de uma parceria que culminou na elaboração e finalização deste livro.

Esta obra intitulada “Perfil produtivo e potencialidades do Alto Paranaíba a partir de estudos da Universidade Federal de Viçosa” tem como principal objetivo traçar o perfil produtivo da região do Alto Paranaíba, identificando suas potencialidades e relevância econômica. Apresenta diversos estudos realizados pelos professores e alunos que compõe o NEEAP e por isso, procura ser abrangente em suas análises, uma vez que não se prende somente aos produtos tradicionalmente relevantes para o agronegócio, mas procura também, apresentar outras especificidades.

Apresenta inicialmente um panorama da evolução dos investimentos chineses no Brasil entre os anos de 2007 a 2018, verificando seus efeitos sobre a indústria brasileira. Posteriormente, mostra como, ao longo de 30 anos, esta região foi se moldando, a partir da inserção de novas variedades produtivas e importantes inovações tecnológicas, acompanhando o desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Tais resgates mostram que, embora impulsionado pelas lavouras de café, milho e soja, tornou-se importante também a produção de feijão, da batata, do abacate, da cana-de-açúcar, do algodão e do leite para a economia regional.

Nesta visão abrangente, estabelece-se as relações comerciais entre Brasil e China, principalmente as que denotam o expressivo crescimento das exportações brasileiras a partir de 2003, ligado à economia chinesa e sua política de segurança alimentar. Complementando, apresenta o desempenho de umas das culturas mais relevantes para a região: o café. Este desponta como um dos principais produtos demandados pela China (juntamente com a soja e o milho), importantes para a pauta de cooperação entre as duas nações, com potencial para geração de novos negócios, emprego e renda. Pressupõe-se que as análises subsequentes são necessárias para se entender algumas nuances da região do Alto Paranaíba e por isso, direcionou-se nesta parte da obra, para a compreensão do mercado do café e da soja, seguido pelas análises de produtos tradicionais para a região como o alho, o abacate e a batata. Formam-se, a partir destes produtos, cadeias produtivas estruturadas, que se ligam ao mercado consumidor interno e externo, atraindo diversas agroindústrias, responsáveis por agregar valor e produtividade as variedades produzidas.

Por fim, procurou-se demonstrar o esforço do estado brasileiro em desenvolver a sua matriz institucional como forma de se promover a segurança jurídica e melhoria da competitividade nacional, posicionando o Brasil em um destino seguro para investimentos produtivos.

Outras importantes análises poderiam ter sido abordadas neste livro, como por exemplo a da cadeia do leite, uma vez que a região do Alto Paranaíba é uma das principais bacias leiteiras do país e a cadeia da mineração, isto porque encontra-se na região uma das maiores jazidas de nióbio do mundo, na cidade de Araxá e desponta-se importantes explorações minerais nas cidades de Serra do Salitre e Tapira. Contudo, tais assuntos passam a ser alvo de estudos mais aprofundados e poderão ser tratados em oportunidade própria.

Desta forma, é possível concluir que este livro apresenta abordagens para entender as particularidades da região do Alto Paranaíba e a importância dos diferentes produtos de origem agrícola, traçando suas potencialidades e mos-

trando que investimentos direcionados nestas áreas possibilitarão geração de renda e emprego, impulsionando as economias dos municípios que compõe essa localidade. Material de consulta para diversos leitores ávidos por conhecer melhor, parte do Cerrado Mineiro.

Fábio André Teixeira e Ricardo Freitas Martins da Costa

Coordenadores do Núcleo de Estudos Econômicos do Alto Paranaíba (NEEAP)

介绍

自巴西历史开始以来，农业综合企业就一直是经济的主要部门之一，为各方创造就业机会和收入。多年来，农业综合企业已经实现了现代化，如今，它能够吸收新技术，从而使生产率始终在增长并突破了前沿。我们通常能注意到某些种大约三十年前不存在并不适应地区气候的产品，而在一定时候成为若干市镇经济的“旗舰”产品。大豆、玉米、咖啡、甘蔗和许多其他产品也如此。

在这种动态的农业发展形势下，米纳斯吉拉斯州的巴拉那伊巴河上游地区就突出了。以多样化和全面的生产，该地区显示一系列农业品种，为当地市镇提供特色和重要性。辨别某一个地方的主要产品容易，列入咖啡、大豆、玉米或甘蔗。由于这些因素，维索萨联邦大学巴拉那伊巴河校区的巴拉那伊巴河上游地区经济研究中心（NEEAP）诊断了对该富裕地区的特殊性进行研究并提出了解当地经济的研究的必要性。一开始就可以识别与巴西国民经济不相关的产品，但这些产品对市镇经济具有重要意义，在这种情况下，我提到土豆、鳄梨、胡萝卜和 大蒜的生产。

因缺乏地方信息，在里约巴拉那伊巴市（米纳斯吉拉斯州）成立维索萨大学巴拉那伊巴河校区被认为对该地区的市镇（总共31）经济具有战略意义。经过15年的发展，UFV/CRP已证明它作为教学、研究和科学推广机构的价值。大学与城市以及与地区之间的互动日益紧密，如今，可以从经济和社会的角度直观地看到这种合作关系所产生的变化。通过建立根基，该机构除了谋求提供和培养有素的专业人员外，还有意供应与该地区直接有关的研究，以寻求建立持久的伙伴关系。

巴拉那伊巴河上游地区农业综合研究中心（NEAAP）- 维索萨联邦大学 - 巴拉那伊巴河校区，是应用经济学研究的中心，涉及与经济学，

管理学，金融和会计有关的主题，并促进了相关主题的辩论，以增加馆藏和该地区有关的信息。鉴于此，有可能创建适用于经济学，金融和社会科学领域（尤其是公共政策领域）的几种计量经济学模型。研究中心按照以下方面进行研究：区域一体化背景下的经济、政治和领地发展，应用于农业综合企业的经济学、就业、通货膨胀和宏观经济发展，公司财务，农业工业系统的管理，农业综合企业的劳动力市场，农业商品期货市场，消费者行为和税收，市场与民主。

中巴社会文化研究中心（IBRACHINA）致力于促进中国、巴西和其他葡萄牙语国家的文化与民族之间的融合，与该社会文化交流中心的首次对话是通过巴拉那伊巴河上游地区的研究需求而进行的，这就是 NEEAP 研究的重点。这次对话极为有前途，这使举办第一届中巴研讨会成为可能，该研讨会的主要目的是加强机构联系并展示研究成果。共享的信息使巩固伙伴关系成为可能，而最终达到了这本书的准备和完成。

此作品“维索萨联邦大学研究巴拉那伊巴河上游地区的生产概况和潜力”旨在勾勒出来巴拉那伊巴河上游地区的生产概况，鉴定其潜力和经济重要性。这本书介绍了组成 NEEAP 的教师和学生进行的几项研究，因此企求对其进行全面的分析，因为它不仅限于传统上与农业综合企业相关的产品，而且也意欲提出其他特殊物。

最初，它概述了2007年至2018年间中国在巴西投资的演变，验证其对巴西产业的影响。随后，它展示了在过去30年中，随着巴西农业综合企业的发展，该地区如何通过引入新的生产品种和重要的技术创新来塑造自己。这些研究表明，尽管受到咖啡、玉米和大豆作物的推动，其他豆类、马铃薯、鳄梨、甘蔗、棉花和牛奶的生产对区域经济也已变得重要。

从这种全面的观点来看，指明了中巴之间的商业关系，主要是那些表示自2003年以来巴西出口增长的贸易关系，与中国经济及其粮食安全政策有关。此外，它还讲述了该地区最重要的农作物之一：咖啡。咖啡已成为中国需求的主要产品之一（包括大豆和玉米），对两国之间的合作议程很重要，并具有创造新业务、创造就业机会和增加收入的潜力。预先假定随后的分析对于理解巴拉那伊巴河上游地区的某些细微差别是必要的，因此，该部分作品的目的是为了理解咖啡和大豆市场，然后进行地区传统产品的分析，列如大蒜、鳄梨和土豆。这些产品形成了生产链而连接到内部和外部消费者市场，吸引了多个负责为所生产的品种增加价值和生产力的农业产业。

最后，我们试图证明巴西政府在发展其体制矩阵方面所做的努力，以此来促进法律安全和提高国家竞争力，从而将巴西置于有生产力投资的安全目的地。

本书中可能还涉及了其他重要分析，例如：牛奶链分析因为巴拉那伊巴河上游地区是巴西主要的乳品生产区之一，采矿链因为在该地区的阿拉沙城市有全世界最大的铌矿床之一，而在塞拉杜萨利特里城市和塔皮拉城市正在出现重要的采矿业区。但是，这些事情是需要进一步研究的主题，应在本书的第二卷中解决。

因此，可以断定这本书提出的一些了解巴拉那伊巴河上游地区特殊性的方法以及不同农业产品的重要性，描绘其潜力，并表明在这些领域的有针对性的投资将能够创造收入和就业机会，促进了组成该地区的市镇的经济发展。对有兴趣了解米纳斯吉拉斯部分热带草原的阅读者的参考材料。

Fábio André Teixeira e Ricardo Freitas Martins da Costa

法比奥·安德烈·特谢拉 与 里卡多·弗雷塔斯·马丁斯·达·科斯塔
巴拉那伊巴河上游地区经济研究中心（NEEAP）的协调员

Prefácio

Demetrius David da Silva

Rejane Nascentes

É com muita satisfação que aceitamos o convite para prefaciар este livro que trata de pesquisas científicas realizadas pelo Núcleo de Estudos Econômicos do Alto Paranaíba da Universidade Federal de Viçosa, campus de Rio Paranaíba (NEEAP-UFV CRP), em parceria com o Instituto Sociocultural Brasil-China (IBRACHINA).

O NEEAP, coordenado pelos professores Fábio André Teixeira e Ricardo Freitas Martins da Costa, vem realizando amplo e profundo trabalho de investigação científica, integrando conhecimentos das áreas de macro e microeconomia em intersecção com as ciências agrárias, tendo como interesse principal a confluência (e os resultados dessa) do agronegócio com o desenvolvimento econômico e social da região do Alto Paranaíba, MG, onde fica o mais recente campus da UFV.

Esta obra é composta por 11 (onze) capítulos que correspondem a pesquisas feitas por professores pesquisadores das áreas de Administração de Empresas, Ciências Econômicas, Estatística, Ciências Contábeis e também do Direito, construindo um panorama amplo e consistente sobre o agronegócio no Brasil e no mundo, sobre as relações comerciais entre o Brasil e a China e a importância dessas relações para o Produto Interno Bruto (PIB) e a Balança Comercial, assim como sobre a evolução e o estado atual da atividade agropecuária da região do Alto Paranaíba, em Minas Gerais.

Utilizando uma extensa base de dados nacionais e internacionais, os autores realizam um trabalho robusto, lançando mão dos mais conceituados métodos de coleta e análise de dados. Com pesquisas que abrangem séries temporais de até duas décadas, é possível ter uma clara visão da evolução dos diversos

fenômenos que se propuseram a examinar, desde a evolução dos investimentos chineses no Brasil tanto em quantidade quanto em variedade, passando pela maneira como isso tem influenciado as relações comerciais entre os dois países. É uma verdadeira radiografia do aprimoramento do agronegócio em regiões cruciais para o Estado de Minas Gerais (com especial ênfase na região do Alto Paranaíba), com a análise das principais culturas (o café como a mais expressiva delas) que compõem a atividade agropecuária da região e culminando com uma oportuna e primordial investigação acerca do aspecto da segurança jurídica proporcionada pelo Estado Brasileiro no que se refere a atual forma de tratamento da questão das regularizações fundiárias.

Assim, indicamos fortemente esta obra fundamental para o conhecimento e o aprofundamento nos diversos aspectos que concernem às questões que hoje informam a relevância incontestável do agronegócio para o nosso país, com suas enormes potencialidades econômicas (e portanto, também sociais) para todo o território e especialmente para esta rica (e em franca expansão) região do Estado de Minas Gerais onde, não por acaso, a Universidade Federal de Viçosa escolheu avançar suas fronteiras de ensino, pesquisa e extensão.

Examinar e conhecer bem a dinâmica do desenvolvimento do agronegócio e seus desdobramentos, com seus diversos fatores e variáveis ajudam a compreender o passado e o presente desse primordial setor econômico e são imprescindíveis para o planejamento das políticas públicas e dos investimentos privados que serão os vetores de toda a atividade agropecuária da região nos próximos anos.

Demetrius David da Silva

Reitor da Universidade Federal de Viçosa

Rejane Nascentes

Vice-Reitora da Universidade Federal de Viçosa

前言

我们非常满意地接受写这本书序言的邀请。本书涉及中巴社会文化研究中心（IBRACHINA）与巴拉那伊巴河上游地区经济研究中心(NEEAP)合作开展的科学研究

由 Fábio André Teixeira 教授和 Ricardo Freitas Martins da Costa 教授协调的NEEAP一直在进行广泛而深入的科学研究工作，将宏观和微观经济学领域的知识与农业科学结合，主要兴趣为农业综合企业（和相关结果）与巴拉那伊巴河上游地区的经济和社会发展融合。

这本书由十一章组成，分别对应于工商管理、经济科学、统计学、会计科学以及法律领域的研究教授所做的研究，它还为巴西和全世界的农业综合企业、巴中贸易关系对国内生产总值和贸易平衡的重要性、以及米纳斯吉拉斯州巴拉那伊巴河上游地区农业活动的演变和当前状况建立广泛而一致的全景。

利用广泛巴西和国际数据库，作者使用最重视的数据收集和分析方法来进行可靠的工作。通过研究长达二十年的时间序列，可以清晰地了解作者研究的各样的18种现象演变，从中国在巴西投资的数量和种类的演变，包括投资如何影响了两国之间的贸易关系。这是对米纳斯吉拉斯州重要地区（特别侧重于巴拉那伊巴河上游地区）的农业综合企业发展的真实射线照相，作者同时也分析了构成本地主要作物的农作物（咖啡是其中最具有代表性的农作物）。在本书的结尾，我们将巴西当前提供的法律安全方面处理土地合法化问题来进行及时而原始的调查。

因此，我们强烈建议阅读这部基础性的作品，以获取知识，并在涉及与农业综合企业对巴西相关问题和各个方面进行深化。对于整个巴西，特别是对于米纳斯吉拉斯州这个富裕（又迅速扩张）的地区，农

业综合企业有巨大的经济和社会潜力。所以，维索萨联邦大学（UFV）不是随便地选择在这里发展教学、研究和科学推广的前沿。

以各种因素和变量地分析和了解农业综合企业的动态发展和后果助于理解这个重要经济部门的以往和当今，并对于规划公共政策和私人投资非常必要，它们将成为未来几年在这里所有农业活动的载体。

维索萨市，2020年 9月 23日。

德米特里·大卫·达席尔瓦 (Demetrius David da Silva)

维索萨联邦大学院长

荷佳尼·纳森特斯 (Rejane Nascentes)

维索萨联邦大学副院长

Os Investimentos Chineses no Brasil entre os anos de 2007 e 2019¹

2007年至2019年中国在巴西的投资

Ricardo Freitas Martins da Costa

Vivian Raniere Mendes Silva

Caroline de Castro Silva

Resumo

Este capítulo tem por objetivo traçar um panorama da evolução dos investimentos chineses no Brasil entre os anos de 2007 a 2018, verificando o impacto desses investimentos na indústria brasileira. Inicialmente é apresentado um panorama global dos IEDs (Investimentos Estrangeiros Diretos), seguido dos resultados desses investimentos no contexto brasileiro. Finalizando, são apresentados graficamente os investimentos chineses no Brasil, as principais áreas que estes abarcam, bem como algumas das empresas chinesas que atuam no mercado brasileiro.

Abstract

This chapter aims to provide an overview of the evolution of Chinese investments in Brazil between 2007 and 2018, verifying the impact of these investments on the Brazilian industry. Initially, a global overview of FDIs is presented, followed by the results of these investments in the Brazilian context. To end, Chinese investments in Brazil are presented graphically, the main areas they cover, as well as some of the Chinese companies operating in the Brazilian market.

摘要

本章旨在概述2007年至2018年间中国对巴西投资的演变，验证这些投资对巴西行业的影响。首先，介绍了国际直接投资的全球概况，然后介绍了在巴西情况下这些投资的结果。最后，以图形方式显示了中国在巴西的投资，涵盖的主要领域以及在巴西市场开展业务的一些中国公司。

¹ Esse estudo, de caráter documental, foi estruturado com base nos dados obtidos no Conselho Empresarial Brasil – China. Os dados são disponibilizados em publicações de livros e artigos e compreendem o período entre os anos de 2007 a 2018. Os demais dados foram retirados do Ministério de Economia, referente aos “*Foreign Investment Newsletter – Selected countries*”, do “*World Investment Report 2018*” da UNCTAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como de outras publicações e artigos devidamente referenciados. Os gráficos apresentados nas publicações foram reestruturados e mesclados para oferecer uma visão geral dos investimentos no período analisado.

1. Introdução

O investimento estrangeiro direto (IED) provém do exterior e se destina ao uso na produtividade do país, seja em investimentos em empresas já consolidadas ou na criação de novas. Esse tipo de investimento é interessante para o país, uma vez que os recursos permanecem por períodos maiores e conferem mais segurança ao processo de crescimento e aumento da capacidade produtiva local (WOLFFENBÜTTEL, 2006).

Nos últimos anos, a China injetou no Brasil cerca de US\$ 13,1 bilhões em investimentos. No período de 2007 a 2012, foram registrados 60 projetos anunciados pelas empresas chinesas, que demonstravam interesse no mercado brasileiro, dos quais 39 foram confirmados e os demais estavam em processo de avaliação e de negociação.

Inicialmente, a maior parte dos investimentos chineses no Brasil estava concentrada em setores como agricultura e mineração, pelos produtos de origem petrolífera, gás natural, celulose e derivados. Porém, entre 2012 e 2018, grande parte desses investimentos foi direcionada para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por meio de projetos financiados pelas gigantes chinesas *State Grid* e *China Three Gorges* (CEBC, 2019).

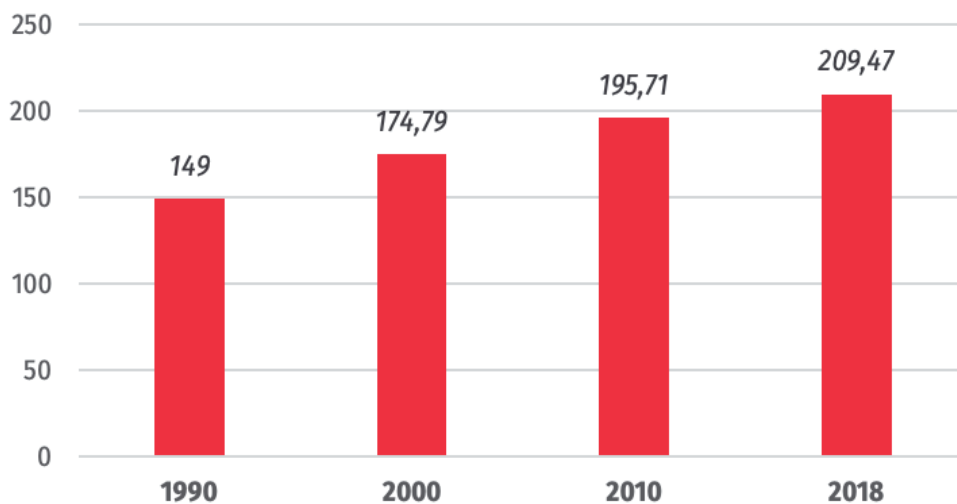
A China tem mantido com o Brasil uma relação positiva no que diz respeito a balança comercial, sendo a destinatária do maior volume de produtos brasileiros. Apesar desses superávits na balança comercial, quando se trata das transações industriais, o Brasil tem apresentado saldos negativos, passando por um processo de desindustrialização, considerada por muitos autores como antecipado, aonde o peso da indústria no PIB vem se reduzindo, levando a diminuição do valor agregado dos produtos, e como consequência, menor sofisticação tecnológica. Em oposição a esse cenário, observa-se na Ásia, um intenso processo de industrialização, com elevada participação industrial no PIB, o crescimento do valor agregado dos bens produzidos, e consequentemente, o aumento da sofisticação tecnológica. (SALAMA, 2012; SOARES; CASTILHO, 2014).

Neste capítulo é apresentado um panorama da situação industrial brasileira e das transações industriais entre Brasil e China, observando os impactos dos IEDs da China na indústria do Brasil.

2. Brasil

O Brasil, formado por 5.570 municípios, é o maior país da América do Sul e o quinto do mundo em extensão territorial, com uma área correspondente a 8.510.820,623 km². Possui uma população estimada, no ano de 2019, de 210.147.125 pessoas (IBGE, 2019; PNUD, 2019). O crescimento populacional, ao longo dos anos 1990 a 2018, pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1:
População Total do Brasil (Milhões) – 1990 a 2018

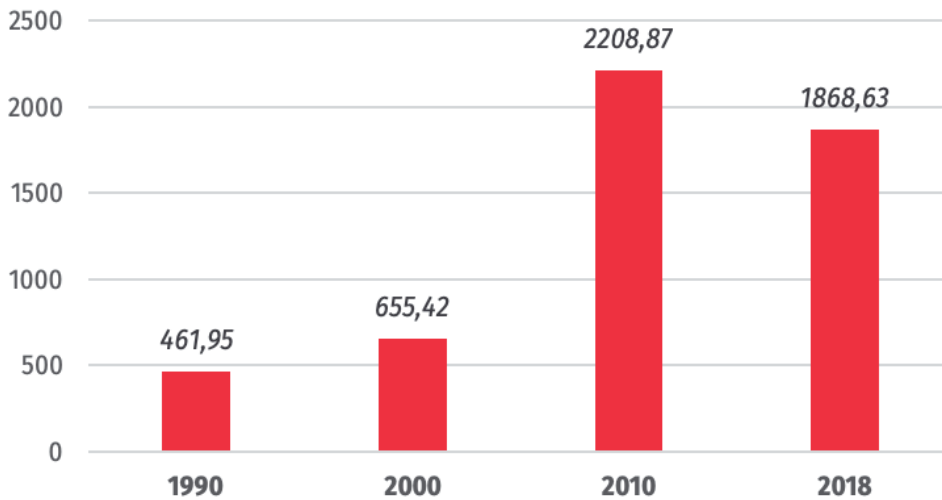


Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo World Bank (2019).

Após uma forte recessão, com início em 2014, o Brasil vinha enfrentando um período em que a economia se encontrava retraída, com taxas de crescimento desaceleradas. Em 2017, a atividade econômica deu sinais de melhora, apresentando crescimento econômico de 1,1% no período (WORLD BANK, 2019). Os valores do PIB brasileiro, nas últimas décadas, são apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2:

PIB do Brasil em Bilhões de Dólares (Bilhões US\$) – 1990 a 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo World Bank (2019).

O relatório de inflação do Banco Central do Brasil, estima um crescimento de 1,8% do PIB para 2020, todavia esse resultado possui um alto grau de incerteza e está vinculado a continuidade de reformas e ajustes na economia brasileira. (BCB, 2019).

2.1. Panorama Industrial Brasileiro

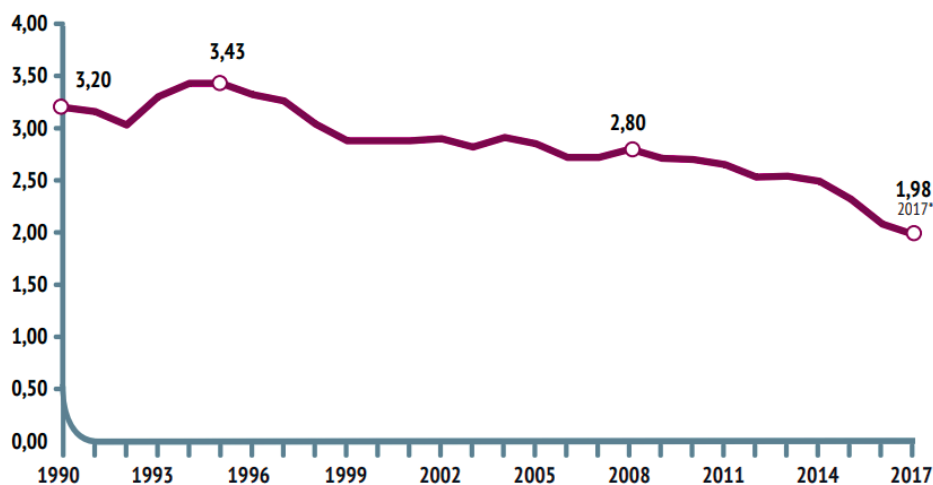
A indústria estabelece relações com inúmeros segmentos e torna dinâmico o mercado produtivo, caracterizando-se especialmente pela geração de empregos. No Brasil, a indústria de transformação no primeiro trimestre do ano de 2019, ocupou a terceira posição de maior empregador, com aproximados 13% de participação, contando com 63% de trabalhadores formalizados, acima do setor de serviços com 40% e comércio 46%. Destaca-se que em áreas de atenção especializada, que exigem maiores preparo e qualificação, o número de formalizados é mais expressivo, alavancando o emprego formal, que por sua vez melhora a avaliação do risco de crédito, potencializando o mercado. Um outro fator benéfico é que a indústria remunera melhor seus colaboradores, sendo no geral, uma remuneração superior ao setor privado em 10%. Nos ramos de

manufatura, por sua vez, tem-se que dos 24 ramos, 16 possuem salários mais significativos que os praticados na área privada, representando uma discrepância ainda maior (IEDI, 2019).

Neste contexto, o emprego industrial, sob a influências da crise em 2014–2016, e a fragilidade do setor, barraram ambos, o crescimento e aceleração do PIB. Em 2015, o número de trabalhadores do setor privado, no primeiro trimestre, foi de 871 mil pessoas, e no setor de serviços, o número foi de 3,6 milhões, explicando a dificuldade de resistência do setor privado, com um saldo deficitário de 1,4 milhão de pessoas (IEDI, 2019). Em 2017 e 2018, os impactos da recessão e a hesitação na retomada da atividade industrial, agravaram ainda mais a situação.

O Brasil vem perdendo importância na produção indústria mundial, desde o fim da década de 1990. Em 1997, a participação era de 3,26% passando para 1,98% em 2017, conforme demonstrado na Figura 1. Esses resultados são atribuídos às restrições competitivas, causadas por excesso de burocracia, baixa qualidade da infraestrutura, sistema de tributação complexo, entre outros (CNI, 2018).

Figura 1:
Participação do Brasil no valor adicionado mundial de manufatura (%).

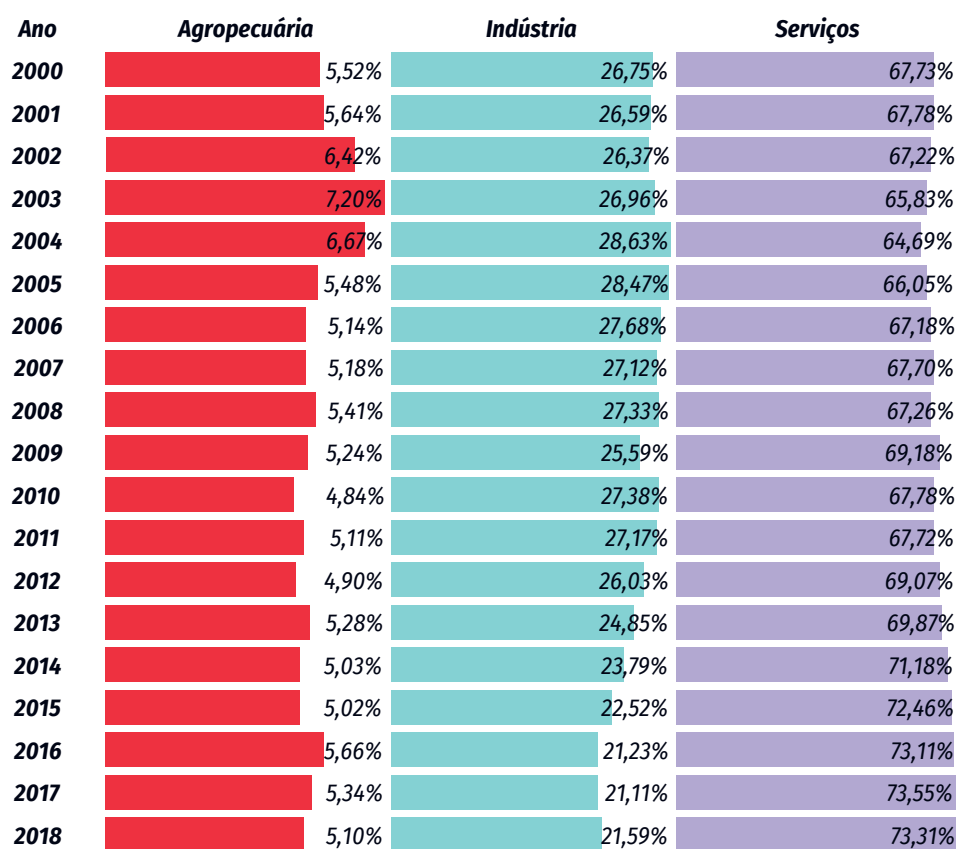


Fonte: CNI, 2018.

Entre 1997 e 2017, o Brasil passou por diversas crises, causando elevações nos juros, aumento dos custos e, conseqüentemente, aumento da incerteza nos investidores (CNI, 2018). No PIB, a participação da Indústria também sofreu

queda. Nos anos 2000, a Indústria representava 26,75% do PIB brasileiro, passando para 21,59% em 2018. O setor agropecuário, também apresentou queda no período, passando de 5,52% para 5,10%. Por outro lado, o setor de serviços, aumentou sua participação, saindo de 67,73% em 2000 para 73,31% em 2018, como pode ser observado na Figura 2.

Figura 2:
Participação dos Setores no PIB (2000 a 2018)



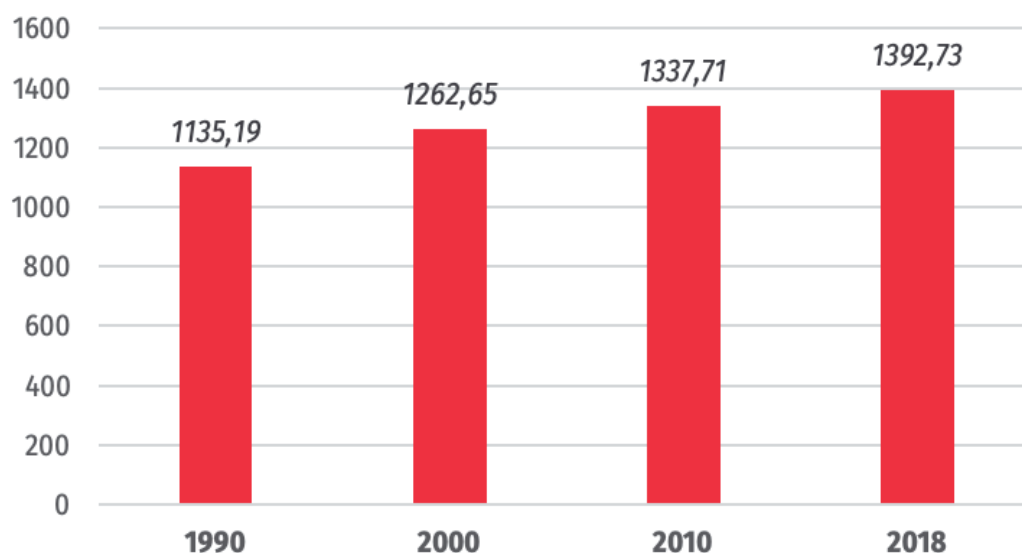
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da CBIC, 2019.

Esse cenário se repete no primeiro trimestre do ano de 2019, para os setores de serviço e da indústria, que passam a representar 73,5% e 20,3% respectivamente, enquanto a participação do setor agropecuário, que em 2018 estava em queda, apresentou melhora, passando para 6,2% do PIB (DATASEBRAE, 2019).

3. A China

A China, segunda maior economia do mundo, possui uma população estimada de 1,4 bilhão em 2019. Passando de uma economia planejada centralmente para uma economia baseada em mercado, após o início das reformas de mercado em 1978, a China experimentou um rápido desenvolvimento econômico e social (WORLD BANK, 2019). A evolução populacional, no período de 1990 a 2018, pode ser observada no Gráfico 3.

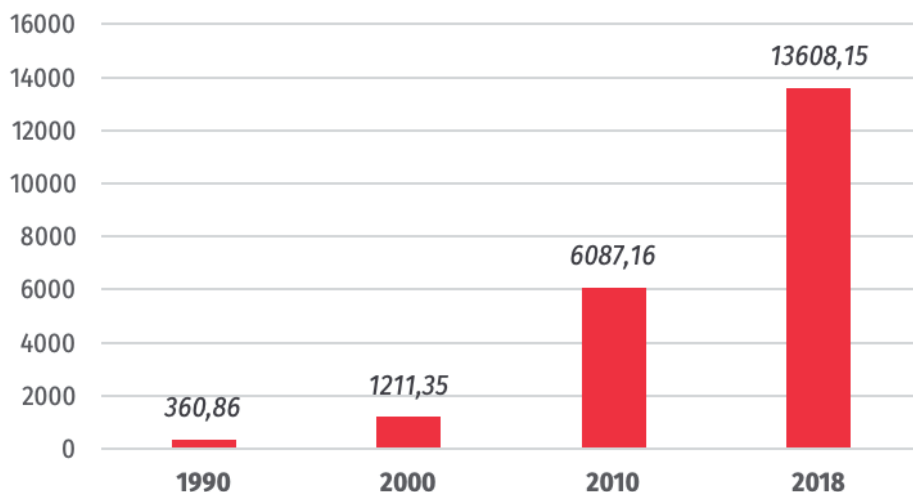
Gráfico 3:
População Total da China (Milhões)
– 1990 a 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo World Bank (2019).

Mais de 850 milhões de pessoas saíram da pobreza, com o crescimento do PIB chinês atingindo uma média aproximada de 10% ao ano, diminuindo gradualmente após 2012; ainda sim, considerado relativamente alto pelos padrões globais atuais (WORLD BANK, 2019). O Gráfico 4, retrata os valores do PIB chinês no período de 1990 a 2018.

Gráfico 4:
PIB da China (Bilhões US\$) – 1990 a 2018



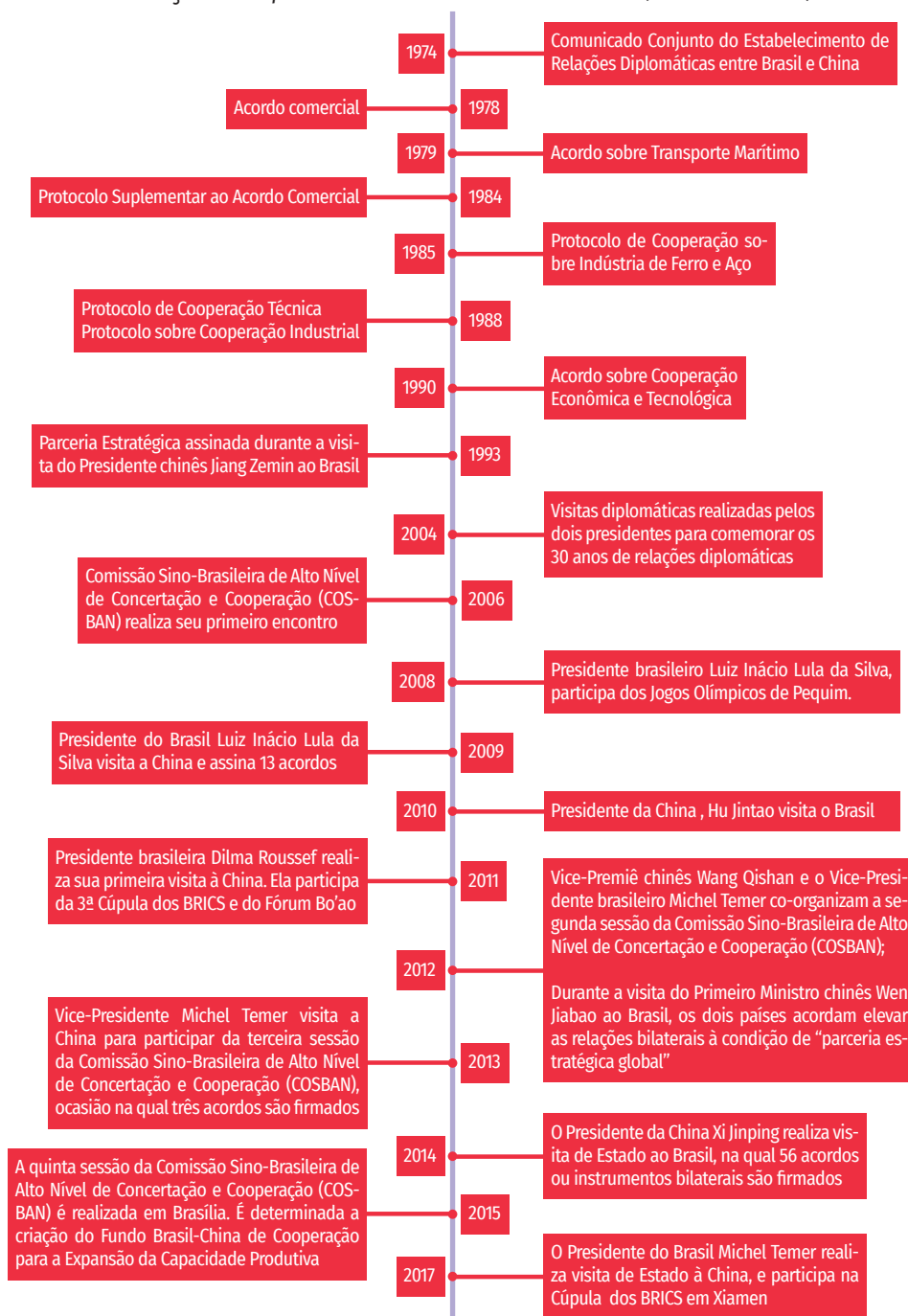
Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo World Bank (2019).

No ano de 2019, o crescimento do PIB foi de 6,1%, o menor percentual em 29 anos, todavia, frente a outras economias, continua sendo um percentual de crescimento expressivo. As projeções para o PIB chinês em 2020, segundo o FMI, é um crescimento de 6,2%. (BBC NEWS, 2020).

4. Relação Sino-Brasileira

A relação Brasil-China possui origem no estabelecimento das relações diplomáticas de 15 de agosto de 1947. Posteriormente, foram estabelecidos alguns acordos, de menor impacto, como o Acordo Comercial Sino-Brasileiro em 1978 e o Acordo de Transporte Marítimo em 1979. Nos anos 80 e 90 foram assinados acordos com foco nas áreas de ciência e tecnologia, cultura e educação. Estabeleceu-se também, uma parceria estratégica no ano de 1993, na qual a China buscava garantir matéria prima, como minério de alto teor de ferro para manter o desenvolvimento do seu parque industrial e cereais para sustento da população; e o Brasil por sua vez, visava contratos e aumento das exportações brasileiras, bem como reconhecimento nos fóruns internacionais (BIATO-JUNIOR, 2010; BRASIL, 2018).

Figura 3:
Relações Diplomáticas Brasil - China (1974 a 2017)



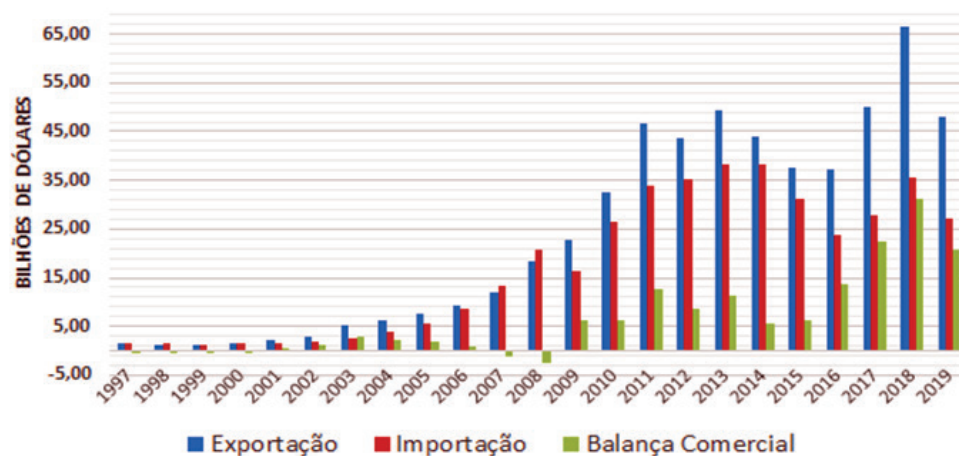
Fonte: Adaptado de Ministério das Relações Exteriores. 2018.

As relações bilaterais entre o Brasil e a China, se estreitaram a partir dos anos 2000, integrando as economias por meio de uma sequência de visitas diplomáticas. Em 2006, estabeleceu-se um agrupamento entre os países considerados emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, denominado BRICS (esses países detêm 23% do PIB, 30% do território e 18% do comércio total mundial), fortalecendo ainda mais a relação entre Brasil e China. No ano de 2009, foram assinados pelos dois países, 13 acordos referentes ao petróleo, agricultura, esportes e outros (BRASIL, 2018; BRICS, 2019). A Figura 3 apresenta a cronologia dos principais encontros diplomáticos entre Brasil e China.

4.1. Balança Comercial Brasil - China

No período de 1997 a 2000 e nos anos de 2007 e 2008 a balança comercial Brasil – China, apresentou saldo negativo. Nos demais anos, as exportações superaram as importações, mantendo o saldo da balança comercial positivo. Como pode ser observado no Gráfico 5.

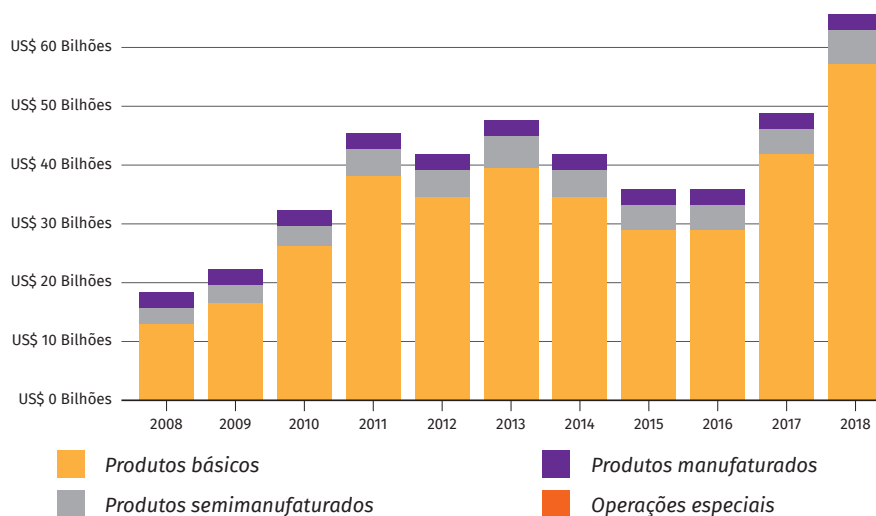
Gráfico 5:
Balança Comercial Brasil - China (1997 a 2019).



Fonte: Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2019.

Os produtos básicos representam a maior parte das exportações do Brasil para a China, seguidos por produtos semimanufaturados, uma parcela de produtos manufaturados e uma pequena fatia é composta por operações especiais, conforme a Figura 4.

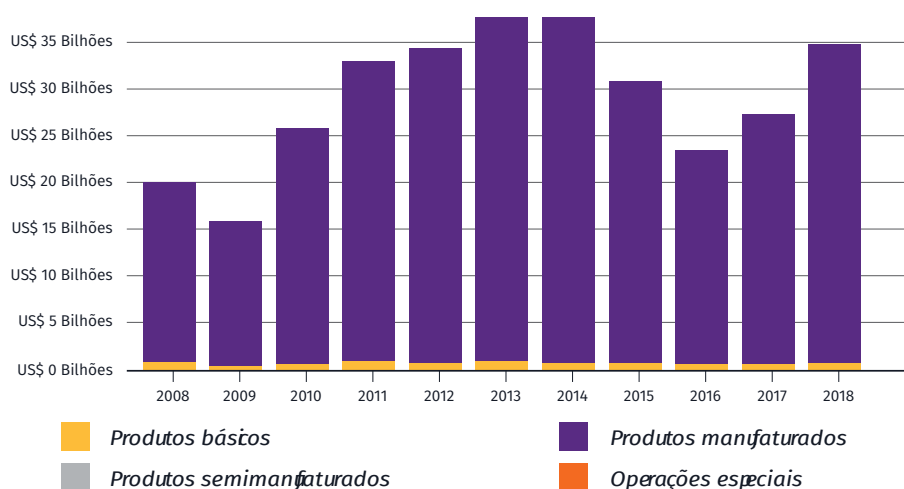
Figura 4:
Exportações Brasileiras para a China (Por fator agregado)



Fonte: Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2019.

Todavia, referente às importações chinesas para o Brasil, tem-se, em maioria, produtos manufaturados, o que causa altos déficits na balança industrial das relações Sino-Brasileiras, como é mostrado na Figura 5.

Figura 5:
Importações Brasileiras de produtos Chineses (Por fator agregado)



Fonte: Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2019.

4.2. Investimento Estrangeiro Direto (IED)

De modo simplificado, o investimento estrangeiro, trata da aquisição de operações em outros países. Esses investimentos oferecem impactos positivos aos países que os recebem, dentre eles, o nivelamento do crescimento da economia, gerando empregos, o desenvolvimento da cadeia produtiva, o acesso a mercados externos e o condicionamento das empresas a novas perspectivas e práticas. Todavia, são observados também impactos negativos, como: a redução da autonomia do país; o surgimento de problemas ambientais devido à retirada de recursos, problemas trabalhistas devido à cultura dos países e o envio dos lucros e dividendos ao exterior. (WOLFFENBÜTTEL, 2006; APEX BRASIL, 2015; SANTOS, 2014).

Em escala global, segundo a ONU (2018), o fluxo de investimentos diretos sofreu uma queda de 23%. Essa queda se deu por uma significativa redução do volume de aquisições e de fusões entre as empresas, cerca de 22%. O greenfield², indicador de tendências futuras do mercado, recuou 14%. A redução nas taxas de retorno é apontada como responsável pelas tendências de baixa nos IED, saindo de 8,1% em 2012, para 6,7%, em 2018. O retorno sobre o investimento apresentou as maiores reduções na África, América Latina e Caribe (ONU, 2018).

As economias em desenvolvimento se mantiveram próximas ao nível estipulado no ano de 2016, de US\$ 671 bilhões, segundo a UNCTAD (2018). Os fluxos destinados à Ásia permaneceram estáveis, na faixa de US\$ 476 bilhões, posicionando-a como a maior receptora de investimentos estrangeiros diretos, sendo que sua participação nos IEDs se elevou de 25% para 33%, de 2016 a 2017. Na África, houve redução de 21%, nos fluxos de IEDs, devido, principalmente, a uma queda prolongada no preço das commodities e uma diminuição do nível de exportações do Egito, Moçambique, Congo, Nigéria e Angola. Os maiores beneficiários desses IEDs foram, China, Hong Kong e Cingapura, alcançando os mais elevados níveis registrados, enquadrando a China como o principal destinatário de investimentos dos países em desenvolvimento. Em escala mundial, os Estados Unidos são o principal destinatário dos IED, seguido pela China, que ocupa a segunda posição no ranking. (UNCTAD, 2018).

Contrário ao cenário global de redução nos fluxos de IED, o Brasil saiu da sétima para a quarta posição no ranking de destino desses investimentos.

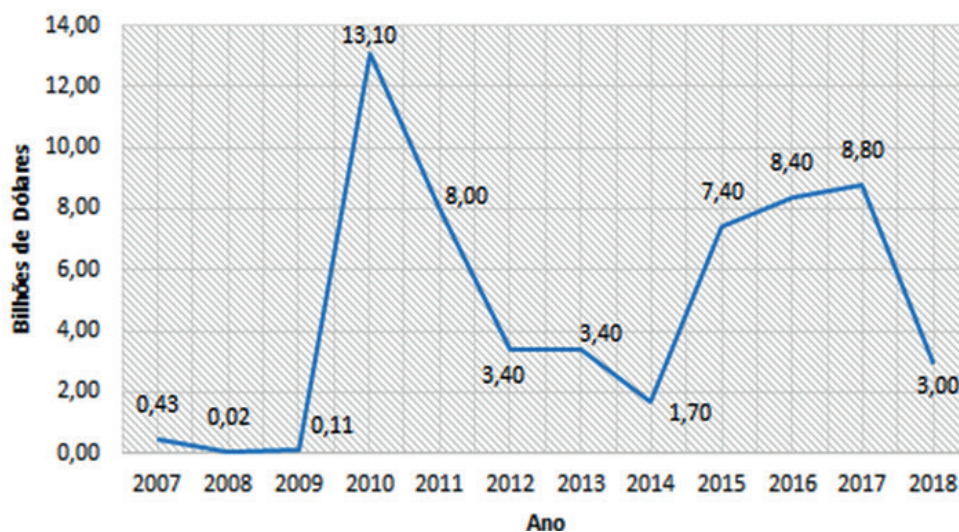
² Investimentos greenfield são um tipo de investimento em que uma empresa internacional investe em uma empresa estrangeira e suas instalações operacionais são construídas “do zero”. (RUIZ, 2013).

Mais de 40% dos recursos totais destinados às Américas são direcionados ao Brasil, recebendo nove das 10 maiores aquisições de empresas estrangeiras em 2018, nos setores de eletricidade, petróleo, distribuição de gás e agronegócios, destacando-se o segmento elétrico, com cerca de 12,6 bilhões de dólares em investimentos (UNCTAD, 2018; ONU, 2018).

4.2.1. Investimentos Chineses no Brasil (2007 a 2018)

Dos países membros do BRICS, a China é quem mais investiu no Brasil, chegando a atingir 94% dos investimentos totais em 2017. No ano de 2018, os investimentos chineses sofreram uma queda de 66%, saindo de US\$ 8,8 bilhões em 2017 para US\$ 3,00 bilhões, como pode ser observado no Gráfico 6 (RABELLO, 2020; CEBC, 2013).

Gráfico 6:
*Valor de Investimentos Chineses Confirmados
no Brasil (2007 a 2018)*



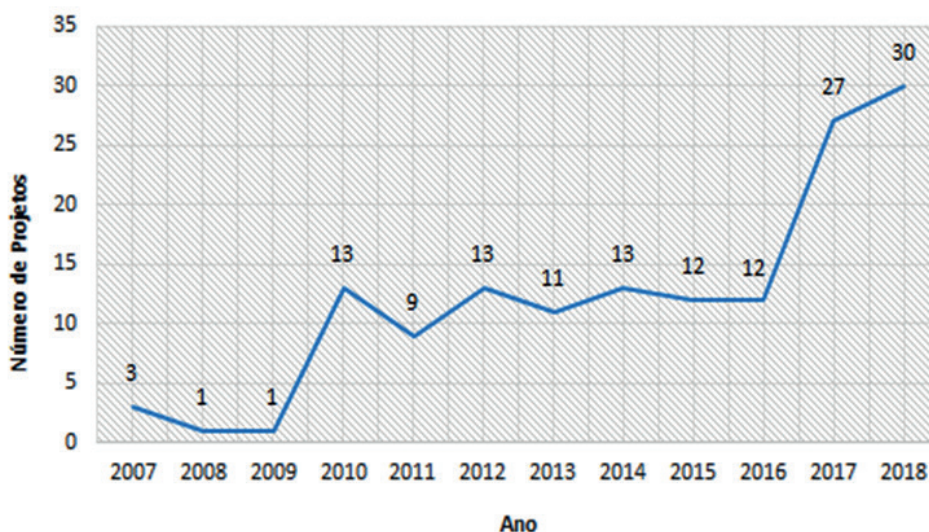
Fonte: Adaptado de CEBC, 2013 a 2018.

Essa queda acompanhou o cenário global, todavia, agravada por um cenário político e um ano eleitoral conturbado no Brasil, com possibilidade de rompimento das políticas estabelecidas em anos anteriores, o que, segundo CEBC (2019), levou os investidores a adotarem mais cautela sobre seus investimentos no Brasil. Considerando uma visão de mercado, a queda também se

deve a uma priorização sobre ativos adquiridos em função de novas fusões em termos de valor (CEBC, 2019).

Apesar desta cautela por parte dos investidores, 42 projetos foram anunciados e cerca de 30 foram confirmados para o ano 2018, um aumento de 3 projetos em relação a 2017, como pode ser observado no Gráfico 7.

Gráfico 7:
*Número de Projetos Chineses confirmados
no Brasil (2007 a 2018)*



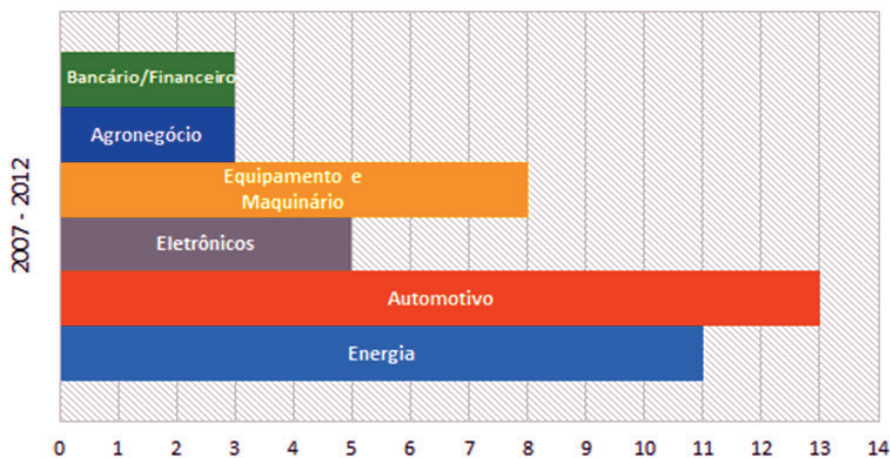
Fonte: Adaptado de CEBC, 2013 - 2019.

Em 2010, os investimentos chineses encontravam-se no setor de commodities, focados em produtos como petróleo, soja e minérios. Em 2013, os investimentos voltaram-se para segmentos industriais, adentrando o mercado de consumo; posteriormente teve-se uma participação relevante dos investimentos no segmento de serviços, especialmente para bancos chineses. No ano de 2014 o volume de investimentos expandiu-se ainda mais, desta vez voltado aos setores de infraestrutura e de energia, ressaltando ainda a grande procura pelos segmentos petrolíferos, agronegócio, gás e tecnologia. (CEBC, 2019)

De forma detalhada, observa-se que, no período de 2007 a 2012, a indústria brasileira contava com o maior número de projetos e aportes de investimentos chineses, concentrado nos setores: automobilístico (13 projetos), de máquinas e equipamentos (8 projetos), segmento de eletrônicos, por sua vez com 5 projetos, somando uma participação de 43% no número de projetos no período (Gráfico 8).

Gráfico 8:

Principais Setores de Investimentos Chineses no Brasil (2007 a 2012)

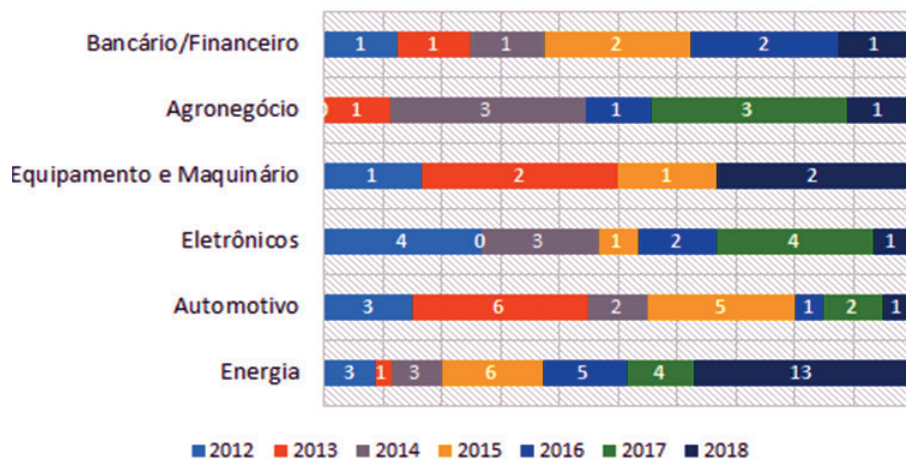


Fonte: Adaptado de CEBC, 2013.

No período de 2012 a 2018, apresentado no Gráfico 9, boa parte dos investimentos foram direcionados para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, contando principalmente com as gigantes chinesas *State Grid* e *China Three Gorges*, com 12 projetos, somando em investimento, aproximadamente US\$ 1,7 bilhão. (CEBC, 2019)

Gráfico 9:

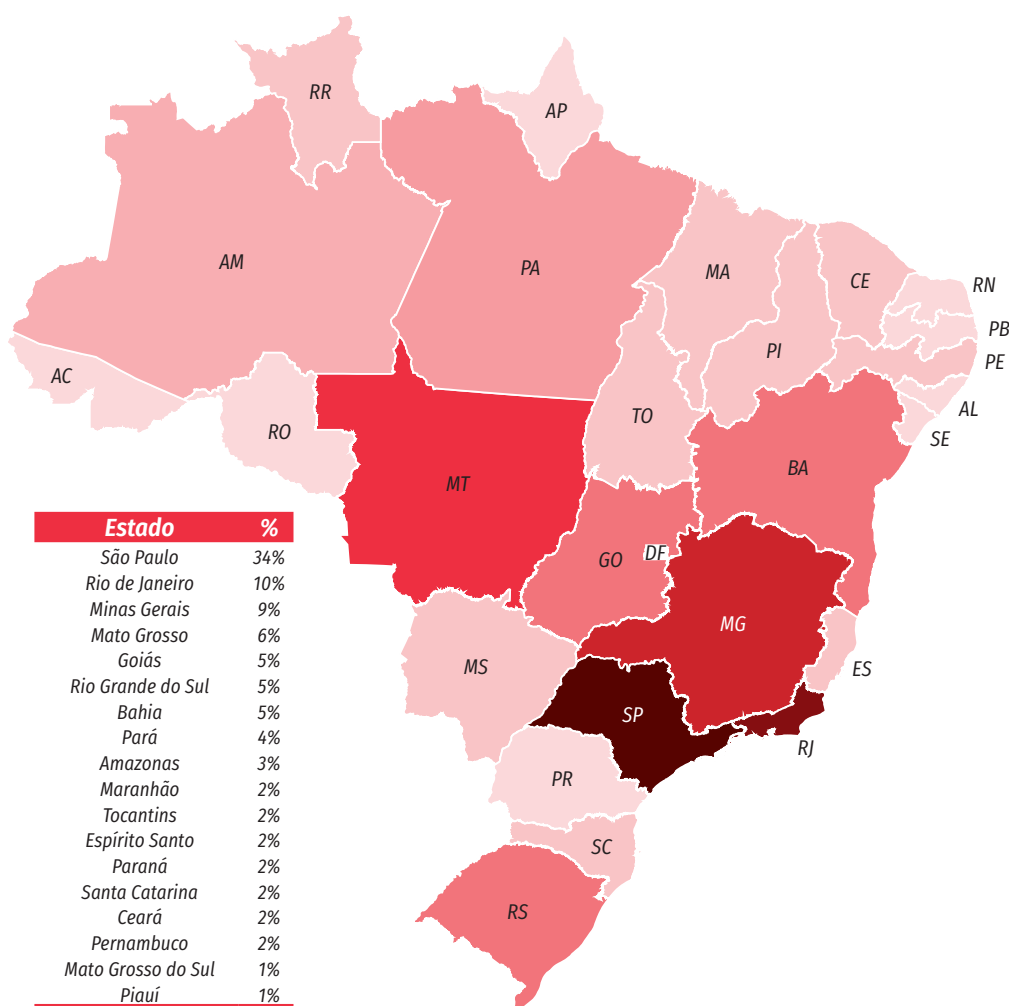
Principais Setores de Investimentos Chineses no Brasil (2012 a 2018)



Fonte: Adaptado de CEBC, 2019.

Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais receberam a maior parte dos investimentos, cerca de 53%. No total, foram identificadas 18 estados receptores dos investimentos chineses no país, sendo: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul, Bahia, Pará, Amazonas, Maranhão, Tocantins, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Piauí (Figura 6).

Figura 6:
Investimentos Chineses no Brasil por Estado (2007 a 2018)



Fonte: Adaptado de CEBC, 2013 - 2019.

4.2.2. Empresas Chinesas no Brasil e Investimentos em 2019

Desde 2009, as relações comerciais entre Brasil e China se fortaleceram, e a China passou a ocupar o primeiro lugar no ranking de importações e exportações do país, e com isso, captou a atenção das empresas para investimentos em terras sul americanas, como apresentado na Figura 7.

Figura 7:
Balança Comercial Brasil - China e Ranking de Parceria Comercial, 2019



Fonte: Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2019.

Durante os primeiros meses de 2019, a China representou investimentos importantes na economia brasileira, como por exemplo, as empresas nucleares CGN Energy, que adquiriram usinas situadas na Região Nordeste, contabilizando cerca de US\$ 758 milhões; outro investimento de grande relevância, responsável por injetar cerca de US\$ 207 milhões foi a Hangzhou Hpwinner Opto Corporation, estabelecendo *uma joint venture* com a Hpwinner Soluções em Iluminação Ltda.

No segundo semestre de 2019, o Brasil recebeu movimentações com a GSPak, que investiu US\$ 48,8 milhões, instalando uma fábrica no estado de Alagoas. Recebeu ainda a indicação de um aporte de US\$ 800 milhões da empresa Huawei, direcionados ao estado de São Paulo, investimentos que podem ser efetivados nos anos 2020 a 2022 (CAMEX, 2019).

Em novembro de 2019, na reunião do BRICS, sediada em Brasília, a China apontou investir no Brasil 100 bilhões de dólares, provenientes de

5 fundos estatais chineses, com foco em infraestrutura. As oportunidades para investidores estrangeiros e também nacionais contam com até 44 ativos, sendo eles: rodovias, ferrovias, aeroportos e terminais portuários, que leiloados podem somar R\$ 101 bilhões em investimentos (RABELLO, 2020; BRICS, 2019).

Essa crescente participação da China no mercado global e no mercado brasileiro pode vir a afetar, direta e indiretamente, o país. De forma direta, o impacto pode ocorrer nas relações comerciais bilaterais, nas quais o Brasil acumula superávits com a exportação de itens primários e recursos naturais, entretanto acumula déficits nos itens de manufatura relacionados à média e alta tecnologias. De forma indireta a China com seu crescimento rápido pode gerar impactos nos preços correntes. (SANTOS, 2014)

5. Considerações finais

A interação Sino-Brasileira vem atenuando cada vez mais as necessidades de cada país, combinando os interesses e gerando no Brasil uma carga de investimentos consideravelmente importante. Desde 2003, foram injetados pela China no Brasil um total de US\$ 69,2 bilhões. Embora os investimentos da China no Brasil visem atender as necessidades da população chinesa, esta cooperação oferece ao Brasil a oportunidade de avançar tecnologicamente e cientificamente (SEAIN, 2018; OLIVEIRA, 2016).

Tendo em vista o exposto, observa-se que a China tem sido a principal fonte de importações e exportações do Brasil, bem como a principal investidora, por meio da criação de novas empresas, fusões e aquisições. Se por um lado a China pode estar relacionada indiretamente aos fatores que estão levando o país à desindustrialização precoce, por outro, ela tem movimentado a economia brasileira, por meio de acordos bilionários, em setores de infraestrutura, principalmente energia e tecnologia.

É importante ressaltar que a diminuição na participação da indústria brasileira pode estar mais relacionada a fatores como a perda de competitividade frente à incapacidade de equiparar a produção do país aos produtos que adentram no mercado, provenientes da China e Ásia, do que da participação chinesa na economia brasileira.

Referências

APEXBRASIL. **O que é IED**. 2015. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/o-que-e-ied>>. Acesso em 15/11/2019.

BBCNEWS. **Economia da China cresce no menor ritmo em 3 décadas: como isso pode afetar o Brasil?** 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50098588>>. Acesso em: 25/02/2020.

BCB. Relatórios (publicação completa). Publicação trimestral – setembro 2019. Relatório de Inflação. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ri>>. Acesso em: 30/10/2019.

BIATO-JUNIOR, O. A **parceria estratégica Sino-Brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993 – 2006)**. Brasília. FUNAG. 2010. Disponível em: < http://funag.gov.br/biblioteca/download/899-A_Parceria_Estrategica_Sino-Brasileira.pdf>. Acesso em: 12/03/2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. Como Exportar. China. / Ministério das Relações Exteriores. – Brasília: MRE, 2018. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/artigo/estudo-comoexportarCHINA.pdf>>. Acesso em: 13/11/2019.

CBIC. **PIB Brasil e Construção Civil**. 2019. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/menu/pib-e-investimento/pib-brasil-e-construcao-civi>>. Acesso em: 19/11/2019.

CHINAHOJE. **Empresas chinesas no Brasil buscam se integrar à sociedade local**. 2019. Disponível em: <<http://www.chinahoje.net/empresas-chinesas-no-brasil-buscam-se-integrar-a-sociedade-local/>>. Acesso em: 15/11/2019.

CNI. **Desempenho da Indústria no Mundo**. Indicadores CNI. Ano 2. Número 1. 2018. Disponível em: <https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/e0/02/e002cd55-c9db-4526-a3d1-f504c02b14f8/desempenho_da_industria_no_mundo_julho2018.pdf> Acesso em: 16/11/2019.

DATASEBRAE. **PIB**. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/pib/>>. Acesso em: 12/03/2020.

FIA. Fundação Instituto de Administração. **Investimentos Chineses no Brasil: Panorama, Desafios e Oportunidades**. 2019. Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/investimentos-chineses-no-brasil/>>. Acesso em: 15/11/2019.

IEDI. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. **Carta IEDI. O emprego na indústria brasileira na recente crise econômica**. Edição 935. 2019. Disponível em: <https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_935.html>. Acesso em: 15/11/2019.

OLIVEIRA, H. A. Brasil-china: Uma Parceria Predatória Ou Cooperativa? **Revista tempo do mundo**. Volume 2. nº 1. 2016. Disponível em: <<http://>

www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/rtm/160331_rtm_vol2_n1_brasil_china_uma_parceria.pdf>. Acesso em: 20/11/2019

ONU. Organizações das Nações Unidas – Brasil. **Brasil passa a ser 4º maior destino de investimento estrangeiro direto, diz relatório**. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/brasil-passa-a-ser-4o-maior-destino-de-investimento-estrangeiro-direto-relatorio/>>. Acesso em: 15/11/2019.

PNUD. **Sobre o Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/countryinfo.html#introducao>>. Acesso em: 30/10/2019.

RUIZ, E. T. N. F. **Análise de investimentos agroindustriais tipo greenfield de bioenergia no Brasil**. São Paulo. 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10955/2013.07.02_Ruiz_Eduardo_v.final_p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12/03/2020.

SALAMA, P. China-Brasil: industrialização e “desindustrialização precoce”. **Cadernos Do Desenvolvimento**, Rio De Janeiro, V. 7, N. 10, P.229-251, Jan.-jun. 2012. Disponível em: <<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/209/194>>. Acesso em: 13/11/2019.

SANTOS, L. T. **Os investimentos externos diretos chineses para o Brasil no século XXI: desafios e oportunidades**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2014. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/96684>>. Acesso em: 13/11/2019.

SOARES, E. C. M.; CASTILHO, M. R. **O Impacto Das Importações Chinesas Na Indústria Brasileira Nos Anos 2000**. 2014. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2014/submissao/files_I/i9-acc8b-9f95790afc4c7a1bd05c2df05a0.pdf>. Acesso em: 20/11/2019.

UNCTAD. **World Investment Report 2018**. Investment and New Industrial Policies. United Nations. New York and Geneva. 2018. Disponível em: <https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2018_en.pdf>. Acesso em: 15/11/2019.

WOLFFENBÜTTEL, A. **Investimento Estrangeiro Direto**. IPEA. 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2103:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 13/11/2019.

WORLD BANK. **Brasil: aspectos gerais**. 2019. Disponível em: <<https://www.WORLD BANK.org/pt/country>>. Acesso em: 30/10/2019.

_____. **Country Profile**. 2019. Disponível em: <https://databank.WORLD BANK.org/views/reports/reportwidget.aspx?Report_Name=CountryProfile&Id=b450fd57&tab=y&dd=y&inf=n&zm=n&country=>>. Acesso em: 30/10/2019.

2

Análise das potencialidades da região do Alto Paranaíba a partir de indicadores econômicos de produção

以经济生产指标分析巴拉那伊巴河上游地区的潜力

Fábio André Teixeira

Vivian Raniere Mendes Silva

Rebeca Camila Oliveira Bispo

Julienne de Jesus Andrade Widmarck

Resumo

Nas últimas décadas, o agronegócio tem sido o motor da economia brasileira, movimentando bilhões de dólares, gerados pela produção agrícola, nos mercados nacional e internacional, mesmo em tempos de crise, estabilizando assim os números do produto interno bruto (PIB). Em 2017 o agronegócio foi responsável por 23,5% do PIB total do país, sendo o principal contribuinte o estado de Minas Gerais, com uma participação de 13,80%. O estado é dividido em 12 mesorregiões, sendo que as de maior peso no PIB do agronegócio são as mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Este estudo isolou as microrregiões de Araxá, Patos de Minas e Patrocínio, abrangendo 31 municípios, determinando, assim, o Alto Paranaíba, com o intuito de responder: - Qual é o motor do desenvolvimento econômico desta região? Os resultados obtidos mostram o agronegócio focado em serviços, impulsionado pelo setor agrícola, movido pelas lavouras de milho, soja e café como o motor do desenvolvimento econômico da região do Alto Paranaíba, nos últimos 30 anos.

Abstract

In the last decades, agribusiness has been the engine of the Brazilian economy, moving billions of dollars, generated by the agricultural production, in the national and international markets, even in times of crisis, thus stabilizing the numbers of the gross domestic product (GDP). In 2017, agribusiness was responsible for 23.5% of the country's total GDP, the main contributor being the state of Minas Gerais, with a share of 13.80%. The state is divided into 12 mesoregions, with the largest contributors to the generation of the agribusiness GDP being the Metropolitan mesoregion of Belo Horizonte and the mesoregion of Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba. This study isolated the micro regions of Araxá, Patos de Minas and Patrocínio, covering 31 municipalities, thus determining Alto Paranaíba, in order to answer: - What is the engine of economic development in this region? The results obtained show the agribusiness focused on services, boosted by the agricultural sector, driven mainly by corn, soy, and coffee crops, as the engine of economic development in the Alto Paranaíba region in the last 30 years.

摘要

在过去的几十年中，农业综合企业一直是巴西经济的引擎，即使在危机时期，也将农业生产产生的数十亿美元转移到国内和国际市场上，从而稳定了国内生产总值（GDP）的数量。2017年，农业综合企业占该国GDP的23.5%，主要贡献州是米纳斯吉拉斯州（Minas Gerais），所占份额为13.80%。该州分为12个中区，对农业综合企业GDP贡献最大的是贝洛奥里藏特（Belo Horizonte）大都会中区、米纳斯三角中区和巴拉那伊巴河上游中区。这项研究隔离了覆盖31个城市的阿拉沙、帕图斯迪米纳斯和帕特罗西尼乌的微观地区，从而组成了巴拉那伊巴河上游地区，以回答：该地区经济发展的动力是什么？获得的结果表明，以玉米、大豆和咖啡等农作物驱动，农业综合企业专注于服务业，这是过去30年中巴拉那伊巴河上游地区经济发展的主要动力。

1. Introdução

A agropecuária brasileira apresentou, a partir da década de 70, um significativo avanço, propiciado, principalmente, por políticas que tinham como objetivo estimular a modernização da agricultura brasileira. O uso intensivo de capital (máquinas e equipamentos) foi responsável pela expansão agrícola, fazendo com que a agricultura assumisse uma importância estratégica para o desenvolvimento brasileiro, com elevados índices de produtividade.

No Estado de Minas Gerais, onde está inserida a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, programas como o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), o PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados/Projeto JICA) e o PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba) foram extremamente importantes para o desenvolvimento da agricultura neste bioma. Neste contexto, o POLOCENTRO e o PRODECER tiveram impactos mais amplos e direcionaram seus esforços ao estímulo da produção em larga escala, baseado principalmente nas cultivares tipo exportação.

Em paralelo foram impetradas as políticas de crédito agrícola, Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), Políticas de incentivos à pesquisa e extensão rural, que marcaram a presença do Estado como impulsionador do desenvolvimento e que, propiciou a integração da agricultura em um importante circuito produtivo liderado pela agroindústria de consumo e de máquinas e equipamentos. Aliás, cabe destacar que a presença das grandes agroindústrias somente tornou-se viável a partir do incentivo para a produção em grande escala de milho e de soja, por exemplo, que estimularam investimentos em capital produtivo, com ganhos de escala e elevados índices de lucratividade.

A análise do processo produtivo a partir da integração em sistemas agroindustriais, onde a agroindústria torna-se o principal agente de estímulo produtivo, mostra o quanto a agricultura desenvolveu-se ao longo dos últimos 40 anos e tornou o agronegócio brasileiro altamente competitivo internacionalmente. Os indicadores apontam o Brasil como um dos maiores produtores e exportadores de um conjunto expressivo de produtos agropecuários, tais como: soja, milho, café, carne bovina, etanol, suco de laranja, açúcar e carne de frango. Tais fatores apontam o agronegócio brasileiro como um dos mais modernos e competitivos no cenário internacional e destaque na geração do produto nacional e geração de emprego e renda.

O agronegócio é formado por agentes que compõem os setores primários, secundários e terciários e que estão diretamente ligados ao setor agropecuário.

Assim além dos produtores rurais (agentes produtivos que ficam “dentro da porteira”), são também bastante representativos os agentes prestadores de serviços e fornecedores de insumos (antes da porteira) e as empresas que beneficiam e comercializam os produtos de origem agrícola (depois da porteira). Este complexo, extremamente dinâmico e moderno, deu novo formato ao processo produtivo e atualmente, no Brasil e no mundo, se tornou indispensável para o atual modelo de crescimento econômico.

Pode-se dizer que o agronegócio é um setor de suma importância para a economia brasileira e tem evoluído consideravelmente desde a implantação, na década de 70, do processo de modernização da agricultura, responsável por 21,9% do PIB brasileiro em 2018 e 22,9% em 2019 (IBRAHIM, 2018; CEPEA, 2019). De acordo com o boletim CNA/CEPEA (2019), o resultado foi impulsionado principalmente pelo segmento de insumos, com alta de 7,88%, a agroindústria e serviços registraram expansão de 1,60% e 1,18%, respectivamente e a atividade primária (dentro da porteira), pressionado por maiores custos de produção e menores preços de seus produtos, foi o único que recuou (-2,99%).

Minas Gerais foi um dos principais estados a contribuir com este resultado positivo, com uma participação de 13,80% em 2017, apresentou, em 2018, crescimento de 3,55% e em 2019, o PIB do agronegócio, calculado pelo Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/USP, cresceu 1,53% (dados para o primeiro semestre de 2019). Assim como observado no agronegócio brasileiro, o setor em Minas Gerais também foi impulsionado pelo ramo pecuário, que acumulou alta de 4,87% no período. Já o PIB do ramo agrícola, pressionado, sobretudo pelos resultados de dentro da porteira, recuou 0,90%. (CEPEA/ESALQ, 2019). Em 2019, o segmento de insumos teve resultados positivos nos dois ramos, de 10,34% para o agrícola e de 3,16% para o pecuário. O segmento primário teve alta de 2,81%, devido ao crescimento verificado para a pecuária, de 6,27%. As atividades que tiveram destaque positivo pelo seu crescimento de faturamento foram bovinocultura, avicultura e a suinocultura em decorrência do aquecimento da demanda internacional pela carne brasileira e impulsionando os preços domésticos. O leite também apresentou resultados positivos em decorrência do aumento do preço reflexo da redução da oferta e da maior disputa pela matéria-prima junto à indústria de derivados.

Já o segmento primário agrícola recuou 2,62%, pressionado pela menor produção esperada. Neste caso, o café, principal cultura do estado mineiro em termos de participação no valor bruto da produção agrícola, apresentou redução tanto em volume (-16,8%) quanto em preço (-15,6%), culminando em queda de

29,7% no faturamento. Além disso, as culturas de milho, soja e cana-de-açúcar, de alta relevância no segmento para o estado, também registraram queda de faturamento (CEPEA/ESALQ, 2019)

Apesar do caráter cíclico, o agronegócio em 2020, tende a ser um dos motores da expansão do PIB, ao lado do setor de comércio, projetado para avançar entre 2% e 2,5% (Boletim Focus, 2020). Para o Ministério da Agricultura (MAPA) a produção agrícola deve subir cerca de 3%, mas algumas projeções já apontam para um avanço ainda mais robusto (MAPA, 2020). Este crescimento deve ser puxado principalmente pelas exportações de soja, suínos, frangos, milho e cana-de-açúcar. A pecuária leiteira também apresenta projeções positivas de crescimento. Salienta-se que Minas Gerais é um dos principais estados produtores destas variedades e em consonância com as projeções, deve acompanhar o desempenho do agronegócio brasileiro.

Importante para o agronegócio brasileiro, Minas Gerais divide-se em 12 mesorregiões, sendo as mais relevantes para o PIB do agronegócio, a mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba divide-se em duas regiões de planejamento, compostas por 7 microrregiões, sendo estas as microrregiões de Araxá, Ituiutaba, Patrocínio, Uberlândia, Frutal, Patos de Minas e Uberaba, que concentram 66 municípios (IBGE&MEFP, 1990). A região de planejamento Alto Paranaíba, com pólo econômico em Patos de Minas, se caracteriza por sua elevada produção agrícola e agroindustrial (FEELT, 2018).

Para analisar as potencialidades desta região aqui delimitada, o NEEAP¹ (*Núcleo de Estudos Econômicos do Alto Paranaíba*) direcionou seus estudos para o seguinte questionamento: Qual é o motor do desenvolvimento econômico desta região? Isolou-se as microrregiões de Patos de Minas, Araxá e Patrocínio,

¹ NEEAP – Núcleo de Estudos Econômicos do Alto Paranaíba da UFV – Campus Rio Paranaíba, é um grupo de pesquisa, composto por alunos e professores, que tem como objetivo propagar informações a respeito da economia e temas afins, visando promover debates sobre o tema mencionado e ao mesmo tempo estimular a pesquisa dentro do ambiente universitário, promovendo e organizando grupos de estudos e de pesquisas, destinados a fomentar o conhecimento sobre a economia na Região do Alto Paranaíba, trazendo temas como: Desenvolvimento econômico, político e territorial; Economia Aplicada ao Agronegócio; Emprego, Inflação e Desdobramento Macroeconômico; Finanças Corporativas; Gerenciamento de Sistemas Agroindustriais; Mercado de Trabalho no Agronegócio; Mercado de Capitais e Mercado Futuro de Commodities Agrícolas, atuais linhas de pesquisa, fomentando e apoiando a publicação de obras e artigos que correspondam aos objetivos do Núcleo e viabilizando a participação nos eventos.

formadas por 31 municípios, determinando assim a “Região de Planejamento Alto Paranaíba”. Este Estudo propõe analisar o papel do agronegócio para esta região a partir dos indicadores de produção agrícola, PIB e emprego. Para tal, procurou ser, de maneira específica, identificar as principais lavouras impulsionadoras da produção agrícola para a região do Alto Paranaíba; demonstrar a relação entre emprego no setor de serviços e do emprego agrícola, sobre o emprego total na região; apontar qual papel do setor industrial e, consequentemente o agroindustrial, no desenvolvimento produtivo da região; e identificar quais as regiões mais produtivas.

Dessa forma o artigo é estruturado da seguinte maneira, na segunda sessão apresenta-se a Mesorregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com enfoque na “Região de Planejamento Alto Paranaíba”, construída após se isolar as microrregiões de Patos de Minas, Araxá e Patrocínio. Na terceira sessão consta a metodologia utilizada com dados de produção agrícola total da PAM (Pesquisa Agrícola Municipal) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) entre 1988 a 2017. O emprego agrícola, de indústria e construção civil e do setor de serviço foram obtidos da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), do Ministério de Emprego e Trabalho entre 2002 a 2017. E por último, o PIB com dados provenientes do IBGE/SIDRA no período correspondente de 1999 a 2015. A abordagem utilizada é a econometria espacial através do comando SPMAP, de Maurizio Pisati (2014). A quarta sessão é constituída pela apresentação dos resultados por categorias. A conclusão deste trabalho é a constatação que a “Região de Planejamento do Alto Paranaíba, nos últimos 30 anos, tem como motor de crescimento econômico serviços, movidos pelo agronegócio, focados no milho, soja e café.

2. Divisão por mesorregiões, microrregiões e regiões de planejamento do estado de Minas Gerais

O Conselho Nacional de Geografia foi criado no fim da década de 30, pouco tempo após a sua criação, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) propôs que o Estado de Minas Gerais fosse dividido em Zonas Fisiográficas, em 1941. Porém, essa divisão possuía critérios ecléticos que passado algum tempo tornaram-se uma limitação, devido a quantidade de propósitos que essa buscava atender ao mesmo tempo (DINIZ&BATELLA, 2005).

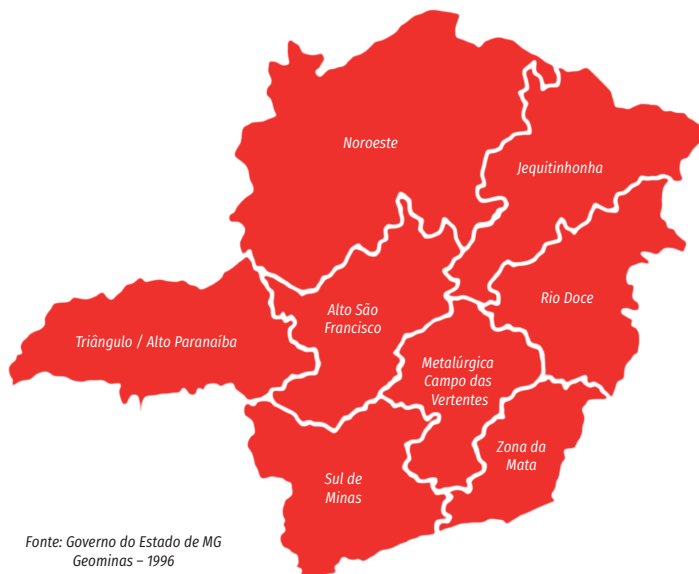
Em 1968, o IBGE, buscando atender a necessidade de divulgar e compilar dados estatísticos propôs dividir o Brasil em Microrregiões homogêneas, diferenciando áreas que se discernem pelo arranjo de elementos geográficos (IBGE, 1970).

Assim como a divisão em Zonas Fisiográficas tornou-se obsoleta, deixando de atender as necessidades atuais, a divisão em microrregiões homogêneas foi considerada inadequada, e em 1972 o IBGE legitimou a divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas. Em paralelo a essas propostas do IBGE o CED (Conselho Estadual de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais), em conjunto com o BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) e o TLPES (Instituto Latino americano y del Caribe de Planificación Económica y Social), apresentou uma proposta mais próxima à realidade atual, dividindo-se as regiões para fins de planejamento, em 1973.

Oito grandes regiões foram criadas a partir do agrupamento de 46 Microrregiões homogêneas de Minas Gerais, com o intuito de incentivar o planejamento do desenvolvimento social e econômico do estado. Cada uma dessas regiões era formada por regiões menores equivalentes a uma Microrregião homogênea (DINIZ&BATELLA, 2005).

A divisão para fins de planejamento do território de Minas Gerais, segundo a Fundação João Pinheiro (1973), pode ser observada na Figura 1.

Figura 1:
*Regiões para fins de planejamento
de Minas Gerais (FJP – 1973)*



Fonte: Governo do Estado de MG
Geominas – 1996

Fonte: DINIZ&BOTELLA, 2005.
Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/viewFile/9208/5670> >.

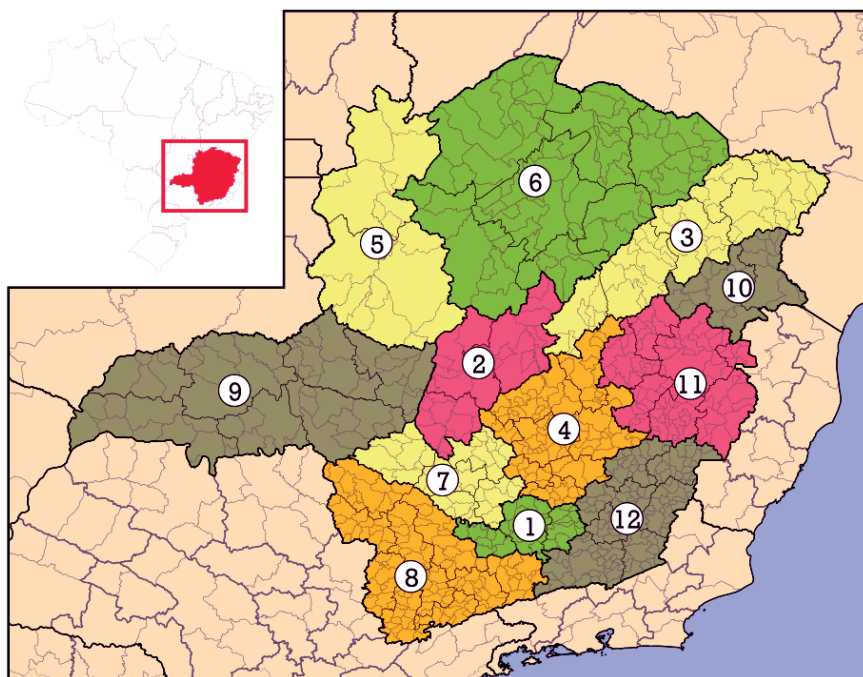
Em 1990, substituindo a projeto das microrregiões homogêneas, o IBGE oficializou a divisão do Brasil, utilizada até os tempos atuais, em Mesorregiões e Microrregiões, buscando respeitar limites político-administrativos bem como estaduais e municipais.

2.1. Mesorregiões

A concepção de mesorregião é dada por uma área individualizada com espaço geográfico definido pelo processo social, a rede de comunicação de lugares e o quadro natural propiciando que a mesorregião tenha uma identidade regional (IBGE, 1990).

Minas Gerais abarca 12 mesorregiões, sendo a mesorregião de Campo das Vertentes (1), Central Mineira (2), Jequitinhonha (3), Metropolitana de Belo Horizonte (4), Noroeste de Minas (5), Norte de Minas (6), Oeste de Minas (7), Sul e Sudoeste de Minas (8), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (9), Vale do Mucuri (10), Vale do Rio Doce (11) e, por fim, a mesorregião da Zona da Mata (12), como pode ser observado na figura 2.

Figura 2:
Divisão em Mesorregiões do Estado de Minas Gerais (IBGE 1990)



Fonte: Guia Gerais, 2018. Microrregiões. Disponível em:
<<http://www.guiagerais.com.br/minas-gerais/mesorregioes/>>.

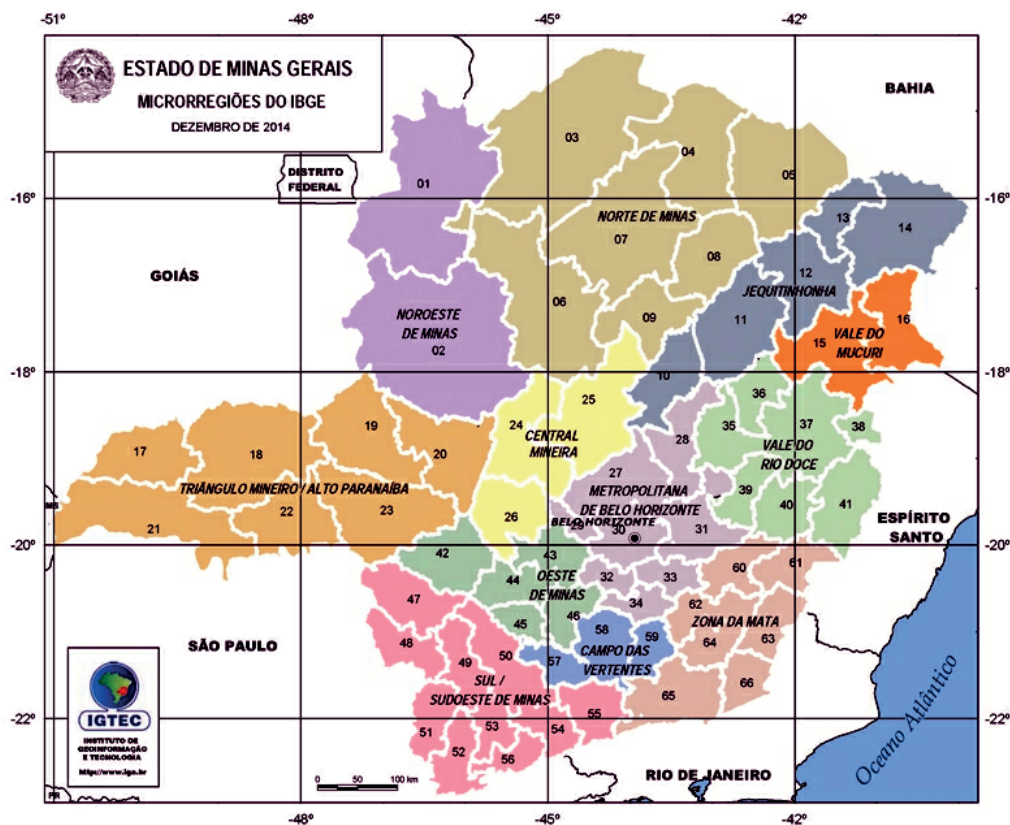
Essas 12 mesorregiões subdividem-se em 66 microrregiões apresentadas, em seguida, na sessão 2.2.

2.2. Microrregiões

As mesorregiões dividem-se em microrregiões de forma a apresentar especificidades quanto a agropecuária, extrativismo mineral, indústria, pesca ou estrutura de produção (IBGE, 1990). A Figura 3 apresenta a divisão de microrregiões, do estado de Minas Gerais, por Mesorregião Geográfica.

Figura 3:

Divisão em Microrregiões, do Estado de Minas Gerais, por Mesorregião Geográfica, (IBGE 1990)



Fonte: Estado de Minas, 2016. Mesorregiões e microrregiões (IBGE). Disponível em: <<http://mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/localizacao-geografica>>

A tabela 1 apresenta a subdivisão de microrregiões por mesorregiões geográficas do estado de Minas Gerais, complementando a Figura 3 trazendo os códigos de cada microrregião expostos na figura.

Tabela 1:
Microrregiões por Mesorregiões de Minas Gerais

<i>DIVISÃO DE MICRORREGIÕES POR MESORREGIÕES DE MINAS GERAIS</i>	
<i>Mesorregião do Noroeste de Minas</i>	<i>Mesorregião do Vale do Mucuri</i>
Paracatu (1) Unaí (2)	Teófilo Otoni (15) Nanuque (16)
<i>Mesorregião do Norte de Minas</i>	<i>Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba</i>
Januária (3) Janaúba (4) Salinas (5) Pirapora (6) Montes Claros (7) Grão Mogol (8) Bocaiúva (9)	Ituiutaba (17) Uberlândia (18) Patrocínio (19) Patos de Minas (20) Frutal (21) Uberaba (22) Araxá (23)
<i>Mesorregião do Jequitinhonha</i>	<i>Mesorregião Central Mineira</i>
Diamantina (10) Capelinha (11) Araçuaí (12) Pedra Azul (13) Almenara (14)	Três Marias (24) Curvelo (25) Bom Despacho (26)
<i>Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte</i>	<i>Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais</i>
Sete Lagoas (27) Conceição do Mato Dentro (28) Pará de Minas (29) Belo Horizonte (30) Itabira (31) Itaguara (32) Ouro Preto (33) Conselheiro Lafaiete (34)	Passos (47) São Sebastião do Paraíso (48) Alfenas (49) Varginha (50) Poços de Caldas (51) Pouso Alegre (52) Santa Rita do Sapucaí (53) São Lourenço (54) Andrelândia (55) Itajubá (56)
<i>Mesorregião do Vale do Rio Doce</i>	<i>Mesorregião do Campo das Vertentes</i>
Guanhães (35) Peçanha (36) Governador Valadares (37) Mantena (38) Ipatinga (39) Caratinga (40) Aimorés (41)	Lavras (57) São João Del Rei (58) Barbacena (59)
<i>Mesorregião do Oeste de Minas</i>	<i>Mesorregião da Zona da Mata</i>
Piumhi (42) Divinópolis (43) Formiga (44) Campo Belo (45) Oliveira (46)	Ponte Nova (60) Manhuaçu (61) Viçosa (62) Muriaé (63) Ubá (64) Juiz de Fora (65) Cataguases (66)

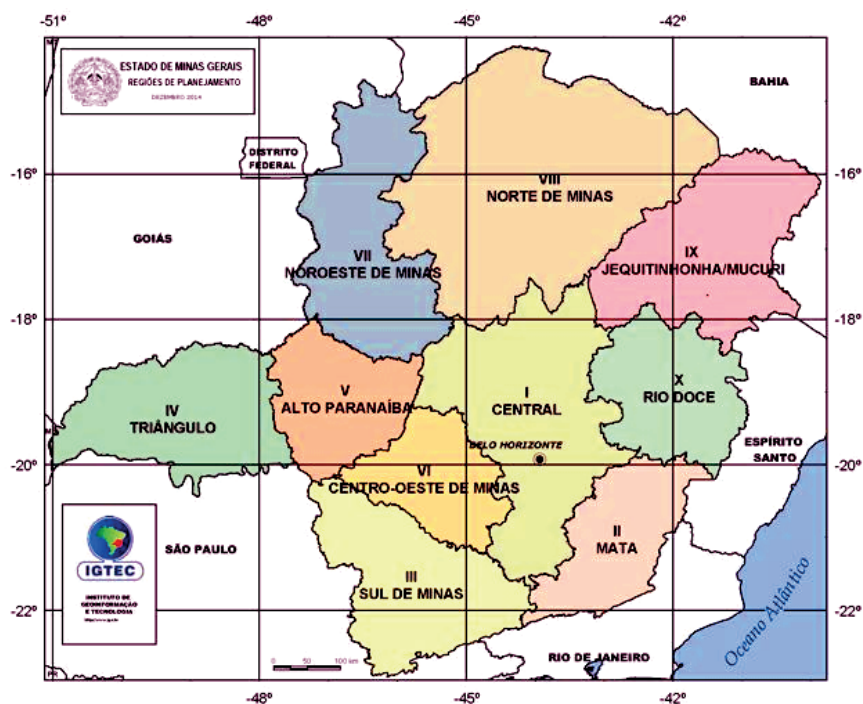
Fonte: Adaptado de “Estado de Minas Gerais Meso e Microrregiões do IBGE”. Disponível em:
< http://mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_listamesomicro.pdf >

2.3. Regiões de Planejamento

Em 1992, a FJP, atendendo ao pedido da Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais (SEPLAN-MG), dividiu, em 10 regiões de planejamento, o território do estado de Minas Gerais (DINIZ&BOTELLA,2005). A região de planejamento se refere às áreas onde a dinâmica socioeconômica e geográfica de suas várias partes “é dependente da aplicação de critérios administrativos instrumentalizados pelo setor público, a partir das necessidades de execução de determinados serviços públicos, do exercício do poder regulatório do Estado” (IPECE, 2015).

Conforme pode ser observado na figura 4, as regiões dividem-se em: região do Alto Paranaíba, com 31 municípios; região Central, com 158 municípios; região Centro-Oeste de Minas, com 56 municípios; região do Jequitinhonha/Mucuri, com 66 municípios; região da Mata, com 142 municípios; região Noroeste de Minas, com 19 municípios; região Rio Doce, 102 municípios; região Norte de Minas, com 89 municípios; região Sul de Minas, com 155 municípios; e região do Triângulo Mineiro, com 35 municípios (ESTADO DE MINAS,2016).

Figura 4:
Divisão de Regiões de Planejamento, do Estado de Minas Gerais (Fundação João Pinheiro, 1992)



Fonte: Estado de Minas, 2016. Mesorregiões e microrregiões (IBGE).

Constatada a preciosa contribuição da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP) na composição do PIB do estado, segunda maior contribuinte, atrás apenas da mesorregião metropolitana de Belo Horizonte (FERREIRA&OLIVEIRA,2017). Considerando sua elevada produção agrícola e agroindustrial, e seu peso na mesorregião do TMAP, isolou-se a “Região de Planejamento Alto Paranaíba”, objeto de análise deste capítulo, com a finalidade de identificar qual é o seu motor de desenvolvimento econômico.

3. Metodologia

Para a análise das potencialidades econômicas da Região do Alto Paranaíba optou-se primeiramente, por fazer uma análise da produção agrícola, coletando informações que estabeleceram quais as principais lavouras produzidas no Alto Paranaíba, a partir da proporção da produção agrícola total com dados provenientes da PAM do IBGE para o período compreendido entre 1988 a 2017 e das que se tem destacado regionalmente, como é o caso da batata e do abacate. Depois se buscou apresentar a evolução do PIB das 31 cidades, especificamente o PIB agrícola, PIB da Indústria e PIB de serviços, com dados provenientes do IBGE/SIDRA no período de 1999 a 2015.

Assim, elaboraram-se tabelas constituídas de dados das seguintes culturas: milho, soja, feijão, café arábica, cana-de-açúcar, arroz, trigo, batata-inglesa, sorgo, mandioca, algodão herbáceo, banana, cebola, alho, maracujá, abacate, laranja, tomate, ervilha, batata-doce, girassol, borracha látex coagulado, manga, tangerina, triticale, fumo, limão, amendoim, mamão, aveia, cevada, melancia, abacaxi, pêssego, palmito, coco da baía, goiaba, mamona, figo, uva, urucum, marmelo, pimenta-do-reino e maçã. A ferramenta utilizada para gerar os mapas é o da econometria espacial a partir do *software* do STATA, através do comando SPMAP, de Maurizio Pisati (2014). Através do software, adaptou-se as tabelas para a produção de mapas utilizando os comandos sh2dta e spmap, tornando possível a visualização dos dados de forma mais clara e facilitando assim a compreensão dos resultados obtidos.

4. O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é uma das 12 mesorregiões que fazem parte do estado de Minas Gerais. Essa mesorregião se subdivide em 2 regiões de Planejamento, compostas por sete microrregiões, sendo: a microrregião de Ituiutaba, Patrocínio, de Uberlândia, Patos de Minas, Uberaba, Frutal e de Araxá, totalizando assim, 66 municípios (IBGE&MEFP,1990).

Ao isolar as microrregiões de Araxá, Patos de Minas e Patrocínio, tem-se uma área composta por 31 municípios aqui denominada, “Região de Planejamento Alto Paranaíba”, segundo a classificação do IBGE. Os municípios dividem-se de acordo com as informações apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2:
Divisão dos municípios por microrregião

TABELA DE MICRORREGIÕES		
ARAXÁ	PATOS DE MINAS	PATROCÍNIO
Araxá	Arapuá	Abadia dos Dourados
Campos Altos	Carmo do Paranaíba	Coromandel
Ibiá	Guimarânia	Cruzeiro da Fortaleza
Nova Ponte	Lagoa Formosa	Douradoquara
Pedrinópolis	Matutina	Estrela do Sul
Perdizes	Patos de Minas	Grupiara
Pratinha	Rio Paranaíba	Iraí de Minas
Sacramento	Santa Rosa da Serra	Monte Carmelo
Santa Juliana	São Gotardo	Patrocínio
Tapira	Tiros	Romaria
		Serra do Salitre

Fonte: IBGE, 1990; Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. Volume I. < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf>

Dentre os municípios acima listados, destacam-se o município de Perdizes, responsável por 10,25% da área plantada total ou destinada a colheita na Região de Planejamento Alto Paranaíba, o município de Coromandel com 9,15%, Sacramento, com cerca de 8,81%, Patrocínio com 8,33%, Nova ponte com 7,28%, Rio Paranaíba com 6,35%, Ibiá com 5,88%, Patos de Minas com 5,85% e Santa Juliana com 5,38%, como pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3:
*Ranking dos Municípios por participação na produção da
Região do Alto Paranaíba, 1988 a 2018*

MUNICÍPIO	HECTARES	%
Perdizes	1859224	10,25%
Coromandel	1660081	9,15%
Sacramento	1598111	8,81%
Patrocínio	1510644	8,33%
Nova Ponte	1319847	7,28%
Rio Paranaíba	1151010	6,35%
Ibiá	1065688	5,88%
Patos de Minas	1061155	5,85%
Santa Juliana	975071	5,38%
Monte Carmelo	788687	4,35%
Serra do Salitre	586108	3,23%
Romaria	544086	3,00%
Campos Altos	483843	2,67%
Carmo do Paranaíba	479310	2,64%
Lagoa Formosa	410254	2,26%
Araxá	375605	2,07%
Pedrinópolis	347540	1,92%
São Gotardo	294112	1,62%
Demais Municípios	1623616	8,96%
TOTAL	18133992	100,00%

Fonte: Elaboração própria, Excel 2020.

A Região do Alto Paranaíba, entre os anos de 1988 a 2018, teve como principais lavouras, o milho, ocupando 31,10% da área total plantada ou desti-

nada à colheita na região, seguido pela soja, com 30,60% e o café com 20,42%. A Tabela 4, que apresenta a soma da área plantada no período de 1988 a 2017 por lavoura, possibilita a visualização desses resultados, bem como das participações das demais lavouras na região.

Tabela 4:
*Principais Lavouras da Região
do Alto Paranaíba, 1988 a 2018*

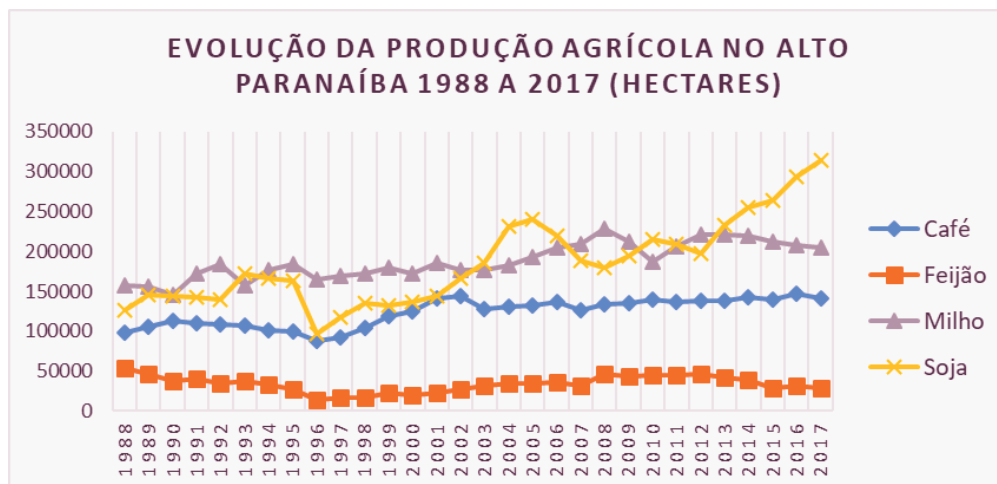
LAVOURA	HECTARES	%
Milho	5639542	31,10%
Soja	5549343	30,60%
Café	3702969	20,42%
Feijão	1016085	5,60%
Cana-de-Açúcar	621766	3,43%
Arroz	367906	2,03%
Trigo	292972	1,62%
Batata-Inglesa	282758	1,56%
Sorgo	250750	1,38%
Mandioca	104447	0,58%
Algodão	71833	0,40%
Demais produtos	233621	1,28%
TOTAL	18133992	100,00%

Fonte: Elaboração própria, Excel 2020.

4.1. Evolução da Produção na Região do Alto Paranaíba

No ano de 1988, a cultura de maior relevância para a Região do Alto Paranaíba, era o milho com 30,98%, soja com 24,81%, café com 19,27%, e o feijão com 10,58% da produção total, como pode ser observado na Figura 5.

Figura 5:
Evolução da Produção Agrícola do Alto Paranaíba (1988 a 2017)



Fonte: Elaboração própria.

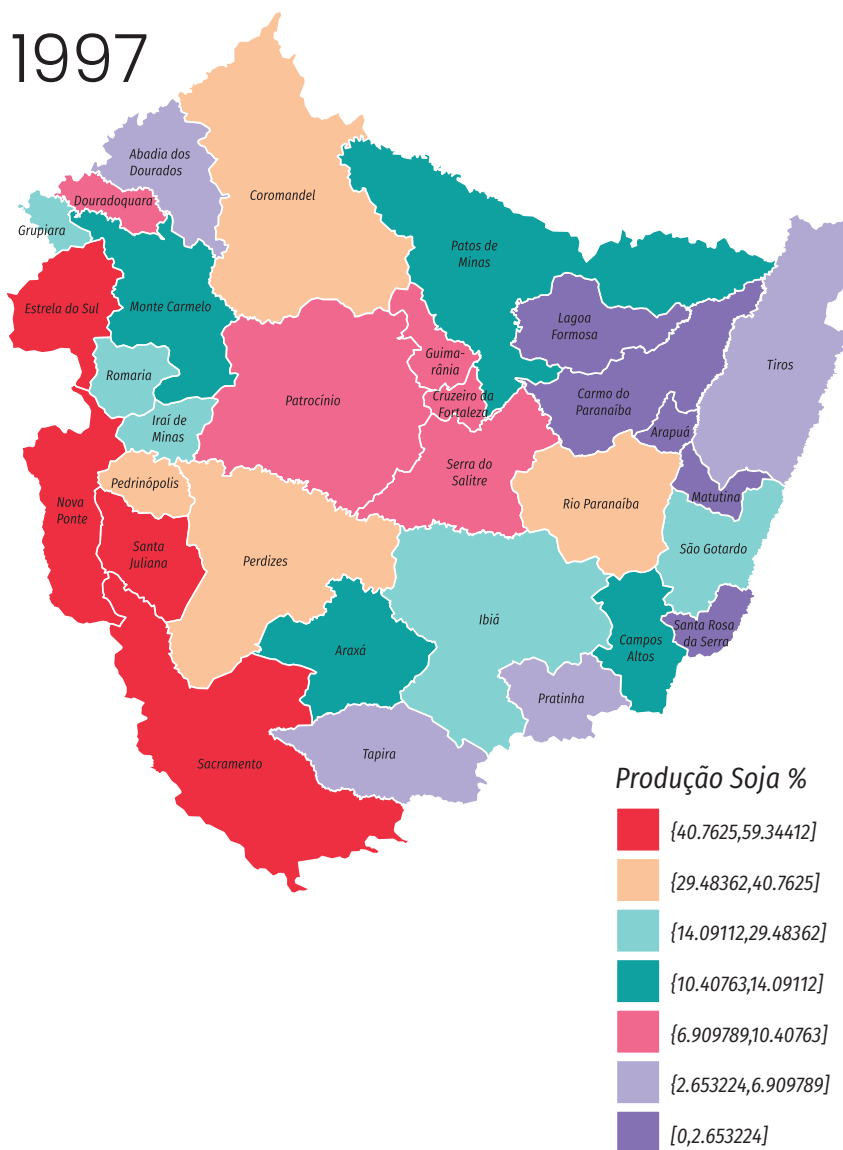
Já no ano de 2017, a soja, que se alternou com o milho durante todo o período, tomou a frente, representando 37,49% da produção agrícola total, o milho, em segundo lugar representou 24,39%, o café, 16,86% e o feijão, 3,41%.

Segundo informações da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), entre os anos de 2011 a 2017, a soja saiu de um patamar de 25 milhões de hectares plantados para 35,1 milhões de hectares (BRASILAGRO,2018). Quanto a produção da soja no Alto Paranaíba, municípios como Coromandel, Abadia dos Dourados, Douradoquara, Grupiara e Cruzeiro da Fortaleza no ano de 2018 possuíam cerca de 44% a 70% da sua produção agrícola municipal, pautada nesta *commodity* (Figura 6). Enquanto Iraí de Minas, Romaria, Pedrinópolis, Santa Juliana e Sacramento perderam força na produção de soja, migrando grande parte da sua produção para o milho (Figura 7).

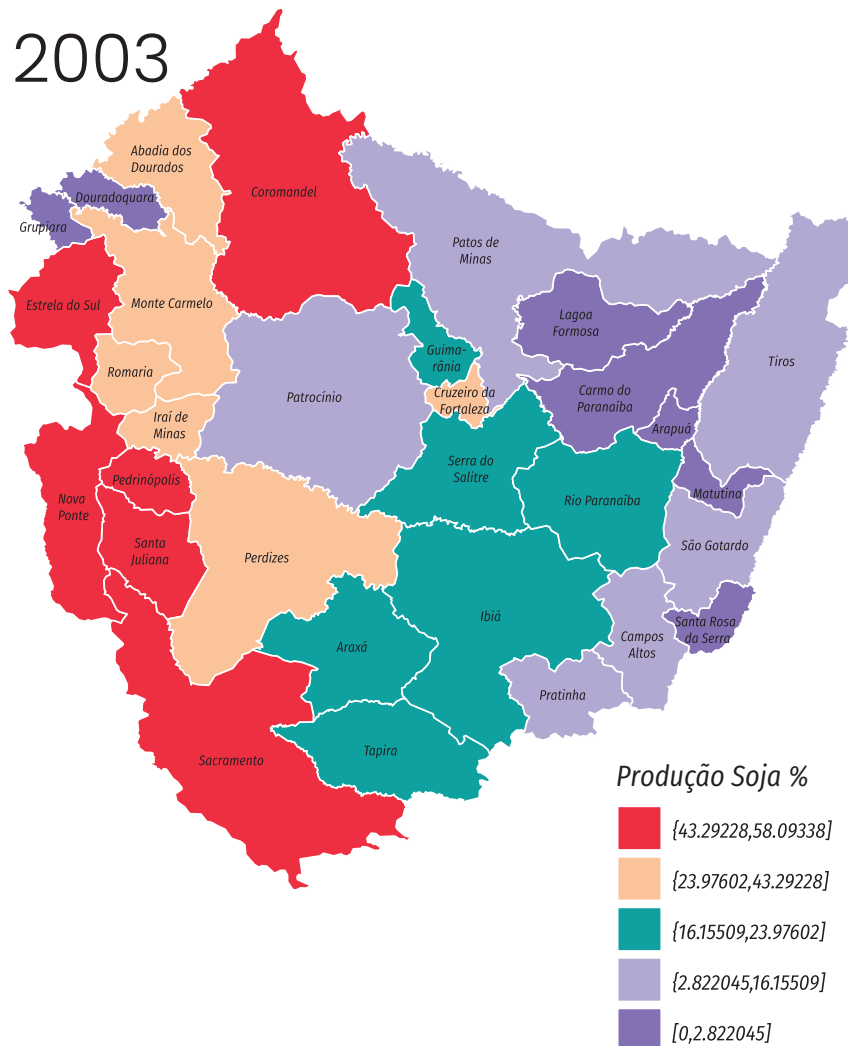
É possível perceber então, uma queda na produção de soja nos municípios que abarcavam a maior parte da produção voltada para esta *commodity*, passando para o milho, enquanto municípios com maior produção de milho, observados na Figura 7, migraram grande parte da sua produção para a soja, como exemplo, Grupiara, Cruzeiro da Fortaleza, Douradoquara, Abadia dos Dourados, entre outros, corroborando com o que pode ser observado na Figura 5, em que a soja e o milho se intercalam durante todo o período. Desde 2003, o município

de Coromandel tornou-se referência na produção de soja, quando se observa uma migração da cultura da região Sudoeste para o Noroeste. Desta análise, destoa a produção no município de Ibiá, que além de grande produtor de soja, é também grande produtor de milho.

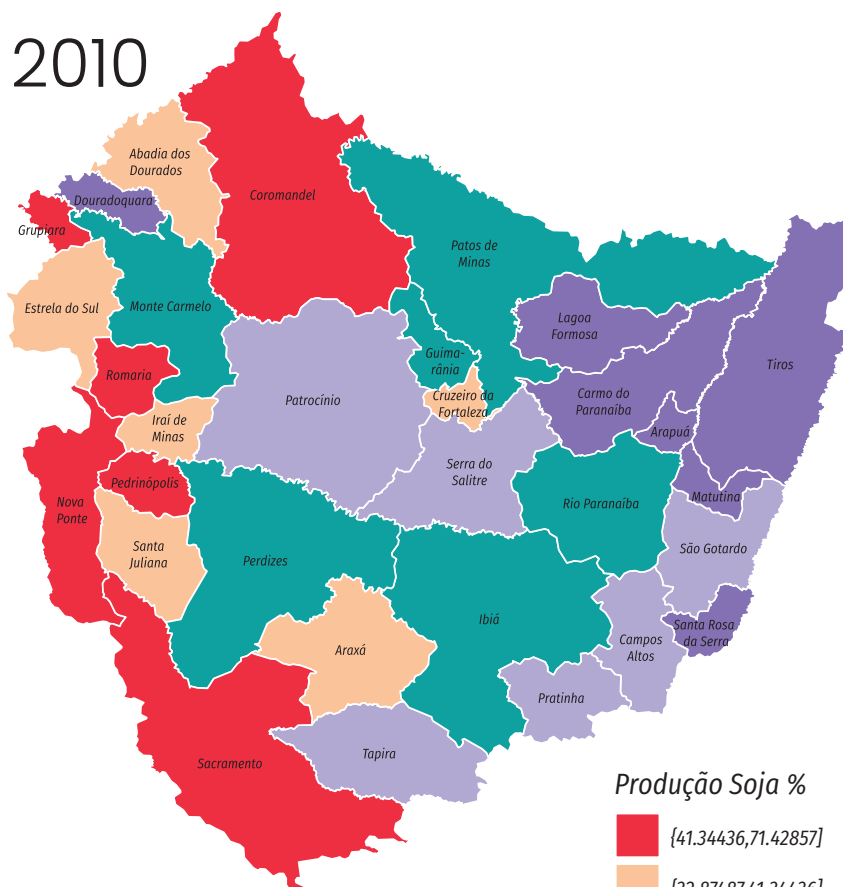
Figura 6:
Produção de Soja do Alto Paranaíba (1997 a 2018)



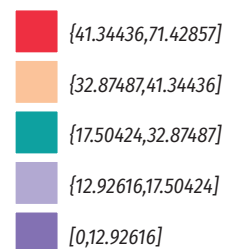
2003



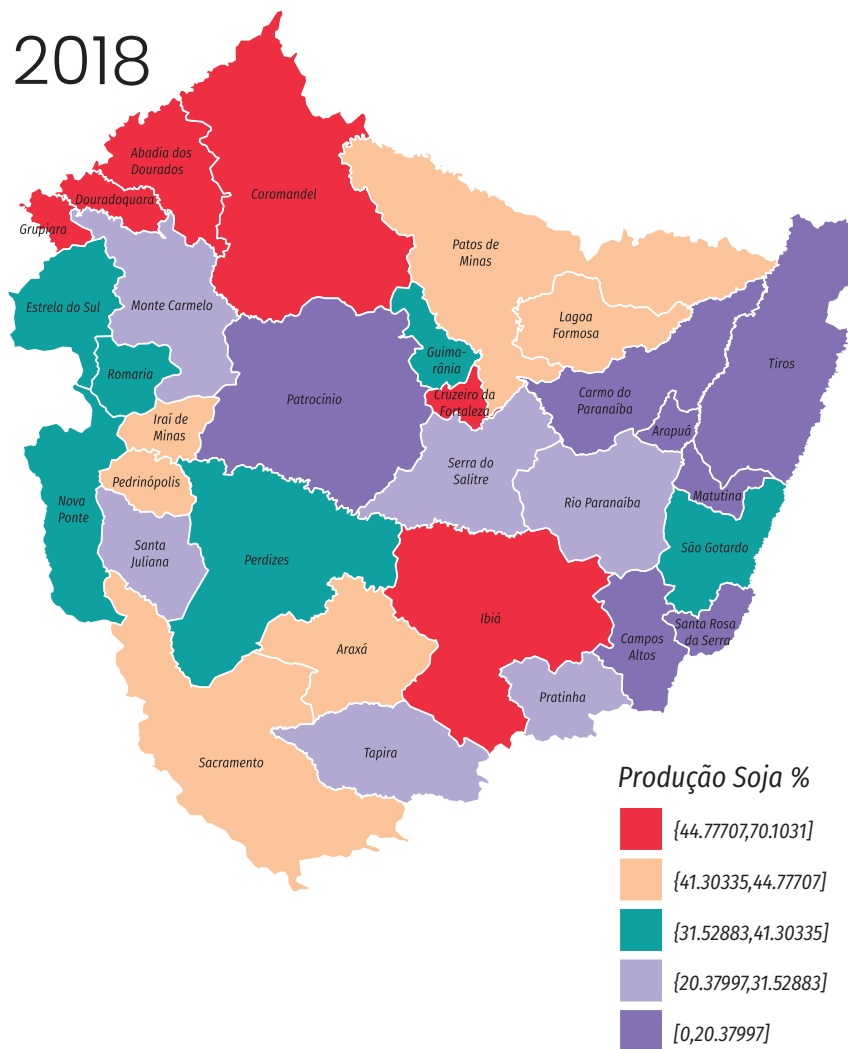
2010



Produção Soja %



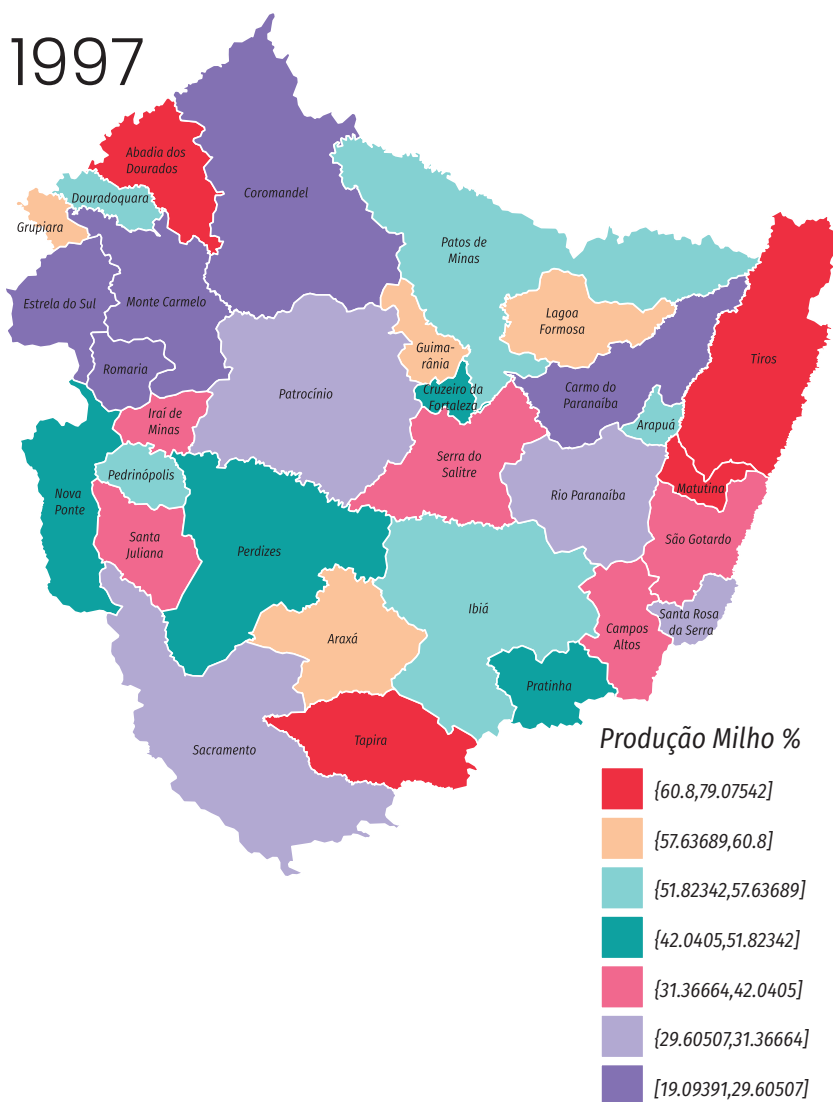
2018



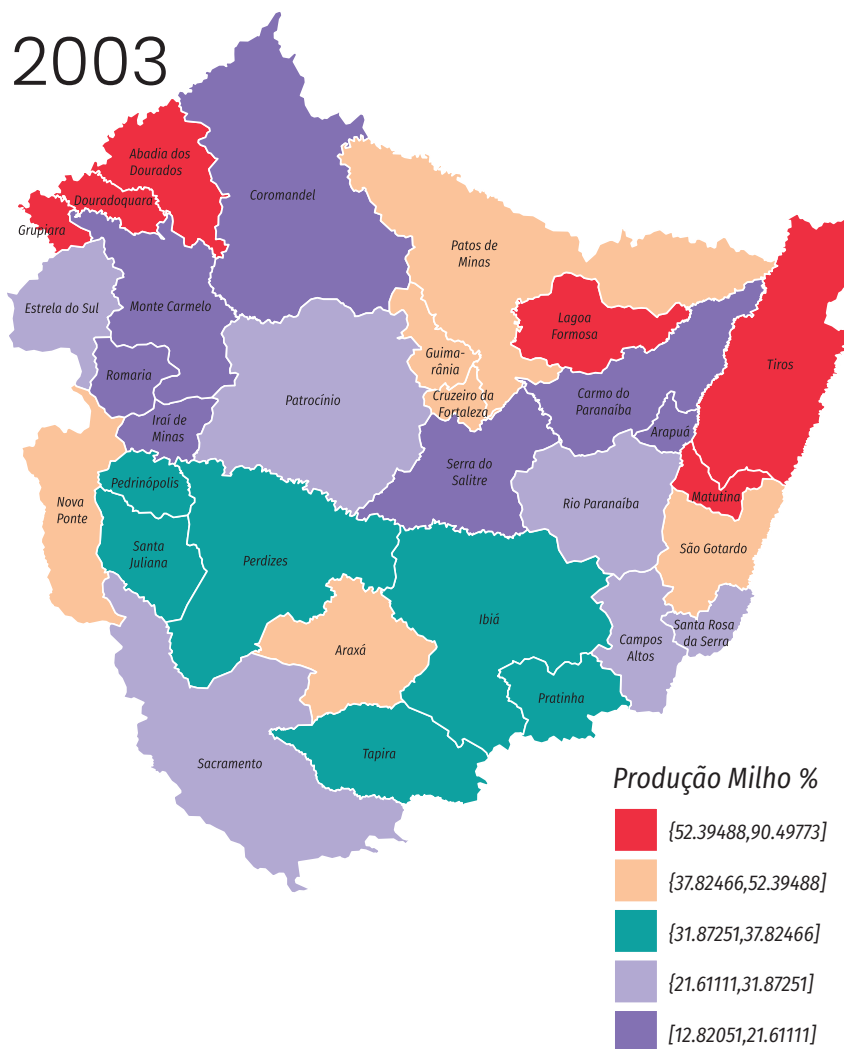
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do SIDRA/IBGE, StataMP 13, 2020.

É possível observar esta alternância entre a produção de soja e milho, no comparativo das figuras 6 e 7. Tomemos como exemplo o município de Patos de Minas. Em 1997, teve uma produção mediana de soja e seis anos depois, em 2003, teve a produção retraída, mas alavancada nos anos seguintes, em 2010 e 2018. Para a produção de milho, o comportamento não é diferente, produção mediana em 1997, alavancada em 2003 e 2010. Em 2010, inclusive se apresentou como um dos principais municípios produtores de milho. Contudo, em 2018, uma nova análise mostra retração considerável no cultivo de soja.

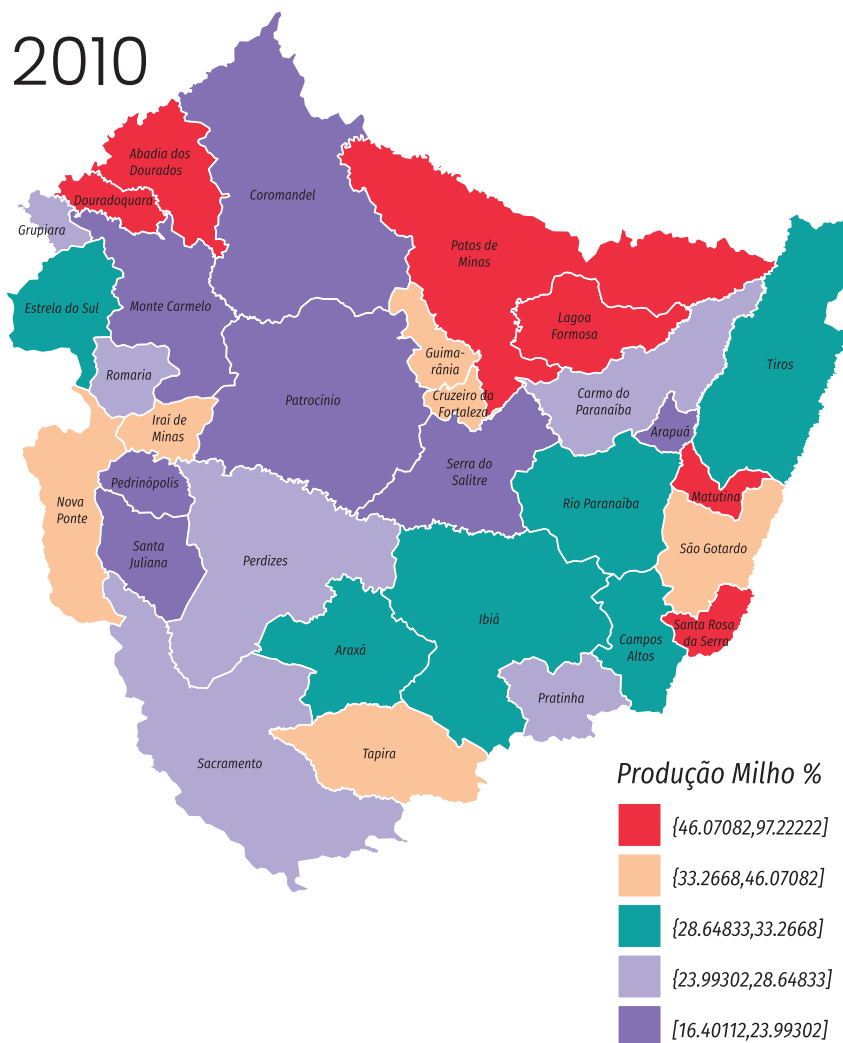
Figura 7:
Produção de Milho do Alto Paranaíba (1997 e 2018)



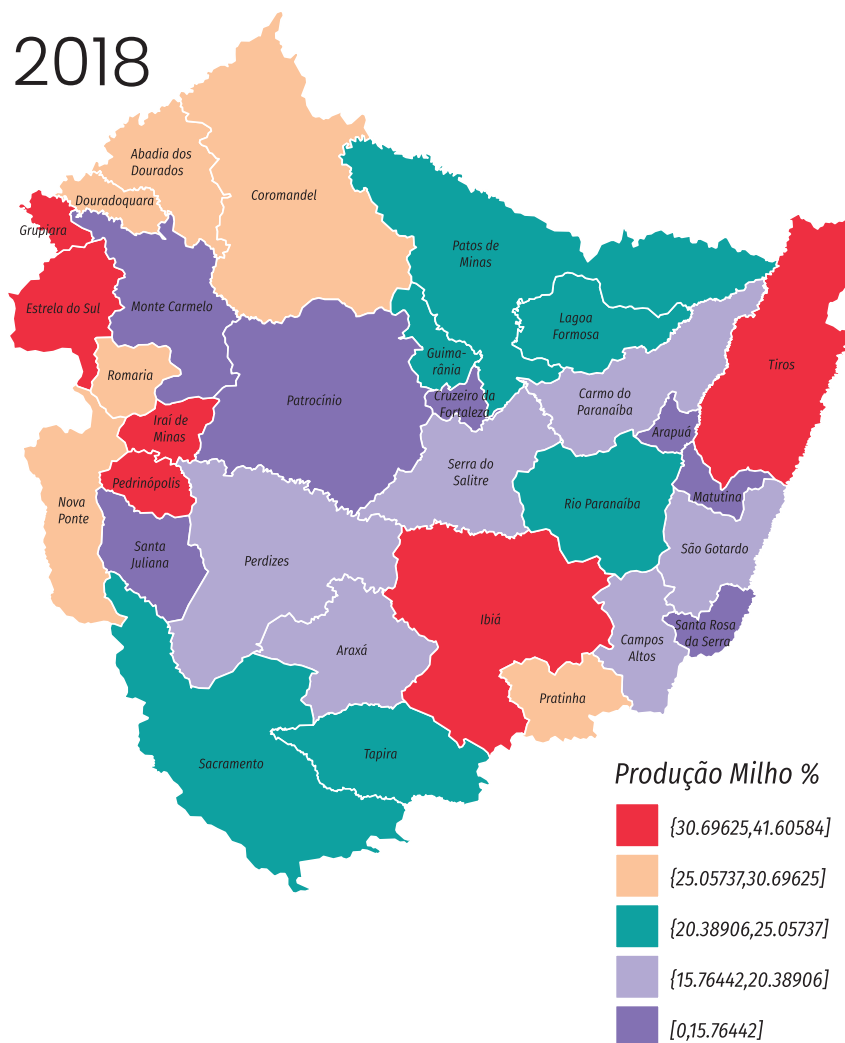
2003



2010



2018



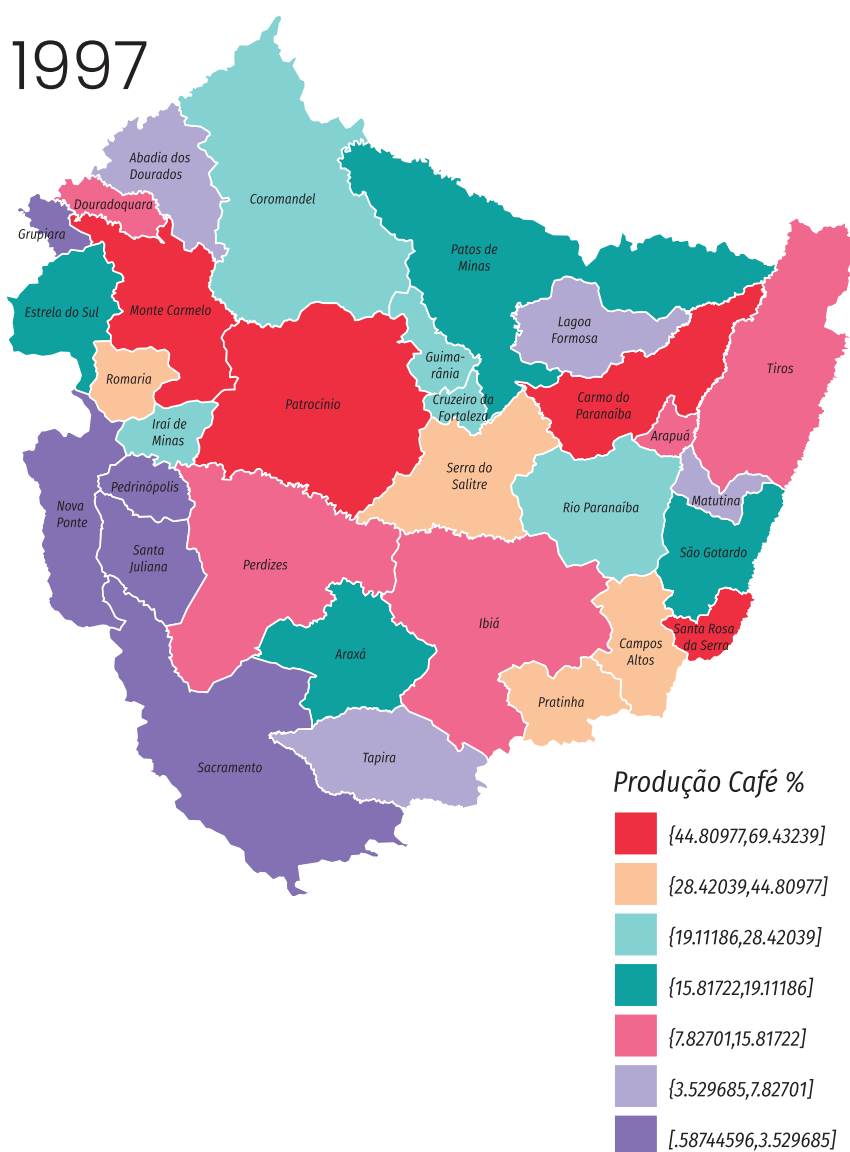
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do SIDRA/IBGE, StataMP 13, 2020.

Essas oscilações podem ser explicadas por variáveis como o preço e a incidência de doenças que fazem com que os produtores optem por uma ou outra cultura, ano após ano, ou ainda pelo plantio rotativo, em que se tem milho e soja intercalando-se em função de uma maior viabilidade e rentabilidade, o ideal é que essa troca de cultivo ocorra a cada três anos (JANDREY et al., 2018).

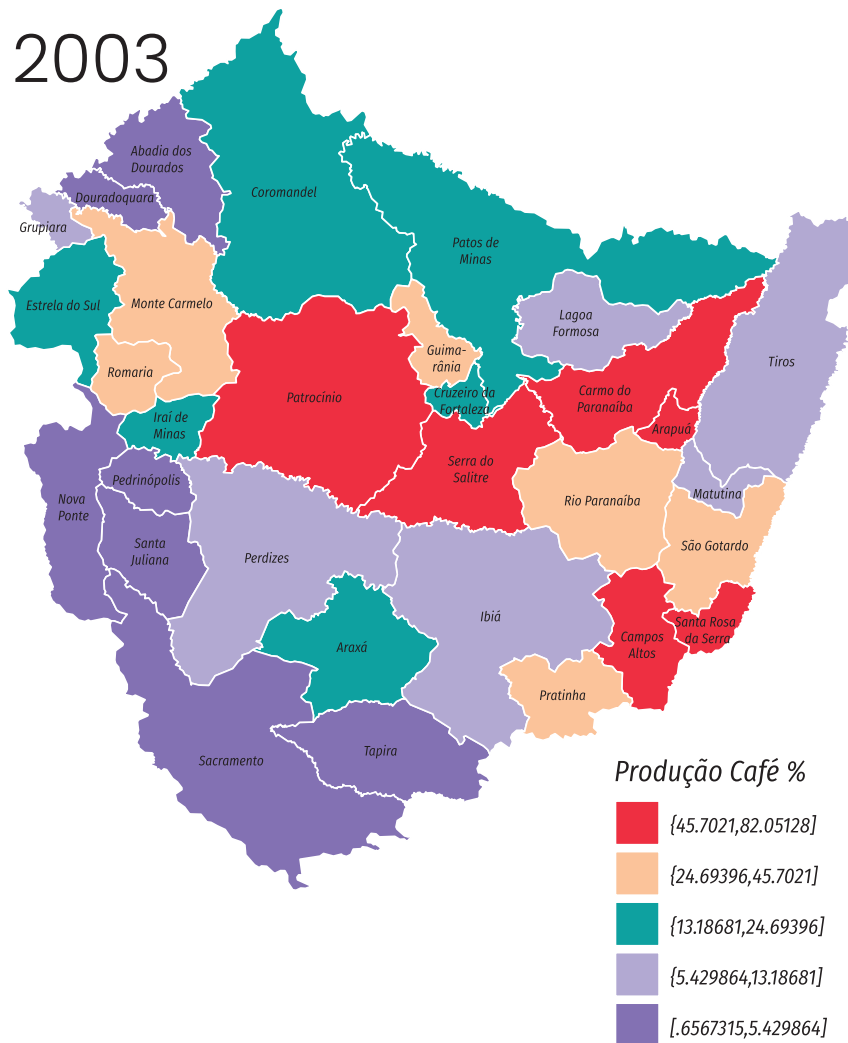
O mapa da produção de café (figura 8) mostra a formação de um “cinturão de café” na região do Alto Paranaíba, impulsionado pela produção nos municípios de Monte Carmelo, Patrocínio, Serra do Salitre e Carmo do Paranaíba. No mapa de 2010 é possível ver com nitidez esta formação (com destaque em vermelho) que abarca também os municípios de Arapuá e Tiros. Neste ano,

estes municípios passaram a produzir entre 47% a 72% da sua produção total municipal em café. Em 2018, a proporção diminuiu com o aumento na produção de café pelos municípios de Santa Rosa da Serra e Campos Altos, mas mantêm elevada a produção neste entorno, somadas a produção de Rio Paranaíba.

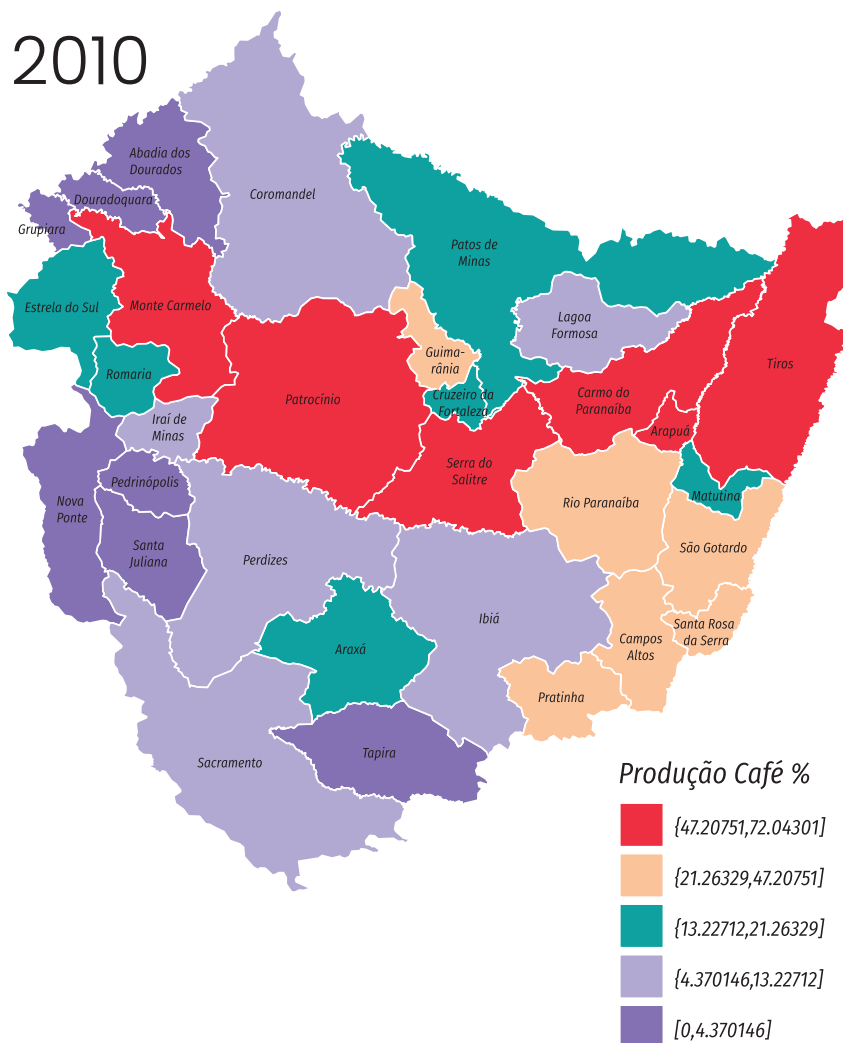
Figura 8:
Produção de Café do Alto Paranaíba (1997 e 2018)



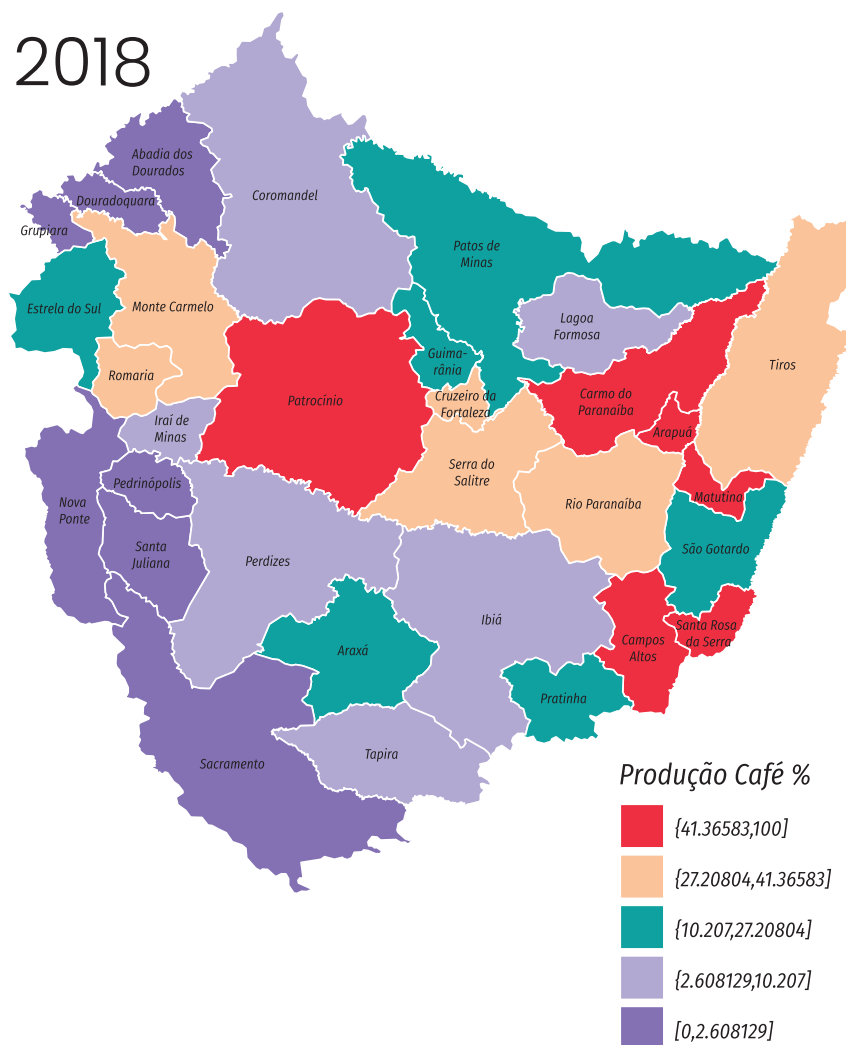
2003



2010



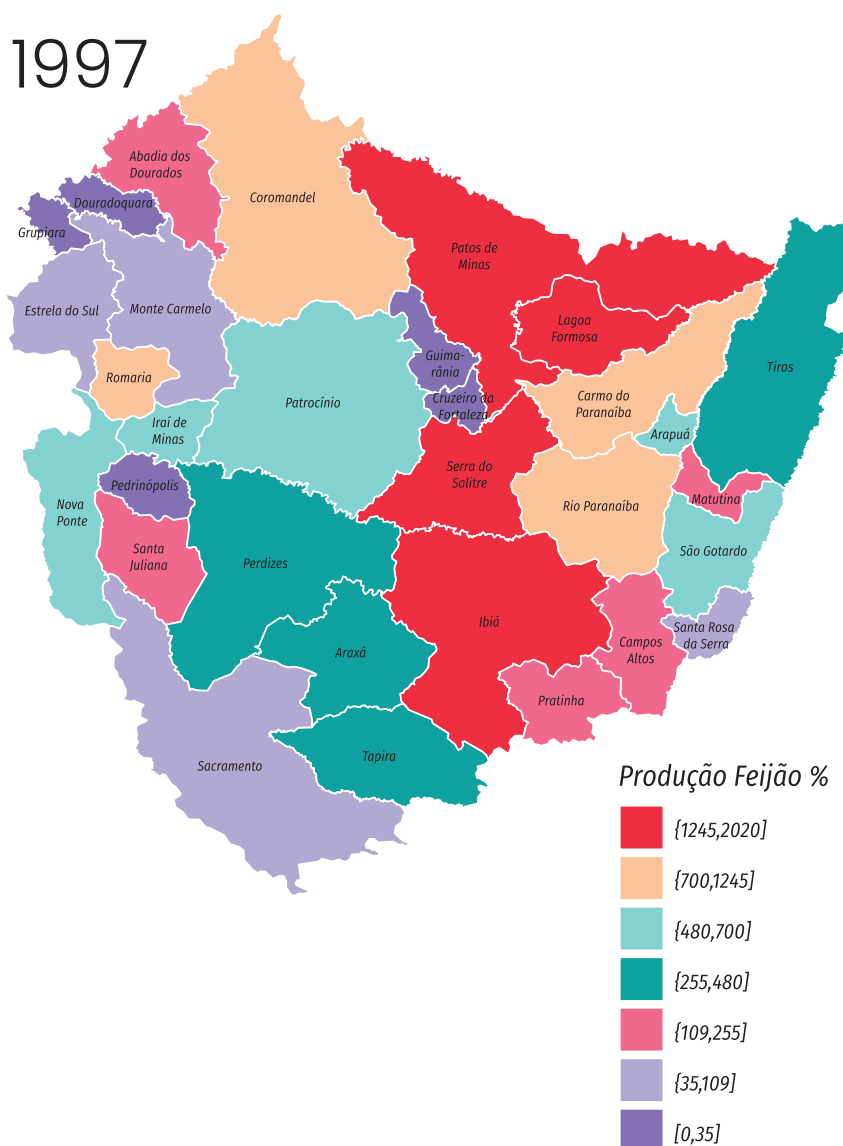
2018



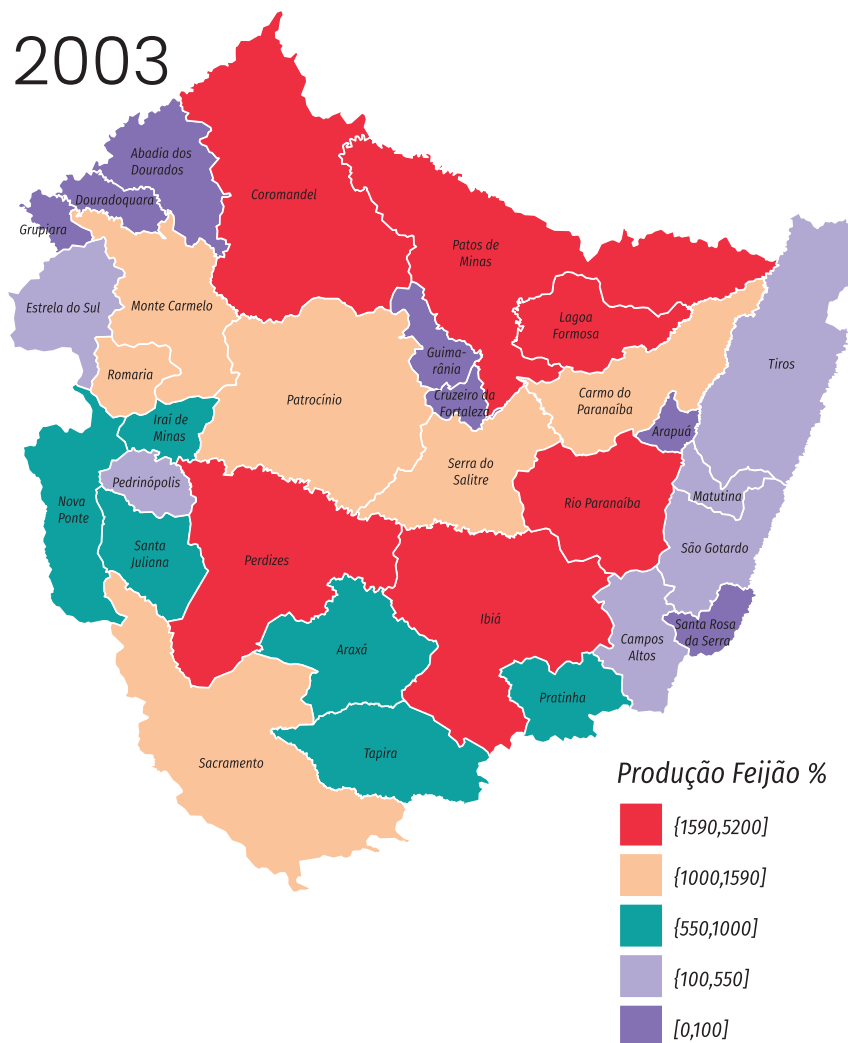
Fonte: Elaboração própria, StataMP 13, 2018.

Para além da análise das culturas tradicionais da região do Alto Paranaíba, procurou-se também inserir outras culturas que movimentam a economia de alguns municípios. O feijão é uma destas culturas, apesar das grandes oscilações ao longo dos vinte anos e de sua baixa proporção quanto a área cultivada, é uma cultivar que tem ampliado sua participação, entre as culturas da região, como mostra o mapa da figura 9. Destaque para os municípios que se mantiveram como os maiores produtores de feijão: Patos de Minas, Lagoa Formosa, Serra do Salitre e Ibiá. E outros que aumentaram sua produção como Coromandel, Patrocínio, Santa Juliana, Nova Ponte e Sacramento.

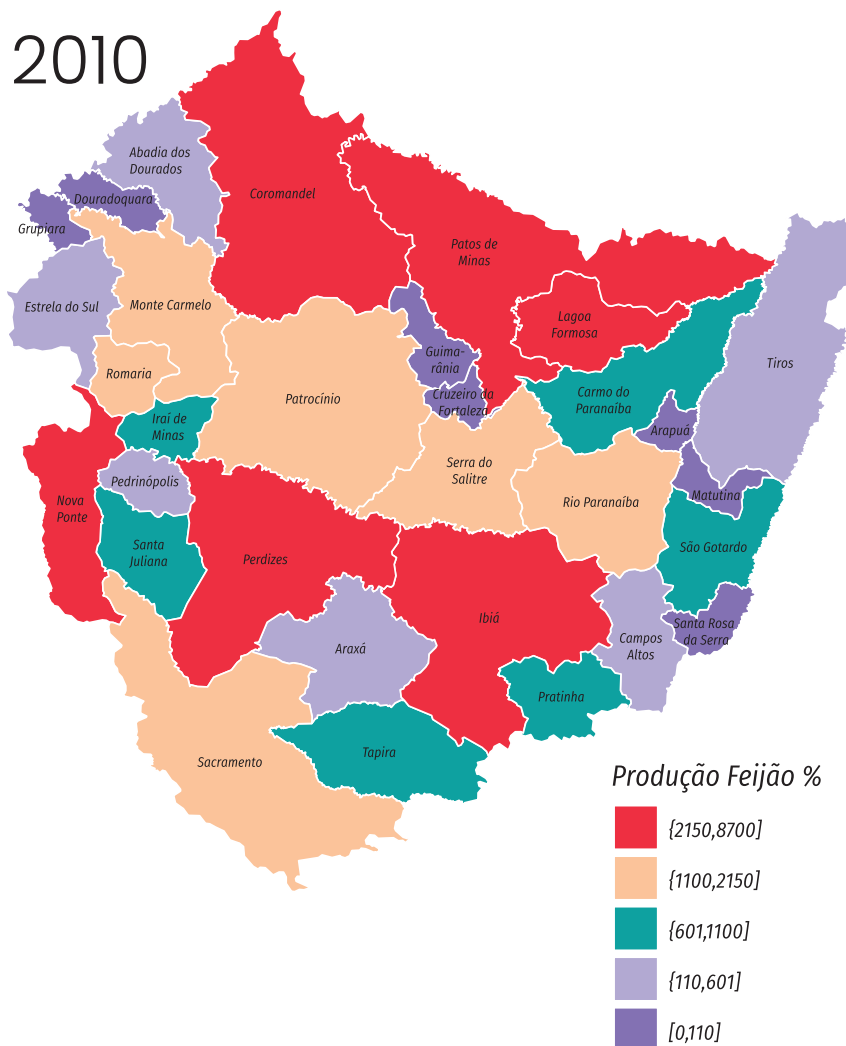
Figura 9:
Produção de Feijão do Alto Paranaíba (1997 e 2018)



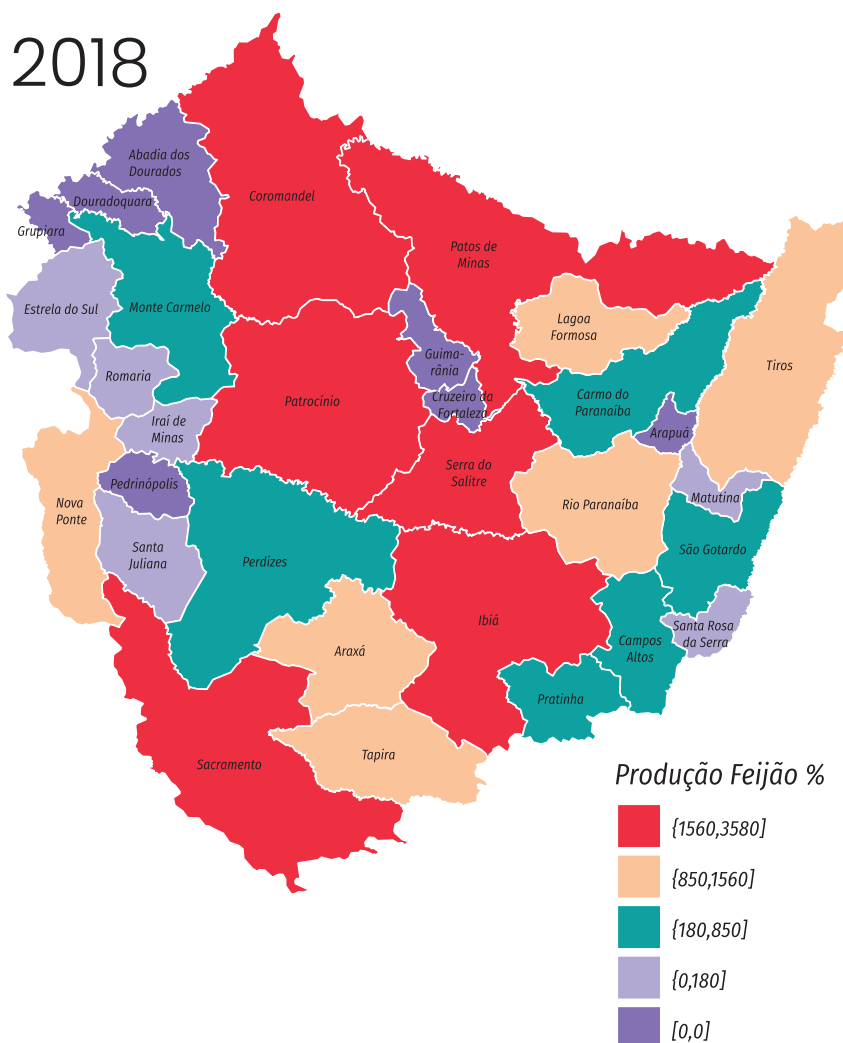
2003



2010



2018

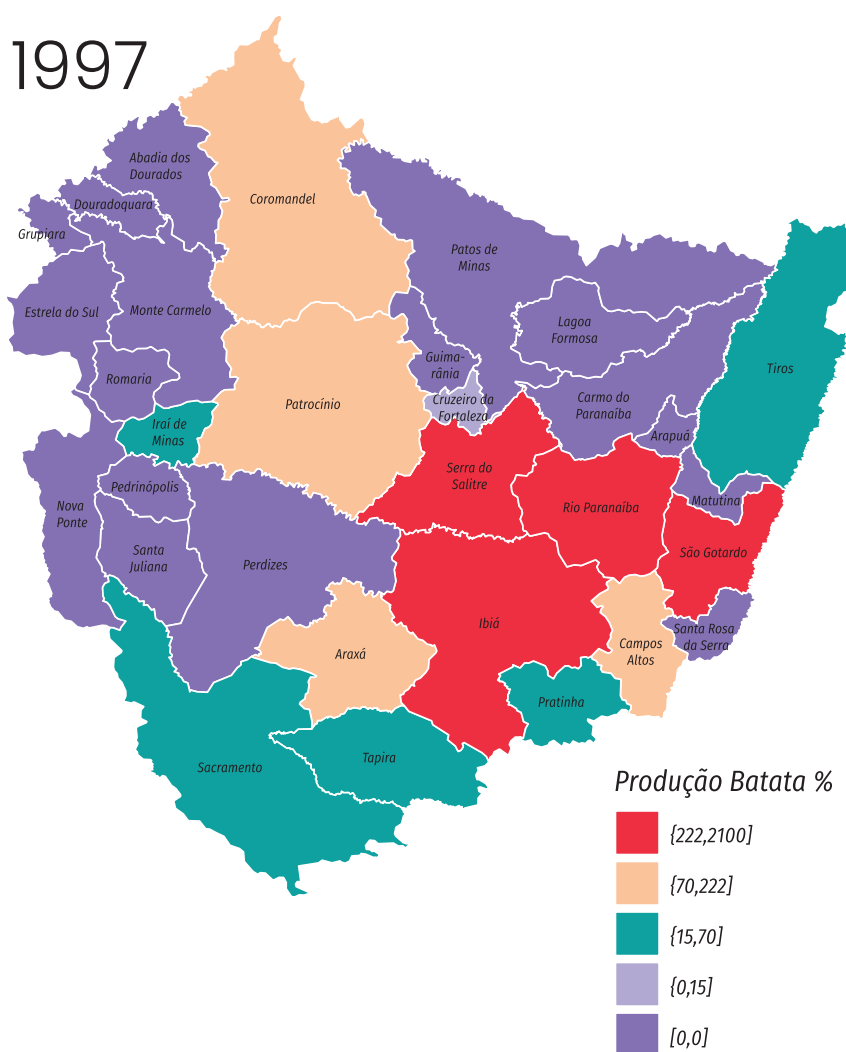


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do SIDRA/IBGE, StataMP 13, 2020

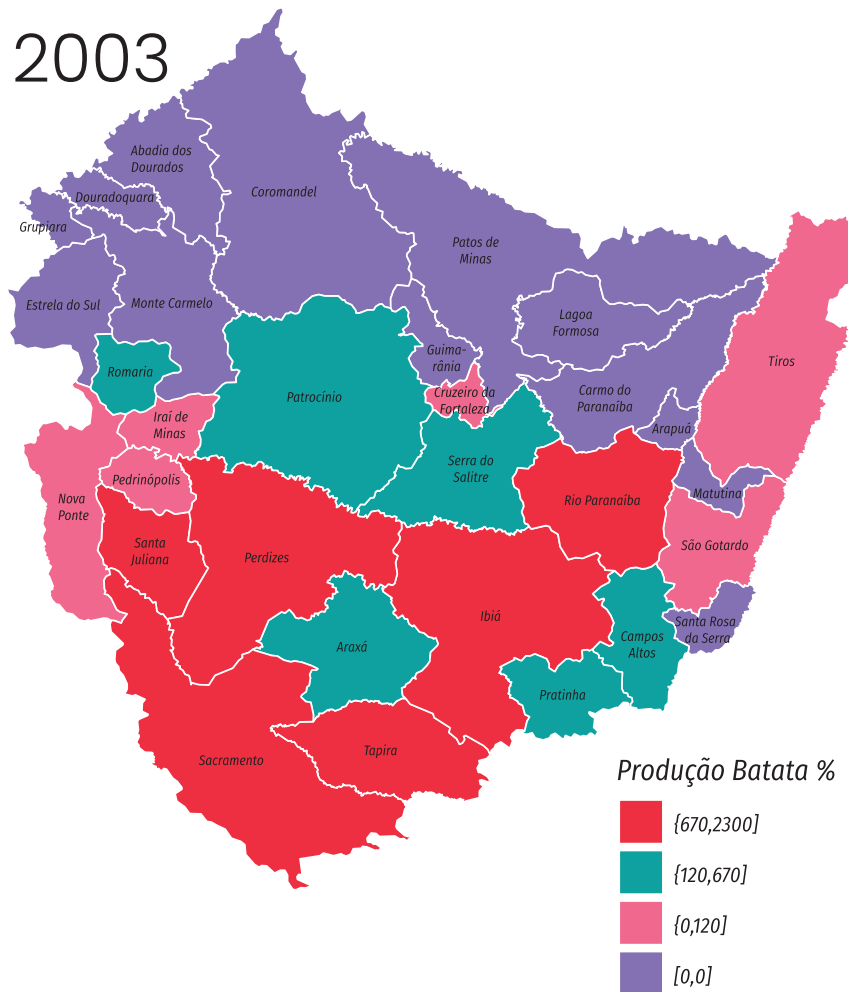
Outro produto que merece atenção e com potencialidade para a região é a batata-inglesa (figura 10). Também se observa certo avanço na produção desta variedade que possibilita estabelecer um “caminho” produtivo e um posicionamento estratégico relacionado às empresas beneficiadoras, principalmente as que estão constituídas na cidade de Araxá. Fato interessante a ser destacado no mapa é que o aumento na produção de batata ocorre principalmente no entorno deste município, com destaque para Perdizes, Tapira, Sacramento, Santa Juliana, Nova Ponte, Rio Paranaíba e Ibiá, estabelecendo a região Centro-Sul com a principal produtora de batatas da região do Alto Paranaíba. Evidencia-se

que a expansão da produção de batata-inglesa nos municípios destacados (no entorno de Araxá) se consolida a partir do ano de 2003, e que esse arranjo produtivo, contribui para as beneficiadoras localizadas em Araxá no que tange à logística e ao acesso à commodity.

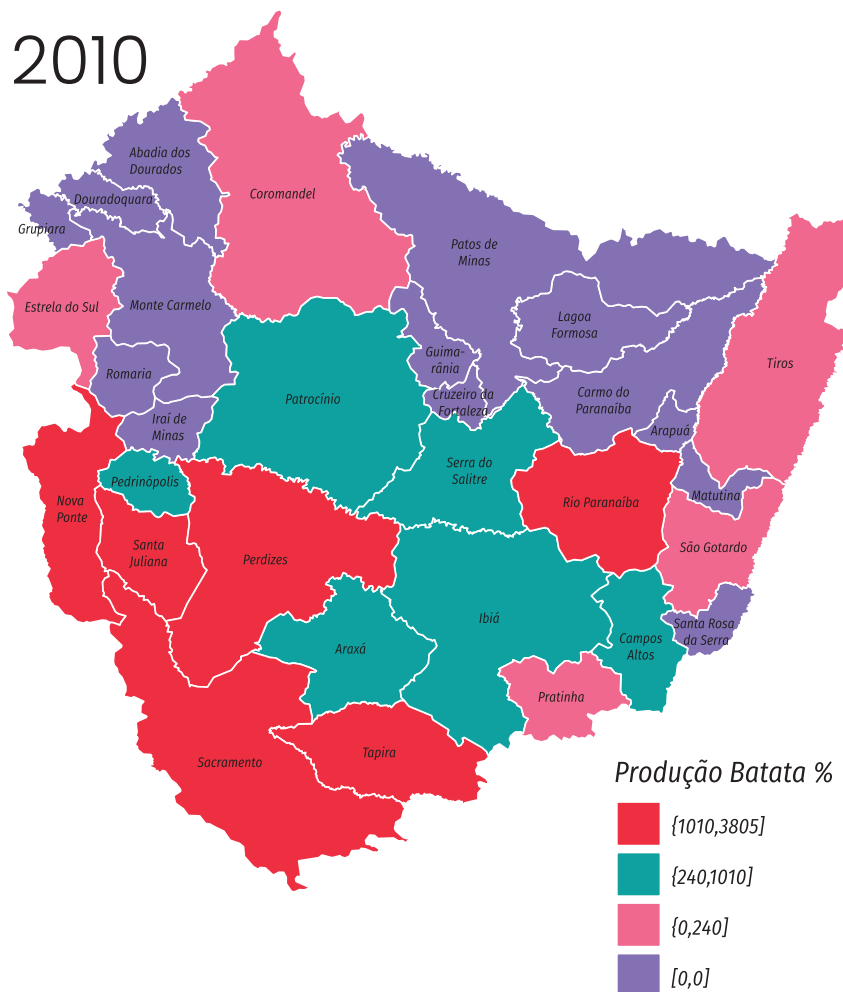
Figura 10:
Produção de Batata do Alto Paranaíba (1997 e 2018)



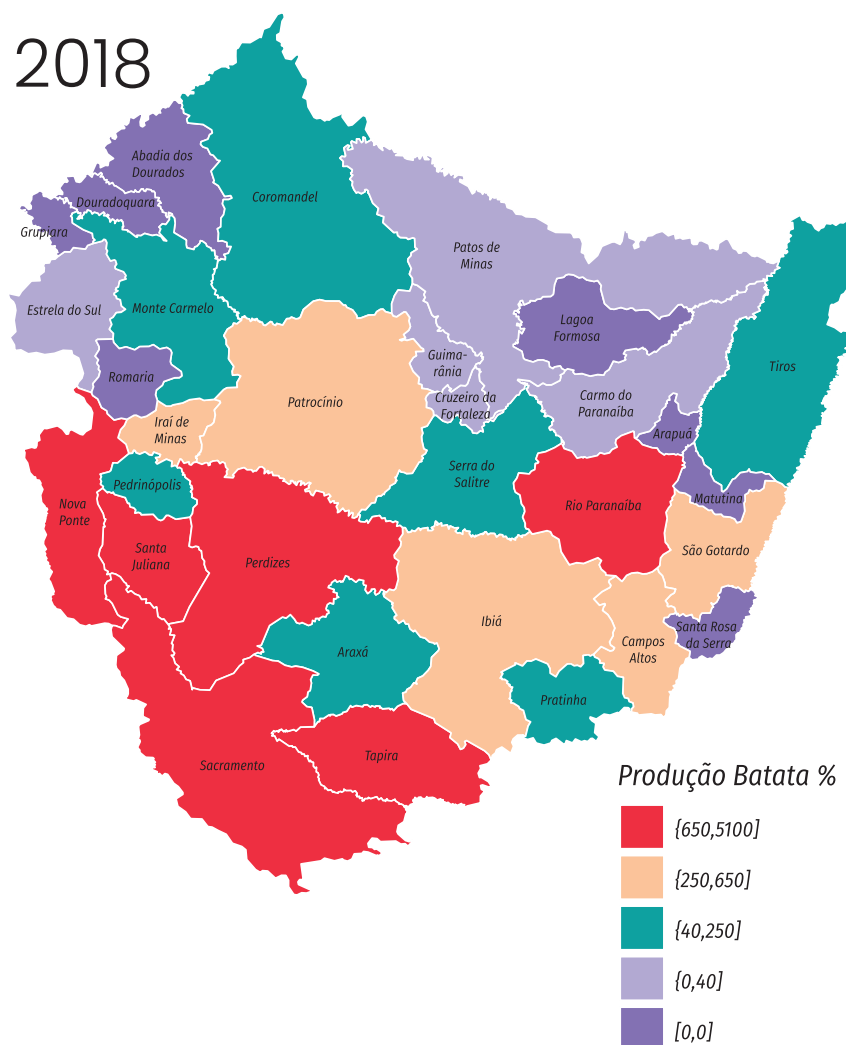
2003



2010



2018

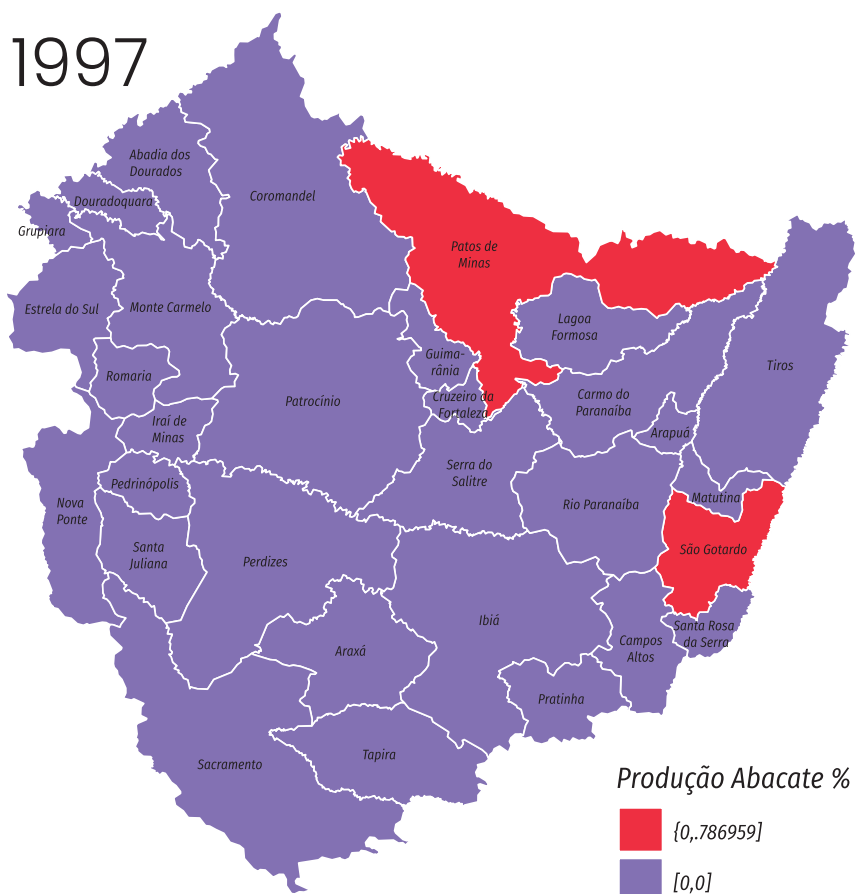


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do SIDRA/IBGE, StataMP 13, 2020

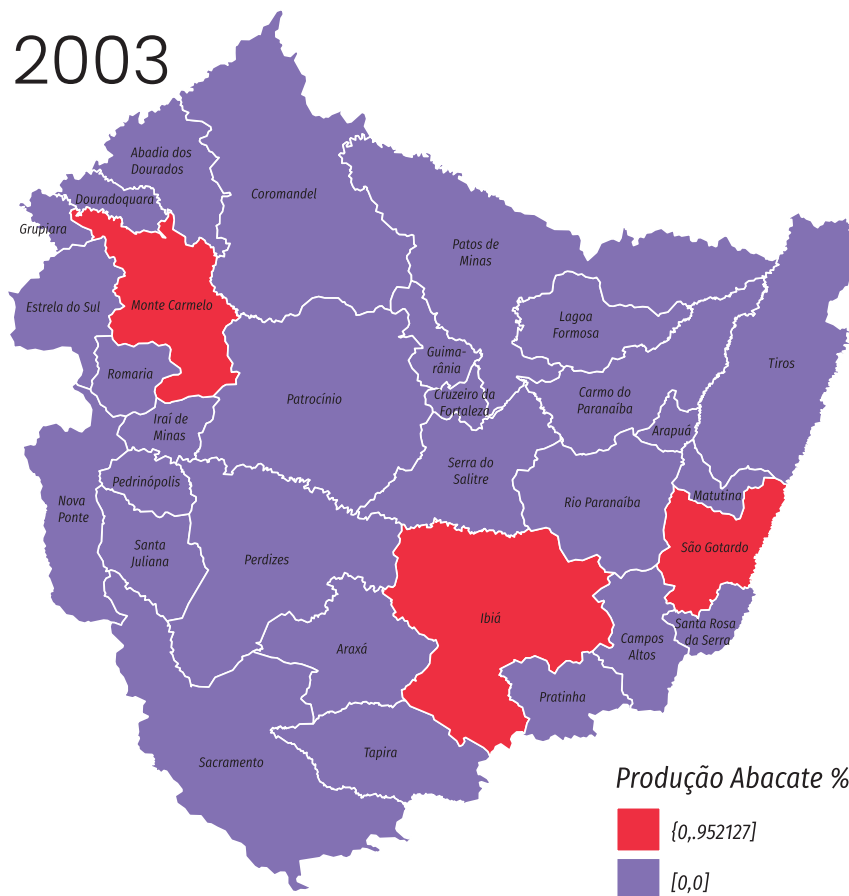
Importante destacar o avanço da produção de abacate ao longo do tempo na região do Alto Paranaíba. Em 20 anos de observação (figura 11) percebe-se que a cultura avançou de maneira significativa para um conjunto de municípios. Se em 1997 e 2003 poucos municípios cultivavam abacate, em 2010 novos municípios passaram a cultivá-lo e em 2018 a cultura aparece em diversas localidades, com destaque para São Gotardo, Rio Paranaíba, Campos Altos e Pratinha (no Sudeste da região) e Monte Carmelo e Estrela do Sul (no Noroeste). Além das empresas que beneficiam e exportam quase a totalidade desta produção e que se estabeleceram na região, impulsionando a produção desta cultura.

Figura 11:

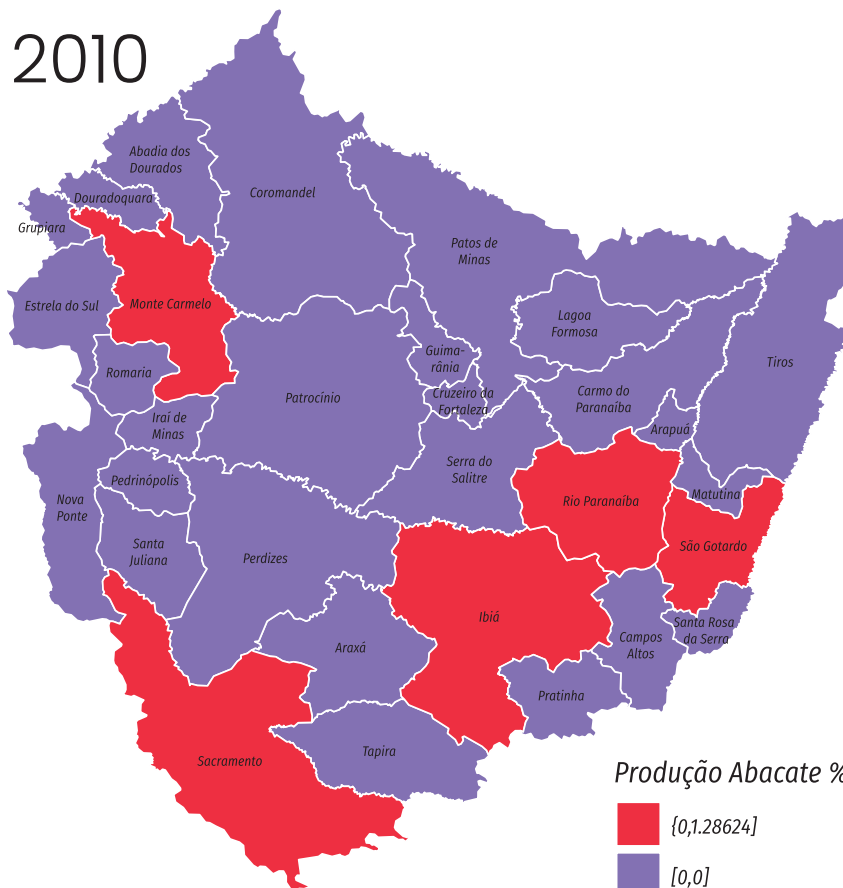
Produção de Abacate do Alto Paranaíba (1997 e 2018)



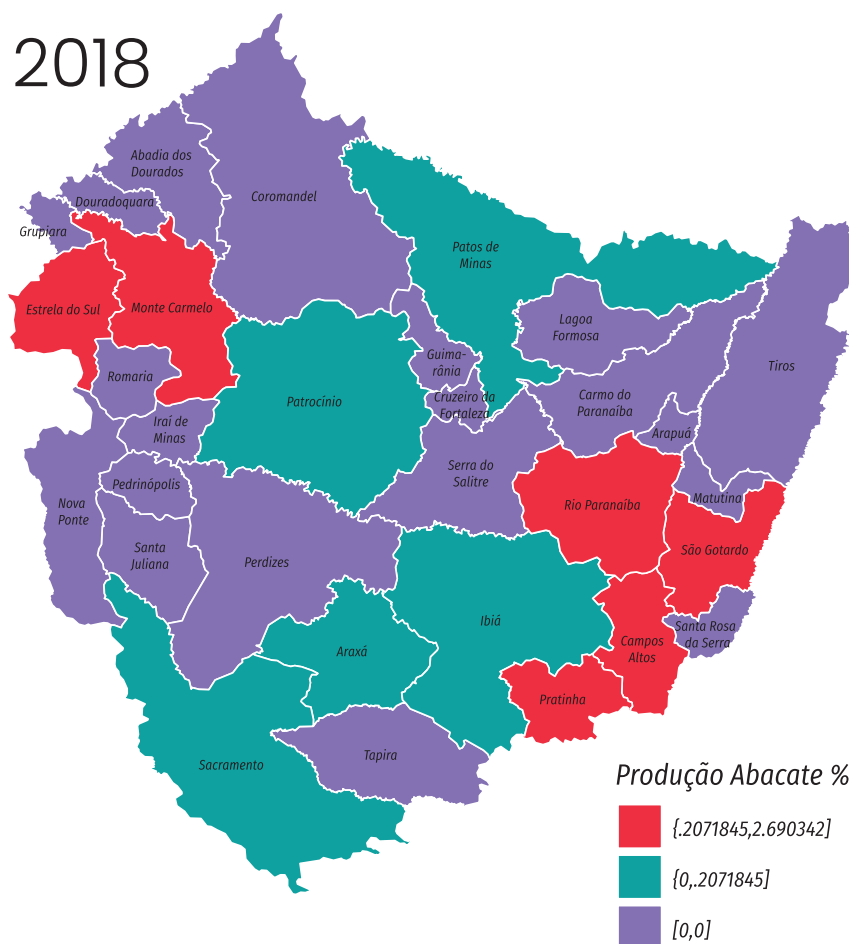
2003



2010



2018

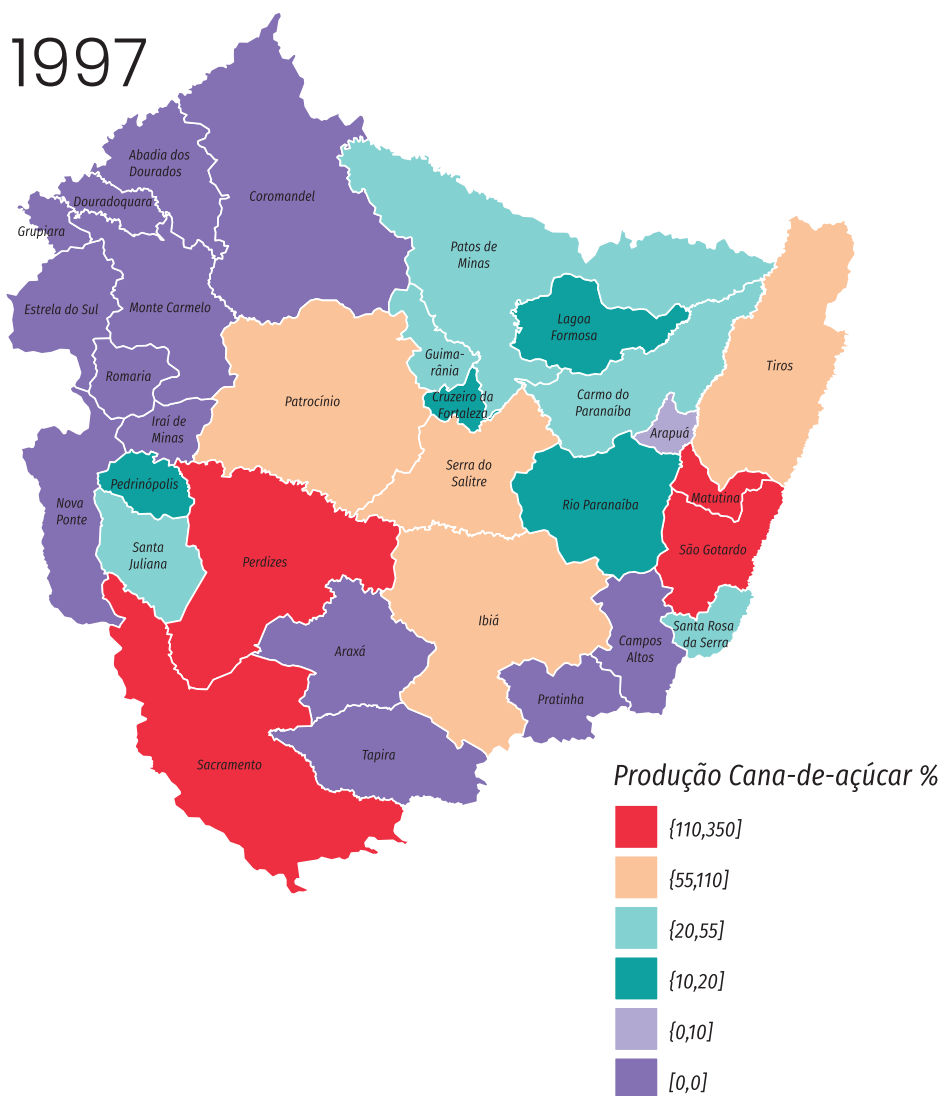


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do SIDRA/IBGE, StataMP 13, 2020

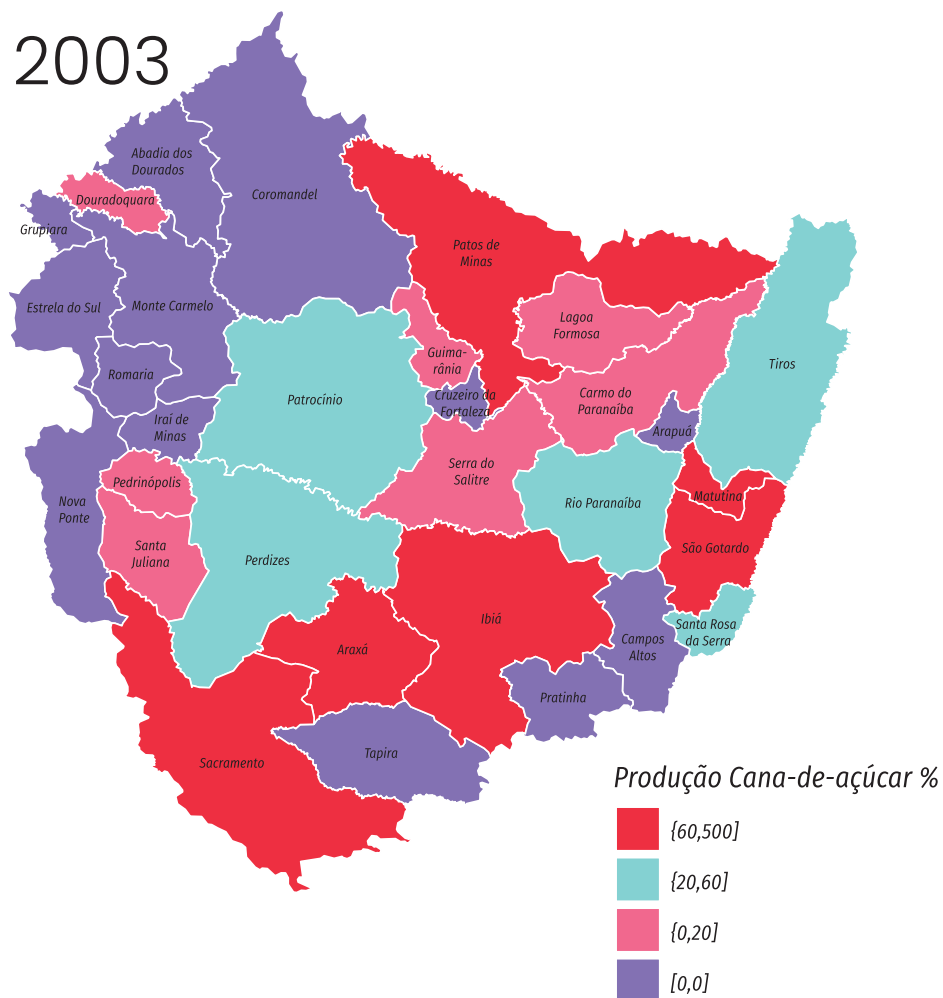
A cultura de cana-de-açúcar também chama a atenção na região. Nota-se pelo mapa (figura 12) um grande avanço para o sul e sudoeste do Alto Paranaíba, principalmente nos municípios que fazem fronteira que é São Paulo, principal estado produtor de cana-de-açúcar do país. Conforme se observa para outras regiões, como por exemplo, o Triângulo Mineiro e Sul de Goiás, este aumento da área destinada a esta cultura ocorre principalmente a partir dos anos 2000, quando novas tecnologias são aplicadas ao cultivo desta variedade, aplicação de normas ambientais mais rígidas e o aumento da demanda, favorecem o avanço para regiões onde a colheita mecânica da cana é favorável. Destaque para os municípios de Santa Juliana, Sacramento, Perdizes, Nova Ponte e Pedrinópolis.

Figura 12:

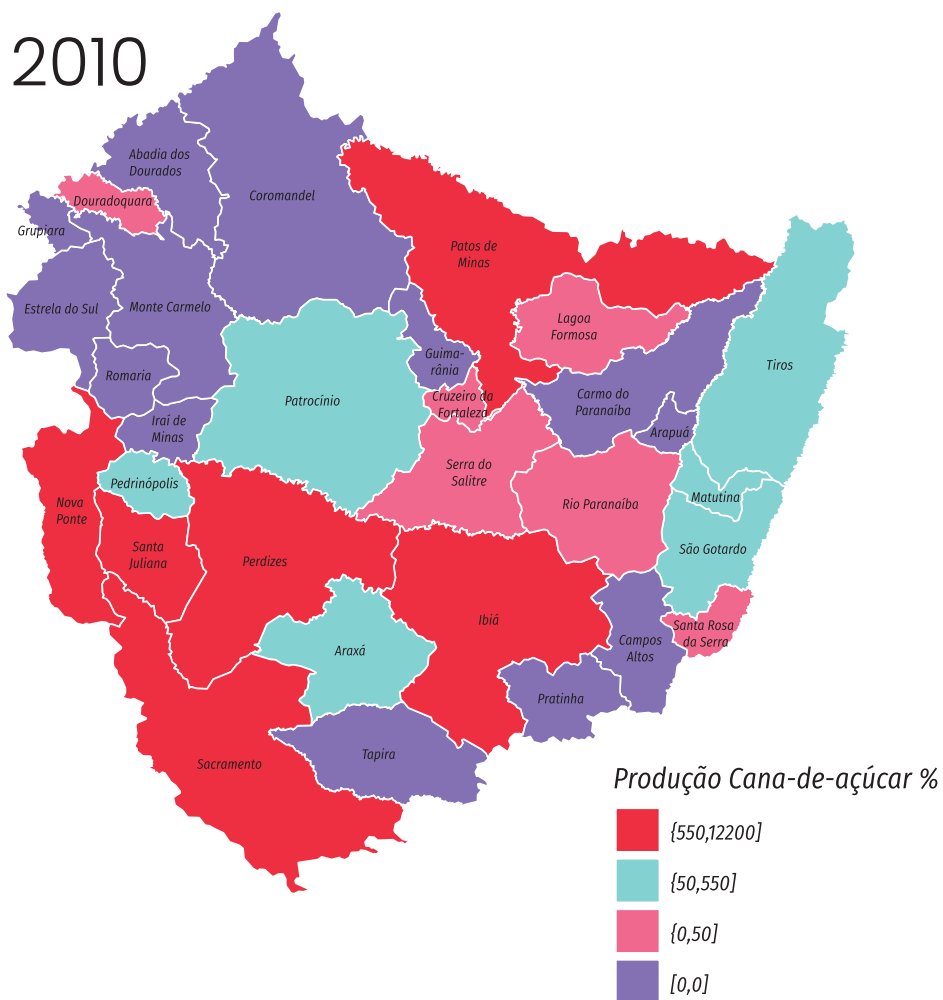
Produção de Cana-de-açúcar do Alto Paranaíba (1997 e 2018).



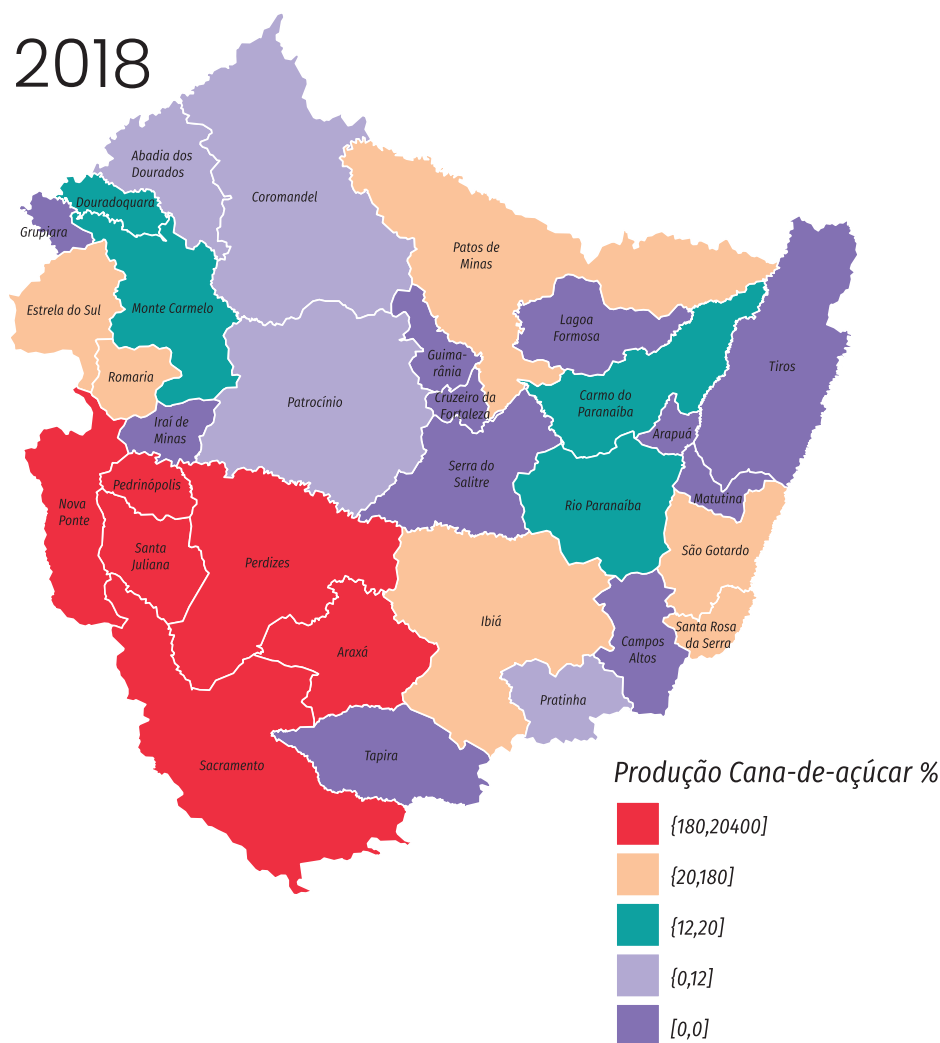
2003



2010



2018

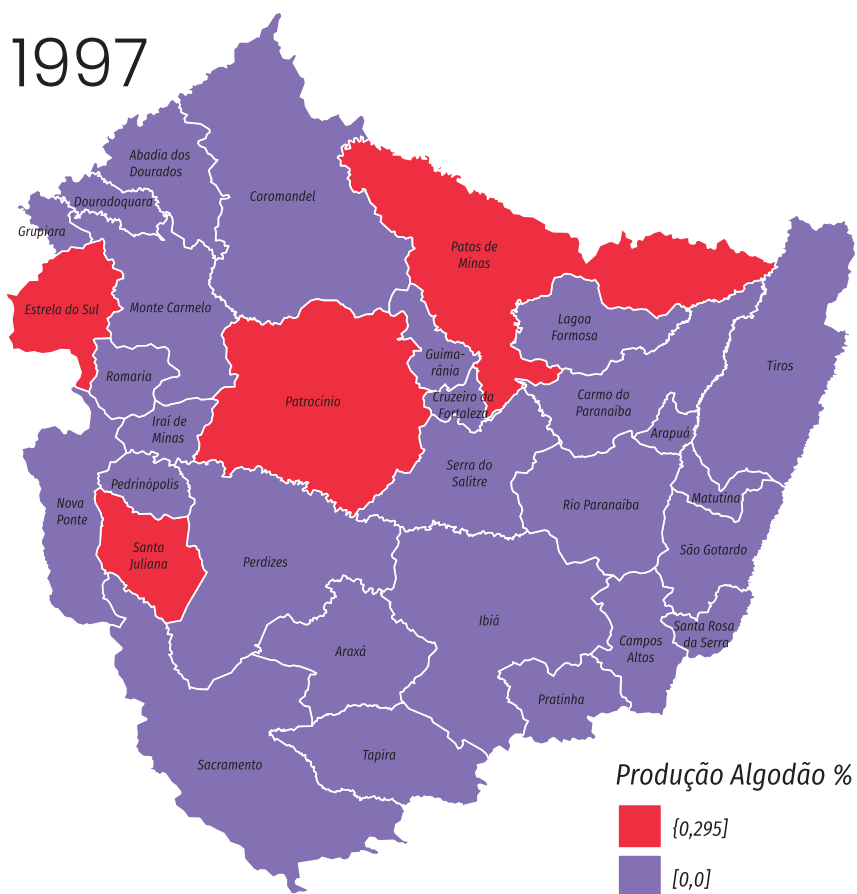


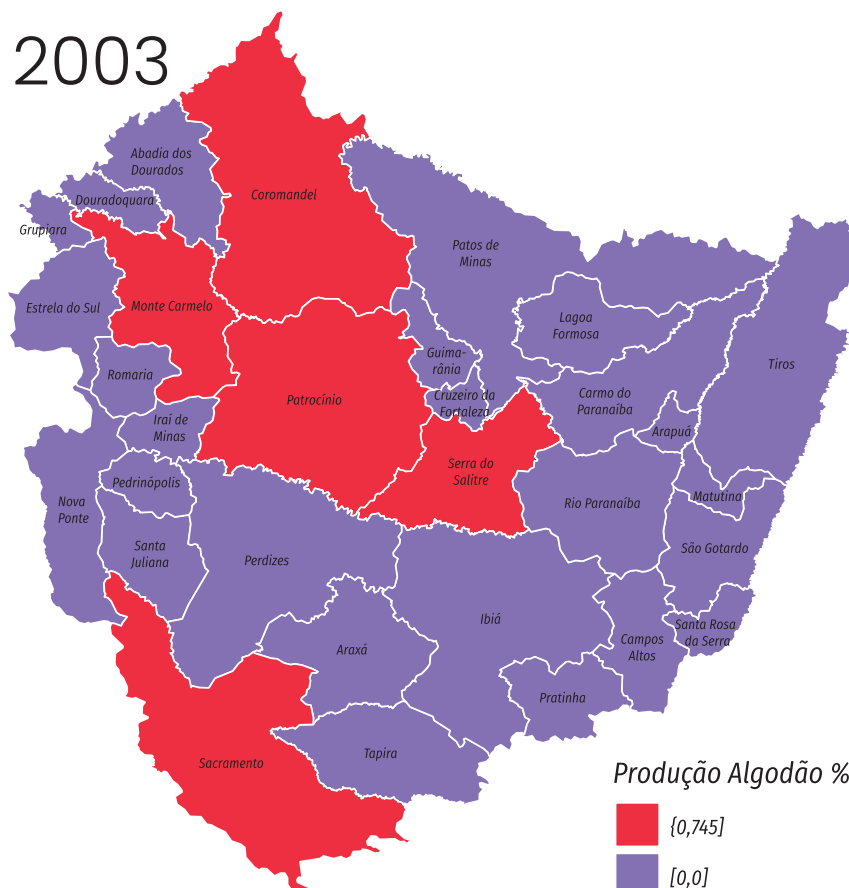
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do SIDRA/IBGE, StataMP 13, 2020

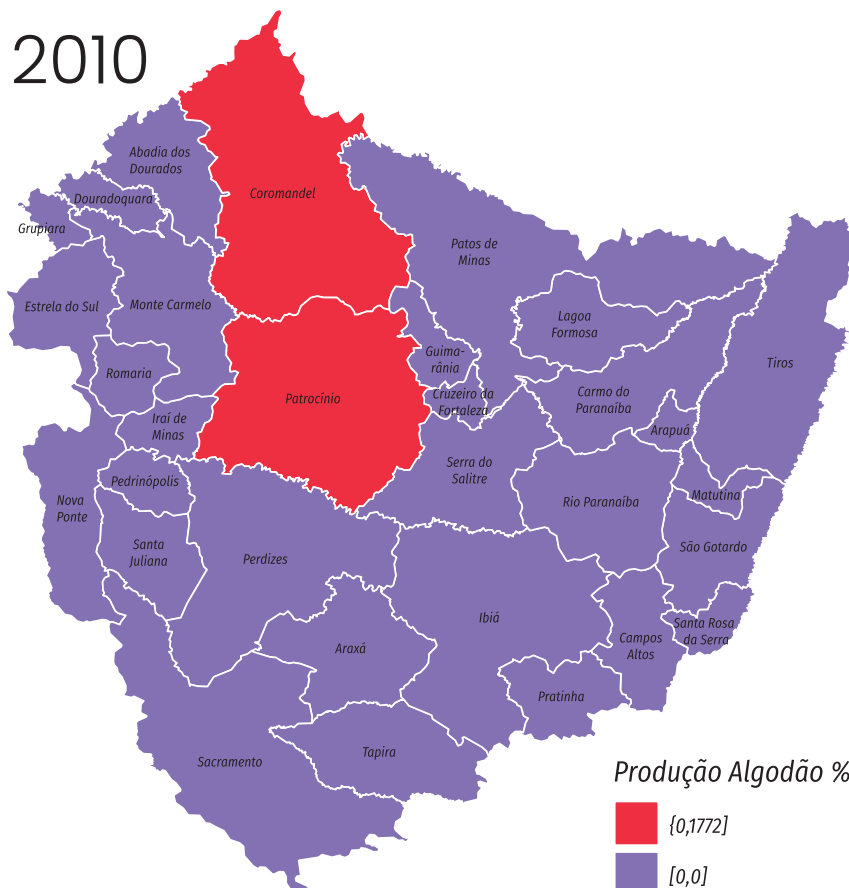
Já o algodão aparece como uma cultura potencial haja vista a importância da cultura para a região do Alto Paranaíba, contudo ao observar o mapa (figura 13), percebe-se que este vem perdendo participação ao longo do tempo e, em 2018, foi registrado o plantio somente na cidade de Coromandel. Por ser a cultura agrícola bastante cíclica e responder rapidamente ao direcionamento do mercado, espera-se, que para os próximos anos, o cultivo de algodão desponte como uma das principais culturas. Almeja-se que esta produção avance sobre o Cerrado, favorecido pelo clima cíclico da região que favorece o plantio do algodão com estações secas e chuvosas bem definidas.

Figura 13:

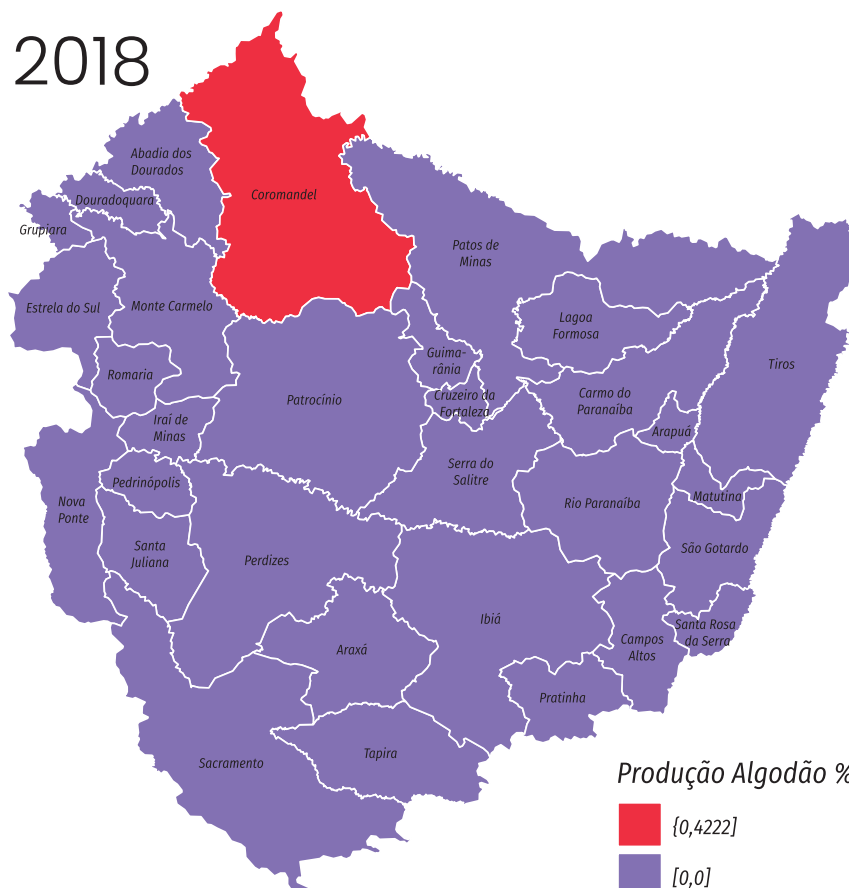
Produção de Algodão do Alto Paranaíba (1997 e 2018).







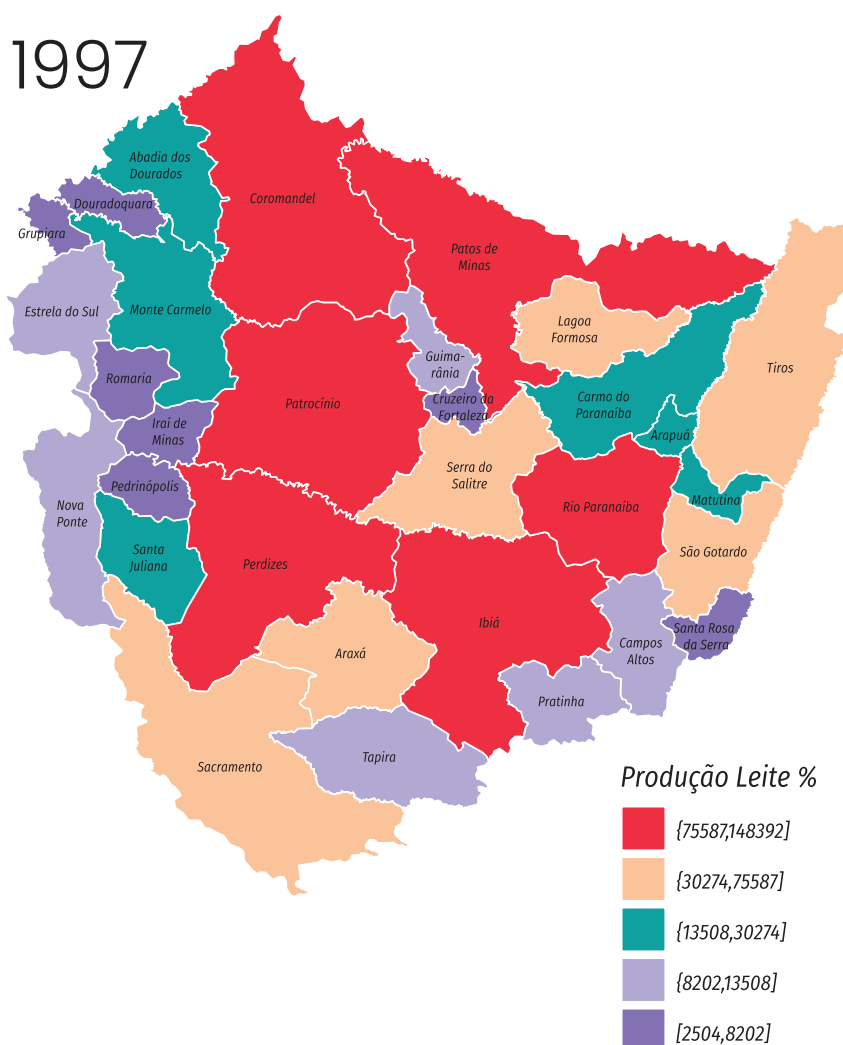
2018



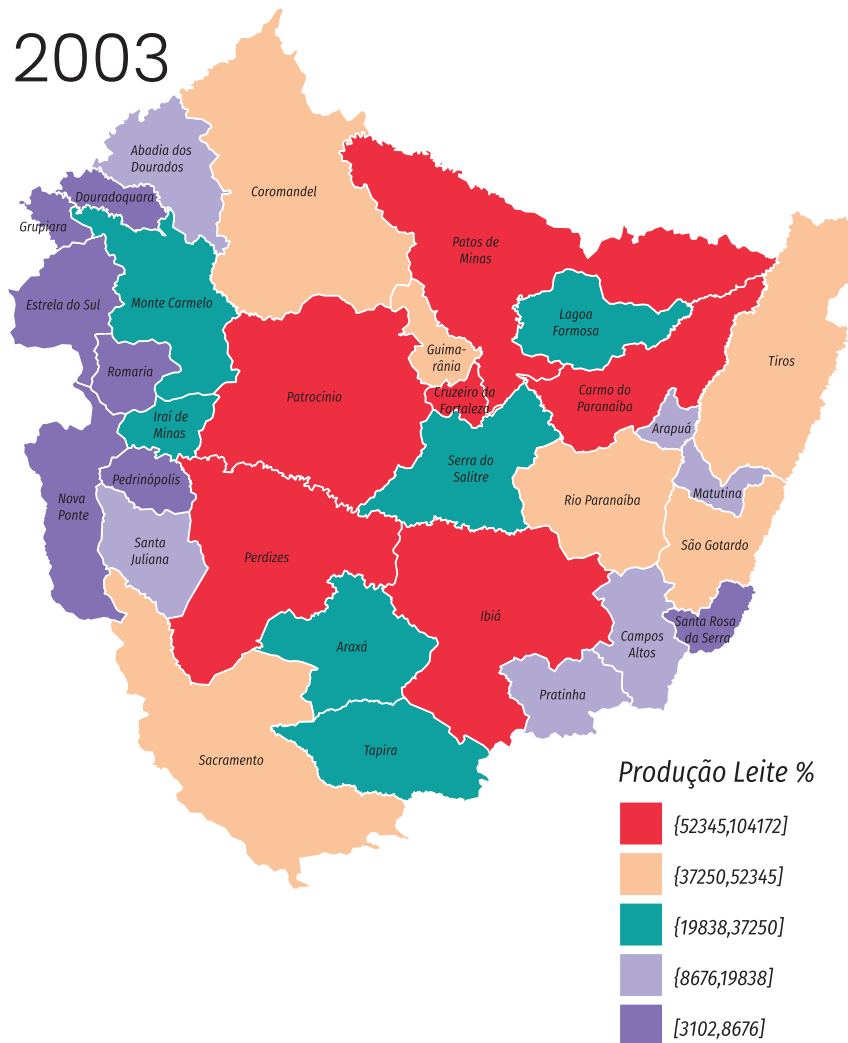
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do SIDRA/IBGE, StataMP 13, 2020

A produção leiteira merece destaque pois nesta região encontra-se uma das maiores bacias leiteiras do país e maior produtora de leite de Minas Gerais. Pelo mapa (figura 14), observa-se que a produção apresentou grande oscilação ao longo do tempo e que, estimulado pelas condições climáticas e a adoção de novas tecnologias, consolidou uma importante cadeia produtiva que relaciona a elevada produção “dentro da porteira” com a sua respectiva manufatura nos grandes laticínios, instalados principalmente nos municípios de Araxá, Patrocínio e Patos de Minas e que se ligam diretamente ao mercado consumidor de Minas Gerais e do Brasil.

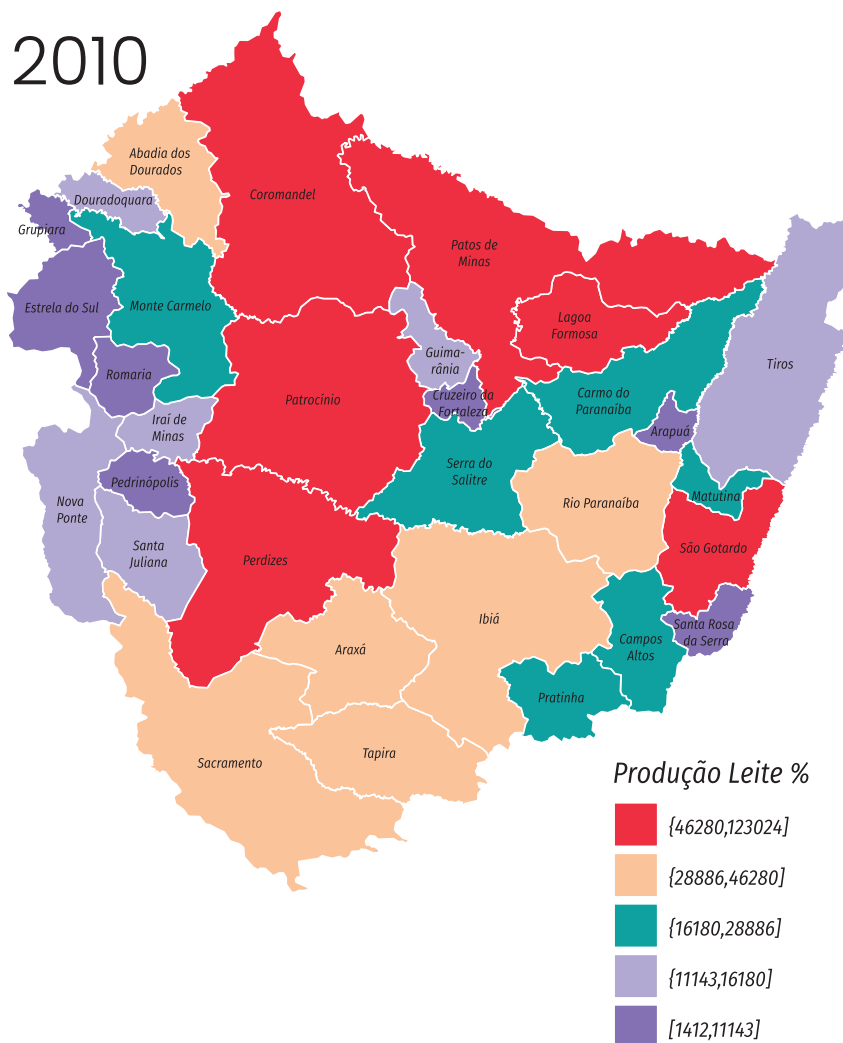
Figura 14:
Produção de leite do Alto Paranaíba (1997 e 2018)



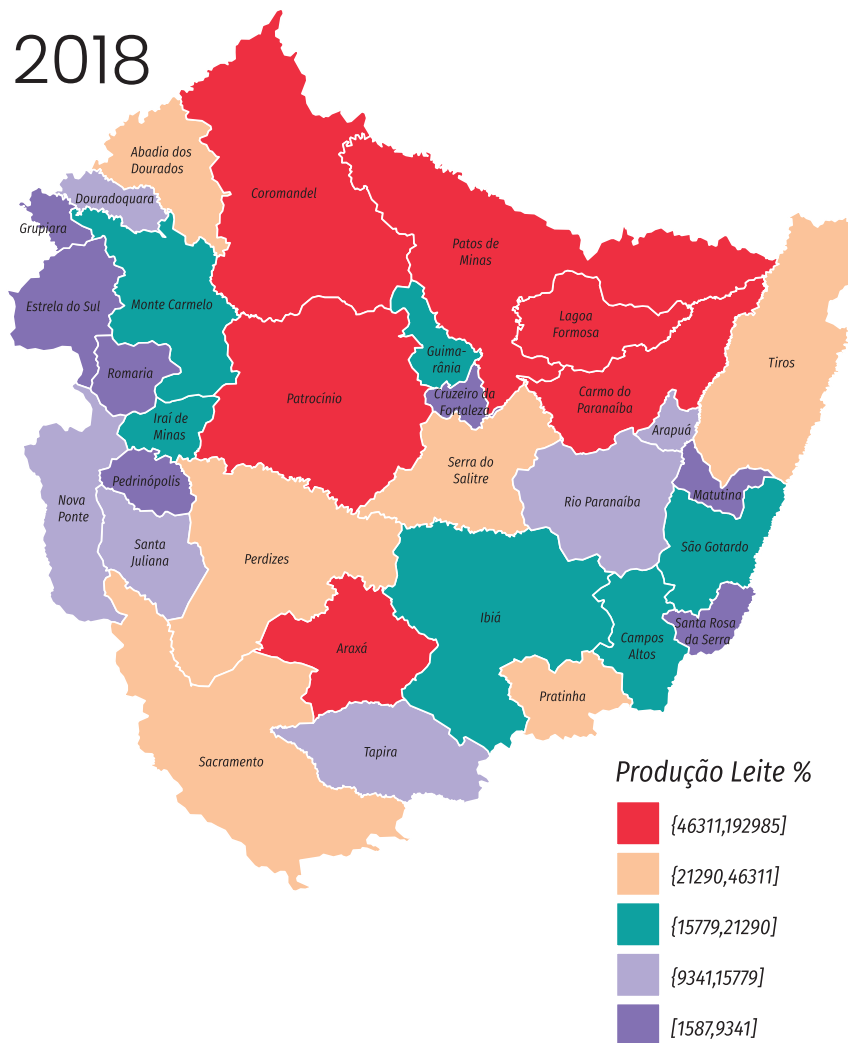
2003



2010



2018



4.2. Ranking Por Microrregião

Classificados em sua própria microrregião, tem-se como destaque na microrregião de Araxá, como pode ser observado na Tabela 5, soja e milho, ocupando respectivamente 42,34% e 34,93% da área total plantada ou destinada a colheita na microrregião.

Tabela 5:

*Principais Lavouras da Microrregião de Araxá,
do Alto Paranaíba (1988 a 2017)*

MICRORREGIÃO DE ARAXÁ		
LAVOURA	TOTAL (HECTARES)	%
Soja	3298740	42,34%
Milho	2721626	34,93%
Cana-de-Açúcar	577680	7,41%
Feijão	331856	4,26%
Batata-inglesa	208443	2,68%

Fonte: Elaboração própria, Excel 2018.

Essa microrregião contribui com 51% da produção total da Região de Planejamento Alto Paranaíba. O município de Perdizes lidera o ranking por hectares, correspondendo a 23,86% da área plantada total ou destinada a colheita, Sacramento tem 20,51%, Nova Ponte 16,94%, Ibiá 13,68%; e Santa Juliana tem 12,51%, como pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6:

*Participação dos Municípios da Microrregião de
Araxá, do Alto Paranaíba (1988 a 2017)*

MICRORREGIÃO DE ARAXÁ		
MUNICÍPIO	TOTAL (HECTARES)	%
Perdizes (MG)	1859224	23,86%

Sacramento (MG)	1598111	20,51%
Nova Ponte (MG)	1319847	16,94%
Ibiá (MG)	1065688	13,68%
Santa Juliana (MG)	975071	12,51%
Campos Altos (MG)	483843	6,21%
Pedrinópolis (MG)	347540	4,46%
Araxá (MG)	375605	4,82%
Tapira (MG)	193947	2,49%
Pratinha (MG)	117635	1,51%
TOTAL	7791582	100%

Fonte: Elaboração própria, Excel 2018.

Na microrregião de Patrocínio, as principais lavouras são soja, com 38,72%, seguida pelo milho com 33,47% e o café com 10,70%, como pode ser observado na Tabela 7.

Tabela 7:
*Principais Lavouras da Microrregião de Patrocínio,
do Alto Paranaíba (1988 a 2017)*

MICRORREGIÃO DE PATROCÍNIO		
LAVOURA	TOTAL (HECTARES)	%
Soja	1659467	38,72%
Milho	1434708	33,47%
Café	458494	10,70%
Feijão	259128	6,05%
Arroz	132226	3,09%

Fonte: Elaboração própria, Excel 2018.

Responsável por 28,05% de toda a área plantada ou destinada a colheita, do Alto Paranaíba, os municípios de maior destaque são Coromandel, com 28,39% da área plantada ou destinada a colheita; Patrocínio, com 25,83%; Monte Carmelo com 13,49% e Serra do Salitre com 10,02%, dispostos na Tabela 8.

Tabela 8:
Participação dos Municípios da Microrregião de Patrocínio, do Alto Paranaíba (1988 a 2017).

MICRORREGIÃO DE PATROCÍNIO		
MUNICÍPIO	TOTAL (HECTARES)	%
Coromandel (MG)	1660081	28,39%
Patrocínio (MG)	1510644	25,83%
Monte Carmelo (MG)	788687	13,49%
Serra do Salitre (MG)	586108	10,02%
Romaria (MG)	544086	9,30%
Estrela do Sul (MG)	276808	4,73%
Iraí de Minas (MG)	235288	4,02%
Abadia dos Dourados (MG)	118184	2,02%
Cruzeiro da Fortaleza (MG)	85206	1,46%
Grupiara (MG)	24868	0,43%
Douradoquara (MG)	17318	0,30%
TOTAL	5847278	100,00%

Fonte: Elaboração própria, Excel 2018.

A microrregião de Patos de Minas representa 20,95% do total de área plantada ou destinada a colheita na região do Alto Paranaíba. Os municípios de maior destaque, de acordo com a Tabela 9, são: Rio Paranaíba com 29,55%, Patos de Minas, com 27,25%, Carmo do Paranaíba com 12,31% e Lagoa Formosa com 10,53%.

Tabela 9:
*Participação dos Municípios da
 Microrregião de Patos de Minas, do Alto
 Paranaíba (1988 a 2017)*

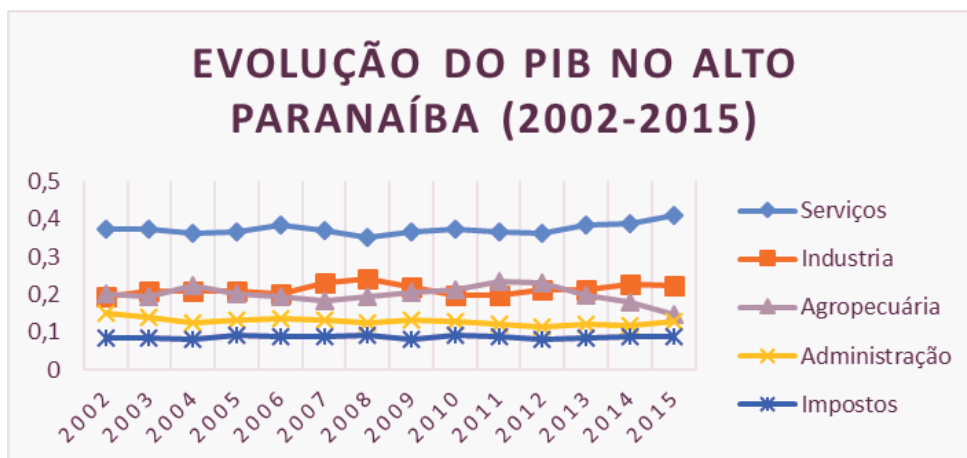
MICRORREGIÃO DE PATOS DE MINAS		
MUNICÍPIO	TOTAL	%
Rio Paranaíba (MG)	1151010	29,55%
Patos de Minas (MG)	1061155	27,25%
Carmo do Paranaíba (MG)	479310	12,31%
Lagoa Formosa (MG)	410254	10,53%
São Gotardo (MG)	294112	7,55%
Tiros (MG)	190681	4,90%
Guimarânia (MG)	138322	3,55%
Matutina (MG)	86881	2,23%
Santa Rosa da Serra (MG)	83014	2,13%
Arapuá (MG)	55464	1,42%
TOTAL	3894739	100,00%

Fonte: Elaboração própria, Excel 2018.

4.3. Análise do PIB por Setor na Região do Alto Paranaíba

O setor de serviços é preponderante, “mostrando sua importância na economia, e alinhamento do comportamento econômico regional a uma tendência mundial” em que esse setor predomina, e se assemelha a de países desenvolvidos (PAIVA et al., 2017). Entretanto, na região, este setor se relaciona principalmente com a agricultura por ser uma região onde o agronegócio é mais forte. (Figura 15).

Figura 15:
Evolução e Proporção do PIB do Alto Paranaíba (2002 a 2015)

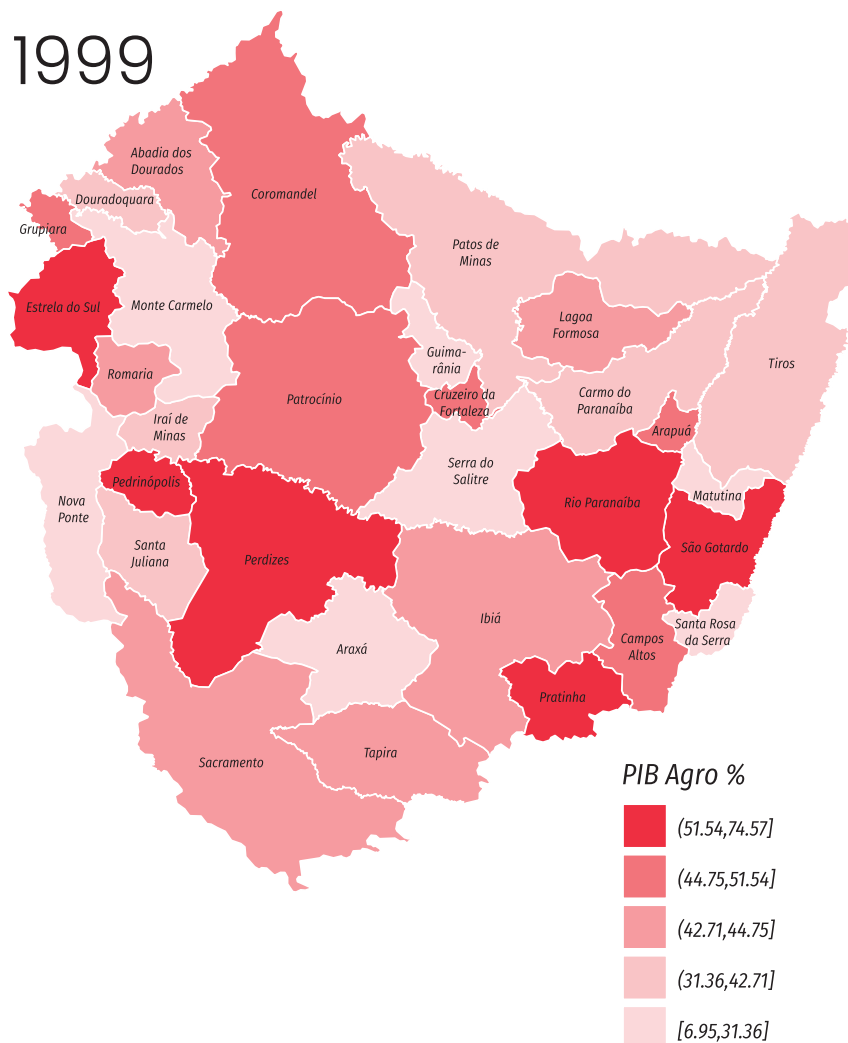


Fonte: Elaboração própria, Excel 2018.

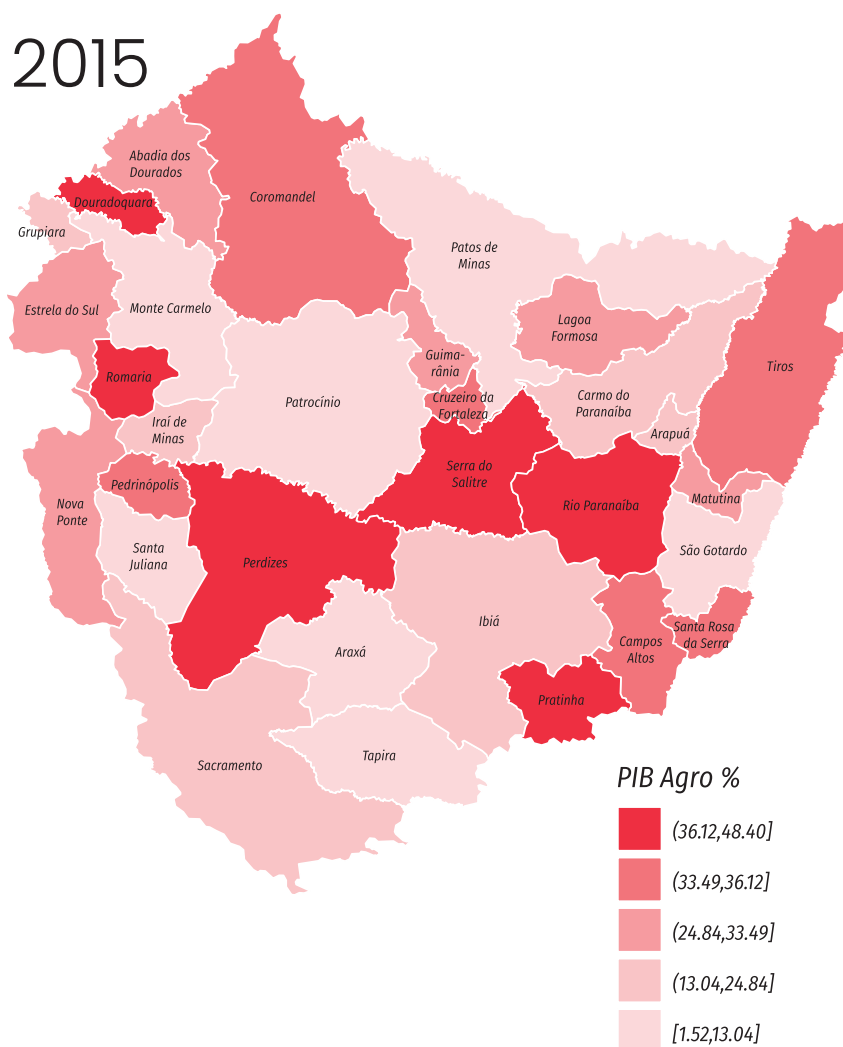
Outro ponto de destaque é que o setor agrícola entrou em queda a partir de 2012, provavelmente, em decorrência da valorização cambial (AGRO-LINK, 2015).

De forma mais específica, quando se fala do PIB nos diferentes setores, tem-se nos municípios de Douradoquara, Romaria, Perdizes, Serra do Sal, Rio Paranaíba e Pratinha, de 36% a 48% da renda gerada pelo setor agrícola (Figura 16).

Figura 16:
PIB Agrícola do Alto Paranaíba (1999 e 2015)



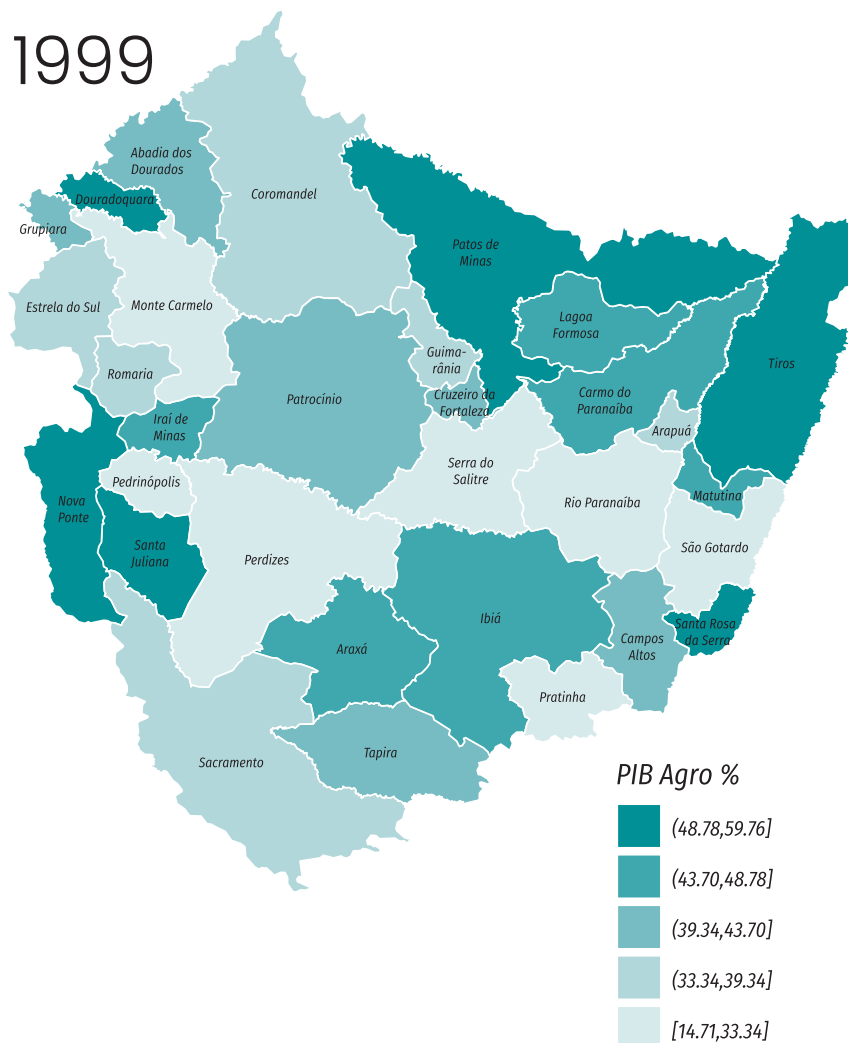
2015



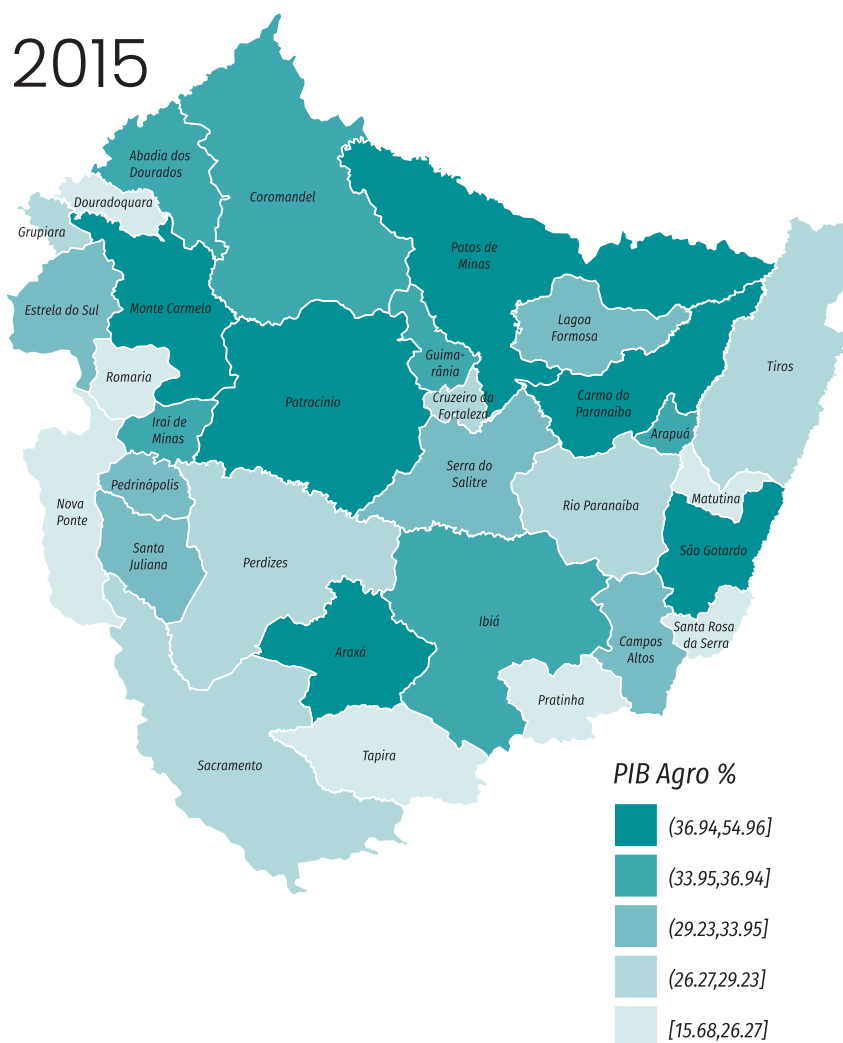
Fonte: Elaboração própria, StataMP 13, 2018.

Em relação ao ano de 1999, em que o município de São Gotardo possuía entre 51% a 74% do PIB gerado pelo setor agrícola, tem-se uma mudança passando para o setor de serviços, gerando entre 36% a 54% da renda dos municípios. Os municípios de Estrela do Sul e Pedrinópolis também perderam participação no PIB agrícola e aumentaram sua participação no PIB de serviços, entretanto em uma proporção menor, sendo de 29% a 33% da renda gerada por esse setor (Figura 17).

Figura 17:
PIB Serviços do Alto Paranaíba (1999 e 2015)



2015

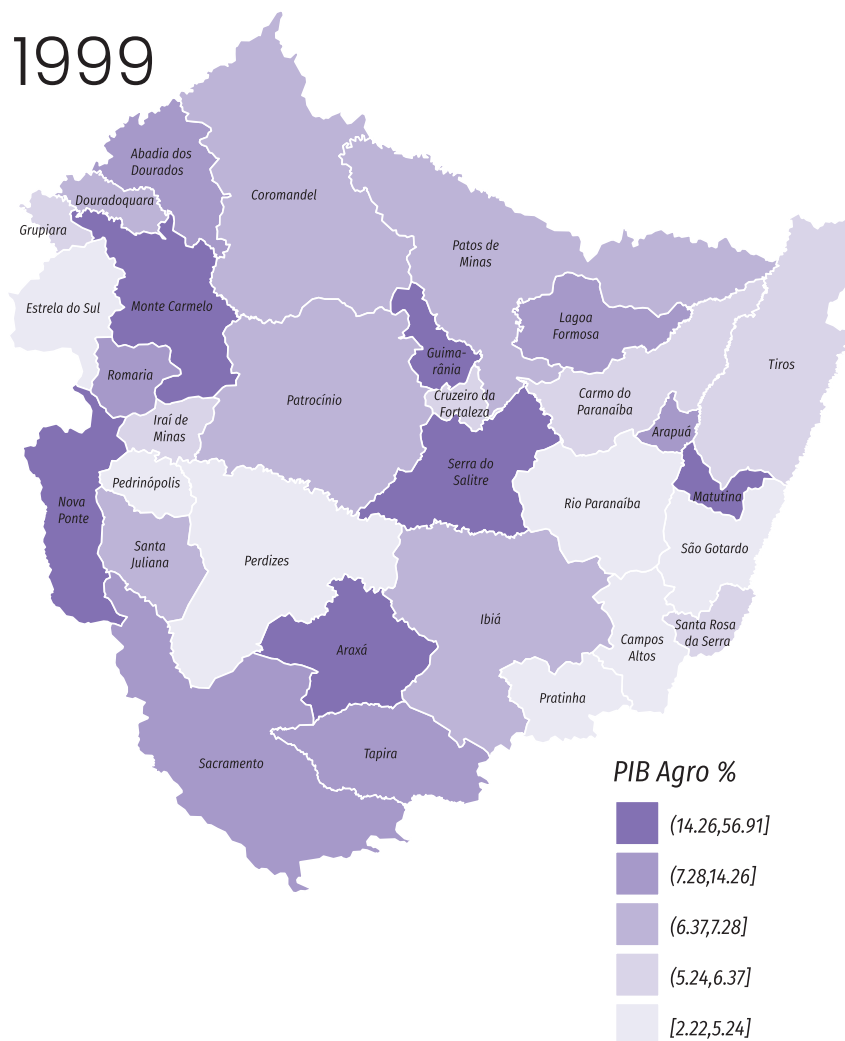


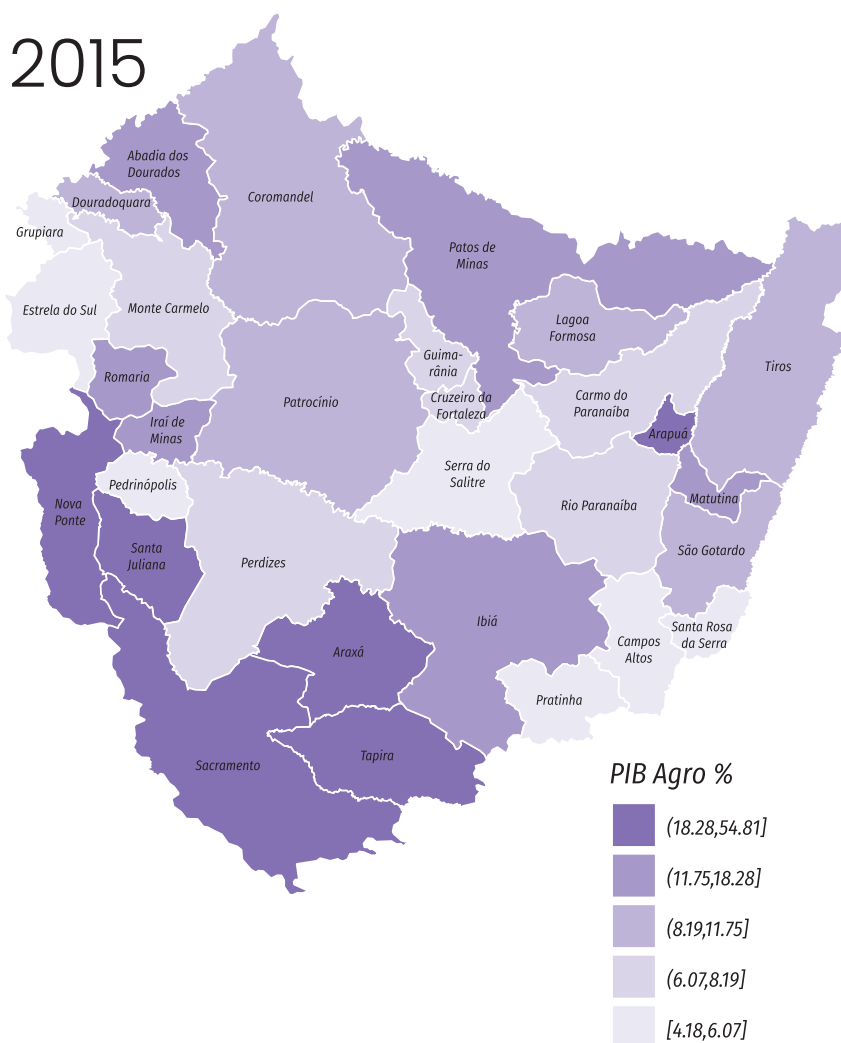
Fonte: Elaboração própria, StataMP 13, 2018.

Monte Carmelo, Patrocínio, Patos de Minas, Carmo do Paranaíba, São Gotardo e Araxá possuem entre 36% a 54% da renda gerada pelo setor de serviços. Já os municípios de Douradoquara, Santa Juliana, Tiros e Santa Rosa da Serra que em 1999 possuíam o setor de serviços gerando renda entre 48% a 59%, em 2017 migraram para os setores da agropecuária e indústria.

Na indústria, os principais municípios dependentes da renda gerada por esse setor são Nova Ponte, Santa Juliana, Sacramento, Araxá, Tapira e Arapuá, sendo entre 18% a 54% da renda total do município (Figura 18). Monte Carmelo, Serra do Sal, Guimarães e Matutina, em 1999, possuíam entre 14% a 56% da renda gerada por esse setor, migrando para os setores de serviço e agrícola.

Figura 18:
PIB Industria do Alto Paranaíba (1999 e 2015)





Fonte: Elaboração própria, StataMP 13, 2018.

5. Conclusão

Percebe-se, ao estudar a Região do Alto Paranaíba e estabelecer sua área de pesquisa, que foi possível identificar o milho, a soja e o café como as lavouras de maior participação na região. Embora existam períodos de oscilação destas duas culturas (milho e soja) observa-se certa hegemonia em torno destas cultivares, remontando ao processo de desenvolvimento agrícola da região, impulsionado pelas políticas governamentais e pelo avanço de grandes agroindústrias. A logística de escoamento da produção pode ser também um dos fatores que estimularam a produção agrícola na região (aliada a grande disponibilidade de

terra). Tais análises podem ser objeto de estudos futuros, quando relacionados os grandes eixos rodoviários e ferroviários desta região.

Destaca-se também, a potencialidade de culturas que apresentaram aumento em suas áreas de cultivo e que podem, ao longo dos próximos anos, se tornarem representativas para a região, configurando-se como referência à produção nacional, como é o caso da batata-inglesa que se liga a uma importante cadeia produtiva, impulsionada pela agroindústria beneficiadora de batata, no entorno de Araxá. E o caso da produção de abacate, que apresenta significativa evolução com participação no comércio internacional, com destaque para os municípios de Rio Paranaíba e São Gotardo.

Os municípios com maior participação por hectares plantados ou destinados a colheita no período analisados são: Perdizes, responsável por 10,25% (1859224 hectares), Coromandel com 9,15%, (1660081 hectares), Sacramento com 8,81% (1598111 hectares), Patrocínio com 8,33% (1510644 hectares), Nova Ponte com 7,28% (1319847 hectares), Rio Paranaíba com 6,35% (1151010 hectares), Ibiá com 5,88% (1065688 hectares), Patos de Minas 5,85% (1061155 hectares) e Santa Juliana com 5,38% (975071 hectares).

O setor de serviços permaneceu em primeiro lugar durante o período, seguido pelo setor da indústria e agropecuária, respectivamente, no que se refere à geração de empregos. Também foi possível perceber uma troca entre a dependência dos municípios da agropecuária, serviços e indústria, com o passar dos anos. Além do que, é possível ver claramente a distinção entre os setores sobrepondo os mapas, onde se tem a Região Sudoeste do Alto Paranaíba voltada para a indústria, a Região Norte e parte da Região Nordeste para o serviço e tomando parte da Região Centro-Oeste e Nordeste, tem-se a prevalência da agropecuária como maior gerador de renda. O mesmo vale para a análise do emprego. Onde há municípios com maior dependência do PIB desses setores, ali há também a maior geração de empregos, proporcionalmente.

Constatou-se também a importância da indústria no desenvolvimento do Alto Paranaíba, sendo que o setor foi responsável por 20,31% dos empregos gerados em 2017 e 22,41% do PIB da região.

Dessa forma foi comprovado através de análise estatística descritiva e recursos da econometria espacial, que o agronegócio focado em serviços, impulsionado principalmente pela agropecuária movida pelo milho, soja e café, é o motor do crescimento da região de Planejamento do Alto Paranaíba.

Referências

AGROLINK. **Valorização cambial prejudica competitividade do agronegócio brasileiro**. 2015. Disponível em: <<https://www.agrolink.com.br/>

noticias/valorizacao-cambial-prejudica-competitividade-do-agronegocio-brasileiro_100207.html> Acesso em: 25/10/2018.

BRASILAGRO. Área plantada de soja voltará a aumentar. 2018. Disponível em: < <http://www.brasilagro.com.br/conteudo/area-plantada-de-soja-voltara-a-aumentar-.html>> Acesso em: 24/10/2018.

CEPEA. Centro De Estudos Avançados Em Economia Aplicada. **PIB-AGRO MG/CEPEA: Em 2017, PIB do agronegócio mineiro recua quase 6%.** 2018. Disponível em: < <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-mg-cepea-em-2017-pib-do-agronegocio-mineiro-recua-quase-6.aspx>> Acesso em 30/07/2019.

_____. Centro De Estudos Avançados Em Economia Aplicada. **PIB-AGRO MG/CEPEA: PIB do agronegócio mineiro fecha 2018 com crescimento de 3,55%.** 2019. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>> Acesso em 30/07/2019.

_____. Centro De Estudos Avançados Em Economia Aplicada. **PIB do Agronegócio Brasileiro.** 2019. Disponível em: < <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-mg-cepea-pib-do-agronegocio-mineiro-fecha-2018-com-crescimento-de-3-55.aspx>> Acesso em 30/07/2019.

CORREIA, Roberto Lobato. **Região e Organização do Espaço.** 7º edição, São Paulo: Editora Ática, 2000. Disponível em: < <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAtOYAD/regiao-organizacao-espacial?part=3#>> Acesso em: 13/10/2018.

DINIZ, A. M. A; BOTELLA, W. B. **O Estado de Minas Gerais e suas Regiões: Um Resgate Histórico das Principais Propostas Oficiais de Regionalização.** Sociedade & Natureza, Uberlândia, 17 (33): 59-77, dez. 2005. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/viewFile/9208/5670> > Acesso em: 13/10/2018.

ESTADO DE MINAS. **Mesorregiões e microrregiões** (IBGE). 2016. Disponível em: <<http://mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/localizacao-geografica>> Acesso em: 13/10/2018.

FEELT. Faculdade de Engenharia Elétrica. **Sobre a cidade de Patos de Minas.** UFU. 2018. Disponível em: <<http://www.feelt.ufu.br/Patos-de-Minas/Engenharia-Eletronica-e-de-Telecomunicacoes/Sobre-a-cidade-de-Patos-de-Minas>> Acesso em: 13/10/2018.

FERREIRA, E.W; OLIVEIRA, A. S. **Análise do Emprego Formal – Vínculos e Estabelecimentos – na Mesorregião do Triângulo Mineiro e**

Alto Paranaíba - TMAP. In: CORRÊA, V. P. (Org.). Dinâmica Socioeconômica da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Uberlândia: CEPES/IEUFU, V. 4, maio 2017. 133 p. Disponível em: <<http://www.ie.ufu.br/CEPES>> Acesso em: 13/10/2018.

FIEMG. Regional Alto Paranaíba: Ocupa o 7º lugar no ranking geral em relação ao número de estabelecimentos industriais. Sistema FIEMG. 2017. Disponível em: < <https://pcir.fiemg.com.br:446/regionais/detalhe/alto-paranaiba> > Acesso em: 24/09/2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas - 1968. Rio de Janeiro.** Fundação IBGE, 1970. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13891.pdf> > Acesso em: 13/10/2018.

IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; MEFP, Ministério da Economia, fazenda e planejamento; **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas.** Volume I. Rio de Janeiro. 1990. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf >; Acesso em: 26/05/2017.

IBRAHIM, N. **Agro maduro e moderno.** Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Brasília, DF, Brasil. 2018. Disponível em: < <http://www.cnabrazil.org.br/artigos/agro-maduro-e-moderno> > Acesso em: 18/03/18.

IPCE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **As Regiões de Planejamento do Estado do Ceará.** Texto Para Discussão, Nº 111 – novembro / 2015. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/textos_discussao/TD_111.pdf> Acesso em: 13/10/2018.

JANDREY, D. et al. **5 motivos para incluir milho na rotação de culturas visando a sustentabilidade da soja.** 2018. Disponível em: <<http://www.pioneersementes.com.br/blog/42/5-motivos-para-incluir-milho-na-rotacao-de-culturas-visando-a-sustentabilidade-da-soja>> Acesso em: 23/10/2018.

MINAS GUIDE. Minas Gerais Business Guide. **Minas Gerais por Regiões.** 2019. Disponível em: <<https://www.minasguide.com/pt/minas-gerais-por-regioes/>>. Acesso em: 30/07/2019.

PAIVA, L. C. T. et al. **Modelos não lineares para crescimento do PIB na microrregião de Patrocínio/MG.** Universidade Federal de Viçosa. Rio Paranaíba, 2017. Disponível em: <<https://www3.dti.ufv.br/sia/rio-paranaiba/2017/trabalhos/9134>>. Acesso em: 29/11/2018.

3

Efeitos da política de segurança alimentar da China sobre as exportações brasileiras de produtos primários agrícolas

中国粮食安全政策对巴西农产品出口的效果

Edson Roberto Vieira

Antônio Marcos de Queiroz

Cleidinaldo de Jesus Barbosa

Fábio André Teixeira

Resumo

Este trabalho visa analisar os efeitos da política de segurança alimentar da China sobre as exportações brasileiras de produtos primários agrícolas. Pretende também verificar como esse processo se relaciona ao aumento dos investimentos realizados por empresas chinesas no Brasil, notadamente nas áreas de infraestrutura e logística, ligadas aos setores exportadores. Será analisado se ocorreram alterações significativas na pauta brasileira de exportação e se o movimento se relaciona com o aumento da participação da China no total dessas exportações. Os principais resultados do trabalho sugerem que houve expressivo crescimento das exportações brasileiras a partir de 2003 e que este processo está intimamente ligado à China e à sua política de segurança alimentar, mas que a pauta de exportação do país se concentrou em produtos de menor valor agregado.

Palavras-chave: Exportações Brasileiras; Produtos Primários Agrícolas; China; Política de Segurança Alimentar.

Abstract

This paper aims to analyze the effects of China's food security policy on Brazilian exports of primary agricultural products. It will also be sought to verify how this process relates to the increase of the investments made by Chinese companies in Brazil, especially in the areas of infrastructure and logistics, related to the exporting sectors. It will be analyzed whether there have been significant changes in the Brazilian export tariff and whether the movement is related to the increase in China's share of total exports. The main results of the study suggest that there has been a significant growth in Brazilian exports since 2003 and that this process is closely linked to China and its food security policy, but the country's export agenda has focused on lower value-added products.

Keywords: Brazilian Exports; Primary Agricultural Products; China; Food Security Policy.

摘要

本篇旨在分析中国的粮食安全政策对巴西初级农产品出口的影响。也将寻求核实这一过程与中国公司在巴西的投资增加之间的关系，特别是在与出口部门有关的基础设施和物流领域。将分析巴西的出口物品表是否发生了重大变化，以及这一变化是否与中国在总出口中所占份额的增加有关。该研究的主要结果表明，自2003年以来，巴西的出口有显示增长，并且这一过程与中国及其粮食安全政策密切相关，但巴西的出口物品表集中在较低价值的附加值产品。

关键词：巴西出口、初级农产品、中国、粮食安全政策。

1. Introdução

O marco inicial das relações comerciais entre o Brasil e a China parece ser o ano de 1971, quando foram enviados para o país asiático os primeiros navios brasileiros com algodão, ferro gusa e, sobretudo, açúcar. Este último produto representou o carro-chefe dessas primeiras exportações brasileiras para a China, que tinha como seu fornecedor tradicional Cuba, mas este último país se viu impossibilitado de atender à demanda chinesa por conta da quebra de sua safra naquele ano, o que abriu os portos chineses para o Brasil (CEBC, 2015). Já no ano seguinte, foram exportadas cerca de 100 mil toneladas de açúcar brasileiro para a China e, em 1973, assistiu-se aos primeiros embarques de minério de ferro, realizados pela CiaVale do Rio Doce, que se tornou pioneira no mundo em termos da exportação desse minério para o mercado chinês (CEBC, 2015).

Depois disso, ocorreram alguns fatos que marcaram as relações sino-brasileiras ao longo dos anos e que contribuíram para aprofundar e consolidar as relações comerciais entre os dois países (CEBC, 2015). Na década de 1970, em geral, o ano de 1974 é apontado como o marco das relações comerciais e diplomáticas entre os dois países, com o envio de uma missão comercial da China ao Brasil. No ano seguinte, ocorreram as inaugurações da Embaixada do Brasil em Pequim e a da Embaixada da China em Brasília. Em 1976, a corrente de comércio entre o Brasil e China atingiu US\$ 9,3 milhões e, em 1977, destacaram-se a visita à China do Presidente da Fundação de Comercio Exterior, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, e a participação de uma delegação chinesa no Brasil *Export 77*, realizada em São Paulo. Nos anos de 1978 e de 1979, foram registrados a assinatura do Acordo Comercial entre Brasil e China, o envio de missões comerciais do Brasil à China, com participação de representantes das companhias Vale Do Rio Doce e da Petrobrás, e a visita de empresários brasileiros ao país asiático, sob coordenação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Associação de Exportadores Brasileiros. Parece ter havido nessa década um esforço do Brasil para consolidar a parceria comercial estabelecida com a China, tendo em vista o envio de várias missões comerciais e de representantes de setores exportadores nacionais àquele país. Esse esforço parece ter surtido efeito, pois, já em 1981, a corrente de comércio entre o Brasil e a China atingiu US\$ 454 milhões, valor quase 50 vezes superior ao registrado cinco anos antes.

De 1980 a 1983, deve-se dar ênfase à realização de duas reuniões da Comissão Mista Comercial Brasil-China e ao envio da Missão científica e tecnológica brasileira, chefiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, para cooperação nos setores de agricultura, energia elétrica, genética metalurgia e energia nuclear. O ano de 1984 merece destaque

especial, não apenas em razão da visita do Presidente Joao Batista Figueiredo à China, mas também pela expansão das exportações brasileiras para aquele país, concentradas em produtos industrializados, principalmente siderúrgicos, petroquímicos e têxteis (CEBC, 2015). De 1985 a 1989, ocorreram as visitas ao Brasil do Primeiro Ministro Zhao Ziyang e do Presidente do Banco Central da China, Chen Muhua; a visita à China do Presidente José Sarney; a assinatura de acordos de cooperação em várias áreas (siderurgia, geociências, cultura, educação, tecnológica, industrial e de amizade entre unidades administrativas dos dois países), com destaque para o acordo de Cooperação para Pesquisa e Produção de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres – CBERS, indicando haver amadurecimento nas relações entre os dois países (CEBC, 2015).

É razoável supor que, nas décadas de 1970 e 1980, as relações comerciais sino-brasileiras foram determinadas pelo Brasil, que possuía uma estrutura industrial mais avançada e completa, exportando para a China produtos manufaturados intermediários, das suas indústrias de aço e petroquímica, em troca do petróleo chinês. Entre 1978 e 1988, mais de 90% da pauta de importações brasileiras da China eram compostas por petróleo, sendo registrado em 1985, valor recorde no comercio bilateral, de US\$ 1,2 bilhão, com saldo favorável para o Brasil de aproximadamente US\$ 400 milhões. A participação média de produtos manufaturados na pauta exportadora brasileira para a China foi de 58,9%, entre 1985 e 1989, e o país asiático tornou-se um dos dez mais importantes parceiros comerciais do Brasil (CEBC, 2015).

O ano de 1990 registrou não apenas a visita do Presidente da China, Yang Shangkun, ao Brasil, mas também o desenvolvimento das indústrias, siderúrgica e petroquímica chinesas, o que contribuiu para que as exportações brasileiras para a China se concentrassem cada vez mais em produtos primários. Com isso, houve também a ampliação da presença do minério de ferro e óleo de soja na pauta de exportação do Brasil para a China, que passou de 11,6%, em 1986, para 56% em 1991. Assim, aos poucos, o padrão de comércio entre esses dois países foi sofrendo alteração, com mais da metade das exportações do Brasil para a China sendo compostas por soja e minério de ferro.

Do lado das importações brasileiras, verificou-se, pela primeira vez, a presença significativa de produtos não energéticos na pauta da parte dessas importações que tinham origem da China (CEBC, 2015). A inversão do padrão de exportações e importações entre o Brasil e China se acentuava cada vez mais, com o primeiro país passando a ter sua pauta de exportações concentrada em produtos primários e o segundo se tornando um grande fornecedor de produtos manufaturados para o Brasil, saindo de produtos de baixo valor agregado, para produtos mais sofisticados.

O ano de 1994 marcou o novo recorde de comércio bilateral (US\$ 1.285 bilhão) e o ano seguinte registrou o crescimento exponencial dos embarques brasileiros para a China, que saíram de US\$ 228 milhões, em 1991 para US\$ 1.2 bilhão, em 1995, saltando mais de 500% nesse curto período. Contudo, de 1996 a 2000, assistiu-se à inversão dos saldos comerciais favoráveis ao Brasil, e este passou a registrar déficits no comércio bilateral com a China.

A década de 2000 foi iniciada com a inserção das aeronaves brasileiras da Embraer no mercado chinês e a inauguração do escritório de representação do *Bank of China* no Brasil. Em 2001 e também em 2002, foi registrada a formalização de três importantes *joint ventures*: entre Marcopolo e Iveco, para apoio tecnológico na fabricação de caminhões e ônibus para atendimento ao mercado chinês; entre a Embraer e a *Aviation Industry of China II*, para montagem final, em Harbin, de jatos regionais; e entre a Vale e a Baosteel, para a produção de minério de ferro na Mina de Água Limpa, em Minas Gerais. Em 2003, a China se consolidou como o terceiro e mais importante parceiro comercial do Brasil e, em 2004, além das visitas do Presidente Lula à China e do Presidente chinês Hu Jintao ao Brasil, ressaltou-se a assinatura de quatro Protocolos Sanitários, que possibilitaram a exportação de carnes avícola e bovina do Brasil para a China (CEBC, 2015). Entre 2004 e 2007, merecem serem mencionadas as realizações de alianças entre empresas brasileiras e chinesas (como a associação entre Vale e duas empresas chinesas para desenvolvimento da produção de aço, alumínio e exploração de carvão de coque na China; e entre Petrobras e Sinopec, para a prospecção de petróleo nos dois países e em terceiros mercados) e o início das atividades de importantes empresas brasileiras em território chinês, como foi o caso da Weg (com a instalação de planta para produção de motores elétricos em Nantong), da Petrobras, da Bolsa de Valores BM&F, do Banco Itaú BBA, da Suzano Papel e Celulose e da fábrica de componentes da Marcopolo. Em 2009, foram realizadas novas visitas do Presidente Lula à China e do Presidente chinês Hu Jintao ao Brasil e a China tornou-se o primeiro parceiro comercial do Brasil (CEBC, 2015).

Já na década de 2010, o Presidente Hu Jintao voltou ao Brasil, que teve confirmados investimentos chineses da ordem de US\$ 13 bilhões no primeiro ano dessa década. Em 2011, foi a vez da Presidente brasileira, Dilma Rousseff, visitar a China, ocorrendo a assinatura de 20 acordos de cooperação comercial e de investimento entre os dois países e a confirmação de investimentos chineses no Brasil no valor US\$ 8 bilhões. Em 2012, mais investimentos de chineses no Brasil foram confirmados (US\$ 3,4 bilhões) e houve a realização de uma *joint venture* entre a *Brasil Foods* (BRF) e a chinesa Dah Chong Hong. Em 2013, têm-se a visita do então Vice-Presidente do Brasil, Michel Temer, à China e o registro de novo recorde histórico da corrente de comércio Brasil-China, que atingiu US\$ 83,3 bilhões. Em 2014, ocorreu a visita do Presidente Xi Jinping ao Brasil, com a assinatura de 56

atos e acordos entre entidades públicas e privadas do Brasil e da China em diversas áreas. Naquele ano, foram comemorados 40 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre esses dois países e 10 anos da fundação do Conselho Empresarial Brasil-China. Também em 2014, houve a abertura da primeira agência bancária do Banco do Brasil em Xangai, sendo esta a primeira de uma instituição financeira latinoamericana na China. Finalmente, em 2015, merecem destaque especial os acordos fechados pelo Brasil e a China em diversas áreas, durante a visita da comitiva chinesa ao país, ocorrida no mês de maio (CEBC, 2015).

Nos últimos anos, as investidas de empresas chinesas no mercado doméstico têm consolidado uma maneira diferente de a China estreitar seus laços com o Brasil. Estas investidas envolvem a realização de investimentos para a constituição de novas empresas e capacidades produtivas no país (*Greenfield*), processos de fusões e aquisições, *joint-ventures* e até mesmo empréstimos de empresas chinesas para empresas brasileiras.

O que mais parece explicar esse novo tipo de atuação dos chineses no Brasil no período recente são as estratégias que o país asiático tem levado a cabo para manter um fluxo regular de importações de alimentos e matérias primas capaz de atender sua demanda interna, especialmente no âmbito de sua política de segurança alimentar. O país asiático tem demandado um volume crescente desses produtos para sustentar suas elevadas taxas de crescimento, sua urbanização acelerada e as mudanças na dieta da população, tendo, inicialmente, garantido o fornecimento de países como a Austrália, Indonésia e países da África e, posteriormente, incluído o Brasil nesse processo (CEBC, 2011).

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar os efeitos da política de segurança alimentar da China sobre as exportações brasileiras de produtos primários agrícolas. A ideia é verificar como esse processo se relaciona ao aumento dos investimentos realizados por empresas chinesas no Brasil, notadamente nas áreas de infraestrutura e logística, ligadas aos setores exportadores. Será analisado também se ocorreram alterações significativas na pauta brasileira de exportação e se este movimento tem relação com a participação da China no total dessas exportações. Para examinar o efeito da China sobre as exportações totais e primárias do Brasil, será realizada uma análise contrafactual, utilizando-se o método de controle sintético para estudos comparativos.

Além desta introdução e das considerações finais, este trabalho possui outras quatro seções. A segunda seção realiza um resgate histórico de fatos que ajudam a compreender a demanda atual de alimentos da China, as medidas tomadas pelo Governo chinês para aumentar sua produção doméstica e a evolução das importações agropecuárias do país asiático. Nessa linha, a terceira seção levanta as estratégias chinesas para buscar o fornecimento regular de alimentos e produ-

tos básicos para o país, dando destaque aos investimentos de suas empresas em países que são grandes produtores e exportadores de produtos agropecuários. Por sua vez, a quarta seção apresenta a metodologia utilizada para agregar as exportações e analisar sua evolução, bem como para apurar os efeitos da China sobre as exportações brasileiras. Por fim, na quinta seção, essa metodologia será aplicada, sendo apresentados seus resultados e as análises do trabalho.

2. Algumas explicações para o aumento da demanda de importações de produtos primários agrícolas da China no período recente

Ao longo de sua história, a China passou por períodos de grave crise alimentar, com a fome atingindo uma grande parcela de sua população. Isso aconteceu tanto na era antiga, antes do nascimento de Cristo, quanto em períodos mais recentes. Entre 1876 e 1879, a fome vitimou nove milhões de pessoas no norte do país, onde a população sofre também com o tempo frio e seco. Na era mais moderna, cerca de 500 mil pessoas morreram e 19,8 milhões ficaram em situação de indigência em cinco províncias chinesas, de 1920 a 1921; cerca de três milhões morreram na província de Henan durante a fome de 1943 (ZHANG; CHENG, 2016); de 1959 a 1961, os EUA impuseram um embargo ao Governo chinês, impedindo-o de comprar grãos no mercado internacional para alimentar sua população faminta, estimando-se a morte de cerca de 30 milhões de pessoas (LIN; YANG, 2000); já em 1978, após a Revolução Cultural, a economia chinesa estava à beira do colapso e a comida era, mais uma vez, escassa, de modo que a maioria dos chineses não tinha o suficiente para comer e 250 dos 800 milhões de habitantes das áreas rurais estavam empobrecidos (DU, 2006).

A fome e a escassez de alimentos afetaram até mesmo a legitimidade política do Partido Comunista Chinês (PCC) em vários momentos. Foi nessa linha que ocorreram várias discussões das lideranças chinesas durante a década de 1980, com o intuito de traçar estratégias para aprimorar a dieta da população, redundando numa mudança estrutural no padrão de consumo da população do país, que passou a incluir mais carne, produtos lácteos e alimentos processados (ZHANG; CHENG, 2016). Sobre tudo após o ingresso do país na Organização Mundial do Comércio – OMC, o crescimento econômico trouxe consigo a melhoria das condições de vida da população, de modo que a necessidade de alimentos para garantir o consumo da população aumentou de forma considerável. E a urbanização acelerada está ampliando a demanda de produtos alimentícios de alta qualidade, uma vez que a população urbana na China normalmente tem uma dieta muito mais rica e diversificada do que a população rural (JIE, 2007;

MYERS; JIE, 2015). Por sua vez, a recente crise alimentar global de 2008 causou expressivos aumentos dos preços e retomou o temor das lideranças chinesas em relação à possibilidade do retorno da fome no país (MYERS; JIE, 2015).

Esses movimentos suscitaram a elaboração de várias estratégias pelo Governo chinês no bojo de uma política de segurança alimentar, visando garantir a oferta regular de alimentos para sua população. Políticas de incentivo à produção agropecuária foram impetradas pelo Governo central e, como resultado, a produção de grãos da China tem crescido ano a ano. A reforma agrícola também foi fundamental para a transformação econômica da China na era Deng Xiaoping. O *Household Responsibility System* foi uma dessas medidas, que teve início no final dos anos 1970 e imprimiu aos produtores agrícolas chineses liberdade nas decisões de plantio e do tipo de cultura produzida, tendo como efeito o grande crescimento da produção agrícola de alta rentabilidade, como arroz, milho e trigo, beneficiando mais de 200 mil produtores do país (MYERS; JIE, 2015; ROZELLE; HUANG; OTSUKA, 2007). Em 1996, o Governo chinês emitiu um documento oficial (*The Grain Issue in China*) estipulando uma meta de 95% de autossuficiência na produção de grãos (MYERS; JIE, 2015).

A fim de promover a modernização dos métodos tradicionais de produção agrícola intensivos e de baixa produtividade, em 2003, o Governo da China adotou uma política conhecida como “*si jianmian*”, “*si butie*” (“quatro reduções, quatro subsídios”), eliminando impostos agrícolas, os impostos sobre o abate de animais e sobre a pecuária em geral e ainda expandindo o apoio à produção agrícola, por meio da oferta de subsídios para a produção de grãos, sementes, maquinário agrícola e outros insumos, como fertilizantes e pesticidas (KUTELVA, 2016). Um dos pilares da atual política de incentivo à produção doméstica de alimentos na China foi introduzido em 2004, consistindo no programa de preços mínimos, com a compra regularmente estabelecida no início da comercialização de arroz e trigo e as políticas temporárias de compra e armazenagem de milho e a soja (KUTELVA, 2016).

Assim, a produção total de grãos da China aumentou cerca de 41,0% de 2003 a 2014 e a de cereais saltou quase 49,0% (TABELA 1). Entretanto, a produção de alimentos na China encontra limites na escassez de terras agricultáveis em seu território. O país asiático possui vantagem comparativa na produção de culturas intensivas em mão-de-obra (como frutas e vegetais), mas não em culturas intensivas em terras agricultáveis (incluindo arroz, soja, trigo e milho) (CARTER; ZHONG; ZHU, 2012; ZHANG; CHENG, 2016). Ademais, com terras agricultáveis muito limitadas, o crescimento da produção de grãos na China tem sido obtido muito em razão do uso intensivo de fertilizantes nitrogenados, pesticidas, fosfatos, expansão das terras irrigadas e adoção

de sementes de alto rendimento, o que tem também aumentado a degradação do solo. Embora possua apenas 9% da terra agricultável do mundo, a China é responsável por mais de 30% do consumo global de fertilizantes e pesticidas, tendo uma das maiores taxas de uso de fertilizantes químicos do mundo por hectare, sendo que a maioria dos agricultores chineses usa pesticidas altamente tóxicos, incluindo alguns que são proibidos nos EUA (ZHANG; CHENG, 2016). O *Chinese Ministry of Environmental Protection* e o *Ministry of Land and Resources* divulgaram resultados de uma pesquisa nacional de poluição do solo, que ocorreu de 2005 a 2013, mostrando que 16,1% do solo da China e 19,4% de suas terras agricultáveis estão contaminados com produtos químicos inorgânicos, como cádmio, níquel e arsênico (ZHANG; CHENG, 2016). Além disso, mais de 40% da terra arável da China tem problemas de degradação. O rico solo negro no norte da província de Heilongjiang está diminuindo, enquanto as terras agrícolas no sul da China estão em processo de acidificação, o que levará a algumas repercussões negativas de longo prazo na capacidade de produção agrícola da China (PATTON, 2014 apud ZHANG; CHENG, 2016).

Tabela 1:
Produção e comércio de grãos e balança comercial agrícola da China – 2003-2014

Produção de grãos (milhões de toneladas)			Importação de grãos (milhões de toneladas)			Balança comercial agrícola (US\$ bilhões)	
	<i>Total</i>	<i>Cereais</i>	<i>Total</i>	<i>Cereais</i>	<i>Soja</i>	<i>Total</i>	<i>Superávit/ déficit</i>
2003	431	374	25,3	2,1	20,7	40,1	2,4
2004	470	412	33,5	9,7	20,2	51,1	-4,9
2005	484	428	36,5	6,3	26,6	55,8	-1,5
2006	498	451	37,1	3,6	28,2	63,0	-1,0
2007	502	456	37,3	1,6	30,8	77,6	-4,4
2008	529	479	41,3	1,5	37,4	98,6	-18,1
2009	531	482	52,2	3,2	42,6	91,4	-13,0
2010	547	496	67,0	5,7	54,8	120,8	-23,0
2011	571	519	63,9	5,5	52,6	155,6	-34,1
2012	590	540	80,3	14,0	58,4	175,8	-49,2

2013	602	553	86,5	14,5	63,4	186,7	-51,0
2014	607	557	100,0	19,5	71,4	194,5	-50,5
Crescimento	41,0%	48,9%	295,3%	828,6%	244,9%	385,0%	-2.204,2%

Fonte: Retirado de Zhang; Cheng (2016)

A despeito dos esforços da China para aumentar sua produção doméstica de alimentos, a saída encontrada para ajudar a atender ao crescimento da demanda por alimentos foi o aumento das importações de alimentos, também no âmbito da política interna de segurança alimentar. Após a entrada da China na OMC, o país reduziu significativamente suas tarifas de importação de produtos agrícolas, o que, juntamente com seu crescimento econômico, contribuiu para elevar a demanda mundial de produtos primários agrícolas (GALE; HANSEN; JEWISON, 2014; MYERS; JIE, 2015). Com isso, a China, que tinha *superávit* na balança comercial agrícola em 2003, passou a ter um *déficit* de cerca de US\$ 50 bilhões em 2014, observando-se um crescimento de mais de 2.000% neste período (TABELA 1).

As importações totais de grãos do país cresceram sete vezes mais do que a produção doméstica e as de cereais 16 vezes mais entre 2003 e 2014 (TABELA 1). A soja vem perdendo área para a produção de milho e de arroz e se constitui numa importante exceção ao crescimento da produção de grãos na China, uma vez que a importação desse grão para produzir ração é mais econômica e politicamente menos sensível do que a importação de outros grãos (CARTER; ZHONG; ZHU, 2012). Por outro lado, o aumento da demanda de carne expande a dependência da China em relação aos grãos em mercados mundiais. Enquanto a ingestão diária de gordura per capita chinesa aumentou de 19g para 80g durante 1991–2012, a quantidade de gordura fornecida pelas importações saltou de 0,02g para 42g (ZHANG; CHENG, 2016).

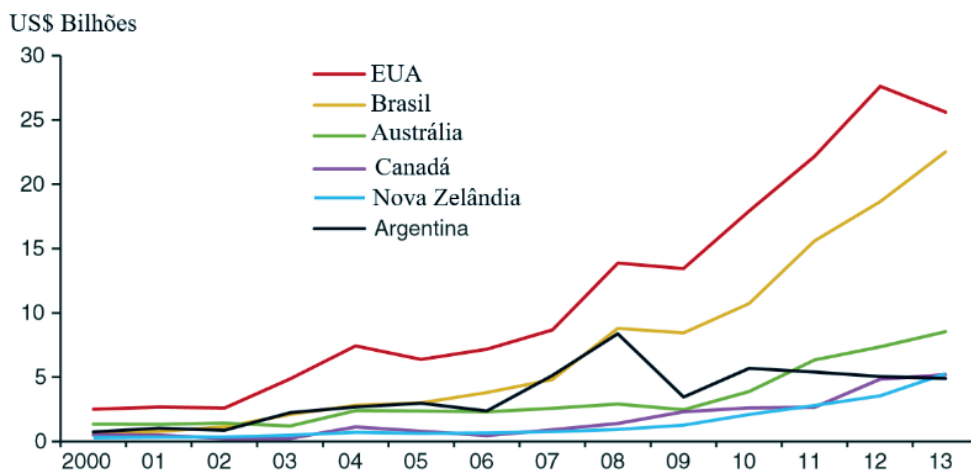
A China mantém altas tarifas sobre todas as importações de milho, trigo e arroz que se situam acima da cota anual de 7,2 milhões, 9,6 milhões e 5,3 milhões de toneladas, respectivamente, o que torna as importações adicionais extremamente caras. Por outro lado, a tarifa máxima das importações de soja caiu de 114% para 3% em 2002, contribuindo para um forte aumento nas importações de soja nos anos seguintes. Soja, outros grãos oleaginosos e óleos vegetais constituem cerca de 40,0% das importações agrícolas da China, que importa cerca de 80,0% da soja que consome (GALE; HANSEN; JEWISON, 2014).

O significativo crescimento das importações de soja e de seus derivados tem impulsionado grande parte do envolvimento agrícola da China com a América Latina nos últimos anos, notadamente com o Brasil e a Argentina.

Os embarques de soja e farelo de soja para o exterior representam uma parte considerável das exportações desses dois países para a China – 71% para a Argentina (2013) e 40,91% para o Brasil (2014), tal como destacam Myers & Jie (2015). Para ambos os países, a soja e seu complexo estavam em primeiro lugar dentre os produtos exportados em 2013, seguidos de minério de ferro, no caso Brasil, e de petróleo cru, na Argentina (CEPAL, 2015). Os EUA eram e continuam sendo a origem principal das importações agrícolas da China. Porém, notadamente a partir de 2005, o Brasil teve crescimento expressivo de suas exportações de produtos agrícolas para a China, passando a concentrar, juntamente com os EUA, a maior parte dessas exportações (GRÁFICO 1).

Gráfico 1:

Importações agrícolas da China, por país exportador, 2000-13



Fonte: USDA, Economic Research Service analysis of China's customs statistics reported by the Global Trade Atlas (2014) – Retirado de Gale; Hansen; Jewison (2014).

Vejamos na próxima seção algumas das principais medidas que a China tem adotado para garantir a oferta regular de importações de alimentos para o país, no âmbito de sua política de segurança alimentar.

3. Estratégias da China para garantir o fornecimento de alimentos importados e sua aplicação no Brasil

Um dos principais motivos da adoção pela China de estratégias para assegurar o fornecimento regular de importações de produtos alimentícios é sua

avaliação de que o volume das exportações mundiais de grãos é insuficiente para atender às crescentes necessidades do país, que busca preencher as lacunas existentes na sua produção doméstica (GALE; HANSEN; JEWISON, 2014). A transformação do comércio agrícola e de investimentos diretos em elementos presentes em sua política externa consiste em uma das mais importantes ações neste sentido. O Governo Central tem recomendado que as empresas chinesas procurem focar seus investimentos no exterior em setores ligados de forma direta e indireta à produção de alimentos, como, por exemplo, nos sistemas de irrigação, logística e em outras áreas de infraestrutura relacionadas às exportações dos países produtores de alimentos (HAN; JIN, 2014).

As autoridades chinesas têm também encorajado suas empresas a adquirirem ativos ligados a vários estágios das cadeias produtivas dos países fornecedores de suas importações de alimentos, como forma de aumentar os lucros dessas empresas e de exercer maior influência na determinação dos preços internacionais das *commodities* agropecuárias. O Governo desempenha o papel de criar um ambiente de investimento favorável, fornecendo apoio necessário, gerando oportunidades e oferecendo proteção às empresas agroindustriais da China. A ideia é fazer com que as empresas agrícolas do país se tornem atores globais, capazes de competir com os gigantes mundiais do agronegócio, como a Cargill (ZUO, 2014; ROBERTS, 2014).

A principal tarefa do investimento agrícola da China no exterior está no estabelecimento de um sistema global de produção, comercialização, transporte, armazenamento, processamento e fabricação. É isso que explica muitos investimentos de empresas chinesas realizados em países da África, da Ásia, da América do Sul, e até mesmo em países mais avançados, como a Nova Zelândia e os EUA. A lógica de tais investimentos é de facilitar e reduzir os custos logísticos relacionados ao escoamento da produção de produtos primários agrícolas e minerais para a China, mas certamente eles contribuíram para aumentar a produtividade dos setores exportadores de produtos primários de muitos países produtores desses bens, sobretudo daqueles menos desenvolvidos da África, da América Latina e no Caribe (GALE; HANSEN; JEWISON, 2014).

No caso da África, por exemplo, a atuação da China na agricultura, que se concentrava na assistência técnica e na capacitação dos produtores, estendeu-se para as parcerias público-privadas, favorecida pelos incentivos do Governo chinês para que suas empresas de agronegócios investissem na agricultura africana. Com os fluxos de comércio e investimento crescendo dez vezes na última década, a China tem atuado para reduzir o *gap* no setor infraestrutura na África, sendo uma importante fonte de recursos para financiar o desenvolvimento do continente (CASSEL, 2013).

O envolvimento da China na África tem sido diversificado, ocorrendo tanto nos países mais pobres quanto em países de renda média. Em alguns países, como

República Democrática do Congo, Angola e Moçambique, a China está envolvida em indústrias extrativas e em projetos de infraestrutura, enquanto que, em outros países, como Marrocos e Egito, o investimento chinês se direcionou também para o setor industrial, criando encadeamentos para frente e para trás que provocaram uma transformação estrutural nessas economias (SCHIERE; RUGAMBA, 2013). Não por acaso, a China se tornou o maior parceiro comercial da África em 2012, com US\$ 200 bilhões em comércio. O estoque líquido acumulado do investimento externo direto da China na África aumentou de menos de US\$ 500 milhões, em 2003, para quase US\$ 15 bilhões, em 2011 (CHUN, 2013).

Na América Latina e no Caribe, os investimentos chineses têm se concentrado na área de infraestrutura. A Tabela 2 registra que ocorreram investimentos chineses de mais de US\$ 50 bilhões em países dessa região no período 1990-2013. Os três principais destinos desses investimentos na região nesse período foram o Brasil, com quase metade do valor total dos investimentos, o Peru, com 18,2% e a Argentina, com 12,8%. Jaeger (2016) destaca a realização de importantes investimentos realizados pela China na Argentina (represas Nestor Kirchner e Jorge Capernic no Rio Santa Cruz e expansão do Porto San Antonio Oeste), no Brasil (participação no Leilão de Libra, dos recursos do Pré-Sal), no Chile (desenvolvimento do Porto de Desierto), no Equador (Metrô de Quito), na Colômbia (modernização do Porto de Buenaventura), no Suriname (Porto de águas profundas, uma rodovia e uma ferrovia de Paramaribo até Manaus) e na Venezuela (construção de uma rodovia de 600 km ligando o Centro Colombiano à fronteira com a Venezuela, melhorias na navegação do Rio Meta, expansão do Porto de Palúa).

Tabela 2:

*América Latina e Caribe e países selecionados:
fluxos de IED da China – 1990-2013 (em US\$ milhões)*

País	1990-2009	2010	2011	2012	2013	1990-2013	% 1990-2013
Argentina	143	3.100	2.450	600	120	6.413	12,8%
Brasil	255	9.563	5.677	6.067	2.580	24.142	48,2%
Chile	n.d.	5	0.	76	19	100	0,2%
Colômbia	1.677	6	293	996	776	3.748	7,5%
Equador	1.619	45	59	86	88	1.897	3,8%
Guiana	1.000	n.d.	15	n.d.	n.d.	1.015	2,0%
México	146	9	2	74	15	246	0,5%
Peru	2.262	84	829	1.307	4.626	9.108	18,2%
Trinidade e Tabago	n.d.	900	850	n.d.	n.d.	1.750	3,5%

Venezuela	240	n.d.	n.d.	n.d.	1.400	1.640	3,3%
Total América Latina e Caribe	7.342	13.712	10.175	9.206	9.624	50.059	100,0%

Fonte: CEPAL (2015)

É tendo como base esse processo que se deve entender os recentes empréstimos de instituições chinesas a empresas brasileiras, que também parecem visar garantir o fornecimento regular de insumos e matérias primas básicos para a China. Este é o caso da concessão de empréstimos pelo Banco de Desenvolvimento da China a empresas brasileiras que atuam no ramo de insumos básicos, a taxas de juros relativamente baixas, que podem ser quitados por meio da própria venda dos insumos produzidos pela empresa (IPEA, 2010). Nesta mesma linha, durante visita da comitiva chinesa ao Brasil, em 2015, foram anunciadas outras medidas, como o Acordo de Cooperação entre *China Eximbank* e a Petrobrás para financiamento de projetos, o Memorando de Financiamento entre Cosco e Vale para o projeto de compra de 14 navios de minério de Ferro, o Memorando de Cooperação Financeira Global entre ICBC e Vale para a oferta de serviços financeiros, o Acordo de Cooperação entre o Governo do Mato Grosso e o Grupo China BBKA para o processamento de milho e soja, (PERES, *et. al.*, 2015) e a oficialização da compra pela instituição financeira chinesa *Bank of Communications* (BoCom) do Banco BBM, que teve origem no Banco da Bahia, fundado em 1958, para fornecer linhas de crédito aos agricultores locais, tornando-se depois uma instituição financeira nacional (SILVEIRA, 2015).

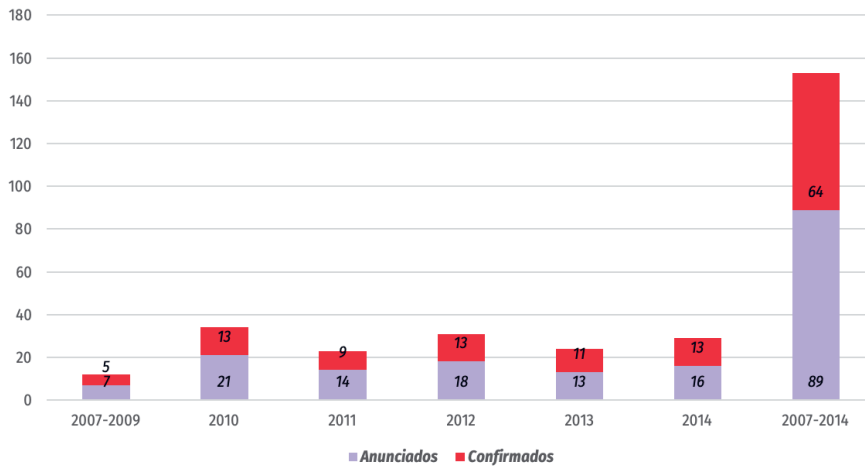
Conforme apresentado na Tabela 2, acima, o Brasil tem liderado os investimentos diretos realizados pela China na América Latina e no Caribe, tendo recebido mais de US\$ 24 bilhões dos cerca de US\$ 50 bilhões direcionados pelo país asiático à região entre 1990 e 2013. Entre os anos de 2007 e 2014, foram anunciados 89 projetos de investimentos chineses no Brasil e, destes, 64 (71,9%) foram confirmados (GRÁFICO 2). Tomando como base os anos de 2012 e 2013, percebe-se que os investimentos chineses se espalham por todo o território brasileiro (GRÁFICO 3).

Como se pode ver pelo Gráfico 4, dos projetos de investimentos chineses no Brasil no período 2007-2014, 55% referem-se a *Greenfield*, 33% a fusões e aquisições e 12% a *joint-ventures*. Os investimentos em *Greenfield* envolvem a construção de novas instalações de empresas no país por investidores chineses, algo positivo, que gera capacidade produtiva nova e mais empregos dentro do país (CEBC, 2013). As fusões e aquisições referem-se a compra total ou parcial de empresas brasileiras, algo que seria da preferência dos chineses por minimizar as dificuldades derivadas dos contrastes culturais, legais e de regulamentações entre os dois países (CEBC, 2011 e 2013). Já as

joint ventures são as parcerias estratégicas entre empresas brasileiras e chinesas, que abrangem a participação acionária dessas empresas para constituição de uma nova empresa para atuar no país.

Gráfico 2:

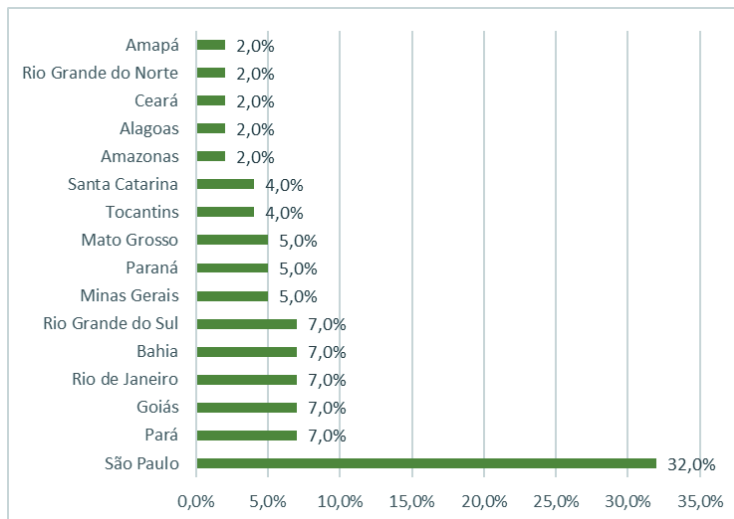
Número de Projetos de Investimento Chinês no Brasil: 2007-2014



Fonte: CEBC (2016)

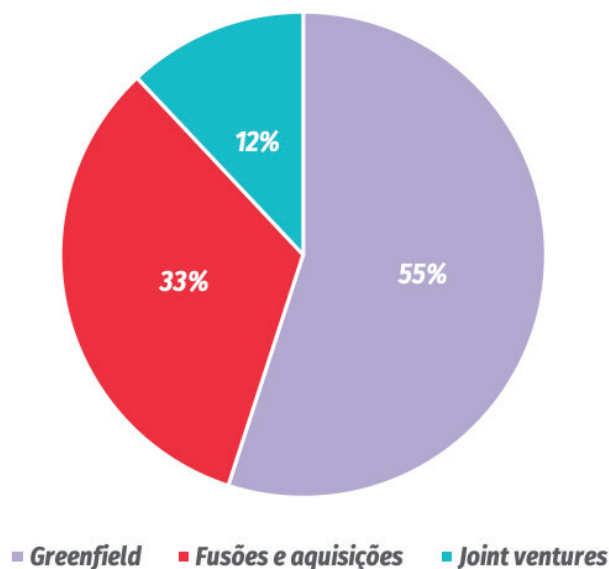
Gráfico 3:

Distribuição geográfica dos projetos anunciados em 2014 e 2015



Fonte: CEBC (2016)

Gráfico 4:
*Projetos de Investimentos Chineses no Brasil
por Forma de Ingresso: 2007-2014 (em%)*



Fonte: CEBC (2016)

Merecem destaque especial os acordos fechados pelo Brasil e a China em maio de 2015, durante a visita da comitiva chinesa ao país, quando foram anunciados os investimentos chineses no Brasil de cerca de US\$ 53 bilhões, tendo como base os valores de 35 acordos bilaterais assinados entre esses dois mandatários (PERES, *et. al.*, 2015). Na área agropecuária deve ser destacada, sobretudo, a reabertura do mercado chinês de carne bovina para as empresas brasileiras, que beneficiou diretamente empresas que figuram entre os maiores exportadores de carnes do país, dentre as quais os frigoríficos JBS, Marfrig e Minerva, e estavam impedidas de exportar para a China desde dezembro de 2012 (ZAIA, 2015).

Conforme já sinalizado antes, juntamente com o intuito de ingressar no mercado consumidor brasileiro, o padrão atual dos investimentos chineses objetiva expandir e dinamizar o complexo exportador primário brasileiro, por meio do controle parcial ou total de empresas brasileiras que atuam nesse segmento e através de melhorias da infraestrutura, buscando maior eficiência e fortalecimento desse complexo exportador (CEBC, 2011). Vale destacar, contudo, que os investimentos chineses no Brasil não se relacio-

nam apenas ao setor agropecuário, sendo, ao contrário, destinados a vários setores da economia brasileira. Os recentes processos de fusões e aquisições, *joint-ventures* e os investimentos (*Greenfield*) dos chineses no Brasil, além do objetivo de assegurar a oferta de produtos básicos, estão também buscando aproveitar-se das oportunidades criadas pelo crescimento da chamada classe média do país, que ampliou o tamanho do mercado interno. A inclusão nesse mercado de milhões de novos consumidores, oriundos das classes *D* e *E*, está estimulando as aplicações chinesas de empresas de pequeno e médio porte (CEBC, 2011), com destaque para as montadoras de veículos do segmento de carros populares, equipamentos de maquinários e eletroeletrônicos. Conforme mostra a Figura 1, além de estarem espalhados por todo o território nacional, atingem diversos segmentos, como eletrônicos, energia, automotivo, agronegócio, bancário e petróleo.

Figura 1:
*Destaques dos Investimentos Chineses no Brasil:
2012-2013 (em US\$ milhões)*



Fonte: CEBC (2014)

Seja por meio de empréstimos, processos de fusões e aquisições, *joint-ventures*, investimentos (*Greenfield*) dos chineses no Brasil, essas medidas tomadas pelo país asiático no âmbito de sua política de segurança alimentar acabam por contribuir para aumentar as exportações brasileiras e promover o desenvolvimento em outras áreas, redundando no aumento da taxa de investimento, de que tanto necessita a sociedade brasileira. Porém, esse processo não é isento de críticas. As aquisições diretas de grandes extensões de terras agricultáveis talvez seja uma das medidas da China mais contestáveis. Casseil (2013) advoga, por exemplo, que grandes mudanças positivas na agricultura africana devem começar com alterações legais em relação ao direito de propriedade e de posse da terra. Esse tipo de crítica também tem tido lugar na América Latina, onde as firmas chinesas envolvidas em compra/arrendamento de terras são muito distintas. A lista inclui empresas pequenas e grandes, algumas são privadas, enquanto outras são estatais ou afiliadas a uma província específica. Essas empresas também estão geograficamente dispersas, vindas de todos os cantos da China. No Brasil, tem-se notícia de aquisições (e/ou arrendamentos) de terras por empresas chinesas nos estados de Bahia, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Sul, Tocantins, que têm sido chamadas de “*land grabbers*” (MYERS; JIE, 2015).

Outra crítica é de que a China estaria adotando medidas de comércio externo que contribuem para concentrar as exportações de países em desenvolvimento em produtos primários. Edinger & Sandrey (2013) relatam que os críticos das relações comerciais entre a China e o continente africano argumentam que a estrutura de comércio entre as duas regiões é relativamente desigual, sugerindo que as exportações manufaturadas da China estão eliminando oportunidades para a industrialização da África, reforçando sua condição de exportador de produtos baseados em recursos naturais. Tais críticos alegam que a China tem competido com países da África não apenas em seus respectivos mercados domésticos, mas também em mercados de outros países, reduzindo a participação do continente africano no mercado mundial, especialmente no setor de vestuário e de produtos têxteis.

A seção 5, mostra que estas questões também interessam ao Brasil. A despeito de ter contribuído para que ocorresse um significativo crescimento das exportações, há indícios de que a elevação das relações comerciais do Brasil com a China tem a ver com a concentração da pauta de exportações do país em produtos primários. Antes disso, porém, será apresentada na próxima seção a metodologia utilizada para desenvolver essas questões.

4. Metodologia para análise dos efeitos da China sobre a pauta de exportações brasileira

Para analisar se as alterações na distribuição das exportações brasileiras estão relacionadas com o aumento da participação da China no total dessas exportações, utilizou-se o método de controle sintético para estudos comparativos, desenvolvido por Abadie & Gardeazabal (2003) e Abadie, Diamond & Hainmueller (2010). Esse método refere-se a uma combinação de unidades que fornece uma melhor comparação de uma região exposta a algum tipo de tratamento (ou intervenção) com apenas uma única outra unidade não exposta a tal tratamento (ou intervenção).

Tal como Vieira & Xavier (2018), foi considerado como o tratamento sob o qual passou o Brasil (unidade exposta ao tratamento) o crescimento da participação da China no total de suas exportações brasileiras no período compreendido entre 2001 e 2013. O grupo de comparação que não passou por tratamento foi identificado como *UNEI* (Unidade Não Exposta à Intervenção), sendo construído a partir da seleção de variáveis de países que possuíam características observadas parecidas com as do Brasil no período anterior ao tratamento. As variáveis utilizadas para apurar essas características são chamadas de covariadas. Vieira & Xavier (2018)¹ defiram como covariadas o Investimento Estrangeiro Direto, os Termos de Comércio, os percentuais dos Investimentos em Relação ao PIB, os percentuais das Exportações em Relação ao PIB e a Taxa de Câmbio Real de cada país, o que também será feito neste trabalho. Também os dados e o período utilizados na construção da unidade não exposta à intervenção são idênticos aos utilizados por Vieira & Xavier (2018), o que permitirá comparar os resultados obtidos aqui com os que foram produzidos por esses autores.

As informações relativas às exportações foram retiradas da base de dados *UN Comtrade Data*, na Revisão 2 da *Standard International Trade Classification (S2)*. Para fim de análise das alterações ocorridas na pauta de exportação do Brasil, tais informações foram compiladas e reagrupadas de acordo com a taxonomia proposta por Pavitt (1984) e adaptada por Guerrieti (1991). Assim, além das exportações totais, será apresentada a evolução das exportações brasileiras para os seguintes segmentos no período 1980–2013: produtos primários agrícolas,

¹ Para mais detalhes sobre método de controle sintético para estudos comparativos e sobre os dados utilizados, ver Vieira & Xavier (2018), Abadie & Gardeazabal (2003) e Abadie, Diamond & Hainmueller (2010).

produtos primários minerais, produtos primários energéticos, indústria agro-alimentar, indústria intensiva em outros recursos agrícolas, indústria intensiva em recursos minerais, indústria intensiva em recursos energéticos, indústria intensiva em trabalho, indústria intensiva em escala, fornecedores especializados e indústria intensiva em Pesquisa e Desenvolvimento (*P&D*).

A próxima seção apresentará os resultados e as discussões da aplicação da metodologia apresentada acima.

5. Efeitos da China sobre as exportações brasileiras no período recente

Para compreender o desempenho das exportações brasileiras no período recente, é importante que se tenha em mente o aumento das exportações do país para a China. Como pode ser notado por meio da Tabela 3, abaixo, paulatinamente, a China foi galgando posições até se tornar o maior parceiro comercial do Brasil. Esse crescimento significativo e relativamente rápido das exportações brasileiras para a China parece ter influenciado efetivamente o desempenho das exportações totais do país. Conforme mostra o Gráfico 6, essas exportações saíram de pouco mais de US\$ 23,2 bilhões, em 1983, para atingir o pico de US\$ 294,4 bilhões em 2011.

Tabela 3:
*Principais Destinos das Exportações Brasileiras
(em %) – Anos Selecionados*

Países	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2013
China	0.36	3.19	1.22	2.59	1.97	5.77	15.58	18.97
EUA	17.37	27.13	24.62	18.92	24.29	19.24	9.75	10.25
Argentina	5.42	2.14	2.05	8.69	11.32	8.38	9.34	8.09
Holanda	5.71	6.08	7.94	6.27	5.07	4.46	5.18	7.14
Japão	6.12	5.45	7.48	6.67	4.49	2.94	3.61	3.28
Alemanha	6.64	5.11	5.69	4.64	4.58	4.25	4.09	2.70
Chile	2.24	0.93	1.54	2.60	2.26	3.06	2.14	1.85
México	2.33	0.87	1.61	1.07	3.11	3.44	1.86	1.74
Reino Unido	2.73	2.47	3.01	2.85	2.72	2.19	2.34	1.69

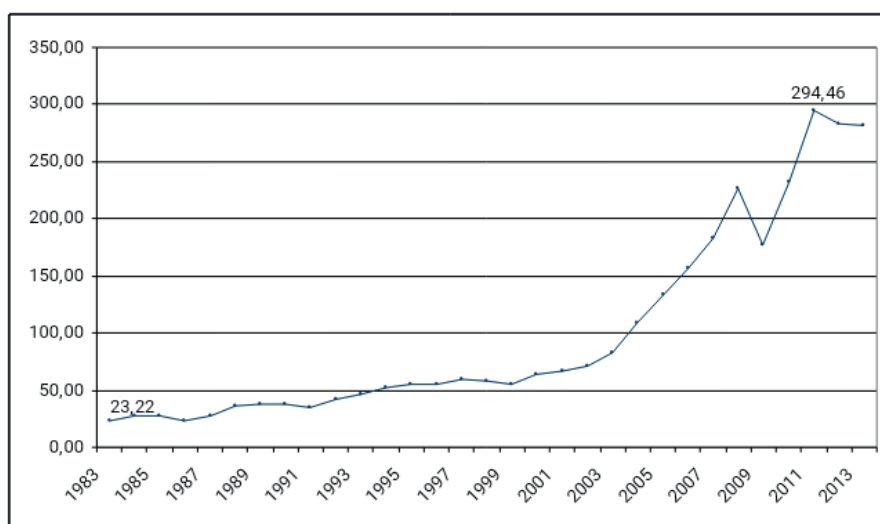
Itália	4.86	4.48	5.14	3.68	3.89	2.72	2.14	1.69
Bélgica	1.77	2.25	3.12	3.46	3.24	1.81	1.76	1.48
Espanha	2.59	2.08	2.24	1.89	1.83	1.84	1.97	1.47
França	4.08	3.12	2.87	2.23	3.25	2.17	1.81	1.41
Demais Países	37.77	34.71	31.47	34.43	27.97	37.75	38.44	38.22
Mundo	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do *UN Comtrade Data*.

Os resultados das análises realizadas por meio do método de controle sintético para estudos comparativos parecem comprovar que o desempenho das exportações brasileiras no período recente guarda relação estreita com o aumento da participação da China no total dessas exportações. O Gráfico 7, reproduzido de Vieira e Xavier (2018), sugere que as exportações totais do Brasil cresceram muito mais do que as da unidade não exposta à intervenção (*UNEI*), sobretudo no período mais recente. Em outras palavras, o que esse Gráfico mostra é que, caso o Brasil não exportasse para a China, o desempenho de suas exportações ficaria bem abaixo do que foi efetivamente verificado.

Gráfico 6:

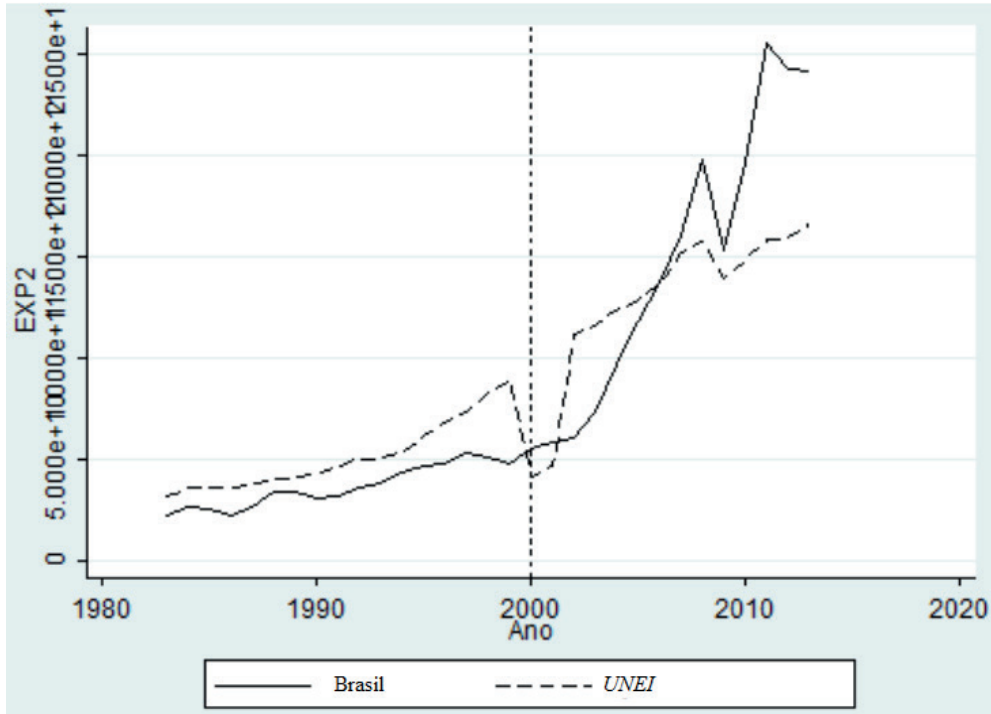
Evolução das Exportações Brasileiras: 1983-2013 (em bilhões US\$)



Fonte: Elaboração Própria a partir do *WorldBank Data*.

Gráfico 7:

Evolução das Exportações Agregadas do Brasil e da UNEI



Fonte: Retirado de Vieira & Xavier (2017).

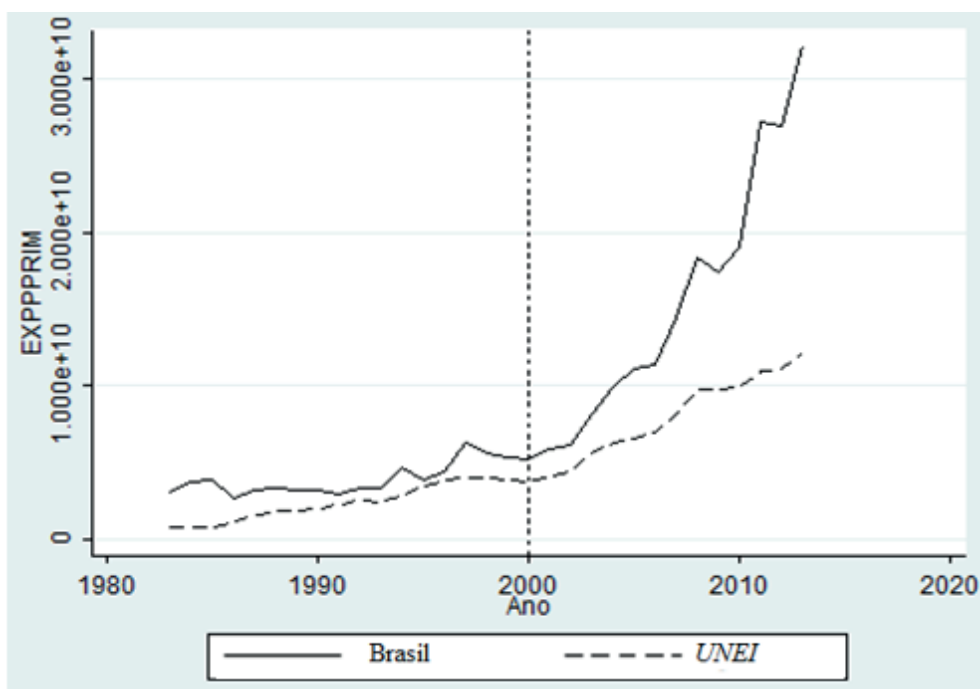
Essa mesma análise foi feita especificamente para as exportações de produtos primários agrícolas e apresentada no Gráfico 8, elaborado com metodologia e o período idênticos aos utilizados por Vieira & Xavier (2018). O resultado segue a mesma linha dos encontrados por esses autores, ou seja, sugere que a China foi a principal responsável pelo crescimento quase exponencial experimentado pelas exportações de produtos primários agrícolas do Brasil no período recente.

Comparando os Gráficos 7 e 8, verifica-se que o desempenho das exportações totais do Brasil no período recente parece ter sido muito influenciado pelo crescimento das exportações de produtos primários agrícolas. Essa perspectiva é reforçada pelos dados da Tabela 4. As exportações desses produtos, que representavam apenas 0,80% do total das exportações brasileiras para a China em 1993, passaram para 30,72% em 2003 e para 39,36% em 2013, adquirindo a maior participação dentre todos os segmentos de exportações definidos pela

tipologia de Pavitt (1984) e Guerrieti (1991) (TABELA 4). Esse movimento parece ter impactado também as importações totais do Brasil. A participação das exportações de produtos primários agrícolas no total dos embarques nacionais, que havia diminuído entre 1983 e 1993 (de 21,08% para 12,38%), aumentou para 16,70%, em 2003, e alcançou 23,18% em 2013 (TABELA 5).

Gráfico 8:

Evolução das Exportações dos Produtos Primários Agrícolas do Brasil e da UNEI



Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 4:

Participação de cada Categoria no Total das Exportações Brasileiras para a China pela Tipologia de Pavitt e Guerrieri: 1983, 1993, 2003 e 2013 (%)

Classificação das Exportações	1983	1993	2003	2013
Prod. Primários Agrícolas	1,28	0,80	30,72	39,36

Prod. Primários Minerais	1,52	14,56	18,49	36,13
Prod. Primários Energéticos	0,00	0,00	0,49	8,77
Ind. Agroalimentar	9,49	1,79	9,83	2,04
Ind. Intensiva em Outros Recursos Agrícolas	3,04	1,10	6,68	6,74
Ind. Intensiva em Recursos Minerais	3,73	5,01	1,48	1,46
Ind. Intensiva em Recursos Energéticos	0,00	0,00	0,04	0,00
Ind. Intensiva em Trabalho	23,39	1,87	4,20	2,00
Ind. Intensiva em Escala	56,75	69,43	21,58	1,56
Fornecedores Especializados	0,34	4,97	5,16	0,70
Indústria Intensiva em P&D	0,44	0,45	1,33	1,24
Demais Produtos	0,02	0,01	-	-
<i>Total</i>	<i>100,00</i>	<i>100,00</i>	<i>100,00</i>	<i>100,00</i>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *UN Comtrade Data*.

Cumpra ressaltar que o aumento da participação das exportações de produtos primários minerais também guarda relação com as importações chinesas desses produtos, tendo em conta que os dois principais produtos exportados pelo Brasil para a China são soja e minério de ferro. Essa participação praticamente dobrou, passando de 8,19%, em 1983, para 15,88% em 2013. E, quando se considera também as exportações de produtos primários energéticos, verifica-se que, juntas, as participações dos produtos primários no total da pauta de exportações brasileiras saíram de 29,03%, em 1983, para 44,41% em 2013.

Paralelamente, assistiu-se a um movimento de queda das exportações de produtos de maior valor agregado. Isso aconteceu com mais intensidade nas exportações da indústria intensiva em trabalho, da indústria agroalimentar e da indústria intensiva em recursos energéticos. Embora também tenham caído em 2013 na comparação com 2003, as exportações da indústria intensiva em escala, dos fornecedores especializados e da indústria intensiva em *P&D* tiveram redução menor do que a verificada para aquelas. Se nas décadas de 1980 e 1990, as mercadorias brasileiras exportadas para o mercado chinês eram fundamentalmente manufaturadas, na década seguinte, o perfil dessas exportações sofreu

modificações importantes, com os produtos de baixo valor agregado tendo o maior peso, a pauta concentrada em produtos primários (TABELA 5).

Esse processo parece ter a ver com o padrão de proteção existente no país asiático. Tratar-se de uma política deliberada da China para concentrar sua pauta de importações em produtos primários e em insumos industriais, visando impedir que as importações pudessem aumentar indiscriminadamente, afetar sua indústria doméstica e pressionar a taxa de câmbio. Isso estaria no centro das explicações da redução da participação dos países avançados no total das importações chinesas (de cerca de 80% de 1980, para 40% na década de 2010) e do aumento da dos países em desenvolvimento – que eram 15% e passaram para 60%, respectivamente, nesses dois períodos (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011). Os dados da Tabela 6 parecem dar força a esse argumento. Percebe-se que, quanto maior o grau de processamento dos produtos, maiores são os obstáculos enfrentados pelos exportadores para embarcarem seus produtos para a China. Enquanto a tarifa aplicada pela China para importar soja em grão é inexistente, para a importação de óleo de soja, o percentual aplicado é de 9,0%. O movimento é semelhante para outros produtos cujas exportações para a China são de interesse do Brasil: no caso de petróleo cru e derivados de petróleo (0,0% e 5,0%), ferro gusa e barra de ferro (1,0% e 10,0%) e pasta de madeira e papel para impressão (0,0% e 7,5%). Ou seja, é muito mais fácil para o Brasil exportar um produto básico para a China do que um manufaturado.

Tabela 5:

Participação de cada Categoria no Total das Exportações Brasileiras pela Tipologia de Pavitt e Guerrieri: 1983, 1993, 2003 e 2013

Classificação das Exportações	1983	1993	2003	2013
Prod. Primários Agrícolas	21.08	12.38	16.70	23.18
Prod. Primários Minerais	8.19	6.92	6.21	15.88
Prod. Primários Energéticos	0.06	0.00	2.90	5.35
Ind. Agroalimentar	19.17	12.80	11.99	7.54
Ind. Intensiva em Outros Recursos Agrícolas	5.30	6.62	7.25	7.91
Ind. Intensiva em Recursos Minerais	4.12	6.29	4.90	4.06
Ind. Intensiva em Recursos Energéticos	5.24	1.67	2.29	2.01

Ind. Intensiva em Trabalho	10.45	14.49	9.89	4.60
Ind. Intensiva em Escala	16.18	24.45	19.56	15.75
Fornecedores Especializados	5.76	9.75	8.73	6.80
Indústria Intensiva em P&D	3.18	4.07	9.58	6.92
Demais Produtos	1.28	0.54	-	-
Total	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do *UN Comtrade Data*.

Tabela 6:
Tarifas Aplicadas pela China para Importação de Alguns Produtos de Interesse do Brasil

Tipo	Produto	Tarifa Aplicada
Básico	Soja em Grão	0,0%
Manufaturado	Óleo de Soja	9,0%
Básico	Petróleo Cru	0,0%
Manufaturado	Derivados de Petróleo	5,0%
Básico	Ferro Gusa	1,0%
Manufaturado	Barra de Aço	10,0%
Básico	Pasta de Madeira	0,0%
Manufaturado	Papel para Impressão	7,5%

Fonte: WTO Tariff Analysis Online (TAO). Elaborado a partir de Thorstensen (2011).

Adicionalmente, Thorstensen (2011) sublinha que a redução das tarifas de importação da China ocorrida após sua adesão a OMC não significou um aumento de suas importações de produtos de maior valor agregado, uma vez que as barreiras tarifárias foram substituídas por um sem-número de barreiras não tarifárias. Medidas como a exigência de licenças de importação, a exigências de normas, padrões, sistemas obrigatórios de certificação e medidas sanitárias e fitossanitárias continuaram a obstruir as importações chinesas. Ainda que a

China se justifique afirmando que essas medidas se associam às suas necessidades relacionadas à economia de energia, à proteção ambiental e à conservação de recursos naturais, as barreiras não tarifárias aplicadas às importações têm sido alvo de avaliações minuciosas e de questionamentos por parte da OMC. A despeito desse padrão de desincentivo às importações aplicado pela China, como relata Thorstensen (2011), o Brasil tem utilizado pouco os mecanismos de defesa comercial disponíveis no âmbito da OMC, de modo que a pauta de exportações brasileiras para o mercado chinês se concentra cada vez mais em produtos básicos e de baixo valor agregado.

6. Considerações finais

Os resultados encontrados por meio do método de controle sintético para estudos comparativos sugerem que as exportações brasileiras têm sido alavancadas pelo crescimento das exportações para a China, notadamente de produtos primários, destacando-se os produtos agrícolas. Esse processo parece estar relacionado com os aspectos históricos, econômicos e legais que deram origem à Política de Segurança Alimentar, arquitetado pelo Governo Chinês e operacionalizado por suas empresas privadas e estatais, que buscam exportar produtos de maior valor agregado e fazer com que as empresas de outros países exportem para a China produtos primários.

A estratégia de comércio exterior adotada pela China em relação ao Brasil tem envolvido a realização de investimentos diretos, processos de fusões e aquisições, *joint-ventures*, empréstimos de empresas chinesas para empresas brasileiras, visando, entre outras coisas, dinamizar o complexo brasileiro exportador de produtos primários, especialmente por meio de melhorias da infraestrutura necessária para escoar a produção, reduzindo custos logísticos e gerando compromissos futuros que assegurem o fluxo regular de importações para o país asiático.

Essa estratégia chinesa guarda resultados positivos para o Brasil. O aumento das exportações pode gerar um círculo virtuoso de crescimento, especialmente por conta do aumento da produtividade interna. Por outro lado, é importante que se relativize os resultados do crescimento das exportações brasileiras sobre a economia brasileira, uma vez que esse crescimento está sendo acompanhado de outros efeitos, tais quais como a concentração cada vez maior dos embarques brasileiros em produtos primários, em detrimento das exportações de produtos de maior valor agregado, que possuem maiores efeitos de encadeamento para frente e para trás. Ademais, a aquisição e o arrendamento de terras, feitas

diretamente por empresas chinesas no Brasil, têm gerado críticas e precauções relacionadas a soberania nacional.

Em suma, o aumento da participação da China no total das exportações brasileiras e os investimentos vinculados a sua política de segurança alimentar parecem ter contribuído para elevar a taxa de crescimento das exportações brasileiras nos últimos anos, diminuir custos logísticos (dado o aumento dos investimentos em infraestrutura) e promover o crescimento da produtividade do setor agropecuário vinculado às exportações. Por outro lado, há indícios de que esse movimento também concorreu para consolidar uma pauta de exportações concentrada em produtos de valor agregado mais baixo e com menor intensidade tecnológica. O grande interesse da China em relação ao Brasil parece ser a inclusão do país como um grande fornecedor de recursos naturais, concentrando os embarques brasileiros em produtos com esta característica.

Referências

ABADIE, A.; DIAMOND, A.; HAINMUELLER, J. Synthetic control methods for comparative case studies: estimating the effect of California's tobacco control program. **Journal of the American Statistical Association**, forthcoming, 2010.

ABADIE, A.; GARDEAZABAL, J. The economic costs of conflict: a case study of the Basque Country. **American Economic Review**, v. 93, n. 1, p. 113–132, 2003, 2003.

ACIOLY, L. China: uma inserção externa diferenciada. **Boletim de Economia Política Internacional** – Análise Estratégica n. 7, Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2005.

CARTER, C. A.; ZHONG, F.; ZHU, J.. Advances in Chinese agriculture and its global implications. **Applied Economic Perspectives and Policy**, v. 34, n. 1, p. 1–36, 2012.

CASSEL, D. L. China's role in African agriculture. **Bridges Africa**, v. 2, n. 6, set. 2013. Disponível em: <<https://www.ictsd.org/sites/default/files/downloads/bridges-africa-review/2-6.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2019.

CEBC. **Investimentos Chineses no Brasil**: uma nova fase da relação Brasil-China, Mar, 2011. Rio de Janeiro, 2016.

CEBC. **Carta Brasil China**: visão do futuro, Mar, 2015. Rio de Janeiro, 2015.

CEBC. **Boletim de Investimentos Chineses no Brasil 2012-2013**, Mar, 2014. Rio de Janeiro, 2014.

CEBC. **Uma análise dos investimentos chineses no Brasil:2007-2012**, Jun, 2013. Rio de Janeiro, 2013.

CEBC. **Investimentos Chineses no Brasil**: uma nova fase da relação Brasil-China, Mar, 2011. Rio de Janeiro, 2011.

CEPAL, N. U. **América Latina y el Caribe y China**: hacia una nueva era de cooperación económica. Santiago-Chile: Nações Unidas, 2015.

CHUN, Z. The Sino-Africa relationship: Toward a new strategic partnership. **Ideas**, SRO16, jun. 2013. Disponível em: <http://infoboxdaily.com/wp-content/uploads/2015/02/www.lse.ac.uk_IDEAS_publications_reports_pdf_SR016_SR-016-Chun.pdf>. Acesso em 20 mar. 2019.

DU, R. The course of China's rural reform, International Food Policy, **Research Institute Research Paper**, Washington/DC, 2006. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/apcity/unpan036727.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2019.

EDINGER, H.; SANDREY, R. Is China bad for Africa's industrialisation? **Bridges Africa**, v. 2, n. 6, set. 2013. Disponível em: <<https://www.ictsd.org/sites/default/files/downloads/bridges-africa-review/2-6.pdf>>. Acesso em 18 mar. 2019.

GALE, F.; HANSEN, J.; JEWISON M. **China's Growing Demand for Agricultural Imports**, EIB-136, U.S. Department of Agriculture, Economic Research Service, feb. 2014. Disponível em: <<https://www.ers.usda.gov/webdocs/publications/43939/eib-136.pdf?v=0>>. Acesso em 18 mar. 2019.

GUERRIERI, P. **Technology and international trade performance in the most advanced countries**. Roma: Publication, 1991.

IPEA. Relações comerciais e de investimentos do Brasil com os demais países do

BRICS. **Comunicado do IPEA**, n. 86, Brasília, 2010.

JIE, C. Rapid urbanization in China: a real challenge to soil protection and food security. **Catena**, v. 69, n.1 p.1-15, 2007. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0341816206000920>>. Acesso em 19 mar. 2019.

HAN, J.; JIN, S. "Mai Xiang Gao Shou Ru Guo Jia de Zhongguo Liangshi anquan Zhanlue yu Zhengce Yanjiu [Strategy and Policy Research on Food

Security as China Strides Toward Becoming a High Income Country],” in China: **Food Security and Agricultural Going Out Strategy Research**, H. Jun, ed. Beijing: China Development Press, 2014.

JAEGGER, B. C. Investimentos Chineses em Infraestrutura na América do Sul: impactos sobre a integração regional. **Conjuntura Austral**, v. 8, n. 39-40, p. 4-23, 2017.

KUTELVA, A. China’s food security situation: Key issues and implications for Canada. **Occasional paper series**, v. 3, n. 1, 2016.

LIN, J.Y.; YANG, D. T. Food Availability, Entitlements and the Chinese Famine of 1959–61. **The Economic Journal**, n. 110, v. 460, p.136–158, 2000.

MYERS, M.; JIE, G. China’s agricultural investment in Latin America: a critical assessment. **China and Latin America report**. The Dialogue, 2015. Disponível em: <<http://www.thedialogue.org/wp-content/uploads/2015/06/Chinas-Agricultural-Investment-in-Latin-America.pdf>>. Acesso em 19 mar. 2019.

PATTON, D. More than 40 percent of China’s arable land degraded: Xinhua, **Reuters**, 4 nov. 2014. Disponível em: < <https://www.scientificamerican.com/article/more-than-40-percent-of-china-s-arable-land-degraded/>>. Acesso em 14 mar. 2019.

PAVITT, K. Sectoral patterns of technical change: towards a taxonomy and a theory, **Research Policy**, v.13, 1984.

PERES, B. *et. al.* Brasil e China fecham 35 acordos, com ênfase em infraestrutura. **Valor Econômico**, 20 mai. 2015, p. A3.

ROBERTS, D. The Chinese want their own Cargill, **Business Times**, mar. 2014. Disponível em: <<http://english.ckgsb.edu.cn/new/the-chinese-want-their-own-cargill/>>. Acesso em 14 mar. 2019.

ROZELLE, S.; HUANG, J.; OTSUKA, K. The role of agriculture in China’s development: past failures, present successes and future challenges, **Stanford University Freeman Spogli Institute for International Studies Working Paper**, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/242288112_The_Role_of_Agriculture_in_China’s_Development_Past_Failures_Present_Successes_and_Future_Challenges>. Acesso em 14 mar. 2019.

SCHIERE, R.; RUGAMBA, A. China and regional integration as drivers of structural transformation in Africa. **Bridges Africa**, v. 2, n. 6, set. 2013. Disponível em: <<https://www.ictsd.org/sites/default/files/downloads/bridges-africa-review/2-6.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2019.

SILVEIRA, V. Acordo com Odebrecht em programa de defesa. **Valor Econômico**, 21 mai. 2015.

THORSTENSEN, V. O. Brasil e China: de conflitos de interesses à busca de uma agenda comum. **In: Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais**: desafios e oportunidades. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

VIEIRA, E. R.; XAVIER, C. L. O papel da China no crescimento da economia brasileira: uma análise contrafactual da hipótese do export-led growth. **Economia Aplicada**, 21, n.3, p. 387-415, 2018.

ZHANG, H.; CHENG, G. China's food security strategy reform: an emerging global agricultural policy. **China's Global Quest for Resources Energy, Food and Water**; Wu, F., Zhang, H., Eds, p. 23-41, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/323410238_China's_Food_Security_Strategy_Reform_An_emerging_global_agricultural_policy>. Acesso em 12 mar. 2019.

ZUO, M. China turning state-owned farms into agri-corporations to take on world players, **South China Morning Post**, 14, aug. 2014. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/article/1573077/china-turning-state-owned-farms-agricorporations-take-world-players>>. Acesso em 12 mar. 2019.

ZAIA, C. Acordo derruba barreira sanitária chinesa a frigoríficos brasileiros. **Valor Econômico**, 20 mai. 2015.

4

Perfil agroexportador brasileiro, 2003 – 2014:

Crescimento econômico com desenvolvimento social

巴西农产品出口商轮廓，2003-2014:

经济增长与社会发展

Fábio André Teixeira

Julienne de Jesus Andrade Widmarck

Ana Eugênia Müller de Almeida Arantes

Resumo

O Brasil sofreu entre os anos de 2003 a 2014 um aumento significativo de 52% nas exportações e, com o objetivo de entender os efeitos que essa atividade proporciona ao país, o presente artigo procura testar a hipótese: a economia brasileira é sustentada pela exportação de produtos agropecuários, gerando emprego e combatendo pobreza. Visto isso, serão trabalhadas duas abordagens, sendo a Wage Led de Rowthorn, com testes a partir dos dados retirados no PNAD e Aliceweb, com a utilização do Método dos Momentos Generalizados (MMG) e outra das Capacitações, para o entendimento de elementos motivadores num contexto de pobreza multidimensional. Os resultados obtidos afirmam a importância das exportações para a economia, mas não comprovam o impacto direto no combate a pobreza.

Palavras-chave: Exportação, Agricultura, Emprego, Pobreza Multidimensional.

Abstract

Brazil experienced between 2003 and 2014 a significant increase of 52% in exports and, in order to understand the effects that this activity has on the country, this article seeks to test the hypothesis: the Brazilian economy is sustained by the export of agricultural products, generating jobs and fighting poverty. Thus, two approaches will be worked out: Rowthorn's Wage Led, with tests based on the data collected in the PNAD and Aliceweb, using the Generalized Moments Method (GMM) and another one of the Capacities, for the understanding of motivating elements in a context of multidimensional poverty. The results confirm the importance of exports to the economy, but do not prove the direct impact on fighting poverty.

Keywords: Export, Agriculture, Employment, Multidimensional Poverty.

摘要

巴西在2003年至2014年期间经历了52%的出口大幅增长，为了了解出口活动对巴西的影响，本文力求检验以下假设：巴西经济由农产品出口支撑，以此创造就业机会和消除贫困。所以，将制定出两种方法：Rowthorn的工资领导增长，使用广义矩估计（GMM）在PNAD和Aliceweb中收集的数据进行测试，而用能力方法以理解多方面贫困背景中的激励因素。结果证实了出口对经济的重要性，但没有证明对消除贫困的直接影响。

关键词：出口、农业、就业、多方面贫困。

1. Introdução

A economia brasileira é marcada por diversos momentos de instabilidade, tanto positiva quanto negativamente. A desigualdade dominante de distribuição de renda existente configura uma sociedade em que há uma enorme concentração monetária nas mãos de poucos, enquanto grande parte vive com, no máximo, um salário mínimo. No entanto, nos últimos vinte anos, pode-se observar o crescimento da economia, com políticas de distribuição de renda, que auxiliam no longo processo de combate à pobreza, mesmo que esta ainda apresente taxas elevadas no país.

Porém, com a crise instalada no Brasil, a partir de 2009, o Produto Interno Bruto (PIB) começou a cair, comparado aos últimos seis anos, já que muitas variáveis que o compõe sofreram impactos significativos. A partir dessa realidade, nota-se um fator que se sobressai de forma a contribuir para que não ocorra uma queda maior, a exportação, motivada pelo mercado onde a taxa de câmbio a favorece quando a moeda nacional está desvalorizada, percebendo-se, assim, entre os anos de 2003 a 2014, um aumento de mais de 52%. Nesse mesmo período, 42% da pobreza foi reduzida, segundo pesquisa realizada por Andrade (2016) e buscando verificar de forma mais estreita a relação entre estes resultados o presente artigo tem como foco os efeitos da exportação.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos de três fatores fundamentais: o emprego, o combate à pobreza e a exportação de produtos voltados ao agronegócio, sob a hipótese de que a economia brasileira é sustentada pela exportação de produtos agropecuários, gerando emprego rural, devido às atividades executadas, fundamental para a distribuição da renda nesse meio, isto é, se a exportação diminui a pobreza.

Num primeiro momento, será analisado o ambiente do agronegócio no cenário brasileiro numa ampla perspectiva, passando por pontos fundamentais para as conclusões e resultados sobre a hipótese levantada. Num segundo momento, serão apresentados os fatores que mostram o agronegócio exportador como um dos elementos que propiciaram a redução da pobreza, considerando duas abordagens de grande importância, Rowthorn e Abordagem das Capacitações. Sendo essa redução da pobreza, resultado conjunto da elevação no número de postos de trabalho com políticas públicas de efeito direto e indireto no combate à pobreza, como a valorização do salário mínimo acima da inflação. Logo após, a metodologia predominantemente quantitativa utilizando-se dos dados sobre exportação, emprego e pobreza retirados do Ministério da Indústria e Comércio, Rais-Caged e Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), respectivamente. Além disso, é apresentado o Índice de Pobreza Mul-

tidimensional através da técnica Alkire Foster. A análise econométrica apresenta o Método dos Momentos Generalizados (GMM), para construção de correlação entre exportação agrícola, emprego agrícola e combate à pobreza, entre 2003 a 2014. Também, é apresentada a correlação entre pobreza e variação do salário mínimo no referido período.

Por fim, são apresentados os resultados, compostos por uma análise descritiva e outra das elasticidades, seguindo assim as conclusões, levando em consideração todo contexto durante o período, com a aceitação de que o agronegócio exportador contribui para aumentar o emprego. Porém, não reduzindo diretamente a pobreza, mas indiretamente através da aplicação da arrecadação de impostos em políticas públicas de distribuição de renda. Desse modo, é aceito que a valorização real do salário mínimo, durante o período, contribuiu para redução da pobreza multidimensional. Como principal contribuição deste trabalho, pode-se dizer que é fundamental a discussão sobre a desigualdade no país e, por isso, identificar formas de combate à pobreza com recursos de grande potencial já existente no país é o primeiro passo para obter resultados positivos.

2. Agronegócio, mundo e sua especificidade no cenário Brasil

O cenário mundial tem passado por mudanças na perspectiva demográfica. Uma vez que os indicadores mais relevantes dos países em desenvolvimento são baseados em critério de renda, um dos parâmetros a ser identificado é o aumento de consumo da população. O nexo de causalidade imediato será impactante sobre a redução (ou não redução) da pobreza rural e pobreza urbana, conforme uma revisão de literatura em particular que nesse artigo se empreende.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), uma realidade preocupante é que a cada cinco segundos, uma criança morre de fome em decorrência de questões que perpassam de segurança alimentar, a políticas públicas sem eficácia na distribuição de alimentos, conforme comentam Neves; Zylbersztajn et al (2005). Será nesse novo cenário que o agronegócio, fará os elos entre as dinâmicas rurais, urbana e os atores sociais multifacetados envolvidos tais como agricultores familiares, patronais, cooperativas, agroindústrias e isso incluem ainda as indústrias que dependam do setor primário, bens de consumo e *commodities* ligadas direta ou indiretamente aos complexos agroindustriais.

Nos últimos anos, muitas empresas brasileiras entraram em sintonia com o novo cenário mundial. Se no ano de 2007, para o cenário mundial, economias

emergentes responderam por cerca da metade do PIB Mundial, ao abrirem suas economias, China, Índia, Brasil e Rússia –os BRICS– permitiram que a força de trabalho global dobrasse. Em dez anos para cá, estima-se que um bilhão de novos consumidores entraram nos mercados, graças ao crescimento dos países emergentes. Implica analisar que o designado fator de “espraçamento da renda pela economia” (Andrade, 2016), tem formado sua devida clientela, no sentido de gerar empregos tanto rurais quanto urbanos em tempos de novas ruralidades, sobretudo.

Entre avanços e retrocessos de uma modernização conservadora, emerge o agronegócio no Brasil ao criar em seu entorno um verdadeiro complexo agroindustrial, o que tem sido motor de crescimento. No âmbito das exportações, recorrendo-nos aos mapas elaborados na dissertação “Dinâmica Industrial, emprego e pobreza no Brasil, uma abordagem alternativa”, tal percepção fora evidenciada para os anos de 2003 e 2014 por Andrade (2016). Para Neves e Zylbersztajn et al (2005), ao citarem cooperativas agrícolas mencionam eficácia e eficiência como exemplos de modelos haja vista que tal segmento necessitou se adequar aos mecanismos de comercialização e estratégias do antes e pós-porteira das empresas, o que de fato assegurou-lhes competitividade em escala crescente.

Hoje, o segmento de cooperativas agropecuárias e as cooperativas de crédito suplantam em números boa parcela das exportações do país. As cooperativas têm objetivos muito próximos aos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) no sentido de promoverem desenvolvimento sustentável sendo, aliadas as medidas para redução de desigualdades regionais no Brasil (Agenda Institucional do Cooperativismo, 2017).

3. Importância do Emprego e Pobreza Multidimensional

De acordo com a Constituição Federal (1988), o ser humano é dotado de direitos fundamentais que proporcionam dignidade e bem estar, dentre eles está o trabalho, visto individualmente como meio para o alcance de renda. Assim, logo se trata de um fator importante tanto para o indivíduo, a medida que depende de uma determinada renda para usufruir de produtos e serviços básicos, quanto para o ciclo econômico do país como um todo, além de relacionar-se com a ideia de desenvolvimento humano e políticas de redução da pobreza. Alkire (2007) afirma que o emprego é a principal fonte de renda das famílias pobres no mundo e que o Brasil possui alto nível de pobreza devido à forte desigualdade na distribuição de renda. Contudo, após estudos realizados para o artigo a qual este se deriva, nos últimos anos houve uma tendência de redução dos índices de pobreza e pobreza extrema.

Nesse sentido, entende-se a pobreza multidimensional como um conceito que abrange indicadores e dimensões além da renda, o que proporciona uma maior facilidade na construção de políticas sociais mais eficazes para a redução da mesma. Sen (2000), citado por Alkire (2007), foca em dois pontos inter-relacionados, sendo os funcionamentos referentes aos estados e às nações que as pessoas desejam viver e a capacidade de exercer sua liberdade de escolha considerando os possíveis caminhos a percorrer.

3.1. Crescimento Liderado pelos Salários

Diante disso, foi analisada a abordagem de *Wage Led Growth*¹ de Rowthorn (1981), que consiste no crescimento liderado pelos salários, em que a demanda influencia variáveis como crescimento e medidas referentes ao crescimento e escape à estagnação da economia. Este último fator pode ser motivado principalmente pela relação demanda versus preço, em que a demanda ao ser diminuída obriga as empresas aumentarem os preços e, conseqüentemente, tem seus lucros reduzidos.

Sob esta perspectiva, Rowthorn (1981), abordado por Andrade (2016), indica que há equilíbrio quando curva lucro e curva realização estão comedidas. Vale ressaltar que a curva realização está relacionada com poupança e investimento. Assim, o produto irá aumentar mais do que o total de emprego, visto que o nível de capacidade utilizada aumenta e o número de trabalhadores administrativos irá continuar estável. Porém, a produtividade média do trabalho aumenta com um nível mais alto do trabalho dos empregados permanentes e é dissolvido através de um volume maior de produto. De acordo com a esquematização realizada pela mesma autora, define-se através do grau de monopólio de Kalecki que os salários reais são independentes da demanda quando há excesso de capacidade na economia. As mudanças da demanda alteram o nível de produto, não a relação entre salários e preços. Contudo, em plena capacidade, a situação monetária muda. O produto não poderá mais subir e qualquer aumento na demanda aumentará os preços e os salários reais irão cair.

A economia sempre irá voltar à curva de lucro, pois considera a relação produto e custo a qualquer nível de capacidade, mas em equilíbrio deve estar também sobre a curva de realização. Pode-se dizer então que, o equilíbrio será estável quando os deslocamentos ao longo da curva tendem a impulsionar a economia para a origem, pois o fator poupança é mais sensível que o inves-

¹ Crescimento motivado pelos salários

timento. Isso quer dizer que quando há deslocamentos para cima da curva de lucros gerará mais poupança e a demanda levará a economia para o ponto inicial, enquanto um deslocamento abaixo irá resultar no excesso adicional de investimento, levando ao excesso de demanda que levará a economia para o ponto de equilíbrio. Para Andrade (2016), isso é explicado pelo fato de que a economia tende a ser mais instável quando opera com capacidade ociosa, logo se precisa de um valor de su^2 para garantir estabilidade.

Com a análise do modelo, Andrade (2016, p.35) afirma que:

sob algumas condições específicas, salários mais altos levam a lucros maiores e assim ao estímulo das empresas em investir na expansão da capacidade produtiva, gerando assim mais postos de trabalho. A realização desses lucros e a forma que salários maiores para os trabalhadores, geram demanda adicional necessária para a realização de lucros extra, neste modelo não é dado pelos gastos dos trabalhadores (ANDRADE, 2016).

Verifica-se, nesse sentido, a ligação de que o aumento dos salários resulta em maiores custos para os capitalistas e com a economia em equilíbrio abaixo da plena capacidade há o repasse instantâneo de renda para os trabalhadores, resultando em lucros menores, sem a redução da produção, inserindo um contexto de aumento do consumo total, com o poder de compra aumentado, assim como a demanda. A partir disso, pela lógica do mercado, com o aumento do consumo, juntamente da procura por produtos, ocorre o aumento da produção, obrigando às organizações a contratarem mais funcionários, surgindo mais postos de trabalho e, conseqüentemente, aumentando os lucros com o crescimento das vendas, até que se forme o novo equilíbrio.

3.2. A abordagem das Capacitações

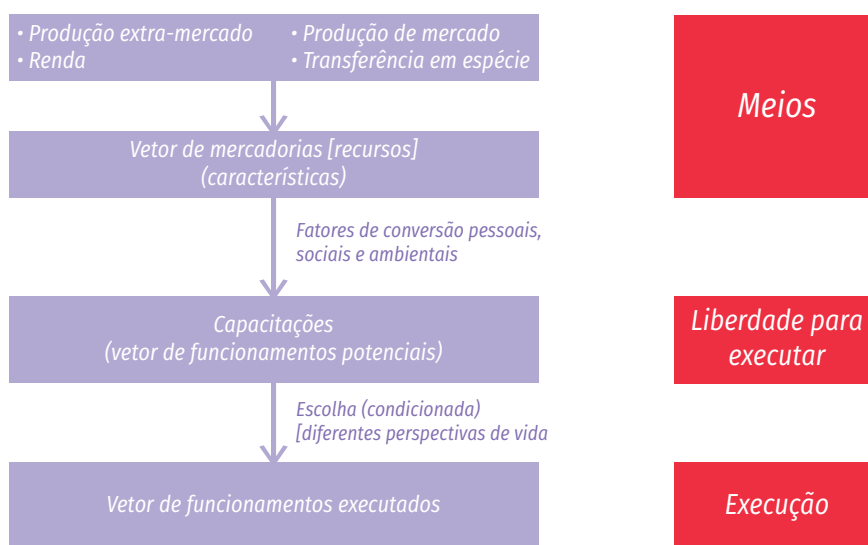
O referencial teórico utilizado para estudo da pobreza é feito através da Abordagem das Capacitações (Sen, 2001) com o efeito do emprego global na redução da pobreza multidimensional. Ela pondera a capacidade que o indivíduo possui de alcançar oportunidades sobre aquilo que julga necessário para ter uma vida de bem estar e ainda avalia a capacidade de se inserir em arranjos sociais por méritos próprios, desenha políticas públicas que captem a

² Participação dos salários no PIB, segundo o modelo de Kaldor

heterogeneidade de cada região e verifica as mudanças sociais em cada meio. Segundo Andrade (2016, p.37), “A principal característica da Abordagem da Capacitação é o foco no que as pessoas estão aptas a fazer e a ser, ou seja, quais as condições que cada indivíduo tem para buscar aquilo que considera necessário para sua vida”, colocando dois principais conceitos pra melhor entendimento do modelo. O primeiro é o funcionamento, referente a todas as atividades naturais exercidas pelo ser humano no dia a dia e à existência do ser, envolvendo questões mais profundas de saúde física e emocional. O segundo é a capacidade, remetendo-se à predisposição de alcançar as oportunidades, como já exposto.

Pode-se explicar tal relação através do Diagrama de Robeyns (2003) apud Mattos (2006), que demonstra como as pessoas tornam coisas e serviços em capacidades alcançando seus funcionamentos executados, com base na Teoria de Sen (2001), conforme a figura 1 a seguir.

Figura 1:
Esquema Analítico da Abordagem das Capacitações



Fonte: Robeyns (2003) apud Mattos (2006), p.42

Pode-se perceber que o funcionamento irá depender de três fatores principais, sendo de conversão pessoal, conversão social e conversão ambiental,

isto é, é necessário que o indivíduo detenha condições físicas para utilizar o produto ou serviço adquirido, que não tenha restrição social ou moral e que as condições do ambiente possibilitem o uso dos mesmos. Se o “indivíduo tiver a liberdade para utilizar (ou adquirir) e transformar um bem ou serviço naquilo o que ela considera importante para sua vida, temos dessa forma um funcionamento executado”, Andrade (2016, p.49).

Diante das abordagens, é possível afirmar a importância de não se limitar essencialmente ao fator renda como única variável explicativa de pobreza. Por isso, este artigo utiliza a ótica mais coerente com a realidade do Brasil, a capacidade, a fim de mostrar os meios e não os fins que justificam a pobreza. Como afirmado por Sen (2000)

Desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins (SEN, 2000. p.112.)

Assim, é visto que há um conjunto de falta de oportunidades que impedem grande parte da população alcançar aquilo que necessita para sua vida, privando-as de bem estar, tanto no meio urbano quanto no meio rural.

4. Brasil e as exportações

A Política Agrícola Comum (PAC) é um eficaz instrumento de unificação e intervenção adotada nos países-membros europeus a que acordaram pertencimento. Essa, por seu turno, confere diferenciais nas cláusulas de exportações dependendo do país com quem negocia em que o Brasil é um exemplo.

A respeito da geração de divisas, segundo Martha Júnior e Ferreira Filho (2012), sabe-se que o Brasil tem se destacado no cenário mundial de países exportadores agropecuários. Contudo, o agronegócio tem se deparado com mecanismos que são as barreiras protecionistas, haja vista que o impacto das tarifas no comércio tem como uma de suas prerrogativas a subordinação a escala de diferentes economias envolvidas.

Ao mencionar *commodities* e preço interno, Feijó (2011) esclarece sobre a existência de tarifas e cotas cujos efeitos têm influência direta e objetiva no comércio internacional. Graças aos estudos analítico-teóricos feitos nas mais distintas áreas da economia e ainda no patamar de políticas públicas, aos subsídios destinados às exportações, entende-se que tarifas e cotas “são mecanismos

tradicionais mediante os quais, governos dos países importadores têm procurado intervir nos mercados com o propósito de proteger os produtores domésticos da concorrência externa” (Feijó, 2011). Para o autor, a simples participação de um setor como expressivo ou não expressivo nas exportações ou no PIB de um país, não satisfaz *per se*, o fator relevante para que se determine a intensidade da proteção. Para isso, aconselha Feijó (2011), sobre a necessidade de se imbricar na lógica da ação coletiva, pois será a partir desse mecanismo a chance de tangenciar-se, por efeito, o enquadramento de países desenvolvidos ou, por outros países em desenvolvimento (emergentes). Ademais, dentre as possibilidades de enquadramento de tipologias para os países chamados desenvolvidos, está a evidência de que

embora o setor agrícola tenha uma participação pequena se confrontada com a totalidade dos setores industrial e de serviços, o segmento é bastante considerável se comparado a ramos específicos da indústria ou do setor de serviços que também gozam de intensa proteção (FEIJÓ, 2011, p.173).

Ainda a respeito de condutas protecionistas, remonta a década de 1970, no âmbito da consolidação da Legislação de Alimentos, a expansão da industrialização brasileira a qual voltava-se em especial para os bens de consumo para as classes média e alta e para as matérias-primas e gêneros alimentícios demandados pelos mercados internacionais (Prado Júnior, 1988 citado em Figueiredo et al, 2017). A isso, os autores mencionam:

Para facilitar a aceitação internacional dos itens alimentícios foi preciso demonstrar ao mercado externo a efetividade no controle sanitário do país, estabelecendo-se regras oficiais para a produção de alimentos, com definições de padrões de identidade e qualidade dos produtos, contendo parâmetros de higiene, entre outros aspectos (Figueiredo et al, p. 2360. 2017).

Será nessa mesma década que segundo motivos causais se unem mecanismos e iniciativas para que o país se tornasse signatário da Comissão do *Codex Alimentarius* FAO/OMS, no intuito de participar da normalização internacional de alimentos e assim expandir, além de suas fronteiras, o comércio desses produtos. Obviamente, o complexo agroindustrial já terá início de sua formação no Brasil à medida que também passava a requerer interferências dessa nova regulamentação, por permear num contexto mundo.

Junto as exportações no mercado mundial, outra configuração diz respeito a influência dos *lobbies* agrícolas. A medida que o sucesso de seus argumentos se liga, sobretudo, à questão de abastecimento via produção interna, esses atores sociais de peso nas políticas públicas e cujas representatividades constituem-se na mais expressiva força de eleitorado junto aos produtos (e produtores, obviamente) estão em franco crescimento na escala agropecuária.

5. Metodologia

Diante do contexto apresentado, a metodologia foi construída em três etapas: análise descritiva dos dados com apresentação sobre o formato de mapas, construção do indicador de pobreza, e análise econométrica através da técnica Método dos Momentos Generalizados.

Os dados sobre exportações agrícolas foram coletados do sitio Aliceweb³ do Ministério da Indústria, Comercio Exterior e Serviços. Para estudo do emprego a base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para construção do Indicador de Pobreza Multidimensional foram utilizados dados também provenientes da PNAD. E por último através da técnica econométrica Método dos Momentos Generalizados (GMM) é regredido os dados sobre emprego agrícola e o Indicador de Pobreza Multidimensional para demonstrar o efeito da redução da pobreza através do aumento do emprego. Todos os dados analisados correspondem ao período compreendido entre 2003 a 2014.

A apresentação dos dados em formato de mapas foi feita através da metodologia *spmap* construída por Pizzati (2014) no pacote estatístico STATA 13. Utilizando essa técnica foi possível apresentar os dados de forma espacial.

Para construção do Indicador de Pobreza Multidimensional foi utilizada a técnica econométrica M_0 de Alkire e Foster (2011) de estimação da pobreza que foi escolhida para esse trabalho por utilizar a Abordagem das Capacitações como teoria de base e ser possível sua construção através pesquisas de amostra de domicílios. Sendo possível identificar as dimensões de pobreza e o peso de cada item no indicador.

$$M_0(x, y; z) = \frac{n(x)}{n(x, y)} M_0(x, z) + \frac{n(y)}{n(x, y)} M_0(y, z) \quad . (1)$$

³ <http://alicesweb.mdic.gov.br/>

Na equação M_0 representa tanto as informações de incidência quanto a intensidade da pobreza multidimensional, subdividida em dois subgrupos de pobreza $n(x)$ e $n(y)$, e a população total $n(x, y)$.

A análise de dados em painel foi feita da técnica Método dos Momentos Generalizados, ou GMM. Baum (2006) descreve o modelo GMM através da técnica mais geral de estimação. Sendo a equação de interesse o seguinte modelo dinâmico:

$$y_{it} = \gamma y_{it-1} + x_{it} \beta + u_i + e_{it} \quad (2)$$

Para $i = 1; N$ e $t = 1$, onde o modelo y_{it} é correlacionado com o termo de efeito fixo individual u_i .

Especificamente para análise do impacto das exportações agrícolas sobre o emprego agrícola foi construída o seguinte comando, com base na equação 2:

xtabond2 lcat1 l.lcat1 lexor1 dano2-dano11 ANO, gmm(l.lcat1, lag(1 2)) orthog

Em que:

- *xtabond2* é o comando utilizado para o estimador dinâmico de dados em painel em GMM.
- *lcat1* é o logaritmo do emprego agrícola
- *lexor1* é o logaritmo da exportação agrícola
- *dano2-dano11* são as *dummies* de tempo entre 2003 a 2014
- *lag (1 2)*, duas análises em $t-1$ e $t-2$
- *orthog* específica que os desvios ortogonais devem ser transformados ao invés de diferenciados.

6. Resultados

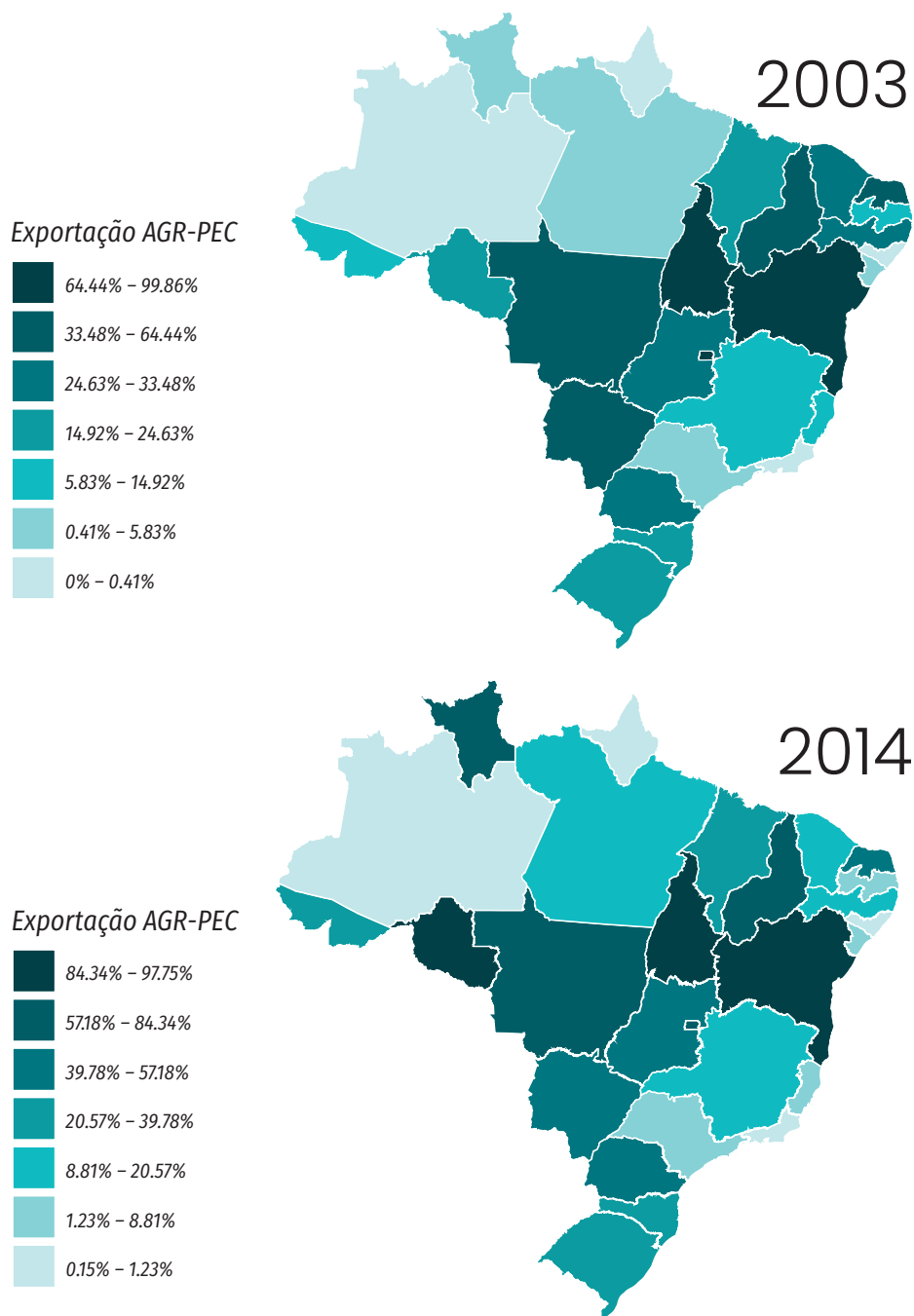
Foi feita uma análise descritiva dos gráficos elaborados com base nos dados advindos da exportação, emprego e pobreza e outra análise econométrica dos dados obtidos a partir das elasticidades das relações entre exportação e emprego por categorias, emprego por categorias e pobreza multidimensional e salário mínimo e pobreza multidimensional.

6.1. *Análise Descritiva*

6.1.1. *Exportação*

A partir dos dados retirados do Aliceweb, no período entre 2003 e 2014, foi realizada uma análise do perfil exportador brasileiro no setor da agricultura e pecuária, uma das 99 categorias do sistema, e da indústria. Assim, foi considerado o total de exportações por estado e quanto o produto representa em cada um deles, não se preocupando com a classificação de qual estado ou região exporta mais. Visto isso, dividiu-se em sete categorias representativas da porcentagem sobre a soma das exportações em cada estado.

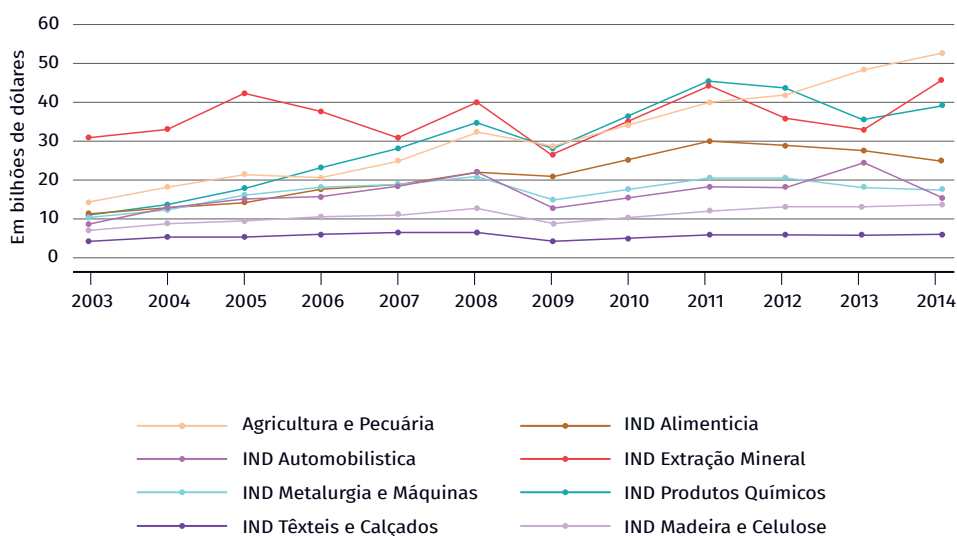
Figura 1:
Exportação Agricultura e Pecuária no Brasil - 2003/2014



Fonte: Elaboração Própria, a partir de dados do Aliceweb, 2018.

A partir da construção gráfica dos dados, é possível observar que a proporção de exportações de produtos agropecuários no Brasil obteve considerável aumento. Os estados Piauí, Bahia e Tocantins se destacam positivamente desde 2003, situação mantida em 2014, enquanto os estados Amapá, Rio de Janeiro, Amazonas e Alagoas representavam apenas 0,5% do total exportado e mesmo com o passar dos anos não se tornaram fortes no setor, destacando-se em outras atividades. Em 2014, foi observado o crescimento nos estados da Bahia e Rondônia, enquanto o Piauí continuou acima dos 95%.

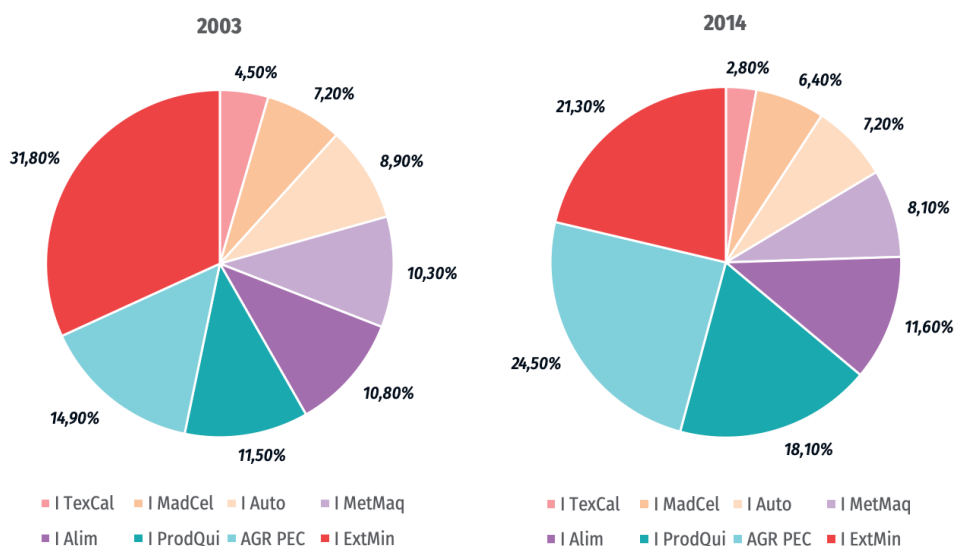
Figura 2:
Evolução das Exportações no Brasil 2003/2014



Fonte: Elaboração Própria, a partir de dados do Aliceweb, 2018.

Com a análise da evolução das Exportações no Brasil, na figura 2, percebe-se o quanto a categoria Agricultura e Pecuária se sobressai entre 2012 a 2014, ultrapassando setores como indústria de extração mineral e indústria de produtos químicos, em números teve um salto de 15 bilhões em 2013 para 52 bilhões em 2014, não se retraindo com a crise como os demais setores.

Figura 3:
*Proporção das Exportações no Brasil
 (por categorias) – 2003/2014*



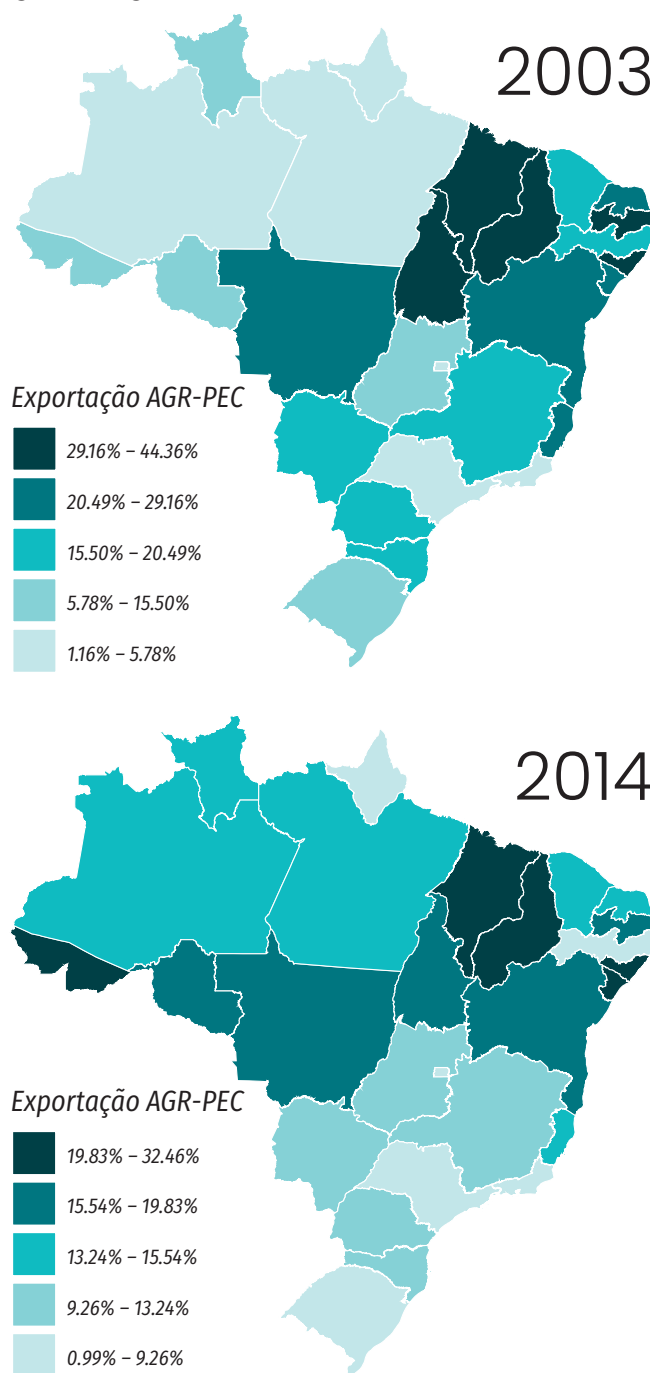
Fonte: Elaboração Própria, a partir de dados do Aliceweb, 2018.

No gráfico da figura 3 é possível verificar claramente o aumento da proporção da exportação agropecuária no período, passando de 14.9% em 2003 para 24.5% em 2014, com a maior parte das demais categorias sofrendo queda no mesmo período.

6.1.2. Emprego

Para a avaliação da variável emprego foram coletados dados da Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio (PNAD) referente aos cidadãos maiores de 15 anos ocupados na semana de referência da pesquisa, demonstrado o perfil do emprego agropecuário por regiões e estados entre os anos de 2003 a 2014.

Figura 4:
Emprego na Agricultura e Pecuária no Brasil 2003/2014

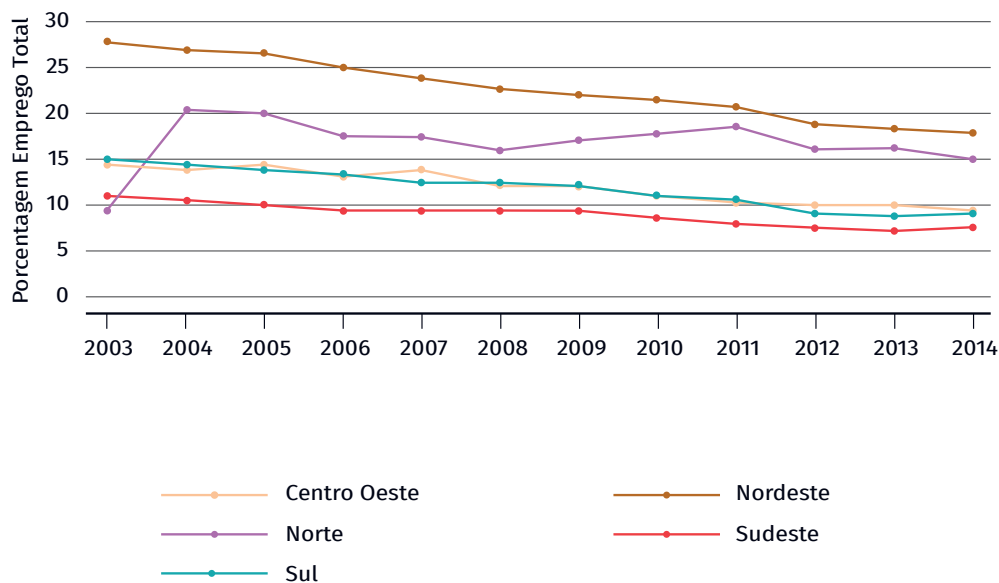


Fonte: Elaboração Própria, a partir de dados da PNAD, 2003/2014.

Na figura 4 verifica-se uma forte mudança em relação ao perfil do emprego agropecuário. Em 2003, há uma maior proporção na Região Nordeste, concentradas, sobretudo, no Maranhão, Piauí, Tocantins, Alagoas e Paraíba, com percentual entre 29.16% e 44.36%. Por outro lado, as Regiões Norte e Sudeste não se destacaram positivamente no setor, como é o caso dos estados do Amazonas, Amapá, Pará, São Paulo e Rio de Janeiro, ficando entre a menor porcentagem categórica, assim como o Distrito Federal. Porém, destes, Amazonas e Pará passaram a ter maior empregabilidade na área, em 2014.

Em 2014, o Brasil apresentou um perfil com maior expressividade, com a Região Nordeste ainda predominante, principalmente nos estados do Maranhão, Piauí, Alagoas e Sergipe. Outro estado que sofreu grandes mudanças foi o Acre, como observado na figura 4, assim como os outros estados do Norte que aumentaram, mas em menor escala, exceto Amapá, que está em outro segmento, bem como Rio Grande do Sul e Pernambuco, que tiveram proporções minimizadas, atingindo a menor categoria, ressaltando que estas se encontram em diferentes faixas.

Figura 5:
Evolução do Emprego na Agricultura e Pecuária (por Regiões) – 2003/2014

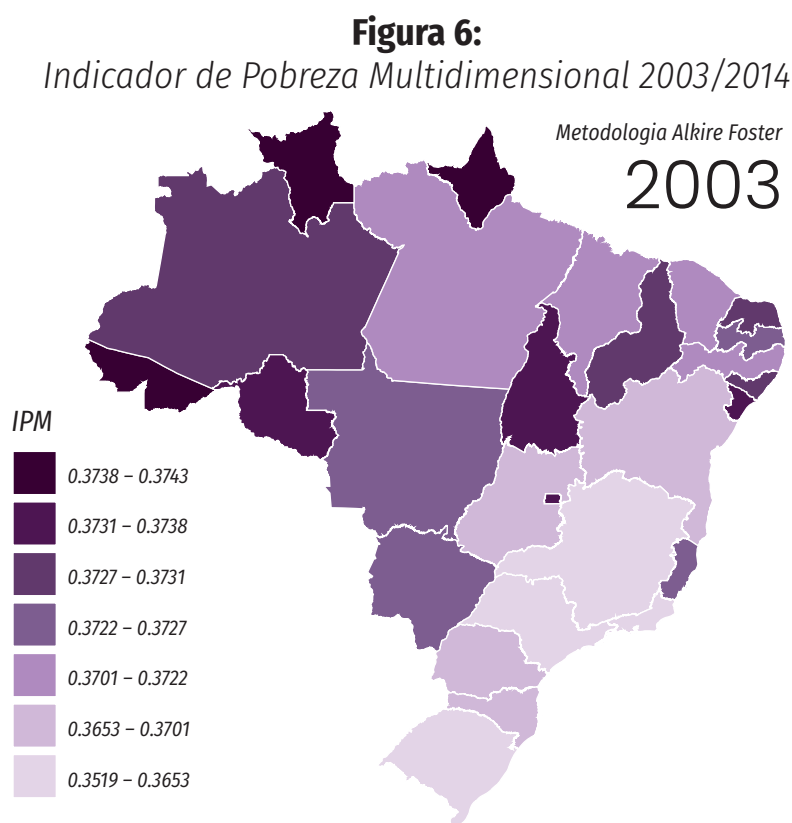


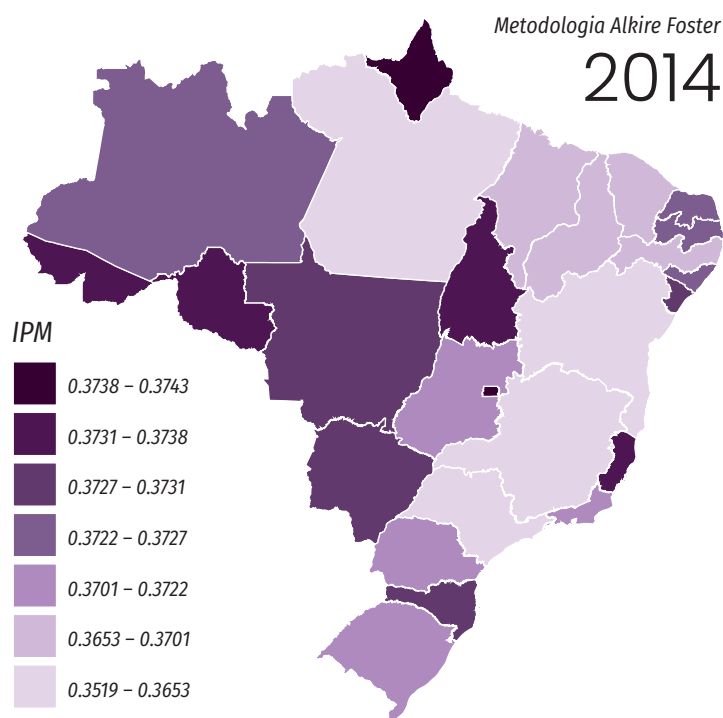
Fonte: Elaboração Própria, a partir de dados da PNAD, 2018.

O gráfico da evolução do emprego na Agricultura e Pecuária por região, indicado na figura 5, mostra que as regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul e, principalmente, Nordeste, com uma diferença de 10% na ocupação total, sofreram queda considerável no emprego agropecuário, com a ressalva da Região Norte, que, apesar de ter diminuído em alguns anos, cresceu em relação a 2014, de 10% para 16%.

6.1.3. Pobreza Multidimensional

A apresentação da pobreza multidimensional no Brasil através dos conceitos da Abordagem das Capacitações de Sen (2001) foi feita através da construção de sete dimensões de pobreza: Vulnerabilidade Social, Inserção Produtiva, Educação e Trabalho Infantil, Condições Habitacionais, Acesso a Serviços Públicos, Acesso a Bens Básicos e Acesso a Bens Sofisticados. A partir das dimensões foram estabelecidos 31 indicadores de pobreza através da utilização dos dados da PNAD 2003 a 2014. De forma geral foram analisados os dados por domicílio e os dados de pessoas na tentativa de estabelecer um indicador de pobreza que fosse mais abrangente e multidimensional possível com os dados obtidos.





Fonte: Elaboração Própria, a partir de dados da PNAD.

Observando a figura 6 sobre a redução da pobreza, em 2003, a média do Indicador de Pobreza Multidimensional (IPM) foi de 0,3631. Já em 2014 a média foi de 0,1524, ou seja, em 11 anos a redução da pobreza multidimensional segundo os critérios descritos acima foi de 42%.

No ano de 2003, os estados onde a pobreza era mais severa sobre as famílias estavam concentrados na região Norte e Nordeste, principalmente nos estados do Acre, Roraima e Amapá. Porém, os estados de Rondônia, Piauí, Sergipe e Distrito Federal também compunham os 30% mais pobres dos estados brasileiros. Já o menor índice de pobreza estava concentrado no Sul e Sudeste com exceção do estado Espírito Santo.

Já em 2014, a definição de maior pobreza no Norte e Nordeste e menor índice no Sudeste e Sul foi dissolvida. Dos três estados mais pobres Roraima e Amapá continuam, porém há a entrada nesse conjunto de maior pobreza do Distrito Federal. A região Centro-Oeste inteira empobreceu durante os 11 anos analisados, enquanto a pobreza diminuiu em todo Nordeste, especialmente no Piauí. A região Norte apresenta resultados discrepantes na redução da pobreza, enquanto o Para se tornou um dos estados menos pobres do Brasil, juntamente com Minas Gerais, São Paulo e Bahia.

6.2. Análise das Elasticidades

6.2.1. Emprego x Exportação

Foram analisados os dados da exportação e do emprego no setor agropecuário e comparada com emprego em outras categorias em relação à exportação. Dividiu-se a análise em dois períodos para evitar resultados tendenciosos devido à crise em 2008. Dito isso, o setor agropecuário entre 2003 e 2008 obteve menor elasticidade em relação ao aumento das exportações totais, apenas 33%. Este valor ainda diminuiu entre o período de 2009 a 2014, passando para 28%, enquanto outras categorias apresentam uma elasticidade maior. Isso significa que as exportações geram mais empregos quando o valor do PIB brasileiro diminui.

Tabela 1:
*Elasticidade Emprego por categorias x
Exportação por categorias*

Elasticidade Emprego por categorias x Exportação Total		
<i>Dynamic panel-data estimation, one-step system GMM</i>		
Emprego x Exportação	2003–2008	2009–2014
	Elasticidade	Elasticidade
Agropecuária	0.3340515	0.2866853

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados da PNAD e ALICEWEB

Através dessa análise, é possível observar que, quando a exportação de bens agropecuários aumenta em 1, o emprego no setor aumenta em 0,33. Mesmo o emprego agropecuário sendo inelástico, as exportações agropecuárias ainda são importantes para geração de emprego.

6.2.2. Pobreza x Emprego

Nessa etapa são observadas as elasticidades da pobreza em relação ao aumento do emprego no Brasil durante o período de 2003 a 2014. Comparando a elasticidade das dimensões de emprego total, e em seguida a elasticidade da pobreza total em relação ao aumento do emprego, na Agropecuária.

Feito a análise da elasticidade do emprego e da pobreza, não foram encontrados valores significativos, assim sendo, os resultados foram insatisfatórios, pois quando o emprego aumenta no setor agropecuário em 100% não há redução da pobreza em 100%, assim concluímos que a pobreza nesta categoria é inelástica.

Tabela 2:
Elasticidades Totais

Elasticidade Pobreza Total x Emprego Categorias		
<i>Dynamic panel-data estimation, one-step system GMM</i>		
Elasticidade	2003-2008	2009-2014
	Coef.	Coef.
Emprego Total x Exportação Total	0.230081	0.4738
Pobreza Total x Emprego Total	-0.0113291	0.0031746
Pobreza Total x Exportação Total	-0.0007417	-0.0007417
Pobreza Total x Salário Mínimo	-0.5303203	-1.230043

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados da PNAD e ALICEWEB, 2018.

A hipótese de que o motor do crescimento da economia é a exportação, é aceita por esse trabalho, visto que, com o aumento das exportações brasileiras, durante o período de crise, houve também no crescimento do emprego. Notamos na tabela 2 que quando o valor de todas as exportações brasileiras aumenta em 100% o emprego aumenta em 23%, entre 2003 a 2008, e 47% entre 2009 a 2014. Outra hipótese é que ao dobrar as exportações pudessem gerar algum efeito na redução da pobreza. No entanto essa elasticidade foi menor que 1%, ou seja, não houve efeito entre o aumento das exportações e a redução da pobreza.

Com os dados da exportação, emprego e pobreza entre 2003 a 2014 não foi comprovado que o aumento do emprego tem influência direta na redução da pobreza no Brasil. Conclui-se então, mostrando que quando há crescimento

econômico com crescimento das exportações também há aumento dos postos de trabalho. Porém, esse aumento é otimizado durante momentos de crise econômica como enfrentado pelo Brasil entre 2009-2014, sendo necessária a adoção de políticas de incentivo para impulsionar as exportações durante esses períodos, para evitar o aumento da pobreza.

7. Conclusão

O artigo buscou entender a queda considerável da pobreza no Brasil nos últimos anos, realizando o estudo sobre o perfil exportador dos estados brasileiros no período de 2003 a 2014, por meio de análises teóricas, gráficas e econométricas, tendo em vista que a pobreza limita o desenvolvimento do indivíduo, a medida que não encontram oportunidades que os tornem realizados e providos de bem estar. Seguindo então para a análise de que a economia brasileira é movida pela exportação principalmente de produtos ligados a agricultura e a pecuária, proporcionando, de modo geral, o crescimento. Nesse sentido, foram verificadas as relações entre crescimento e exportação, aumento do emprego no setor agropecuário e o impacto no desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Primeiro ponto a ser levantado é a satisfação dos resultados encontrados, percebendo-se o aumento de 52,07% de crescimento nas exportações, influenciado em grande parte pela desvalorização da moeda brasileira, impactando na taxa de câmbio. Essa porcentagem foi principalmente motivada pelas exportações de produtos agropecuários, com um salto de 15 bilhões de dólares para 52 bilhões de dólares. É interessante ressaltar, que mesmo com esse aumento significativo, o perfil exportador não sofreu transformações abruptas no período, com Tocantins e Bahia dominando o setor ao longo dos anos e em relação ao emprego se destacando as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A variável emprego, investigada através do modelo de Rowthorn, que estabelece a relação entre as curvas lucro e realização com a conclusão de que maiores salários geram maior lucro, influência na cadeia de consumo, aumentando os postos de trabalho possibilitando crescimento econômico, teve aumento de 19,87%. Já a pobreza, estudada de forma multidimensional, através da abordagem das Capacitações, que não considera somente a renda como fator de pobreza, mas o que leva ao ganho dela, teve redução de 42% no período, garantindo acesso a produtos básicos às famílias.

No entanto, a hipótese de que a economia brasileira é sustentada pela exportação de produtos agropecuários, gerando emprego rural foi refutada, a medida que não se comprova que o aumento das exportações impacta de

forma positiva a redução da pobreza, nem aumento de emprego. Isso porque provavelmente existem outras variáveis, como políticas de renda e de auxílio às famílias mais carentes, que influenciaram diretamente para tamanha redução, levando em conta também todo o contexto econômico e político do país. Mas é imprescindível que não se desconsidere a relevância da indústria exportadora para o Brasil, principalmente por empregar muitos indivíduos, sobretudo, nas zonas rurais, garantindo-lhes a renda.

Em suma, conclui-se que as exportações são de fundamental importância para a economia, mesmo que não influenciem diretamente no combate a pobreza, principalmente pelo fato de atingirem de forma profícua o Balanço de Pagamentos, pois por meio do saldo positivo em conta corrente é disponibilizado recursos que possibilitam ao governo criar novas políticas ou investir ainda mais nas já existentes para serem destinadas ao combate a pobreza, gerando maior qualidade de vida para a população brasileira, promovendo assim o desenvolvimento social da população. Por fim, propõe-se que uma nova pesquisa seja realizada no período de 2015 a 2018, para verificar se os efeitos sofreram alterações.

Referências

ALKIRE, Sabina. **The missing dimensions of poverty data: Introduction to the special issue.** *Oxford development studies*, v. 35, n. 4, p. 347-359, 2007.

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. **Counting and multidimensional poverty measurement.** *Journal of public economics*. v. 95, n. 7, p. 476-487, 2011.

ANDRADE, J. J. **Dinâmica Industrial, Emprego e Pobreza no Brasil: uma abordagem alternativa.** 107 f. Dissertação (mestrado apresentada ao Programa de PósGraduação em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2016.

BAUM, Christopher F. **An introduction to modern econometrics using Stata.** Stata Press, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BUAINAIN, A. M.; NAVARRO, Z. (Editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do Século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília, DF: Embrapa, 2014.

FEIJÓ, R. L. C. **Exportações agrícolas brasileiras e o acordo MercosulUnião Europeia.** XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia Rural (SOBER), Fortaleza, julho. 2011.

FIGUEIREDO, A.V.A.; RECINE, E.; MONTEIRO, R. Regulação dos riscos dos alimentos: as tensões da Vigilância Sanitária no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 22(7): 2353-2366. 2017

MARTHA JÚNIOR, G.B. e Ferreira Filho, J.B. de S. (2012). **Brazilian agricultural development and changes**. Brasília (DF), EMBRAPA. p.160.

MATTOS, E. J. **Pobreza rural no Brasil: um enfoque comparativo entre a abordagem monetária e a abordagem das capacitações**. Porto Alegre, 2006. p.151.

NEVES, M. F.; ZYLBERSZTAJN, D. et al. **Agronegócio do Brasil**. São Paulo: Saraiva. 2005.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIO. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso em: 18 maio. 2015

SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhorendimento/pme_nova/defaulttab_hist.shtm>. Acesso em: 10 abril. 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya K. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SISTEMA DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>. Acesso em: 15 julho .2015

TEIXEIRA, E. C. et al. **Políticas Governamentais aplicadas ao agronegócio**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2014.

5

Concentração das exportações no mercado mundial de café entre 2008 e 2018

2008年至2018年间全球咖啡市场的出口集中

Victor Henrique Lana Pinto

Maria Emília Costa

Gabrielli do Carmo Ferreira

Resumo

Este trabalho objetiva analisar o mercado mundial de café e seu grau de concentração entre 2008 e 2018. O trabalho utiliza os índices: Razão de Concentração CR(k) e Herfindahl-Hirschman (HHI). Os dados utilizados para o cálculo desses índices foram obtidos através do UN Comtrade. Os resultados apontam que os países que compõem o CR(4) foram, na maioria dos anos, Brasil, Vietnã, Alemanha e Índia. Já o CR(8) foi representado pelo Brasil, Vietnã, Índia, Alemanha, Colômbia, China, Indonésia e Suíça. Os resultados encontrados para o CR(4) e também para o CR(8) classificam o mercado cafeeiro mundial como pouco concentrado. O valor médio do HHI no período foi aproximadamente 516,02, classificando, novamente, o mercado mundial de café como não concentrado.

Palavras-chave: Concentração industrial, Razão de concentração, Comércio internacional, Índice Herfindahl-Hirschman.

Abstract

This study aims to analyze the world coffee market and its degree of concentration between 2008 and 2018. The study uses the indices: concentration ratio CR (k) and Herfindahl-Hirschman (HHI). The data used to calculate these indices were obtained from UN Comtrade. The results show that the countries that constitute the CR (4) were, in most years, Brazil, Vietnam, Germany and India. The CR (8) was represented by Brazil, Vietnam, India, Germany, Colombia, China, Indonesia and Switzerland. The results found for the CR (4) and also for the CR (8) classify the world coffee market as not highly concentrated. The average value of HHI in the period was approximately 516.02, classifying, again, the world coffee market as non-concentrated.

Keywords: Industrial concentration, Ratio of concentration, International trade, Herfindahl-Hirschman index.

摘要

本研究旨在分析2008年至2018年之间的世界咖啡市场及其集中度。该研究使用以下指标：集中度比率CR (k) 和Herfindahl-Hirschman (HHI)。用于计算这些指数的数据是从联合国国际贸易统计数据库 (UN Comtrade) 获得的。结果表明，构成CR (4) 的国家在大多数年份是巴西、越南、德国和印度。CR (8) 的代表国家是巴西、越南、印度、德国、哥伦比亚、中国、印度尼西亚和瑞士。CR (4) 和CR (8) 的结果将世界咖啡市场归类为未集中。在此期间，HHI的平均值约为516.02，再次将世界咖啡市场归类为未集中。

关键词：产业集中度、集中度比率、国际贸易、Herfindahl-Hirschman 指数。

1. Introdução

As relações comerciais mundiais vêm apresentando progressivas transformações com a introdução da globalização, possivelmente, devido a facilidade e a agilidade na comunicação entre as nações. A crescente integração dos mercados e a competitividade dos países nas transações comerciais tornaram-se relevantes para o crescimento do comércio internacional. Nota-se também que o comércio entre diferentes economias se mostra relevante para o desenvolvimento das nações por meio da melhor alocação dos fatores produtivos, geração de renda e maior estabilidade macroeconômica (GREMAUD et al., 2008). As exportações de uma economia podem representar elevadas parcelas de seu produto interno bruto (PIB); em 2017, por exemplo, as exportações de países como a Holanda, Suíça, Bélgica e os Emirados Árabes Unidos representaram mais da metade de seus respectivos PIBs, evidenciando a importância do comércio exterior para as nações (BANCO MUNDIAL, 2019).

Dentro do contexto do comércio internacional, o agronegócio representa uma parte importante das exportações globais. Em 2018, as exportações agrícolas mundiais somaram mais de 75 bilhões de dólares (UN COMTRADE, 2019). A agricultura desempenha um papel decisivo na economia dos países, fornecendo fonte de alimento, renda e emprego para suas populações. Além disso, imagina-se que a participação das exportações agrícolas em relação ao comércio total mundial alcance, nos próximos anos, proporções ainda mais elevadas devido a fatores como o aumento populacional, a crescente urbanização e a maior expectativa de vida (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, 2019).

Mais especificamente, o café ocupa uma posição de destaque na pauta das exportações mundiais agrícolas. Em 2018, foram exportados mais de 30 bilhões de dólares de café, e ao longo dos últimos anos Alemanha, Índia e Suíça apresentaram parcelas razoáveis do mercado mundial do grão (UN COMTRADE, 2019). Segundo a Embrapa (2019), a demanda por café dos importadores não tradicionais vem crescendo ao longo dos anos, atingindo cerca de 18% do consumo global no fim de 2019. Além desse aumento em mercados não tradicionais, nota-se também um aumento na demanda pelo grão em alguns importadores habituais como países europeus e nas Américas.

A participação de um número limitado de países ou produtores de um determinado bem no mercado mundial pode proporcionar aos exportadores dessa *commodity* falhas de mercado. Em um sentido genérico, entende-se por concentração industrial o processo que consiste no aumento do controle exercido pelas grandes empresas ou países sobre a atividade econômica (COELHO JÚNIOR; REZENDE; OLIVEIRA, 2013). Existe uma relação inversa entre

concentração e concorrência, sendo que, à medida que se eleva a concentração, diminui-se o grau de competição entre os países, o que expande o poder de mercado do país (POSSAS, 1999; HASENCLEVER; KUPFER, 2002).

No contexto deste estudo, o poder de mercado configura-se na elevada participação que um determinado país ou grupo de países têm na produção global de café. Como mencionado em Coelho Júnior, Rezende e Oliveira (2013), países com maior dotação do fator terra, em sua maioria, apresentam vantagens comparativas na produção de produtos agrícolas. Eles tendem a ser mais populosos e a possuir maiores participações no mercado de bens primários. Entretanto, algumas economias estão mais preparadas para enfrentar desafios comuns à produção agrícola e conseqüentemente conseguem desfrutar de oportunidades de mercado que podem surgir. Em contrapartida, outros países podem não deter estruturas institucionais e econômicas centrais para desenvolver determinado setor. Para Coelho Júnior, Rezende e Oliveira (2013), economias que apresentam vantagens comparativas apresentam maior tendência de concentração industrial. Rezende (1994) afirma que a concentração reflete um conceito de variadas dimensões como a capacidade tecnológica do país exportador, seus custos, sua estrutura produtiva, etc.

Diferentes autores desenvolveram estudos sobre concentração industrial e poder de mercado. Dentre eles, pode-se destacar o de Silva et al. (2017) para as exportações de painéis compensados, o de Noce et al. (2005), referente ao mercado internacional de madeira serrada, os trabalhos de Braga e Mascolo (1982), Leite e Santana (1998), Hilgemberg e Bacha (2001), Montebello (2006) e Coelho Júnior et al. (2010), para o setor de celulose e papel. Contudo, trabalhos focalizando na concentração do mercado mundial agrícola, mais especificamente, do café, ainda são escassos, evidenciando, juntamente com a importância da *commodity* no comércio mundial, a relevância desse estudo. Assim, mediante o contexto apresentado, este estudo tem como objetivo analisar o mercado mundial de café e o grau de concentração de suas exportações entre os anos de 2008 e 2018.

Este trabalho consiste de quatro seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta o referencial teórico. A terceira elabora nos procedimentos metodológicos e fonte dos dados utilizados neste trabalho. A quarta seção exhibe os resultados. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais.

2. Referencial teórico

A concentração industrial é uma característica da estrutura do setor empresarial. É o grau em que a produção em uma indústria, ou na economia

como um todo é dominada por algumas grandes empresas. A concentração de um mercado pode ser considerada um processo de acumulação de muitos atributos econômicos (emprego, produção, vendas, etc.) em posse de um pequeno número de empresas (BRAGA; MASCOLO, 1982).

Varian (2012) aponta os quatro principais modelos de estruturas, sendo eles, o monopólio, oligopólio, a concorrência monopolística e a concorrência perfeita. Esses modelos representam o grau de poder que a empresa tem dentro do mercado, sendo o monopólio e a concorrência perfeita os extremos. Enquanto no monopólio o poder de mercado é totalmente concentrado em uma firma ou país, na concorrência perfeita a firma (ou país) é tomadora de preço e não exerce poder sobre o mercado (TIGRE, 2005; PINHO; VASCONCELLOS, 1998; VASCONCELLOS; GARCIA, 2004; MELO, 2013).

Varian (2012) mostra também que esses modelos de estrutura representam o grau de poder que a empresa tem dentro do mercado. Para o autor, um mercado sob concorrência perfeita indica a relação equilibrada entre o preço e a demanda, ocasionando que nenhum país ou empresa tenha poder de mercado de maneira que influencie nos preços. Já o monopólio se trata da relação de influência nos preços que um determinado país ou empresa por sua exclusividade pode agregar, em relação ao seu poder de mercado.

Com o aumento da concentração, um mercado pode evoluir de uma estrutura competitiva a uma estrutura oligopolista, ou até mesmo monopolista, e esta concentração pode trazer prejuízo à competição, uma vez que um maior poder de mercado resulta em um comportamento interdependente em relação aos preços e a produção. Autores como Say, Veblen, e Mason fizeram críticas quanto ao uso da microeconomia tradicional para investigar o funcionamento dos mercados. Assim, estes economistas dedicaram seus esforços na exploração dos setores industriais, a formação de carteis e o impacto de mercados altamente concentrados sobre o funcionamento dos mesmos (HASENCLEVER; TORRES, 2013).

Mediante o contexto apresentado acima, surgiu a Teoria da Organização Industrial. Mason (1939), precursor da teoria, objetivava observar a relação de causalidade entre Estrutura-Condução-Desempenho (ECD). O objetivo do então paradigma é comparar o resultado de um dado mercado imperfeito com o resultado esperado de um mercado operando em concorrência perfeita. Além disso, o paradigma busca verificar a magnitude de tais imperfeições e como elas afetam a demanda por bens e serviços em uma economia (AZEVEDO, 2004).

O paradigma ECD conta com pressupostos de uma cadeia em que as condições estruturais do mercado analisado limitam a conduta das firmas, o que estabelece seu desempenho econômico. A Figura 1 mostra o paradigma ECD e como suas variáveis se relacionam conforme Scherer e Ross (1990).

Figura 1:
Esquema do paradigma Estrutura-Conduta-Desempenho.



Fonte: Adaptado de Scherer e Ross (1990).

Martin (1993) demonstra que o fluxo de causalidade entre as relações apresentadas na Figura 1 é multidirecional, com interações específicas em

cada etapa das relações existentes no mercado competitivo. Primeiramente, os aspectos estruturais do mercado são dependentes da oferta e da demanda de bens e serviços e tecnologias de produção. Assim, as estratégias adotadas pelas empresas definem a estrutura que elas irão competir no mercado, podendo impactar em mecanismos de concentração das mesmas.

A estrutura de mercado se refere às características de organização que podem influenciar o caráter de competição e os preços dentro de determinado mercado (SCHERER; ROSS, 1990). Segundo estes autores, variados aspectos são considerados como: compradores e vendedores, distribuição, diferenciação dos produtos, barreiras para a entrada e a saída, estrutura de custos, e verticalização.

Entre a estrutura e o desempenho, encontra-se a conduta das firmas. A conduta das firmas se relaciona ao comportamento que elas assumem para se adequar ao mercado, visando melhor desempenho. Assim, a conduta focaliza no comportamento das firmas no que tange suas estratégias de compra, venda, transporte, estocagem, informação e estratégia financeira.

O desempenho do mercado é um resultado da conduta das empresas. Scherer e Ross (1990) consideram o desempenho como um fator multidimensional que conglobera diversos artefatos, tais como: eficiência alocativa e produtiva, distribuição de renda e geração de emprego. Grosso modo, a análise de Scherer e Ross (1990) indica que a estrutura de mercado determina o comportamento dos agentes econômicos no ambiente, e, conseqüentemente, estabelece o resultado final em termos de geração de bem-estar.

No contexto do mercado internacional de bens, pode-se espelhar a fundamentação teórica apresentada acima em uma visão econômica mais ampla. Os países envolvidos no cenário comercial mundial atuam representando um conjunto de firmas com suas respectivas estruturas, que no comércio internacional, assumem uma conduta particular da sua nação de origem. Essa conduta, somada às políticas comerciais estabelecidas pelos governos envolvidos, conseqüentemente, representa o desempenho desse conjunto de firmas através do perfil exportador dos países analisados.

Nesse sentido, a investigação do grau de concentração industrial das exportações de café tem o potencial de indicar se este mercado possui características que o aproxima de uma estrutura monopolista ou oligopolista, por exemplo, ou se esse mercado está organizado mediante a participação de variados países, ou seja, em concorrência perfeita. Assim, nota-se que a melhor compreensão da organização industrial dos produtores de um bem, neste estudo, o café, permite verificar o poder de mercado presente no setor.

3. Procedimentos metodológicos

Para a investigação do grau de concentração das exportações mundiais de café, em todo período analisado, este estudo vale-se do cálculo de dois índices de concentração: Razão de Concentração $CR(k)$ e o Índice de Herfindahl-Hirschman (HHI). O primeiro deles representa uma ferramenta usada para julgar e medir a estrutura de mercado de um país, indústria ou setor a partir das parcelas de mercado dos k principais países, indústrias ou setores. Especificamente, neste trabalho investigam-se, os países com as maiores parcelas de mercado nas exportações mundiais de café. Em contrapartida, o segundo índice representa uma análise alternativa também usada para mensurar a estrutura de mercado. Este índice, diferentemente do $CR(k)$, considera os dados de todos os países exportadores de café, e não somente dos principais países exportadores da *commodity* sob análise.

Essa seção está dividida em três subseções. A primeira delas descreve o primeiro índice razão de concentração, sua fórmula de cálculo e interpretação econômica. A segunda subseção introduz o HHI juntamente com seu método de estimação e análise. A última subseção apresenta a fonte dos dados utilizados na pesquisa.

3.1. Razão de concentração

Para o cálculo da Razão de Concentração ou $CR(k)$ utilizam-se os maiores exportadores de determinado segmento (HANSECLEVER; KUPFER, 2002). Habitualmente, utiliza-se o $CR(4)$ e o $CR(8)$ para esse tipo de análise de concentração industrial, ou seja, a parcela de mercado dos quatro e oito maiores exportadores do bem analisado, respectivamente (COELHO JÚNIOR; REZENDE; OLIVEIRA, 2013; HANSECLEVER; KUPFER, 2002). À medida que o valor do índice aumenta, eleva-se também o poder de mercado dos maiores exportadores. Em outras palavras, o índice está relacionado com sua capacidade de controlar o preço de venda do produto ou serviço.

Resende (1994) ressalta que a razão de concentração pode não obter corretamente a concentração de mercado, em razão de que um determinado grupo de empresas ou países (k) analisados em um determinado ano, pode não ser o mesmo considerado em um outro ano. Porém, observou-se *a priori*, neste trabalho, que ao longo da série de tempo analisada os principais exportadores mantiveram-se, em sua maioria, na mesma posição no *ranking* global.

O resultado do índice varia entre 0 e 1, onde 0 representa uma situação de concorrência perfeita; e 1 indica uma condição de concentração intensa. Para

o cálculo deste índice, considerou-se o total da participação de mercado dos principais exportadores de café participantes no mercado mundial. Conforme Bain (1959), este índice é representado conforme a Eq. (1):

$$CR(k) = \sum_{i=1}^n s_i \quad .(1)$$

Em que,

- $CR(k)$ representa a razão de concentração dos k (quatro ou oito) principais países exportadores de café.
- s_i representa a parcela de mercado do país i nas exportações mundiais de café.

Ao considerar que a variação do resultado do índice $CR(k)$ está entre 0 e 1, é necessário ponderar o resultado através de uma escala. Braga e Mascolo (1982) fornecem dados para melhor análise do índice. Esses dados são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1:
Padrões do grau de concentração pelo índice $CR(k)$

CR(4)	CR(8)	<i>Grau de concentração</i>
0% a 35%	0% a 45%	Baixo
35% a 50%	45% a 70%	Moderadamente baixo
50% a 65%	70% a 85%	Moderadamente alto
65% a 75%	85% a 90%	Alto
75% ou mais	90% ou mais	Muito alto

Fonte: Adaptado de Braga e Mascolo (1982).

O índice razão de concentração tem o potencial de estabelecer uma relação da concentração técnica do país estudado com sua participação no

mercado internacional. Por outro lado, este índice apresenta alguns pontos negativos. Dentre eles, destaca-se o fato de o mesmo desconsiderar o tamanho de cada empresa exportadora envolvida no cálculo. Como se pode ter grandes diferenças de porte entre elas, este fato pode gerar limitações à análise. A seção quatro expande na interpretação dos resultados e apresenta uma melhor contextualização acerca dos mesmos.

3.2. Índice de Herfindahl–Hirschman (HHI)

O índice Herfindahl–Hirschman é também uma ferramenta de análise de concentração de mercado. O HHI mede a concentração industrial utilizando os dados de todos os países, em uma dada indústria. O índice evidencia os pesos relativos da participação de cada país, considerando o *market share* dos países ao quadrado e atribuindo maior peso àqueles que têm maior participação. Quanto maior for o HHI, mais elevada será a concentração e, portanto, menor a concorrência entre os países produtores. Nesse sentido, uma maior concentração industrial implica em uma maior desigualdade na repartição do mercado entre as empresas. O índice é determinado por meio da Eq. (2).

$$HHI = \sum_{i=1}^n s_i^2 \quad .(2)$$

Em que,

- n indica o número de países exportadores de café
- s_i representa o *market share*, em porcentagem, do país i para o valor das exportações de café.

De acordo com Sarmento e Nunes (2011) a interpretação do índice estimado pode ser compreendida de conforme apresentado na Tabela 2:

Tabela 2:
Padrões do grau de concentração pelo índice HHI

HHI	Grau de concentração
HHI < 1000	Não concentrado

1000 < HHI < 1800	Moderadamente concentrado
HHI > 1800	Altamente concentrado

Fonte: Adaptado de Sarmiento e Nunes (2011).

Aumentos no HHI em geral sugerem um decréscimo na concorrência e um aumento do poder de mercado, enquanto que decréscimos indicam o oposto. Quando a concentração de mercado aumenta, a competição e a eficiência diminuem, aumentando as possibilidades de conluio e/ou monopólio.

3.3. Fonte de dados

Os dados referentes aos valores das exportações de café, por país e agregado mundial utilizados nesta pesquisa foram extraídos do UN *Comtrade* para os anos entre 2008 e 2018. Para a identificação da *commodity* analisada utilizou-se o código 09 do Sistema Harmonizado a dois dígitos (SH02) identificado como ‘café, chá, mate e especiarias’.

4. Análise dos resultados e discussão

Os resultados e discussão serão apresentados em três subseções. A primeira contextualiza o mercado internacional de exportação de café, a segunda apresenta os resultados do índice razão de concentração e a terceira mostra os resultados encontrados através do cálculo do HHI.

4.1. O mercado internacional de café

A análise do mercado internacional de café foi realizada para o período de 2008 e 2018. Segundo os registros de UN *Comtrade* (2019), no ano de 2008, as exportações de café totalizaram cerca de 31 bilhões de dólares, sendo que 159 países participaram neste setor do mercado. No ano de 2017, a quantidade de países exportadores de café diminuiu, passando a ser apenas 141 participantes, o que tornou o mercado internacional menos competitivo.

No período entre 2008 e 2017 as exportações mundiais de café cresceram aproximadamente a uma taxa média de 10% (UN COMTRADE, 2019). No entanto, em 2017, apesar de ter menor participação de países em relação ao ano de 2008, as exportações de café totalizaram cerca 49 bilhões de dólares, bem mais que no primeiro ano da pesquisa. Um aumento no valor total das

exportações e uma diminuição de participação de países, possivelmente podem ser explicados por uma maior concentração em apenas alguns países desse comércio. A Tabela 3 apresenta o *ranking* dos vinte maiores exportadores de café no período 2008 a 2018 em relação ao volume de comércio.

Tabela 3:
*Ranking dos maiores exportadores
de café entre 2008 e 2018.*

Países	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Vietnã	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	-
Alemanha	3	3	3	3	3	3	3	4	3	3	2
Índia	5	5	4	4	4	4	4	3	5	4	3
Suíça	14	11	10	7	8	6	7	8	7	7	4
Colômbia	4	4	5	5	6	8	5	5	6	6	5
Itália	11	12	13	13	10	10	10	10	9	10	6
Quênia	10	9	9	-	-	11	-	-	-	11	7
Indonésia	6	8	8	10	5	7	9	7	8	8	8
França	20	19	20	20	19	13	15	16	14	12	9
Holanda	17	16	18	16	16	16	13	14	13	14	10
EUA	15	14	15	15	13	12	11	11	11	15	11
Bélgica	9	10	11	11	11	15	12	12	12	17	12
Peru	13	15	14	8	15	17	17	19	16	19	13
China	8	6	6	6	7	5	6	6	5	5	37
EAU	30	34	35	36	27	25	22	27	33	27	15
Espanha	23	23	25	26	22	24	23	22	23	22	16
Polônia	29	24	27	24	21	21	19	18	21	24	17
RU	18	18	19	23	24	19	20	21	24	23	18
México	21	20	21	18	18	20	24	23	26	26	20

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados coletados no UN Comtrade.

Nota: EAU – Emirados Árabes Unidos; EUA – Estados Unidos da América; RU – Reino Unido.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 3, nota-se a hegemonia do Brasil por todo o período analisado. A participação de destaque do país pode estar relacionada a diversidade de regiões ocupadas pela cultura cafeeira, a geografia do país: relevos, altitudes e latitudes, a também à variedade de climas. Segundo o Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (2020) o país produz variados tipos de grãos de café, o que permite atender às diferentes demandas e preços dos consumidores brasileiros e estrangeiros.

O Vietnã se manteve em segundo lugar entre 2008 e 2017. Esse resultado pode estar associado ao fato de o país apresentar uma cafeicultura de alta produtividade que vem sendo renovada, com crescente e contínuo aumento de produção, possibilidade de expansão de área e potencial para incrementar ainda mais a produção do país (EMBRAPA, 2018). O Vietnã se destaca como exportador mundial do café e seus ganhos de produtividade estão, segundo o Instituto de Economia Agrícola – IEA (2000), associados a espécie de café cultivada no país (robusta), o clima e os solos bastante apropriados ao cultivo do café. Outro fator é a grande disponibilidade de mão-de-obra qualificada (alfabetizada) e barata, remunerada em pouco mais de 30 dólares mensais.

Embora o Vietnã ofereça elevada produtividade no plantio e cultivo do café, no contexto internacional ele acaba por se diferenciar de outros exportadores devido à ausência de rigor nos cuidados com o grão o que influencia na qualidade da *commodity* (IEA, 2000). Essa baixa na qualidade pode estar relacionada a um menor controle nas operações pós-colheita, sobretudo na secagem do café, razão pela qual sofre grande deságio na sua comercialização.

A Alemanha se manteve em terceiro lugar por vários anos, porém no ano de 2015 perdeu sua posição para a Índia, recuperando-se no ano seguinte. Assim, nota-se que a Alemanha se mantém, na maior parte do período, como o terceiro maior exportador mundial do grão. O que mais chama a atenção nesta análise é o fato de que a Alemanha não cultiva café devido às condições climáticas e solos não propícios ao plantio deste grão. Nesse sentido, ao se analisar as exportações alemãs de café, trata-se de café verde não processado importado do Brasil e do Vietnã por empresas que têm armazéns na região portuária de Hamburgo. Depois, as firmas alemãs compram, processam, torram, moem, empacotam e, por fim, enviam para seus clientes em outros países (DEUTSCHE WELLE, 2020).

A partir dessa percepção nota-se, possivelmente, maiores dificuldades enfrentadas por nações exportadoras como o Brasil e o Vietnã em beneficiar e agregar valor às suas exportações de café. As constatações realçadas pelo Deutsche Welle (2020) evidenciam que a agregação de valor acaba por tornar um

país, não produtor de um bem como a Alemanha, em um grande beneficiador e exportador no cenário mundial. Assim, a Alemanha conquista espaço neste mercado e compete através da diversificação vertical¹.

No geral, pode-se verificar através da Tabela 3 que entre 2008 e 2018 os países que mais ganharam posição no *ranking* mundial foram a Polônia, os Emirados Árabes Unidos, a Holanda, a Espanha, e a França. A Polônia, por exemplo, deixou a 29ª posição em 2008 para se tornar o 17º maior exportador de café no ano de 2018. Os Emirados Árabes Unidos avançaram 15 posições, alcançando a marca de 15º maior exportador de café a nível mundial. Holanda, Espanha e França obtiveram também um crescimento relativo no período atingindo a 10ª, 16ª e 9ª posição no ano de 2018.

4.2. Razão de concentração

Esta subseção apresenta os resultados obtidos através do cálculo do índice razão de concentração, ou seja, a parcela de mercado dos maiores exportadores de café a nível mundial. A Tabela 4 apresenta o grau de concentração para os quatro e oito maiores países exportadores de café nos anos de 2008 e 2018.

Tabela 4:
*CR(k) das exportações mundiais de café
para os anos de 2008 e 2018.*

Produto / Ano	2008		2018	
	<i>Países</i>	<i>%</i>	<i>Países</i>	<i>%</i>
Café	Brasil	13,71%	Brasil	13,52%
	Vietnã	8,17%	Alemanha	9,52%
	Alemanha	7,41%	Índia	8,98%
	Colômbia	6,03%	Suíça	6,88%
CR(4)	35,32%		38,90%	

¹ Os produtos podem ser diferenciados horizontal ou verticalmente. A dimensão horizontal refere-se aos diferentes tipos de mercadorias, enquanto a dimensão vertical refere-se à qualidade intrínseca de cada produto específico, ou seja, características que apresentam diferenças qualitativas substanciais de um produto para outro (JAI-MOVICH; MERELLA, 2015).

Café	Brasil	13,71%	Brasil	13,52%
	Vietnã	8,17%	Alemanha	9,52%
	Alemanha	7,41%	Índia	8,98%
	Colômbia	6,03%	Suíça	6,88%
	Índia	5,48%	Colômbia	6,76%
	Indonésia	4,55%	Itália	5,08%
	Sri Lanka	4,43%	Quênia	4,65%
	China	4,12%	Indonésia	4,46%
CR(8)		53,90%		59,85%

Fonte: Resultados da pesquisa.

A partir da análise dos dados reportados na Tabela 4 identifica-se que no ano inicial, 2008, os quatro principais exportadores de café eram Brasil, Vietnã, Alemanha e Colômbia, respectivamente. Ao longo dos anos, nota-se que o posicionamento destes países no mercado mundial de café sofreu pequenas alterações. Em 2018, por exemplo, apenas o Brasil e a Alemanha permaneceram dentre os quatro maiores exportadores do grão. No período, observa-se que a parcela de mercado do Brasil se deparou com uma pequena redução, variando de 13,71% para 13,52%. Por outro lado, verifica-se que a Alemanha atingiu no ano de 2018, parcela de mercado superior àquela observada em 2008. O país europeu detinha no ano inicial da análise 7,41% das exportações mundiais de café. Já em 2018, após aumento em torno de 28% no índice, a Alemanha apresentou parcela de mercado superior, totalizando 9,52% das vendas internacionais do grão.

Como observado nas Tabelas 3 e 4, Vietnã e Colômbia perderam posição relativa ao se comparar os anos de 2008 e 2018. A ausência de fluxo de exportação para o Vietnã no ano de 2018, no entanto, poderia estar relacionada a ausência de dados e não a fluxos nulos de comércio. Esta constatação se justifica pelo fato de que este país vem comercializando o grão mundialmente por todo o período de análise e por representar um relevante ofertante no mercado mundial de café. No lugar destes dois países (Vietnã e Colômbia) dois outros exportadores compõem o grupo dos quatro maiores comercializadores de café em 2018, sendo eles a Índia e a Suíça.

A Índia, similarmente ao Vietnã, ganhou mais espaço na produção e negociação mundial do café do tipo robusta favorecida pelas condições climáticas, geográficas e força de trabalho abundante. Segundo a Invest & Export Brasil (2020), o café tipo robusta é a variedade mais comum cultivada na Índia representando cerca de 70% dos grãos de café cultivados no país. Em contrapartida, a Suíça, segundo maior mercado consumidor de café da Europa (atrás apenas da Alemanha), vem se tornando um relevante exportador a nível mundial. A Tabela 3, por exemplo, evidenciou que em 2008 a Suíça ocupava a 14ª posição no *ranking* mundial dos principais exportadores de café. Em 2018, o país configurava nada menos que a 4ª posição no mesmo *ranking*. A Tabela 4 corrobora esta percepção indicando que no ano de 2018 aproximadamente 6,88% das exportações mundiais de café eram oriundas da Suíça.

Segundo a Fundação Procafé (2020), a Suíça reexporta um terço do café que importa. A estratégia dos suíços está em agregar valor ao grão importado de grandes produtores mundiais, como o Brasil, a Colômbia e o Vietnã e reexportar alavancando sua receita em várias vezes mais. A escalada tarifária utilizada pelos europeus auxilia nos ganhos, uma vez que, de modo geral, os países não costumam taxar a importação do grão, porém elevam a tarifa para a entrada do produto torrado, com o intuito de barrar a importação do bem com algum tipo de beneficiamento (FUNDAÇÃO PROCAFÉ, 2020).

Com o sucesso do café em cápsula produzido na Suíça, sob a marca registrada da empresa *Nespresso*, a Suíça tende a importar cada vez mais matéria-prima. Assim, os suíços exportam café beneficiado e em cápsulas até para o Brasil, maior produtor e exportador do mundo, e precisamente o seu principal fornecedor do grão verde (FUNDAÇÃO PROCAFÉ, 2020).

Mediante a análise da Tabela 4 percebe-se que no ano de 2008 a parcela de mercado dos quatro principais exportadores de café, o CR(4), atingiu conjuntamente 35,32% das exportações mundiais do bem. Ao fim do período analisado, nota-se que a parcela mundial das exportações do café aumentou moderadamente, cerca de 10%, totalizando 38,9% do mercado mundial. A partir desses dados, observados na Tabela 4, e do padrão do grau de concentração apresentado na Tabela 1, verifica-se que o mercado mundial de café para os anos de 2008 e 2018 encontra-se dentro do intervalo de 35% a 50% indicando que o grau de concentração da oferta mundial de café é moderadamente baixa. Em outras palavras, os quatro principais países exportadores do grão não detêm elevado poder de mercado no setor cafeeiro mundial.

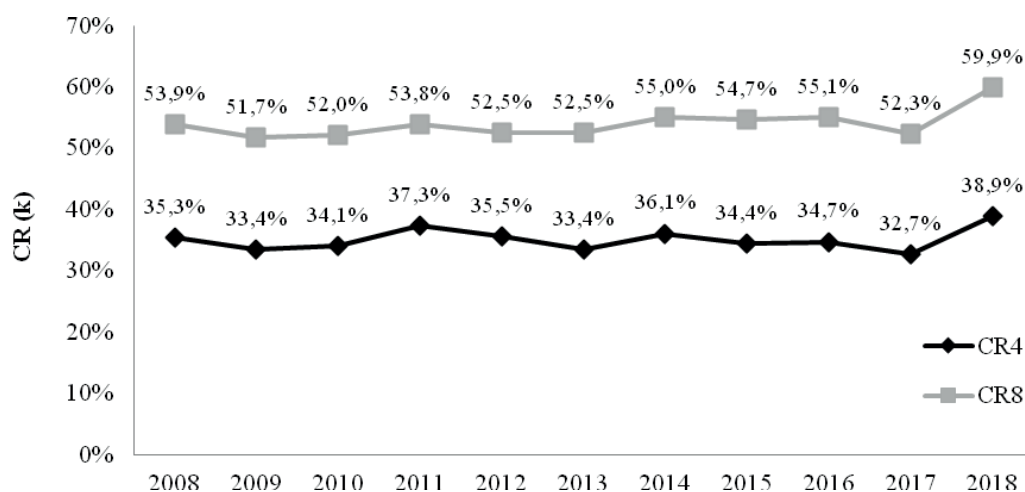
A Tabela 4 permite também analisar a parcela de mercado do grupo dos oito principais exportadores de café nos anos de 2008 e 2018. Nota-se que ao

considerar outros quatro exportadores, sendo eles, em 2008, Índia, Indonésia, Sri Lanka, e China a parcela de mercado do grupo elevou-se para 53,90%, ou seja, os oito países somam mais da metade da oferta mundial de café. No fim do período, após aumento de aproximadamente 11%, o CR(8) alcançou 59,85% das exportações mundiais, indicando que Brasil, Alemanha, Índia, Suíça, Colômbia, Itália, Quênia e Indonésia somam cerca de 60% do fornecimento mundial de café.

Ao comparar os resultados do CR(8) apresentados na Tabela 4 com o padrão do grau de concentração mostrados na Tabela 1, verifica-se que a parcela de mercado dos oito maiores exportadores mundiais de café para os anos de 2008 e 2018 se adéqua ao intervalo de 45% a 70%. A partir disso, constata-se que o grau de concentração das exportações mundiais de café é moderadamente baixo nos dois períodos analisados. Em outras palavras, os resultados alcançados através do cálculo do CR(k) apontam que os grupos de quatro e oito principais nações exportadoras de café não conseguem exercer elevado poder de mercado no comércio internacional do grão.

Com o intuito de melhor avaliar o grau de concentração das exportações do setor cafeeiro em âmbito mundial anualmente, a Figura 2 exibe o desempenho das parcelas de mercados do CR(4) e CR(8) no tempo.

Figura 2:
*Evolução do grau de concentração
CR(4) e CR(8) entre 2008 e 2018.*



Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: Valores arredondados em uma casa decimal.

A análise da Figura 2 completa a percepção do mercado internacional de café apresentada na Tabela 4 e mostra mais claramente as oscilações dos índices CR(4) e CR(8) entre os anos analisados. A Figura 2 evidencia que durante o período não se observou grandes variações no grau de concentração neste mercado. Para todos os anos, sob análise, o poder de mercado para o conjunto de países que configuram o CR(4) e CR(8) é relativamente baixo. Para que o mercado fosse considerado moderadamente concentrado, por exemplo, as parcelas de mercado das exportações de café deveriam superar a marca de 50% para o CR(4) e 70% para o CR(8), conforme Tabela 1.

A Figura 2 também permite averiguar que o índice $CR(k)$ sofreu um crescimento mais acentuado entre 2017 e 2018 quando comparado aos outros anos. O aumento do *market share* dos quatro e oito principais exportadores mundiais de café no ano de 2018 pode estar possivelmente associado a elevação das parcelas de dois importantes exportadores: Brasil e Alemanha, em relação ao ano de 2017. A fatia de mercado representada pelas exportações brasileiras de café cresceu cerca de 35% de 2017 para 2018. As exportações alemãs também não ficaram para trás, aumentando em 33% no mesmo período.

Com parcelas de mercado médias em torno de 35% e 54% para o CR(4) e CR(8), respectivamente, averigua-se que o mercado internacional de café possui grau de concentração moderadamente baixo em toda a série de tempo e não somente nos anos inicial e final. Assim, os resultados obtidos nesta seção apontam que os países exportadores de café não estão organizados no mercado mundial de maneira concentrada. Em outras palavras, as análises da razão de concentração sugerem que o mercado mundial de café opera de maneira que nenhum país tenha poder de mercado a ponto de influenciar diretamente os preços. Um mercado pouco concentrado tem o potencial de não trazer prejuízo à competição, uma vez que elevada concentração resulta em um comportamento interdependente em relação aos preços e à produção.

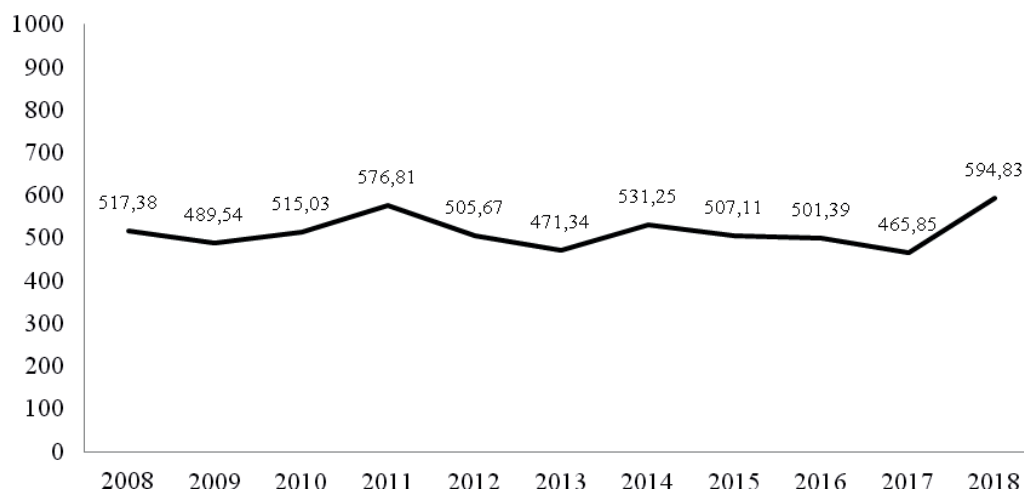
De modo complementar, a próxima seção apresenta os resultados do HHI que considera não somente os principais, mas todos os exportadores de café a nível mundial.

4.3. Índice de Herfindahl-Hirschman

Esta subseção apresenta os resultados encontrados através do cálculo do HHI, ou seja, a quotas de mercado de todos os exportadores de café a nível mundial. Um aspecto interessante do HHI em relação a outras medidas, como a razão de concentração, se deve ao fato do mesmo atribuir um peso maior aos

países com maior parcela de mercado. A Figura 3 apresenta os resultados para o índice de Herfindahl-Hirschman entre 2008 e 2018.

Figura 3:
Evolução do grau de concentração HHI entre 2008 e 2018.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: Valores arredondados em duas casas decimais.

A partir da interpretação da Figura 3, nota-se que os resultados para o HHI não apresentaram variações muito discrepantes ao longo da série. Em geral, os resultados obtidos no período não permitem perceber uma tendência de concentração ou desconcentração das exportações mundiais de café. Ao se comparar os valores mostrados na Figura 3 com o padrão de concentração de mercado apresentado na Tabela 2, constata-se que o HHI para o mercado internacional de café, em todos os anos analisados, entrega valores menores que 1000. Esta observação possibilita confirmar os resultados obtidos através do CR(k) e, novamente, afirmar que o grau de concentração do mercado em questão é moderadamente baixo. Novamente, o índice revela que os países exportadores de café não são capazes de exercer elevado poder de mercado na comercialização internacional do bem.

Apesar de não haver quaisquer indícios de concentração nas exportações mundiais de café entre 2008 e 2018, conforme evidenciado pela Figura 3, é possível ainda assim notar algumas poucas variações pontuais na série. Em 2011, por exemplo, as exportações mundiais de café superaram os valores dos anos anteriores (UN COMTRADE, 2019). Notou-se, ainda em 2011, um aumento

em torno de 9,4% nas exportações do grão comparado ao ano safra anterior, atingindo um recorde histórico (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ - OIC, 2011), o que pode justificar a maior expressão do índice HHI naquele ano.

No ano de 2018, o HHI atingiu o maior resultado, aproximadamente 594,83. Imagina-se que esse aumento possa estar relacionado com o crescimento da produção de café, que ultrapassou 160 milhões de sacas no ano safra 2017-2018, apresentando um crescimento próximo de 1,2 % em relação à safra anterior (OIC, 2011). Em 2018, apesar do resultado observado para o HHI ter sido o mais elevado ao longo dos anos sob análise, ele ainda se distancia bastante do valor de 1000, valor a partir do qual o grau de concentração já seria considerado moderado. Assim, o presente trabalho não coletou evidências significativas de que existe qualquer tipo de concentração industrial entre os países exportadores de café ao nível mundial entre os anos de 2008 e 2018.

Alguns autores (COPETTI; CORONEL, 2019; FRANCK et al., 2016; THOMÉ; FERREIRA, 2015), ao investigar a competitividade do comércio internacional do café, notaram que países como Brasil e Vietnã possuem vantagem comparativa na exportação de café, o que corrobora o *ranking* dos principais países exportadores, exibido na Tabela 3. Mais especificamente, Nishijima, Paes e Postali (2012) avaliaram o padrão recente de concorrência do mercado mundial de café verde utilizando uma metodologia econométrica usualmente empregada em análises antitruste. Os autores encontraram que existe espaço para novos produtores no mercado de café, que podem entrar e se estabelecer rapidamente, como foi o caso do Vietnã e de alguns outros produtores asiáticos, corroborando os resultados alcançados no presente trabalho.

Os resultados encontrados por Santos (1996) também estão em consonância com as percepções encontradas neste estudo. A autora, ao analisar a estrutura e a conduta das empresas exportadoras de café em grão e de café solúvel, averiguou que as firmas exportadoras de café em grão configuram uma estrutura pouco concentrada. Adicionalmente, Santos (1996) notou também que as empresas que comercializam o café solubilizado formam um mercado mais concentrado.

5. Considerações finais

O objetivo deste estudo foi analisar o grau de concentração das exportações mundiais de café entre os anos de 2008 e 2018. Os resultados obtidos através do índice $CR(k)$ revelaram que o grupo dos quatro e oito principais países exportadores do grão não detém elevado poder de mercado no comércio internacional

do bem. Mais claramente, os principais exportadores de café, a nível mundial, não possuem poder suficiente para influenciar a produção e os preços estabelecidos pelo mercado. Os resultados alcançados a partir do índice HHI confirmaram aqueles obtidos através da razão de concentração ao ampliar a investigação para todos os exportadores de café. Novamente, verificou-se que o mercado mundial de café entre 2008 e 2018 pode ser classificado como não concentrado. Assim, de maneira geral, os resultados deste trabalho sugerem que não existem barreiras à entrada de potenciais países exportadores do grão neste mercado.

Deve-se considerar, no entanto, que apesar deste estudo apurar que o mercado internacional de café não é concentrado, existe a possibilidade de uma mesma empresa exportadora atuar em mais de uma país, o que poderia alterar o cenário observado nos resultados deste trabalho, caracterizando uma maior concentração neste setor. Grandes firmas beneficiadoras do grão, por exemplo, podem implementar plantas em seus países de origem, mas também em países estrangeiros onde existe maior abundância de mão-de-obra, reduzindo os custos de pessoal com o pagamento de salários relativos mais baixos.

Outro ponto a ser ponderado se relaciona ao fato desta pesquisa utilizar dados agregados a dois dígitos (SH02). Possivelmente, eventuais pesquisas que inserirem maiores níveis de desagregação, a quatro ou seis dígitos, por exemplo, podem encontrar resultados menos genéricos e até mesmo dissonantes. Assim, conclui-se, nesta pesquisa, que o mercado cafeeiro como um todo, incluindo café torrado e não torrado, descafeinado ou não descafeinado, é pouco concentrado. Especificamente, ao se considerar variações de qualidade e produtos derivados do café, como o café solúvel, novas percepções podem ser agregadas aos resultados deste estudo.

Referências

AZEVEDO, P. F. Organização Industrial. In: PINHO, D. B., VASCONCELLOS, M. A. S. (Org.). **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 203-226.

BAIN, J. **Industrial organization**. New York: John Wiley and Sons, 1959.

BANCO MUNDIAL. **Exportaciones de bienes y servicios (% del PIB)**. Disponível em <https://datos.bancomundial.org/indicador/NE.EXP.GNFS.ZS> Acesso em 14 de agosto de 2019.

BRAGA, C. H.; MASCOLO, J. L. Mensuração da concentração industrial no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.399-454, 1982.

COELHO JÚNIOR, L. M. et al. Analysis of the Brazilian cellulose industry concentration (1998 a 2007). **Cerne**, v.16, n.2, p.209-216, 2010.

COELHO JÚNIOR, L. M; REZENDE, J. L. P; OLIVEIRA, A. D. Concentração das exportações mundiais de produtos florestais. **Ciência Florestal**, v.23, n.4, p.691-701, 2013.

COPETTI, L. S; CORONEL, D.A. Competitividade das exportações brasileiras e vietnamitas de café. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, julho, p.1-17, 2019.

DEUSTCHE WELLE. **Dez produtos de que, você não sabia, a Alemanha é líder em exportações**, 2020. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/dez-produtos-de-que-você-não-sabia-a-alemanha-é-l%C3%ADder-em-exporta%C3%A7%C3%B5es/g-38224608>. Acesso em 29 de janeiro de 2020

EMBRAPA. **Consumo mundial de café atinge 165 milhões de sacas no ano cafeeiro 2018-2019**, 2019. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/40814481/consumo-mundial-de-cafe-atinge-165-milhoes-de-sacas-no-ano-cafeeiro-2018-2019> Acesso em 15 de janeiro de 2020.

EMBRAPA. **Vietnã é o maior produtor de café robusta com 45% da safra mundial**. 2018. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/32630443/vietna-e-o-maior-produtor-de-cafe-robusta-com-45-da-safa-mundial>. Acesso em 29 de janeiro de 2020.

FRANCK, A. G. S; SILVA, M. L.; SILVA, R. A.; CORONEL, D. A. Análise da competitividade do mercado exportador brasileiro de café. **Desafio Online**, Campo Grande, v.4, n.3, p.1-21, 2016.

FUNDAÇÃO PRÓCAFÉ. **O futuro da cafeicultura no Brasil**. 2020. Disponível em <http://fundacaoprocafe.com.br/sites/default/files/publicacoes/pdf/Palestra%20Dr.%20Brando.pdf>. Acesso em 30 de janeiro de 2020.

GREMAUD, A. P. et al. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2008.

HASENCLEVER, L.; TORRES, R. O Modelo Estrutura, Conduta e Desempenho e seus Desdobramentos. In: HASENCLEVER, L.; KUPFER, D. (Org.). **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

HILGEMBERG, E. M.; BACHA, C. J. C. A evolução da indústria brasileira de celulose e sua atuação no mercado mundial. **Revista Análise Econômica**, v.19, n.36, p.145-164, 2001.

INVEST E EXPORT BRASIL. **A Indústria do café na Índia**. 2017. Disponível em <https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/PesquisasMercado/PMRIndiaCafe2017.pdf>. Acesso em 29 de janeiro de 2020.

JAIMOVICH, E; MERELLA, V. Love for quality, comparative advantage, and trade. **Journal of International Economics**, v.97, n.2, p.376-391, 2015.

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002

LEITE, A. L. S.; SANTANA, E. A. Índices de Concentração na Indústria de Papel e Celulose. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**, 1998, Niterói. Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Niterói: UFF, 1998.

MARTIN, N. B; MORICOCHI, L; VEGRO, C. L. R. Produção de café nos países concorrentes do Brasil e tendências do consumo mundial. *Informações econômicas*, v.27, n.5, p.7-25, 1997.

MASON, E. S. Price and Production Policies of Large-Scale Enterprise. **The American Economic Review**. v. 29, n.1, p.61-74, 1939.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Café no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2017. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/cafe/cafeicultura-brasileira>. Acesso em 28 de janeiro de 2020.

MONTEBELLO, A. E. S. **Análise da evolução da indústria brasileira de celulose no período de 1980 a 2005**. 2006. 114 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, São Paulo, 2006.

NISHIJIMA, M; PAES, M; POSTALI, F. Análise de concorrência no mercado mundial de café verde. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v.50, n.1, p.69-82, 2012.

NOCE, R. et al. Concentração das exportações no mercado internacional de madeira serrada. **Revista Árvore**, v.29, n.3, p.431-437, 2005.

NUNES, A; SARMENTO, E. A Concentração sectorial em Portugal segundo o índice de Herfindahl-Hirschman. GEEGPEARI, **Boletim Mensal de Economia Portuguesa**, n.4, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ. **Dados estatísticos da Organização Internacional do Café**. Disponível em <http://www.ico>.

org/pt/about_statistics_p.asp?section=Estat%EDstica Acesso em 05 de fevereiro de 2020.

POSSAS, M. L. **Estruturas de mercado em oligopólio**: economia e planejamento. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RESENDE, M; BOFF, H. Concentração industrial. In: HASENCLEVER, L.; KUPFER, D. (Org.). **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

RESENDE, M. Medidas de concentração industrial: uma resenha. **Revista Análise Econômica**, v.12, n.21, p.24-33, 1994.

ROSS, D.; SCHERER, F.M. **Industrial market structure and economic performance**. Chicago: Raud McNally&Co, 1990.

SANTOS, D. F. **Estrutura, conduta e desempenho do mercado exportador brasileiro de café cru em grão e de café solúvel**. 1996, 76f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) UFV,Viçosa, 1996.

SILVA, M. T. S et al. Desigualdade e concentração nas exportações brasileiras de painel compensado. **Revista Espacios**. v.38, n.31, p.7-14, 2017.

THOMÉ, K. M.; FERREIRA, L. S. Competitividade e estrutura de mercado internacional de café: análise de 2003 a 2012. **Coffee Science**, v.10, n.2, p.184-194, 2015.

TIGRE, P. B. **Economia da Informação e do Conhecimento**. Boletim de Conjuntura Economia e Tecnologia, v.2, Julho/Agosto de 2005.

UN COMTRADE. Base de dados. Disponível em <http://comtrade.un.org/db/> Acesso em 10 agosto. 2019.

VARIAN, H. R. **Microeconomia**: Princípios Básicos. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2012.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia: micro e macro**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

6

O café no mercado global e no mercado chinês

全球和中国市场上的咖啡

Hernani Martins Junior

Eder Severino Xavier

João Paulo de Oliveira Mendes

Resumo

O mercado global e as transformações tecnológicas no passado recente enfraqueceram as fronteiras nacionais assim como aproximaram as mais distantes nações ao redor do globo. Brasil e China têm uma longa história de parcerias e de comércio internacional, mas, mais recentemente os laços de cooperação entre as duas nações evidenciam os interesses principais das duas economias. O grande contingente populacional chinês associado às transformações demográficas vividas pelo país no passado recente, transforma esta nação num aliado potencial para o Brasil com sua expertise na produção e exportação de alimentos em geral. O mercado chinês capitalizado pelos fluxos de capital internacional se torna ávido por carnes, bebidas, cereais, frutas, tubérculos e, sobretudo, café. Este trabalho discute como o café é importante para a pauta de cooperação entre as duas nações, e como apresenta potencial para geração de negócios e renda, melhorando ainda mais o desempenho global do Brasil e da China. É um ensaio teórico a respeito das perspectivas do negócio cafeeiro num ambiente comercial entre Brasil e China.

Palavras Chave: Café, Comércio Exterior, Consumo Global, Oportunidade

Abstract

The global market and technological transformations that happened in the recent past have faded the national borders as well as brought together the most distant nations around the world. Brazil and China have a long history of partnership and international trade; however, more recently, the ties of cooperation of these two nations show the main interests of those economies. The large Chinese population contingent associated with the demographic changes experienced by the country in the recent past, turns this nation into a potential ally for Brazil; which has a vast expertise in food production and export in general. The Chinese market capitalized by international capital flows becomes hungry for meats, beverages, cereals, fruits, tubers and, above all, coffee. This article discusses how coffee is important for the cooperation agenda between the two nations, and how it presents potential for generating business and income, further improving the global performance of Brazil and China. This study is a theoretical essay about the perspectives of the coffee business in a commercial environment between Brazil and China.

Keywords: Coffee, Foreign trade, Global consumption, Opportunities

摘要

最近发生的全球市场和技术变革已经淡化了国界，并将世界上最遥远的国家汇聚在一起。巴西和中国有着悠久的伙伴关系和国际贸易历史；然而，最近这两个国家的合作关系表明了这些经济体的主要利益。与中国近来经历的人口变化有关的大量中国人口，使该国成为巴西的潜在盟友，而巴西在食品生产和出口方面拥有广泛的专业知识。收国际资本流动的中国市场对肉类、饮料、谷物、水果、块茎、尤其对咖啡感到需要。本篇讨论了咖啡对两国之间的合作议程如何重要，以及咖啡如何带来产生业务和收入的潜力，从而进一步改善了巴西和中国的全球绩效。这项研究是有关巴西和中国之间商业环境中咖啡业务前景的理论文章。

关键词：咖啡、外贸、全球消费、机会。

1. Introdução

Brasil e China adentraram recentemente na era da globalização. As políticas de abertura econômica postas no Brasil a partir dos anos 80 assim como as reformas promovidas pela China também no passado recente, transformaram duas grandes nações, majoritariamente agrárias em grandes sociedades de consumo. O processo de urbanismo altera de forma decisiva a forma das relações humanas nestes países, ao mesmo tempo que aumenta a interdependências destas nações. O mercado global chegou para ficar e com isto uma nova forma de se fazer riqueza emerge na perspectiva do fluxo global de produtos, capital e de serviços.

A competitividade se torna a tônica da nova era, e o mundo inteiro passa a competir por mercados, recursos, matéria-prima e tecnologias. Assim as parcerias estratégicas se tornam chave para a competitividade das economias proporcionando sempre a máxima eficiência dos sistemas produtivos. O café, há séculos, tido como o principal produto da pauta de exportação brasileira, figura agora, como uma importante plataforma de negócios entre o Brasil e a China, com potencial para gerar riqueza e para estreitar o fluxo de capital entre o maior produtor e um dos maiores consumidores. A transformação demográfica chinesa projeta a transformação dos hábitos e a consequente “ocidentalização” da china na direção dos hábitos de consumo ocidentais, dentre os quais o consumo de café se notabiliza.

O trabalho mostra que a China, especialmente em suas províncias mais ao sul, apresenta condições de relevo, clima e solo ideais, para o cultivo do café, e sendo assim, suas participações no setor produtivo têm sido crescentes. Por outro lado, nada impede que o chinês produza café no Brasil, como estratégia de estabilidade e de competitividade as instituições cafeeiras chinesas.

Estas e outras posições são discutidas no texto deste capítulo, cuja missão vai além da informação sobre cultura, cultivos e mercados. O objetivo é fomentar a discussão entre estratégias de desenvolvimento, geopolítica global e competitividade nacional. Na seção 2 discute-se o protagonismo chinês no mercado global, na seção 3 fica mostrado o potencial do café como plataforma de desenvolvimento de negócios. As considerações finais fecham a discussão.

2. O protagonismo chinês no mercado global

2.1. Apresentação

República Popular da China (RPC), também conhecida simplesmente como China, é o maior país da Ásia Oriental e o mais populoso do mundo, com

mais de 1,38 bilhão de habitantes, quase um quinto da população da Terra. É uma república socialista, governada pelo Partido Comunista da China (PCC) sob um sistema unipartidário. A nação tem uma longa história, composta por diversos períodos distintos. A civilização chinesa clássica — uma das mais antigas do mundo — floresceu na bacia fértil do Rio Amarelo, na planície norte do país.

A China é atualmente a segunda maior economia global, com um PIB de 12,24 trilhões de dólares, ficando atrás apenas dos EUA. Os chineses recentemente vivenciaram um intenso êxodo em direção às novas, modernas, e prósperas cidades. Transformação esta que só ocorreu há pouco mais de 3 décadas, fazendo com que a China deixasse de ser apenas um enorme país agrário, passando então a figurar no rol dos países mais modernos e desenvolvidos do mundo. Tudo isso só foi possível após investimentos maciços em ciência e tecnologia, um sistema político estável, elevadas taxas de investimento em infraestrutura, propiciando um ambiente favorável para que a China se tornasse destino certo para as maiores companhias do planeta. Tal conjuntura permitiu à China a maior taxa de crescimento econômico dos últimos 30 anos dentre as economias do globo. Sua taxa média de crescimento do PIB atingiu os dois dígitos nos últimos 25 anos.

2.2. Abertura econômica – anos 80

Desde sua fundação em 1949, a RPC adotava um estilo soviético de economia planificada. Após a morte de Mao Tse-tung e o fim da Revolução Cultural, os novos dirigentes chineses deram início a uma reforma na economia do país, transitando de uma economia planejada para uma economia mista com um ambiente de mercado cada vez mais aberto, um sistema chamado por alguns de “socialismo de mercado” e que o Partido Comunista da China oficialmente descreve como “socialismo com características chinesas”. A sua transformação em economia mista, foi iniciada por Deng Xiaoping em 1978, após a falha da economia planificada em desenvolver os sistemas produtivos chineses a níveis aceitáveis. As reformas incluíram a privatização das fazendas, o que pôs fim a agricultura coletiva, e de indústrias estatais que fossem consideradas de baixo desempenho na época, como mineração e produtos básicos (roupas, processamento de alimentos), entre outras. Em 1978, China e Japão normalizaram as relações diplomáticas e a China aceitou empréstimos do Japão. Nas últimas décadas este país tem sido o maior credor estrangeiro da China. Para selar sua condição de economia globalizada, em 2001, a China foi aceita na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Outras fontes, no entanto, interpretam as reformas impostas pelo governo chinês como um abandono do sistema econômico socialista, pois o Partido Comunista afrouxou o controle governamental sobre a vida dos cidadãos e as comunas populares foram dissolvidas, sendo que muitos camponeses receberam múltiplos arrendamentos de terra, com o aumento de incentivos e da produção agrícola. Estes eventos marcaram a transição da China para o novo modelo econômico. A RPC tem, atualmente, relações diplomáticas com 171 países e mantém embaixadas em 162 deles. A sua legitimidade é contestada pela República da China (RC, conhecida simplesmente como Taiwan) e alguns outros países; portanto, é o maior e mais populoso país, mas com reconhecimento relativamente limitado.

A atual política exterior da China é, em grande parte, declaradamente baseada nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica de Zhou Enlai, são eles: não interferência nos assuntos de outros países; não agressão; convivência pacífica; igualdade; e benefícios mútuos. A política externa do país também é impulsionada pelo conceito de “harmonia sem uniformidade”, que incentiva as relações diplomáticas entre os Estados, apesar de diferenças ideológicas. O país tem fortes laços políticos e econômicos com várias nações do mundo em desenvolvimento. Mais notavelmente, ele tem seguido uma política de engajamento com os países africanos em comércio e cooperação bilateral. Além destes, a China tem reforçado os seus laços com as economias da América do Sul, tornando-se o maior parceiro comercial do Brasil e construindo laços estratégicos com a Argentina. Junto com Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, o país é membro do grupo BRICS de economias emergentes importantes e sediou a terceira cúpula oficial do bloco em Sanya, na província de Hainan, em abril de 2011.

2.3. China na OMC

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a economia da República Popular da China é a segunda maior do mundo. Seu poder de compra foi calculado em pouco mais de 11,3 trilhões de dólares. A renda per capita do país atualmente está em 5.185 dólares por pessoa (nominal) e 8.395 dólares por pessoa, Paridade do Poder de Compra (PPP) em 2011, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Levando em conta a renda per capita e a moeda desvalorizada, o custo de vida na China é baixo. É a nação com o maior crescimento econômico dos últimos 25 anos, com a média do crescimento do PIB em 10% ao ano. A renda per capita da China cresceu

8% ao ano nos últimos 30 anos. Além disso, é um dos países do BRICS. Este robusto crescimento econômico, combinado com excelentes fatores internos como estabilidade política, grandes reservas em moeda estrangeira (a maior do mundo, com 818,9 bilhões de dólares), mercado interno com grande potencial de crescimento, faz com que a China seja atualmente um dos melhores locais do mundo para investimentos estrangeiros, com uma avaliação de risco (Moody's) A2, índice considerado excelente.

O trajeto da mudança rumo a um novo paradigma teve seu início na década de 1990, quando o presidente Jiang Zemin e o primeiro-ministro Zhu Rongji, ambos foram ex-prefeitos da cidade de Xangai, lideraram a nação. Nos dez anos de administração de Jiang e Zhu, o desempenho econômico do país retirou cerca de 150 milhões de camponeses da pobreza e manteve uma taxa média anual de crescimento do PIB de 11,2%. O número de camponeses pobres caiu de 200 milhões para 80 milhões em 10 anos. Apenas 10% da população sobrevivem abaixo da linha de pobreza (em comparação com 64% em 1978) e 99,8% dos jovens são alfabetizados. O desemprego urbano caiu para 4% em 2007, o desemprego real pode estar em 10%. A China é o segundo maior consumidor mundial de bens de luxo, com 27,5% da quota global, atrás do Japão. O mercado de varejo da China cresceu 16,8% ao ano. O país aderiu formalmente a OMC em 2001 (IPEA, 2012).

No entanto, o rápido crescimento econômico que tornou a economia chinesa a segunda maior do mundo, também impactou severamente os recursos naturais e o meio ambiente do país. Outra preocupação é que os benefícios do crescimento da economia não foram distribuídos uniformemente entre a população, resultando em uma ampla lacuna de desenvolvimento entre as áreas urbanas e rurais. Outro ponto é que os padrões de vida melhoraram significativamente, mas os controles políticos se mantiveram estáveis.

O sucesso comercial da China tem sido devido, principalmente, ao seu baixo custo de produção, que são atribuídos a uma combinação de fatores como: mão de obra de baixo custo; boa infraestrutura; bom nível de tecnologia; alta produtividade; o não pagamento de licenças comerciais, em alguns casos; a política governamental favorável; e uma moeda muito desvalorizada. A China ocupa a posição 29 no ranking do Índice de Competitividade Global. Quarenta e seis empresas chinesas entraram na lista da Fortune Global 500 em 2010. Utilizando o cálculo de capitalização de mercado quatro das dez empresas mais valiosas do mundo são chinesas. Algumas delas incluem a primeira no ranking mundial PetroChina Company (empresa de petróleo mais valiosa do mundo), terceiro no ranking Banco Industrial e Comercial da China (banco mais valioso

do mundo), quinto no ranking China Mobile (empresa de telecomunicações mais valiosa do mundo) e sétima no ranking China Construction Bank.

2.4. Alteração demográfica chinesa

Mantendo um crescimento econômico avançado desde os anos 2000, as cidades chinesas têm se expandido a uma taxa média de 10% ao ano. Estima-se que a população urbana do país aumentará para 400 milhões de pessoas em 2025, quando suas cidades abrigarão uma população de mais de um bilhão de habitantes. A taxa de urbanização do país aumentou de 17,4% para 46,6% entre 1978 e 2009, uma escala sem precedentes na história humana. Entre 150 e 200 milhões de trabalhadores migrantes trabalham em tempo parcial nas grandes cidades, voltando para o campo periodicamente com os seus ganhos. A expectativa de vida chinesa é a terceira maior do leste asiático, com 73 anos, atrás da Coreia do Sul com 77,3 e do Japão com 82,2 (Rui, 2011).

Hoje, a China tem dezenas de cidades com um milhão ou mais de habitantes, incluindo as três cidades globais de Pequim, Hong Kong e Xangai. Em 2025, estima-se que o país terá 221 cidades com mais de um milhão de habitantes. Comparada as suas políticas fechadas de até meados dos anos 1970, a liberalização da China resultou em um clima administrativo menos restritivo do que o anterior. O país apoia fortemente o princípio leninista de “centralismo democrático”, mas a política chinesa é muito diferente da democracia liberal ou da social democracia adotada na maioria dos países do Ocidente e a Assembleia Nacional Popular tem sido descrita como uma instituição que na prática é muito dependente do governo central.

Desde o fim da Revolução Cultural, o país se tornou um dos líderes mundiais em poderes tecnológicos, gastando mais de 100 bilhões de dólares em pesquisa e desenvolvimento apenas em 2011. A ciência e a tecnologia são vistas como vitais para a realização da coesão econômica e dos objetivos políticos do país, além de ser uma fonte de orgulho nacional, a um grau as vezes descrito como “tecno-nacionalista”. Quase todos os membros do Comitê Permanente do Politburo do PCC têm cursos de engenharia. A China está rapidamente desenvolvendo seu sistema de ensino, com ênfase na ciência, matemática e engenharia. Em 2009, o país produziu mais de 10 mil Ph.Ds graduados em engenharia e cerca de 500 mil BScs graduados, mais do que qualquer outro país. O país é também o segundo que mais publica trabalhos científicos no mundo, produzindo 121.500 só em 2010, incluindo 5.200 nos principais periódicos científicos internacionais. Empresas de tecnologia chinesas, como a Huawei e

a Lenovo, se tornaram líderes mundiais em telecomunicações e computação pessoal, e os supercomputadores chineses são consistentemente classificados entre os mais poderosos do mundo. A China é ainda o maior investidor mundial em tecnologia de energias renováveis (Rui, 2011).

Com sua classe média em ascensão, desde 2015, a China possui a maior classe média do mundo, superando a dos Estados Unidos. A riqueza da classe média chinesa teve um aumento de seis vezes (600%) neste século, em comparação com 115% em todo o mundo, e 280% na Índia. Elevando assim, de forma muito significativa o consumo. A capacidade de compra chinesa cresceu muito mais que em outros países, em termos absolutos. Entre 2000 e 2010 passou de 650 bilhões para 1,4 trilhão de dólares. O aumento das rendas familiares e o aumento dos gastos discricionários são outros fatores que impulsionaram o consumo e converteram a China em um mercado muito atrativo (Rui, 2011).

A China já é a maior economia do mundo no critério PPP, que se dá pelo exponencial crescimento da economia digital. A incrível evolução do uso da internet na China, que tinha apenas 22 milhões de usuários em 2000 e que hoje atinge 800 milhões, sendo 90% *mobile* para o acesso à internet, fez com que mais que um quinto da população digital do mundo seja chinesa. Outro aspecto importante a considerar é que a participação da economia digital no total do PIB de diferentes países mostra que a China é o segundo maior percentual, com 6,9%, depois da Coreia do Sul com 8% e Estados Unidos é o quinto país nessa sequência, com 5,4%. E o Brasil aparece em décimo lugar com 2,4%, segundo estudo da Boston Consulting Group (BCG).

Há alguns anos era impossível imaginar vender no varejo no Brasil mais de R\$ 1,5 bilhão por ano sem nenhuma loja, centro de distribuição ou funcionário. Porém, hoje o Alibaba já consegue isso e vende diretamente da China, por exemplo. Estamos presenciando uma quebra nas fronteiras de negócios numa dimensão jamais vista antes. Vale ressaltar que apenas em torno de 80 empresas, nacionais e internacionais, vendem no varejo brasileiro valor superior a R\$ 1,5 bilhão por ano. O que vem sendo construído na China está muito além de uma evolução disruptiva. Talvez seja uma revolução total de mercado, que tem como epicentro o empoderamento digital de uma população de 1,4 bilhão de pessoas e o surgimento dos Ecossistemas de Negócios, causa e consequência dessas mudanças.

A melhor constatação dessa hipótese é a velocidade, a dimensão e a valorização dos conglomerados que se posicionam como Ecossistemas de Negócios, que estão constantes e decisivamente mudando o mercado como hoje o conhecemos. O próprio Alibaba é um bom exemplo, uma empresa que iniciou suas operações de e-commerce há apenas 19 anos e tem valor de mercado de

US\$ 410 bilhões (outubro de 2018). Para efeito de comparação o Walmart, ainda o maior varejista do mundo, criado há 56 anos, tem perto de 12 mil lojas e 2,3 milhões de funcionários no mundo e tem valor de mercado – também em outubro de 2018 – de US\$ 278 bilhões.

Hoje são 800 milhões de usuários de internet na China numa população de 1,4 bilhão de pessoas, com nível crescente de urbanização que já chega a 60%. E 98% dos internautas chineses o fazem por celulares. Em consequência disso, a China é líder mundial em transações financeiras por celulares, acima dos Estados Unidos ou de qualquer outro país. Os dados disponíveis mostram que 36% dos pagamentos de transações comerciais na China são por celulares, enquanto nos Estados Unidos seria de apenas 15%. E para completar e destacar as diferenças: 93% de todas as transações de pagamentos móveis na China trafegam por Ali Pay ou We Chat Pay. E o e-commerce significa em torno de 24% de todo o varejo da China, o maior percentual no mundo atual. Houve um salto estratégico e tecnológico, o chamado efeito “*leapfrogging*”, e o *e-payment* torna-se rapidamente dominante e isso tem um efeito transformador do mercado jamais visto anteriormente. A concentração em dois *players* integrados aos ecossistemas de negócios possibilita embarcar muitos outros benefícios para consumidores nos aplicativos de pagamentos, tais como programas de fidelidades, promoções, seguros, assistência, saúde e muito mais, reforçando o posicionamento e a vantagem competitiva. E isso faz toda a diferença, visto que os sistemas *mobile* de pagamentos no Brasil, assim como na grande maioria dos mercados do mundo, estão ainda em fase inicial. As vendas pelo comércio eletrônico da China representaram 55,8% do comércio digital global em 2018 e estima-se que possa superar os 63% em 2022.

2.5. Protagonismo chinês no panorama atual

Desde a introdução de reformas econômicas em 1978, a China tornou-se uma das economias de mais rápido crescimento no mundo, sendo o maior exportador e o terceiro maior importador de mercadorias do planeta. A industrialização reduziu a sua taxa de pobreza de 53% (em 1981) para 8% (em 2001) (Leite, 2013). O país tem sido considerado uma superpotência emergente por vários acadêmicos, analistas econômicos e militares. A importância da China como uma grande potência é refletida através de seu papel como segunda maior economia do mundo (ou segunda maior em poder de compra) e da sua posição como membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e de várias outras organizações multilaterais,

incluindo a Organização Mundial do Comércio, Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, Grupo dos Vinte, BRICS e da Organização para Cooperação de Xangai. Além disso, o país é reconhecido como uma potência nuclear, além de possuir o maior exército do mundo em número de soldados e o segundo maior orçamento de defesa.

A agricultura emprega 28,3% da força de trabalho. O arroz é a principal cultura alimentar, mas, culturas como chá e açúcar também são importantes. De acordo com o Euromonitor, espera-se que a produção agrícola chinesa aumente durante esta década, mas, ainda que tenha sido aberto o caminho para o investimento privado de grande escala, a iminente escassez de água pode constituir um sério obstáculo. O setor consome cerca de 70% das águas superficiais da China, porém, mais de um quinto dos recursos hídricos são inadequados para o uso (ApexBrasil, 2018).

A indústria emprega 28,9% da força de trabalho (ApexBrasil, 2018). Uma queda na demanda doméstica de aço levou muitas siderúrgicas a despejarem aço barato em outros mercados e cortes na capacidade de produção são esperados, embora muitas empresas resistam ao movimento. Por sua vez, o aumento dos salários médios pagos por hora no setor de fabricação tornou-se uma tendência importante. Eles triplicaram entre 2005 e 2016, e agora excedem os de países como Brasil e México, conforme o Euromonitor.

No setor de serviços, alguns dos segmentos de mais rápido crescimento são saúde, educação, entretenimento e cultura, ciência e pesquisa, serviços empresariais e serviços públicos, segundo o Euromonitor. Nos serviços bancários, o valor dos empréstimos aumentou para quase 140% do PIB e pode ser ainda maior se considerados os *shadow banks*. Em resposta, os responsáveis políticos começaram a apertar o crédito, reduzindo o crescimento de uma taxa anual de 25%, no início de 2016, para algo em torno de 15%, em 2017. No setor turístico, o valor real das receitas aumentou 9,5%, em 2016, e ganhos de 6,7% são esperados em 2017. As vendas no varejo, por seu turno, têm crescido a taxas de dois dígitos (ApexBrasil, 2018).

A China é o maior exportador mundial. Mais de 90% das suas vendas são de produtos manufaturados: máquinas automáticas de processamento de dados, equipamentos de transmissão de radiotelefonia, aparelhos elétricos de telefonia de linha, circuitos integrados eletrônicos, lâmpadas e aparelhos de iluminação. Os principais produtos importados são circuitos integrados eletrônicos, petróleo bruto, automóveis e aparelhos elétricos e linhas de telefonia, que correspondem a valores superiores ao principal produto agrícola importado, que é a soja (ApexBrasil, 2018).

Em 2016, as exportações da China registraram o valor de US\$ 2,1 trilhões. Os principais destinos dos produtos chineses foram União Europeia (16,2%), ASEAN

(12,2%), Estados Unidos (18,4%), Hong Kong (13,7%), Japão (6,2%) e Coreia do Sul (4,5%). O Brasil respondeu por 1% desse total. Nesse mesmo ano a China importou US\$ 1,588 trilhão. As principais origens das importações foram União Europeia (12,9%), ASEAN (12,4%), Coreia do Sul (10%), Japão (9,2%), Taiwan (8,7%) e Estados Unidos (8,5%). O Brasil participou com 2,9% do total (ApexBrasil, 2018).

Pela ótica do Brasil, a balança comercial com a China tem sido superavitária. O comércio brasileiro com a China registrou, em 2016, o valor de US\$ 35,1 bilhões em exportações e de US\$ 23,4 bilhões em importações. Cerca de 80% das exportações brasileiras para a China, em 2016, foram de produtos básicos. Ao se decompor o total exportado do Brasil para a China, verifica-se que as vendas estão concentradas nos complexos produtivos “Alimentos, bebidas e agronegócio” (52%) e “Multissetorial e outros” (44%). Eliminando-se do complexo “Alimentos, bebidas e agronegócio” os produtos não comestíveis (a exemplo de couro, fumo e etanol) e mantendo-se os comestíveis, tem-se que as exportações brasileiras unicamente de alimentos e bebidas para a China, foram de US\$ 17,3 bilhões em 2016, ou 28,8% do total dos alimentos e bebidas que o Brasil exporta para o mundo (ApexBrasil, 2018).

No comércio do Brasil para o mundo (sem China), em 2016, as exportações de alimentos e bebidas corresponderam a 28,5% do total. Já para a China, isoladamente, esse percentual foi de quase 50%. Observa-se, na pauta exportadora do Brasil para a China, uma superconcentração no grupo de produtos “Soja mesmo triturada” que responde por 83% das vendas brasileiras para a China. Ainda assim, face ao tamanho do mercado importador chinês, dez outros grupos de produtos registraram valores exportados pelo Brasil acima de US\$ 10 milhões: “Carne de frango in natura”, “Outros açúcares”, “Carne de boi in natura”, “Carne de suíno in natura”, “Óleo de soja em bruto”, “Suco de laranja congelado”, “Gorduras e óleos animais e vegetais”, “Cereais em grãos e esmagados – milho”, “Sementes oleaginosas (exceto soja)” e “Café cru”. Entre os grupos de produtos com vendas acima de US\$ 1 milhão, destacam-se, pelas variações médias anuais positivas no período 2013-2016, “Soja mesmo triturada” (6%), “Outros açúcares” (20,2%), “Óleo de soja em bruto” (43,1%), “Suco de laranja congelado” (10,6%), “Gorduras e óleos animais e vegetais” (7,5%), “Demais preparações alimentícias” (21,2%), “Açúcar refinado” (36,4%), “Leite e derivados” (9,6%), “Demais pescados” (3,2%) e “Demais produtos de café” (24,3%) (ApexBrasil, 2018).

A participação dos alimentos e bebidas no total das importações chinesas aumentou de 4,6% para 5,8% nesse mesmo período. A “Soja mesmo triturada” foi o grupo de produtos com maior participação nas importações chinesas de alimentos e bebidas com origem no mundo em 2016 (87,2%). Entre os grupos de produtos

com importações chinesas acima de US\$ 1 bilhão, os maiores aumentos médios anuais, entre 2013 e 2016, foram registrados em “Carne de suíno in natura” (42,4%), “Carne de boi in natura” (25,6%) e “Massas alimentícias e preparações alimentícias” (23,2%). É de se notar a participação no total importado dos “Peixes congelados, frescos ou refrigerados” e “demais pescados” que, somadas, alcançam o valor de US\$ 6,1 bilhões e o percentual de 6,7%, alçando esse conjunto de produtos ao terceiro lugar entre as compras chinesas de alimentos e bebidas, superando “Carne de suíno in natura” (3,5%), “Carne de boi in natura” (2,7%), “Demais carnes suínas” (2,7%) e “Carne de frango in natura” (1,3%) (ApexBrasil, 2018).

3. O potencial do café no mercado chinês

Entre os grupos de produtos com importações chinesas entre US\$ 100 milhões e US\$ 1 bilhão, os maiores aumentos médios anuais, entre 2013 e 2016, foram registrados em “café torrado” (106,6%), “cerveja” (42,2%), “água mineral e refrigerantes” (32%) e “laranjas” (31,3%). Os principais países fornecedores de alimentos e bebidas para a China foram os Estados Unidos e o Brasil, com participações nas importações chinesas de, respectivamente, 21,7% e 20,3%, em 2016. Entre 2013 e 2016, as importações chinesas com origem nos Estados Unidos registraram crescimento praticamente nulo, enquanto as com origem no Brasil sofreram queda de 4,9%, em média anual (ApexBrasil, 2018).

O Brasil foi o maior exportador mundial de “Café não torrado, não descafeinado” (SH 090111), em 2016, com participação de 36,9% no total vendido globalmente, seguindo-se de Vietnã e Colômbia. Entre 2013 e 2016, as vendas brasileiras de café cresceram em média, anual, 1,9%, resultado abaixo dos seus principais concorrentes, Vietnã e Colômbia, cujas taxas de crescimento anuais foram de, respectivamente, 4,6% e 8,7%, no mesmo período (ApexBrasil, 2018).

A China ainda não se inclui entre os grandes compradores globais de Café. No ranking dos maiores importadores mundiais, a China se encontra em 24º lugar, com uma participação de 0,6% do mercado mundial. Contudo, o mercado chinês tem um imenso potencial de crescimento, uma vez que os hábitos da população vêm mudando rapidamente, na esteira do crescimento da urbanização e da expansão das redes de cafeterias. Há cidades chinesas, como Chongqing, em que a cultura de consumo de café encontra-se bastante consolidada.

Em 2016, a China importou do mundo US\$ 112 milhões em “Café não torrado, não descafeinado”. Os principais países fornecedores foram Vietnã (51,4%) e Indonésia (13,9%). O Brasil posicionou-se em 3º lugar, com 8,5% do total. No período 2011-2016, as vendas de café cresceram anualmente em

média 7,4% acima do obtido pelo chá (7%) e por outras bebidas quentes (5,1%) no mesmo período. As vendas de café no varejo chinês devem atingir US\$ 6,3 bilhões em 2020, ou o equivalente ao crescimento médio anual de 4% , em relação a 2016 (ApexBrasil, 2018).

Em 2016, o café instantâneo foi responsável por mais de 90% das vendas no mercado varejista chinês, e esse domínio não deve mudar. Contudo, as vendas de café fresco registraram crescimento de 11,8% entre 2011 e 2016, contra queda de 0,3% do café instantâneo no mesmo período. Até 2020, as vendas do café fresco devem crescer 15,5% ao ano em relação a 2016, com a participação aumentando de 3,7% para 6,6% do total (ApexBrasil, 2018).

A maioria das vendas de café na China é feita via hipermercados e supermercados, que representaram 72% do total em 2016. As vendas por e-commerce respondem por 13,7%, mas foram as que mais cresceram em relação a 2011, quando representavam apenas 1% do total. As cafeterias e lojas de cafés especiais respondem por 55,3% do total de unidades no segmento “Cafés e bares” na China. As lojas de cafés especiais passaram por um verdadeiro boom entre 2011 e 2016, passando de 2.152 para 11.599 unidades, ou um crescimento médio anual de quase 30% nesse período (ApexBrasil, 2018).

De acordo com estudos do Banco Mundial, o mercado de café no passado recente passa por forte retração. Tanto o café Arábica quanto o café Robusta estão em um cenário de baixa de preços devido a dois fatores: 1) queda das exportações em níveis maiores que o esperado; e 2) aumento da produção brasileira. Segundo estimativas do Banco Mundial a safra de café no ano agrícola 2017-2018 excedeu 168 milhões de sacas, 7% a mais que no ano agrícola anterior, fato que ocasionou um aumento de 7 milhões de sacas no estoque mundial.

O impacto no preço do café foi imediato. Em 2018 o preço do Café Arábica foi 2% menor que no ano anterior, e a queda do preço do café Robusta foi de 10%, cenário que se manteve em todo o ano de 2019. Nesta conformação de preços o produtor brasileiro viveu cenário de crise, com retração do preço de venda e incremento dos custos de produção, a pequena margem de lucro, fez com que se intensificasse a reversão de áreas cafeeiras em áreas de outras culturas, as chamadas culturas brancas, como milho, soja, arroz e trigo.

Como reflexo de mercado fraco, segundo a ICO (2019), a produção mundial decairá 0,9%, queda puxada, especialmente pelo Café Arábica, cuja diminuição foi de 2,7%. A produção mundial diminuirá para 167,4 milhões de sacas, conformada em 95,68 milhões de C. Arábica e 71,72 milhões de sacas de C. Robusta. Na América Latina o cenário de queda foi mais intenso, tendo um decréscimo de 3,2%, puxada por uma queda da produção de C. Arábica no Brasil.

O decréscimo na produção do Brasil abre espaço para novos competidores globais, especialmente, na Ásia e na Oceania, com destaque para o Vietnã e Indonésia. Países que mantiveram o crescimento no volume produzido e com isto avançaram, em termos de participação no mercado, diminuindo a participação brasileira.

Todavia embora o passado recente mostre retração da rentabilidade do produtor brasileiro. Não há o que se queixar do desempenho do café no mercado global. Segundo a Cecafé, as exportações para china cresceram 23% nos primeiros cinco meses de 2019, quando comparados com o mesmo período de 2018. Este crescimento, embora elevado em termos percentuais, representa um total de 89 mil sacas, uma quantidade tímida diante do tamanho do mercado chinês.

Na Coreia do Sul, por exemplo, houve uma explosão da carreira de barista, fazendo com que os setores brasileiros atentassem para esta tendência, e buscam o desenvolvimento de mercados na China. Tanto na Coreia do Sul quanto na China há um crescente consumo ‘*out door*’ da bebida, nos moldes do mercado norte americano e europeu. Isto representa uma tendência entre os novos mercados em que o consumo se dá em diferentes receitas e sabores, cafês gelados, enlatados, proteinados, dentre outros.

Os principais mercados que se abrem estão no Oriente Médio, na Ásia e na África. Com presença forte no Japão e Coreia do Sul, exclusivamente em cafeterias. Mais recentemente o chinês começou a desenvolver o hábito e o gosto pelo café das cafeterias, um símbolo da cultura ocidental.

Especialmente no mercado asiático, há uma prevalência do crescimento do consumo do café em cápsulas, que se dá em paralelo ao café solúvel. Ambas as modalidades caíram no gosto do consumidor asiático, impulsionadas pelas novas tecnologias de produção, e o forte apelo comercial. A expectativa é que o mercado de café em cápsulas chegue a US\$ 8 bi em paralelo com o café solúvel que deve alcançar a cifra de US\$ 7,8 bi, ambos no período entre 2019 e 2024.

Dentre todas as bebidas quentes no mundo, o café aparece 3 vezes nas 4 primeiras posições. A modalidade mais consumida é o café em cápsulas, seguido pelo café solúvel, pelo chá preto e depois pelo café torrado e moído. Segundo dados da ICO (2019) (international coffee organization) os escandinavos são os povos que mais consomem a bebida em termos per capita. Noruega, Islândia, Dinamarca e Suécia estão entre os maiores consumidores, com um consumo em torno de 10 kg per capita ano. Outros países europeus também se destacam Holanda (8,4 kg), Suíça (7,9 kg), Bélgica (6,8 kg), Itália (5,9 kg), Alemanha (5,5 kg) e França (5,4 kg). No Brasil está o segundo maior mercado consumidor do mundo com um consumo per capita de 5,8 kg.

Os países asiáticos tradicionalmente consomem pouco café. Nova Zelândia e Austrália consomem 1,19 kg e 0,74 kg per capita respectivamente. Nestes países, assim como na China há um forte tradição no consumo do chá que perfila como bebida quente favorita. Segundo dados da Apex (2018) o chá representa 63% do mercado de bebidas quentes na China enquanto o café representa apenas 6%.

Embora pequeno o percentual de participação do café no mercado chinês ele cresceu 7,4% em média no período 2011–2016, acima do crescimento do chá que no mesmo período cresceu 7%. Segundo dados da Apex (2018), a venda do café no varejo chinês em 2020 representa um mercado de US\$ 6,3 bilhões, o que equivale a um crescimento médio anual de 4% tendo como base 2016, e é quase em sua totalidade dominado pelo café solúvel, com cerca de 90% de participação.

As projeções apontam o crescimento do mercado de café fresco, que deverá crescer 15,5% em 2020, aumentando sua participação no mercado total de 3,7%, em 2016, para 6,6% em 2020.

Dados de 2016 (IPEX, 2018) apontam EUA e Alemanha como os principais compradores de café no mundo. Os EUA compram sozinhos 24,3% e Alemanha compra 14,6%. Estes percentuais elevados contrastam com o percentual importado pela China, que é de 0,6%, sobretudo se considerarmos a atual participação chinesa no mercado global. Fazendo inferir que há um potencial enorme de envolvimento chinês na cadeia do café.

As cifras importadas por EUA e Alemanha, acenam para o “negócio da china” que representa o café, dentre as diversas *commodities* mundiais. Estes países estão comprando muito além do que consomem, o que nos leva a crer que o produto é apenas a matéria-prima de uma enorme cadeia de produtos e serviços. Segundo a ICO (2019), a reexportação do café para o período 2018–2019, é concentrada na União Europeia, com 40,2 milhões de sacas, nos EUA com 2,8 milhões de sacas, Suíça com 2 milhões de sacas seguida pela Federação Russa com 1,1 milhão de sacas.

O mercado chinês importou em 2016, US\$ 112 milhões em café não torrado e não descafeinado. A origem deste café é principalmente o Vietnã, com 51,4%, Indonésia com 13,9, Brasil com 8,5%, Etiópia com 6,6% e Colômbia 4,4%. Os países asiáticos são naturalmente competidores naturais pela própria localização geográfica, mas a participação brasileira no mercado chinês pode ser considerada pequena a considerar a participação do Brasil no mercado mundial.

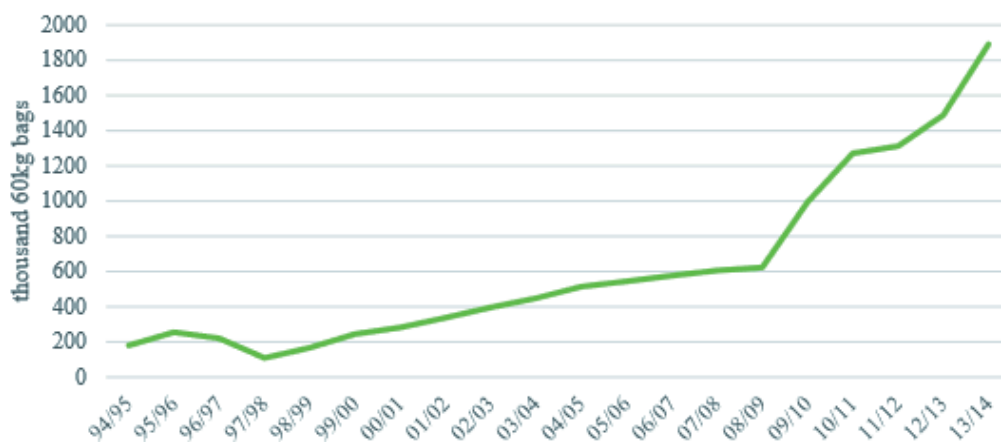
Embora a China permaneça um centro de consumo de chá, tanto a produção quanto o consumo têm crescido por lá. Segundo Zhu (2018), o crescimento do consumo chinês beira a casa dos dois dígitos, e sem perspectiva de diminuição desta velocidade. O Consumo atual de café chinês já é maior que o da Austrália.

O rápido crescimento do consumo chinês pode torná-la em um dos maiores consumidores de café do mundo. O movimento vivido pela china atualmente, remonta o crescimento do consumo de café no Japão, durante os anos 70 e 80.

Segundo Mattingly (2016), com o crescimento chinês, a renda per capita tem crescido; o que aumenta a demanda de café na china, cujo consumo se dá no âmbito das cafeterias. De acordo com Sgarro (2015) a Starbucks se destaca como principal empresa operando no mercado de café na China. Sua expertise e marca, assim como sua postura agressiva na abertura de novos mercados, alavancam o negócio das cafeterias na china. O modelo de exploração utilizado pela Starbucks é comum ao modelo utilizado por outras empresas do gênero. O modelo de negócio é multiplicado na forma de parcerias locais, que dominam as peculiaridades regionais, os parceiros são franqueados que replicam o modelo de negócios. Fazendo multiplicar os lucros das empresas numa simbiose entre venda e planejamento estratégico, numa otimização de custos associados a inovação tecnológica e ao marketing. Entre 2015 e 2019 o número de estabelecimentos da Starbucks dobrou, passando de 1500 lojas para aproximadamente 3000 lojas.

Diversas empresas tradicionais do ramo de cafeterias tomam vantagem do enorme mercado chinês. Segundo Sgarro (2015), Costa Coffee, McDonald's e Kentucky Fried Chicken também planejam a expansão no mercado chinês.

Figura 1:
Consumo chinês de café 1994 a 2014.
Em Milhares de Sacas de 60kg



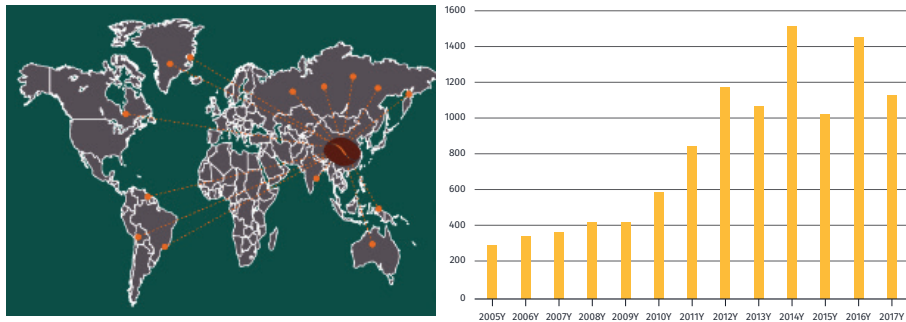
Fonte: ICO (2015)

A cooperação China-Brasil pode ir muito além das trocas comerciais. De acordo com Mattingly (2016), China tem recebido maciço investimento privado e público no sistema de produção de café. A queda do preço do chá e a prospecção de lucros com o café, carrega investimentos para este setor. Com investimentos crescentes espera-se um crescimento continuado da produção até 2025. A estabilidade internacional do preço associado com o forte fomento estatal para os produtores são os principais fatores para o crescimento da cultura no país. Neste contexto de expansão de uma cultura até então inexpressiva, o Brasil tem a possibilidade de figurar como um parceiro potencial em ciência e tecnologia de produção do café. Enquanto que na China o cultivo do café é recente, o Brasil já o desenvolve há mais de dois séculos. São mais de dois séculos de experiência, são diversos centros de pesquisa atuando por anos no estudo e na pesquisa da cultura. IAC (Instituto Agrônomo de Campinas); Epamig (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais); Universidades Federais diversas, Embrapa, dentre outros institutos de pesquisa. Ao longo de toda a história da cafeicultura brasileira, o conhecimento acumulado na prática e na pesquisa, possibilitam o Brasil se tornar um parceiro estratégico da China, não como parceiro comercial no mercado de café, mas também como potencial parceiro para o desenvolvimento estratégico de desenvolvimento tecnológico da cultura.

A velocidade com que as coisas acontecem na China também se replica no mercado cafeeiro. Atualmente a China colhe mais café que tradicionais produtores como Kênia e Tanzânia. Sua produção praticamente dobra a cada cinco anos. O fato da China investir na produção de café, não deve ser visto como apenas ameaça aos tradicionais países produtores da América Latina, mas também como uma possibilidade de abertura de um mercado de mais de 1 bilhão de habitantes, com renda per capita maior que a brasileira. Um mercado amplo, que possibilita trocas comerciais envolvendo todo o processo produtivo, desde a seleção genética e máquinas até nos insumos e agroquímicos.

O impacto da política chinesa de fomento da cadeia produtiva chinesa pode ser visto na progressão das variáveis importação e exportação chinesas de café. A Figura 2 mostra o comportamento das importações.

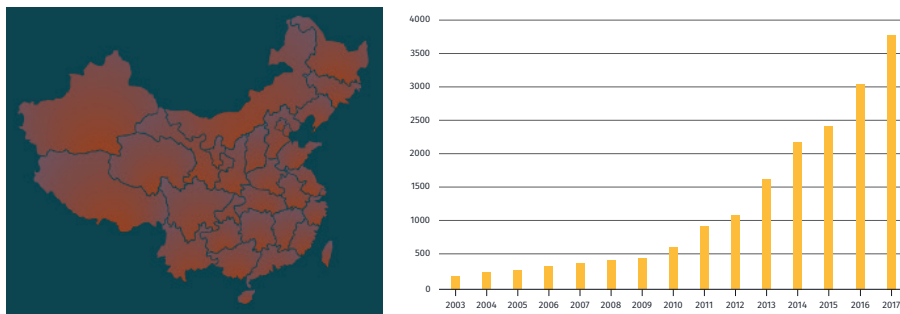
Figura 2:
Importações chinesas de café



Fonte: ICO 2018.

Conforme se abstrai da Figura 2, as importações de café na China crescem exponencialmente até 2012, quando o efeito de crescimento sofre uma alteração passando a incorporar algum efeito sazonal. Não obstante as oscilações na importação chinesa, o consumo segue uma tendência exponencial o que aponta para um mercado em constante crescimento, conforme se observa na Figura 3.

Figura 3:
Consumo de café na China 2003 a 2017, em milhares de sacas de 60kg



Fonte: ICO (2018).

Tal comportamento de incremento exponencial de consumo é contrastado com o comportamento linear e estável das importações, mostrando que embora o mercado chinês caminhe para o gigantismo, próprio da China, esta estará cada vez mais protagonista no mercado global, com crescente produção, processamento e comercialização.

O fortalecimento dos laços entre Brasil e China possibilitará uma próxima revolução tecnológica no mercado de café. O fortalecimento do processo produtivo de café na China possibilita, no mesmo tempo, a abertura do mercado chinês, sobretudo sobre o seu principal concorrente chinês: o chá.

Para Mattingly (2016) o mercado de café na China encontra-se em um estágio embrionário, está nos seus primeiros 10 anos de expansão, num horizonte temporal de mais de 40 anos de franca expansão. A expectativa é que a China passe os EUA e o Brasil, se tornando o maior mercado cafeeiro do mundo nos próximos anos.

A percepção das alterações no mercado chinês é crucial para o posicionamento dos principais atores envolvidos no mercado de café. Como a decisão de aumentar os investimentos na cultura do café é considerada de risco, sobretudo pelo lapso temporal para o início da produção e pelas incertezas próprias de commodities internacionais, o conhecimento das nuances mercadológicas possibilita maior chance de sucesso na empreitada. O comportamento de consumo do chinês possibilita aumentar o lucro e o sucesso do empreendimento na China do futuro.

Permite ainda uma gama de negócios com o Brasil, cujas características climáticas e de solo agregam vantagem competitiva para a exploração do crescente mercado Chinês, que tende a se tornar ainda maior, na medida em que o sul da China se lança no setor produtivo, produzindo café, comercializando café, tanto dentro quanto fora da China.

Segundo Apex (2018) o Brasil foi o maior exportador de café não torrado e não descafeinado em 2016, representando 36,9% do mercado global seguido por Vietnã com 21,9% e por Colômbia com 18,4%. Considerando o período de 2013 a 2016 as vendas externas de café cresceram menos que os seus principais concorrentes Vietnã e Colômbia. As exportações brasileiras subiram em média 1,9% ao ano no período pesquisado enquanto que o aumento da Colômbia foi de 8,7% e do Vietnã foi de 4,6%.

Atualmente o Brasil detém 38% do mercado global cafeeiro, com 300 mil produtores, que alçam o país à condição de principal produtor e maior exportador de café do mundo. De 2018 até junho de 2019 o Brasil exportou 41,1 milhões de sacas de café, 35% a mais que o período anterior. (Cecafé, 2019).

De forma semelhante Wickström (2012) diz que o café é uma das commodities de maior importância no mundo. É um produto de grande importância econômica para dezenas de países, representando o sustentáculo econômico de milhares de famílias. Por outro lado, a China se apresenta como uma economia de crescimento continuado na qual a demanda de café é crescente. Não

obstante, são poucos os estudos que se debruçam sobre a mudança de hábito do povo chinês e em seu consumo crescente da bebida.

De forma geral, o panorama que se vislumbra é um enorme mercado emergente, que necessita de uma cadeia comercial organizada que possa ofertar produtos de qualidade a uma classe média emergente e cada vez mais rica e exigente.

O panorama da grande cidade chinesa tem mudado de forma sistemática. A instalação de cafeterias na China tem se tornado um aspecto sempre presente na paisagem urbana chinesa, em grande parte em função de recente classe média que emerge no impulso do desenvolvimento industrial e tecnológico da China.

Li (2010) discute a respeito desta nova estruturação do mercado chinês. O desenvolvimento econômico da China, associado com o grande contingente populacional tem criado uma classe média, que embora constitua um pequeno percentual da população chinesa, é o bastante para, em termos numéricos, fazer frente a populações inteiras de grandes países ocidentais como Brasil e EUA. Tal fenômeno emerge da conjunção de fatores econômicos e fatores demográficos e resultam no surgimento de um mercado de consumo novo, resultando no surgimento de oportunidade para novos negócios e investimentos.

O mesmo fenômeno pode ser visto em Marsh e Li (2016) que também discorre a respeito da classe média das sociedades emergentes, que surgem com padrão de consumo, estilo de vida que favorecem a economia de mercado. O crescimento econômico assim como o processo de urbanização tem conduzido a China ao cenário de preponderância no mercado de consumo global. Outrora uma sociedade rural, a China se urbaniza rapidamente no final do século XX, vindo a se tornar uma cidade de grandes centros urbanos, que como tal, demanda de toda uma cadeia de mercado e de serviços para a manutenção da vida de seus cidadãos. Os autores consideram tal alteração como sendo uma das mais importantes na história recente não só da Ásia, como na história de todo o mundo.

Miotto e Parente (2015) falam a respeito do comércio interno chinês como compartilhando uma característica própria dos mercados emergentes, assim como ocorre em outros países emergentes como Brasil Rússia e Índia. Cadeias de produção se consolidam interligando produtores a consumidores, uma teia que favorece oportunidades de negócios para empresários em diversos setores. Ciência e tecnologia no setor produtivo garantem maior produtividade e padronização na produção, no transporte, na revenda e na distribuição. Uma enorme estrutura de serviços perpassa toda a cadeia de abastecimento das novas classes médias nas sociedades emergentes.

Ferreira e Ferreira (2018) diz que o crescimento econômico da China promoveu um expressivo crescimento da classe média que passou a constituir um próspero mercado para muitos dos negócios internacionais. Para os autores há uma crescente mudança de hábito que capitaliza a oportunidade de novos negócios. Isto propicia um rápido crescimento da indústria do café e o surgimento de uma nova conformação econômica calcada em um novo padrão de consumo. O protagonismo chinês no mercado global o coloca no centro das trocas comerciais, não só em função de sua crescente demanda pelo produto café, mas, sobretudo pela intensificação de sua participação no mercado global, com atuação em diferentes estágios das mais diversas rotas comerciais.

Este novo mercado que surge representa o nascimento de um país, que sendo grande em parâmetros populacionais incrementa de forma substancial a possibilidade e a rentabilidade de negócios no Brasil e no mundo. Não só o café tem potencial para desenvolver-se como *commoditie* global, mas também muitas outras, há espaço para cereais, bebidas, carnes, lácteos, açúcar e energia. Por outro lado, os recentes ganhos de produtividade brasileira e o baixo nível de exploração de suas terras não só o colocam em destaque no atual cenário como lhe dá ainda mais relevância se considerado o cenário futuro.

4. O Brasil como produtor e exportador de tecnologias de produção e de produtos agropecuários

O padrão de exportação brasileira calcado em grande parte na venda de commodities agrícolas, via de regra, é discutido como sendo um sinal do atraso brasileiro. Todavia esta visão de que o rural é sinônimo de atraso há muito deixou de existir, e muito menos, representa a situação atual do Brasil. O campo brasileiro há muito deixou de ser local de atraso intelectual e econômico. A péssima qualidade da organização socioespacial da cidade brasileira impôs a ela um elevado custo marginal diminuindo sua competitividade como local de desenvolvimento econômico. Por outro lado, o campo brasileiro se modernizou, investiu em tecnologias, desenvolveu tecnologias próprias para suas condições edáficas e climáticas, obtendo expressivos continuados ganhos de produtividade. Não é à toa que o agronegócio brasileiro tem sido preponderante para o equilíbrio fiscal e comercial do Brasil no cenário recente de crises econômicas mundiais. Enquanto que a atividade industrial do Brasil diminuiu paulatinamente no passado recente, em grande parte, devido a competitividade da indústria chinesa, o agronegócio brasileiro experimenta vigoroso crescimento nas últimas décadas.

A atividade industrial brasileira tem contração continuada e sistemática, ano a ano diminuiu na última década alguma coisa entre 1% e 2% ao ano. Isto leva os especialistas a dizerem que o Brasil da última década experimentou um dos maiores movimentos de desindustrialização da história. Por outro lado, o crescimento econômico nacional, embora tímido, foi assegurado pelos sucessivos superávits da cadeia do agronegócio brasileiro. Enquanto que a indústria diminui a produção agropecuária cresce na casa dos dois dígitos, avançando nas últimas décadas a taxas maiores que 10% ao ano. Tal sistemática nos leva a crer que, enquanto na indústria vive-se um cenário de arroxó, no agronegócio vive-se o padrão “China” de crescimento, ou seja, o vigoroso crescimento do agronegócio brasileiro fá-lo parecer, neste setor, com a china no passado global recente. Este crescimento do agronegócio brasileiro não se dá apenas na utilização de áreas marginais, mas, sobretudo o intenso uso de tecnologias de produção, que conferem sucessivos ganhos de produtividade.

Só para exemplificar este quadro de pujança econômica do campo brasileiro, citamos aqui o exemplo da safrinha. Colhida a safra principal, entremeio março e abril, plantava-se outra lavoura que se valendo das últimas chuvas de outono e do fertilizante residual no solo terminava o ciclo com pequenos níveis de produtividade, daí então foi esta safra apelidada de “safrinha” constituindo, na língua portuguesa, diminutivo para o vocábulo “safra”. Embora pequena, esta atividade incrementava a renda do produtor e ajudava no balanço financeiro da propriedade, principalmente com a amortização de custos fixos da propriedade. No início dos anos 90, a safrinha não tinha expressão no cenário brasileiro, mas com o decorrer do tempo e com a intensificação do uso de tecnologias houve uma transformação no cenário produtivo brasileiro propiciando continuados ganhos de produtividade. Investimento em melhoramento genético para o desenvolvimento de novas cultivares, desenvolvimento na química de fertilizantes, o desenvolvimento do plantio direto como melhoria do manejo produtivo, além, é claro, do desenvolvimento de novos agroquímicos e novas máquinas agrícolas que possibilitaram a otimização simultânea de extensas áreas do território brasileiro.

Neste cenário de safrinha opta-se por cultivares altamente produtivas de ciclo curto, em torno de 120 dias, geralmente resistentes ao estresse hídrico, ao tombamento e a herbicidas convencionais. Tal escolha possibilita antecipar o período de safra para final de janeiro ou início de fevereiro. Colhida a safra principal planta-se em seguida outra safra, não mais em abril, como nos primórdios da safrinha, mas em fevereiro, em pleno período de chuvas. Aspectos climáticos associados a época de plantio, aspectos de manejo associados ao plantio

direto e a rotação de culturas, e aspectos genéticos associados ao comprimento do ciclo da cultivar, possibilitaram expressivos ganhos de produtividade da chamada safrinha, que hoje compete de igual para igual com a safra principal no quesito preponderância econômica. A produtividade atual da safrinha gira em torno de 5 toneladas por hectare para o milho e 2,4 toneladas por hectare para soja, produtividade bem abaixo da obtida na safra principal, mas são índices que se assemelham aos que se obtinha na safra principal no passado não muito distante de três décadas atrás.

Apenas neste exemplo é possível ver que o potencial produtivo mais que dobrou com o incremento da produtividade e com o sistema de duas safras anuais. Além disto refletir na balança comercial brasileira, também se reflete no equilíbrio econômico e financeiro das instituições produtivas, sejam elas empresas ou produtores, melhorando a competitividades delas no cenário global, garantindo-lhes vida longa no cenário da economia globalizada.

Este exemplo nos ajuda a entender a pujança do setor do agronegócio brasileiro. Retomamos a discussão do início desta seção, a respeito da equivocada visão a respeito do setor rural brasileiro como um local de atraso econômico, cultural e intelectual.

O desenvolvimento do agronegócio brasileiro trouxe a estruturação das cadeias econômicas correlatas. As cidades do interior se tornaram prósperas, com crescimento demográfico, econômico e humano. Tornaram-se locais com níveis salariais elevados e baixos níveis de desemprego. Tal sistemática ajudou na consolidação de um processo que os economistas costumam chamar de internalização da economia, que nada mais é do que a migração de empresas dos grandes centros para cidades menores, as quais desfrutam de um ambiente mais competitivo para o desenvolvimento da atividade. Este movimento é uma tentativa de minorar os elevados custos marginais impostos pela caótica cidade grande brasileira, mas também é sinal do potencial econômico da cidade do interior, sobretudo, num contexto de forte crescimento econômico, que as elevam à condição de pólos regionais de desenvolvimento e de serviços.

Os avanços nos sistemas e nas tecnologias da informação possibilitaram o processo de integração de forma definitiva. As cidades do interior do Brasil são atores do desenvolvimento econômico, integradas a nível nacional e a nível global. Mesmo nas pequenas cidades brasileiras no interior agrícola, é comum ver empresas voltadas para a prestação de serviços, desenvolvimento de produtos, e de comércio exterior. São dezenas de *tradings* espalhadas por todo o interior do Brasil que promovem a nível internacional o fluxo de produtos, serviços e capital.

O cenário de desenvolvimento econômico transformou a cidade do interior do Brasil em um local moderno, desenvolvido, local de negócios e de fluxo de capital, que muito além de local para se ganhar dinheiro é também local onde se desfruta de excelentes condições para se viver e para criar uma família. A desindustrialização das grandes cidades, a internalização da economia, e a pujança do campo como protagonista do desenvolvimento econômico, inverteu a lógica até há pouco vigente, lógica esta que postulava a cidade como local de desenvolvimento em contraponto ao interior como local de atraso e subdesenvolvimento. O que se vê hoje em dia, e o que se experimenta, é justamente o contrário. O interior como fonte de riqueza e de qualidade de vida e a cidade como cenário de precariedade socioespacial, como antro das mazelas humanas, da opressão e da violência urbanas.

A sistemática do desenvolvimento do interior do Brasil tem raízes profundas. As diferentes regiões brasileiras se desenvolvem ou se desenvolveram em diferentes tempos e em diferentes contextos tecnológicos. Primeiramente o litoral e os vales de grandes rios, impulsionados pela economia costeira, pelo comércio marítimo, e pelo transporte naval. A partir da segunda metade do século XX, sobretudo com a interiorização da capital nacional, com a construção de Brasília, o país vivenciou uma segunda onda de interiorização. A interligação de todo o território nacional por estradas de rodagem promoveu o desenvolvimento de uma enorme área do Brasil central. Oeste e Noroeste de Minas Gerais, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, se tornaram corredores estratégicos para a integração nacional de outras áreas importantes do território nacional a nova capital federal. Dentre estas áreas que foram integradas perpassando o território de Minas Gerais, temos: São Paulo e seu interior, estados do Sul do país, além de todo o litoral do sudeste, região mais rica do país.

A integração do território propiciou o vertiginoso desenvolvimento do Centro Oeste do país, e de parte da Região Norte. Estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, e Pará experimentam nas décadas recentes enormes taxas de crescimento, sobretudo, influenciadas pelo desenvolvimento de toda a cadeia agroexportadora. A própria sistemática da integração nacional propiciou o desenvolvimento da região agrícola de Minas Gerais. As microrregiões do Alto Paranaíba, do Triângulo Mineiro, Oeste de Minas e Noroeste de Minas, estrategicamente localizadas entre os centros da “Velha Economia” e os centros da “Nova Economia”.

O interior do Brasil, aquela roça que antigamente era sinônimo de atraso, viu surgir nas últimas décadas cidades como Ribeirão Preto, Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Goiânia, só para citar algumas. São cidades modernas e,

sobretudo prósperas, que na esteira da cadeia agroindustrial se consolidam no cenário econômico nacional e global e invertem os movimentos migratórios. As novas universidades instaladas recentemente no interior representam o último capítulo componente do processo de integração e de desenvolvimento regional e nacional. Representa o reconhecimento do pluralismo ambiental e cultural do país que necessita urgentemente formar sua população ao mesmo tempo em que garante um desenvolvimento tecnológico, autônomo e independente, voltado para as demandas locais e regionais, comprometido com o aproveitamento das potencialidades e das vantagens competitivas existentes destas regiões.

O fenômeno visto é resultado da conjugação de três fatores muito conhecidos nos sistemas econômicos: 1) demanda; 2) cadeias de produção e comercialização organizadas.; e 3) oferta.

Especialmente já no século XXI, o comércio internacional brasileiro é trabalhado e se desenvolve na interface global conhecida como sul-sul; na tentativa nacional de se diminuir a dependência comercial dos EUA e da Europa o Brasil buscou a abertura de novos mercados e teve sucesso. O percentual de comércio exterior com a Europa e com os EUA diminuiu, ganhando espaço o comércio com países africanos, e com outros integrantes dos BRICS situados na Ásia.

O crescente mercado consumidor nos países emergentes, especialmente China, Rússia e Índia, impulsionou a demanda por commodities em geral, especialmente as commodities agrícolas. Neste cenário os potenciais fornecedores, seriam EUA, América Latina e África. Todavia destes três potenciais centros de supressão da demanda asiática, apenas parte da América Latina dispunha de condições ótimas para figurarem no campo da oferta. Os EUA já se encostavam aos limites de produtividade, além de já possuírem uma demanda elevada. A África, em muitos dos seus países, emergia de conflitos civis e guerras emancipatórias e não dispunha de cadeias produtivas organizadas. No caso da América Latina apenas alguns países dispunham de cadeias agroindustriais organizadas, que foram aqueles, justamente aqueles, que cresceram no mercado global de commodities agrícolas, visto que conjugaram em condições ótimas a demanda crescente, a disponibilidade de incremento e de desenvolvimento imediato da produção com fulcro no incremento da oferta.

Como resultado desta política de descentralização do comércio exterior, associada a crescente demanda de países como China e Índia, e associada ainda ao desenvolvimento tecnológico em curso no Brasil, especialmente no Brasil Rural, fez com que nosso país se tornasse uma referência quando o assunto é agronegócio, e ainda visto por muitos países, como parceiro estratégico para

a oferta de alimentos e para o desenvolvimento das cadeias correlatas, como a de máquinas e equipamentos, fertilizantes e agroquímicos.

O processo de interiorização política do Brasil tinha como motivação o desenvolvimento econômico e a estratégia militar. A capital no interior propiciaria o desenvolvimento econômico e demográfico do interior do país ao mesmo tempo em que afastava a capital de ameaças externas potencialmente emergentes na orla marítima. O que não se previa era que a região do altiplano do Brasil Central, posteriormente apelidado de Planalto Central apresentasse condições ótimas de relevo, de solo e de clima para o desenvolvimento da agricultura.

Neste momento a tecnologia autônoma de que falamos prestou de forma decisiva o seu papel. O Planalto Central Brasileiro, quase em sua totalidade é dominado pelo bioma do Cerrado, constituído de solos extremamente ácidos, pobres bases, temperaturas elevadas e estações climáticas bem definidas, divididas no antagonismo de um verão chuvoso quente e um inverno frio e seco. Embora as condições de clima fossem ideais para a agricultura o principal entrave para o desenvolvimento desta estava na acidez e na baixa fertilidade natural dos solos.

O investimento em pesquisa e em desenvolvimento a partir dos anos 70 no Brasil propiciou o desenvolvimento da calagem, técnica que consiste na incorporação de calcário ao solo com o objetivo de se corrigir a acidez dos solos, reduzindo-a para níveis aceitáveis que pudessem ser tolerados pela maioria das culturas. Além do mais a calagem neutraliza o alumínio tóxico adsorvido pelas argilas dos solos do cerrado e completa os *locus* liberados com bases de importância nutricional para as plantas os quais são constituintes do calcário, especialmente cálcio e magnésio. Tal técnica transformou o solo do Altiplano Central Brasileiro em um solo ideal para praticamente toda e qualquer cultura. Café, frutíferas em geral, cereais, e inclusive, hortaliças exigentes como alho, cebola, repolho, cenoura, dentre outras.

Concomitantemente à melhoria dos solos do cerrado, ajustando-os às demandas da agricultura, havia outra revolução tecnológica em curso. Os tradicionais institutos de pesquisas brasileiros, agora com o suporte também das universidades, todos antenados com as possibilidades que emergiam da interiorização da economia brasileira e com o desbravamento do cerrado, começaram a seleção e o desenvolvimento genético de cultivares mais adaptadas à realidade de clima do cerrado. Conclusão: hoje o Brasil é internacionalmente reconhecido pelo desenvolvimento genético de cultivares e de raças animais. São variedades especialmente desenvolvidas para as condições de solo e clima das diferentes regiões do país. São centenas de cultivares de soja, trigo, aveia,

girassol, algodão, milho, sorgo, além é claro das centenas de cultivares de café, de hortaliças, de frutas e forrageiras. O altiplano tropical brasileiro produz de tudo, queijos finos, vinhos finos, carnes de elevada qualidade, celulose, látex, além de toda a sorte de vegetais que se possa imaginar.

A expertise da pesquisa agropecuária brasileira avançou para além de suas fronteiras, para muito além de nossos vizinhos e amigos latino americanos, os acordos de investimento, de desenvolvimento e de cooperação técnica se espalharam por diversos países ao redor do mundo, especialmente na África e na Ásia. Estes acordos, ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento global de países marginais, catapultam o Brasil a uma posição de destaque no cenário agropecuário mundial ao mesmo tempo em que divulgam nossas tecnologias, nossos produtos e nossas empresas.

O Altiplano Central Brasileiro é constituído de uma vasta área de terras, muito maior que a maioria dos países, situado no interior do país com altitudes que variam entre 800 e 1200 metros, com relevo plano a ondulado, com índices pluviométricos elevados, e estações climáticas bem definidas. Todos estes fatores em conjunto, possibilitam temperaturas amenas, e mesmo no contexto dos trópicos, possibilita às culturas perenes, como é o caso do café, duas estações do ano bem diferenciadas ótimas para crescimento vegetativo e para maturação e colheita, e possibilita os processos de mecanização, em virtude das boas condições de relevo.

Se no princípio do século XX, o Brasil Central estava calcado a agropecuária extensiva e no pouco uso de tecnologias, no século atual o Brasil Central é caracterizado por possuir as propriedades mais modernas, tecnologicamente equipadas, lucrativas e com maiores índices de produtividade. As meso regiões mineiras envolvidas neste contexto desfrutam simultaneamente de três aspectos positivos: 1) o desenvolvimento tecnológico e o vanguardismo em termos tecnológicos e de produtividade; 2) o papel de exportadora de serviços e tecnologias em virtude do pioneirismo no desenvolvimento da cadeia agroindustrial; e 3) os benefícios logísticos propiciada pela sua localização estratégica, uma vez que se situa entre os conglomerados industriais e demográficos e os principais centros agroexportadores.

Além desta sinergia com outras regiões produtivas, Minas Gerais e em especial a mesorregião do Alto Paranaíba, assegura a vanguarda tecnológica na produção de lácteos e de café, dois importantes produtos da pauta de exportações brasileiras. Estas duas atividades têm características próprias, mesmo no contexto da mecanização. O uso intenso de mão de obra e com isto o impacto positivo que estas atividades trazem para as instituições microeconômicas é o

que propicia uma maior circulação de riqueza no ambiente local com melhoria dos índices de desenvolvimento humano. Ou seja, o desenvolvimento econômico, nesta feita, personificado pelo setor de lácteos e do café, funcionam como propulsores do desenvolvimento social.

Apenas para exemplificar a vanguarda tecnológica desta região, no coração do Brasil, citamos um feito recente, e em estreita relação com a China. Em 2019, Brasil e China assinaram acordos comerciais para a exportação, a partir do Brasil, de produtos lácteos. Minas Gerais, principal bacia leiteira do país, contou com 5 unidades industriais habilitadas para as exportações para a China. Vale ressaltar que destas 5 unidades duas estão localizadas na mesorregião do Alto Paranaíba (Tiros e Matutina) e uma terceira no Triângulo Mineiro (Uberlândia). Este fato, recentemente noticiado na mídia, serve de exemplo não só da capacidade produtiva dos produtores rurais, mas também serve de sinal do vanguardismo tecnológico que assegura uma produção com qualidade dentro dos padrões internacionais.

O mesmo podemos dizer destas duas mesorregiões quando o produto em discussão é o café. Com pouco mais de 40 anos de história, o cultivo de café nestas mesorregiões já possui o peso desta mesma cultura em tradicionais mesorregiões produtivas, como por exemplo o Sul de Minas (MG) e a Alta Mogiana (SP). Este movimento de suplantação, este caminhar no sentido da liderança de setores agropecuários, mostram que as características próprias da região e as políticas de desenvolvimento postas em curso na história recente, garantiram e ainda garantem elevada competitividade em diferentes setores do agronegócio brasileiro, e consequentemente do agronegócio mundial. Em relação ao café, o Alto Paranaíba é reconhecido pela qualidade do produto. O inverno seco, associado com o intenso uso de tecnologia garante ao café produzido nesta região qualidade superior, fazendo-o produto apreciado em todo mundo, constituinte obrigatório dos melhores *blends* das melhores e maiores cafeterias, em todo o mundo.

Ressaltamos aqui de forma reiterada, a competitividade da atividade agroindustrial brasileira como uma questão estratégica para o enfrentamento dos desafios mercadológicos existentes numa escala global e entre países ditos “de mercado”. Ressaltamos aqui a expressão “de mercado” como forma de introduzir a problemática do protecionismo a nível global, sobretudo quanto a importação de commodities agropecuárias. No mercado de produtos agropecuários se vê presente uma característica que de tão peculiar acabou se tornando uma marca descritiva destes sistemas econômicos: a concorrência perfeita. Neste cenário os esforços produtivos são feitos por

milhares de atores, atomizados entre si, sem coordenação central, com movimentos autônomos e independentes, além do mais quando considerados individualmente, nenhum destes milhares de atores tem potencial para alteração do equilíbrio de oferta e demanda, principal mecanismo de formação de preço no livre mercado.

Se não há nenhum poder de barganha por parte dos produtores no processo de conformação dos preços, existe uma maior possibilidade de existência de falhas de mercado, quando apenas algumas empresas, ou apenas alguns atores internacionais monopolizam o comércio ou o consumo. Estamos de frente às falhas de mercado que se consubstancia no cenário geopolítico global. Segundo UNCTAD (2009), embora tenha havido ajustes no mercado global de café no sentido da retirada de tarifas, especialmente nas rodadas de negociação da OMC: GATT¹ – Tóquio, GATT – Uruguai e GATT – Doha e também em rodadas de acordos bilaterais. Em muitos casos o protecionismo remanesce na tarifação de produtos industrializados como o café torrado ou o café em cápsulas, assim como subprodutos industrializados do café. Todavia a cadeia de processamento dos produtos tem o potencial de geração de emprego e agregação de valor, com potencial para o desenvolvimento econômico de forma sistêmica.

Ou seja, o “livre mercado” na prática existe apenas para produtos *in natura* e com baixo valor agregado e com potencial reduzido de geração de riqueza, de circulação de capital e de serviços. Produtos tropicais como café e cacau, especialmente na forma de commodities, não são potenciais competidores com a produção europeia ou norte americana; desta forma, via de regra, entram livremente nestes estados e no decurso do tempo os acordos com tarifas preferenciais estão cada vez menos, em uso.

Todavia quando se fala em produtos industrializados, a diminuição tarifária é mais lenta, marcada pelo ímpeto governamental de proteção da indústria nacional de transformação eventualmente existente no país importador. Segundo UNCTAD (2009) embora haja sempre concessões tarifárias para a importação de produtos de países em desenvolvimento, há uma escalada na tarifação de café processado. Prática muito comum na União Europeia assim como em outros grandes países compradores. Esta prática é definitivamente um fator limitante para a exportação de produtos com valor agregado, mas não constitui obstáculo para o incremento no consumo do café.

¹ GATT – Abreviação de “General Agreement on Tariffs and Trade” – acordo geral de tarifas e comércio.

Diante dos desafios que já estão postos, que emergem da competição global, da incapacidade individual frente aos mecanismos de formação de preço, não resta alternativa ao produtor nacional senão a eficiência do seu processo produtivo com o investimento em tecnologias ou mesmo o desenvolvimento de novas tecnologias com vias à obtenção de máximas produtividades e máxima qualidade, posicionando o produtor nacional em local de vantagem para atacar os desafios que estão postos pelo mercado.

Na superação do desafio do protecionismo uma das medidas potencialmente importantes que via de regra é aplicada por diversas economias é a exploração da atividade produtiva em países ou ambientes com maior competitividade natural. É assim que se dá a instalação de empresas de tecnologias no vale do silício, ou a implantação de plantas industriais na China, ou a implantação de plantas agroindustriais no Brasil. O investidor naturalmente, e em todos estes casos, utiliza das vantagens competitivas existentes em cada um destes locais para direcionar a ele esforços para a implantação de negócios de interesse. Assim o como aconteceu como o setor sucroalcooleiro no passado recente, com aporte de capital internacional diretamente no setor produtivo e de transformação, assim também se espera que ocorra com outros setores do agronegócio exportador.

Há demanda latente no setor de transformação do agronegócio brasileiro, o café é um deles, pois tais exportações se dão em grande maioria na forma de commodities, mas ainda podemos citar a cadeia do leite, da carne, da ração animal, da celulose, dentre outras. O setor de transformação agropecuária brasileiro é ainda uma mina a ser explorada. Tal exploração melhorará o fluxo de tecnologias, de produtos e de empresas, o que fortalece os laços comerciais e econômicos entre os eventuais parceiros.

A China com sua agressiva estratégia de mercado apresenta-se como um parceiro em potencial, não somente por conta do seu enorme mercado consumidor, mas também devido à sua expertise industrial e o seu recente protagonismo no mercado global.

5. Considerações finais

O café é muito mais que um importante produto da pauta das exportações brasileiras, representa um ativo importante para a geração de emprego e de negócios entre o Brasil e China.

A experiência chinesa na cadeia da transformação assim como na cadeia da comercialização potencializa as vendas do café brasileiro num mercado

globalizado onde todos os agentes competem entre si, por mercados e pelo capital dele advindos. A qualidade do café brasileiro e a tradição do país na cadeia produtiva do capital apresenta-se como outro ponto de sinergia entre o Brasil e a China especialmente quando se considera os potenciais chineses para a produção de café.

Estreitar as alianças estratégicas entre o Brasil e a China possibilita o encurtamento da cadeia do café entre os dois países, com a supressão paulatina de tradicionais atravessadores internacionais, como Alemanha, Itália e EUA. Tal atitude melhora o ganho dos atores envolvidos diretamente na produção, comercialização e consumo do café, melhorando a competitividade das cadeias de negócios.

Referências

EUROMONITOR. **China** Disponível em: < <https://www.euromonitor.com/china> >. Acesso em: 13, dezembro de 2019.

ICO. International Coffee Organization. **International Coffee Council** 115th Session. September 28–October 2, 2015. Disponível em <http://www.ico.org/documents/cy2014-15/icc-115-7e-study-china.pdf>

ICO. International Coffee Organization. **Chinese Coffee Industry Report**. 2017. Disponível em <http://www.ico.org/documents/cy201718/Presentations/pscb-china-e.pdf>

LEITE, Alexandre Cesar Cunha. “A industrialização de áreas agrícolas na China: uma consequência do recente desenvolvimento chinês.” **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2013.

LI, C. **China’s emerging middle class: Beyond economic transformation**. Washington, DC: Brookings Institution Press. 2010.

MARSH, L., & Li, H. **The middle class in emerging societies: Consumers, lifestyles, and markets**. London, UK: Routledge. 2016.

MATTINGLY, W. Jesse (2016). **Coffee in China: market trend and consumer demand**. Theses and Dissertations--Agricultural Economics . 37. https://uknowledge.uky.edu/agecon_etds/37. Acesso em 13 de Outubro de 2019.

MIOTTO, A., e Parente, J. Retail evolution model in emerging markets: Apparel store formats in Brazil. **International Journal of Retail and Distribution Management**, 43(3), 242—260. 2015.

PIMENTA, João Ulisses Rabelo; Nacif, Guilherme Augusto Lontra. **China: Alimentos e Bebidas**. ApexBrasil, 2018.

RUI, Wang. O Problema da Demografia Chinesa. Diss. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2011.

SGARROV. **Coffee Culture is Catching On in Tea-Steeped China**. Julho, 2015. Disponível em: <http://theplate.nationalgeographic.com/2015/07/14/coffee-cultureis-catching-on-in-tea-steeped-china/>

SILVA, Aline Costa. **Formulações de Blends de café arábica (C.arabica) para bebida de café expresso: percepção e expectativa sensorial**. Fortaleza. 2009. Disponível em: <<http://www.ppgcta.ufc.br/alinecostasilva.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

THORSTENSEN, Vera e OLIVIERA, Ivan Tiago Machado. (Orgs) **Os BRICS na OMC: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia e África do Sul** / Brasília: Ipea, 2012.

UNCTAD. Opportunities and challenges for the world coffee sector. **Multi-Stakeholder Consultation on Coffee of the Secretary-General of UNCTAD**. Submission of the International Coffee Organization, Palais des Nations, Geneva. 8 April 2009.

ZHU, Ran, **Coffee Market in China**. Theses and Dissertations - Agricultural Economics. 69. 2018. https://uknowledge.uky.edu/agecon_etds/69

Aspectos da produção e exportação cafeeira na região do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste de Minas

在米纳斯三角地区/巴拉那伊巴河
上游地区和米纳斯南方/米纳斯西
南方的咖啡生产和出口方面

Fábio André Teixeira

Isaac Resende Araújo

Julienne de Jesus Andrade Widmarck

Resumo:

O agronegócio é de grande importância para a economia brasileira e, dentre as culturas existentes no Brasil, destaca-se do café. Existem grandes plantações em diversos estados, mas, Minas Gerais merece destaque por possuir duas das mesorregiões que mais produzem e exportam: Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (TMAP) e Sul/Sudoeste de Minas. O presente trabalho busca identificar, se a região do TMAP produz e exporta mais café do que o Sul de Minas, em consonância com o mesmo comportamento do somatório de todos os produtos agrícolas produzidos e exportados por essas mesorregiões. Além disso, este trabalho identifica quais foram os principais municípios produtores e exportadores de café para cada mesorregião, bem como a proporção da produção de café frente as outras culturas. Para isso, foram utilizados dados de produção e exportação do café, e de outras culturas como abacate, abacaxi, alho, algodão, arroz, banana, batata, cebola, cana (no caso da exportação, seus subprodutos: açúcar e álcool), mandioca, melancia, melão, milho, tomate, trigo e uva. Os dados foram tabulados e tratados com o intuito de fornecer um panorama da produção e exportação dessas mesorregiões para que, posteriormente, fossem comparados com a cultura do café. Além disso, foi usada uma ferramenta da econometria espacial para elaborar mapas que possibilitam uma melhor visualização da distribuição dos dados. O estudo comprova que o comportamento do TMAP não é replicado para a cultura do café frente ao Sul de Minas, sendo que, neste contexto, o Sul de Minas produz e exporta mais café que a primeira mesorregião.

Palavras Chave: Café; Exportação; Sul, Sudoeste, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Abstract

Agribusiness is of great importance for the Brazilian economy and, among the existing cultures in Brazil, the coffee culture stands out. With large plantations in several states, Minas Gerais deserves mention for having two of the mesoregions that produce and export the most: Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba (TMAP) and Sul / Sudoeste de Minas. This study seeks to identify if the TMAP region produces and exports more coffee than Sul de Minas, in line with the same behavior of the sum of all agricultural products produced and exported by these mesoregions. In addition, this work identifies the main coffee producing and exporting municipalities for each mesoregion, as well as the proportion of coffee production compared to other cultures. For this, data from production and exports were used in addition to coffee, such as avocado, pineapple, garlic, cotton, rice, banana, potato, onion, cane (in the case of exports, their by-products: sugar and alcohol), cassava, watermelon, melon, corn, tomatoes, wheat, and grapes. The data were tabulated and processed in order to provide an overview of the production and export of these mesoregions so that they could later be compared with the coffee culture. In addition, spatial analysis was used, that is, a tool of spatial econometrics to create maps that would allow a better visualization of the data distribution. It was found that the behavior of TMAP is not replicated for the coffee culture in Sul de Minas, and in this context, Sul de Minas produces and exports more coffee than the first mesoregion.

Keywords: Coffee, Exportation, Sul, Sudoeste, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

摘要

农业综合企业对巴西经济有重大重要性，而在巴西现有的作物中，咖啡是最杰出的。巴西多州有种植园，但是，米纳斯吉拉斯州值得关注因为该州其中有两个最会生产和出口的中区：米纳斯三角/巴拉那伊巴河上游中区（TMAP）与米纳斯南方/米纳斯西南方中区。本项研究试图测定TMAP中区是否生产和出口的咖啡比米纳斯南方，与这些中区所生产和出口的农产品总和具有相同的行为。此外，本篇鉴别各中区里的主要生产和出口市镇，而咖啡和其他作物生产的比率。为此，除了咖啡生产和出口的数据以外，也有使用其他作物的生产和出口的数据，列入：鳄梨、菠萝、大蒜、棉花、米、香蕉、马铃薯、洋葱、甘蔗（在出口的情况下，其副产品为糖和酒精）、木薯、西瓜、甜瓜、玉米、西红柿、小麦和葡萄。数据制成表格并进行处理，以概述这些中区的生产和出口，以便以后将其与咖啡作物进行比较。此外，还使用了空间分析，即使用空间计量经济学的工具来创建地图，以便更好地可视化数据分布。本项研究发现在米纳斯南方的咖啡作物不复制TMAP数据的行为，而在这种情况下，南米纳斯南方生产和出口的咖啡比TMAP中区更多。

关键词：咖啡、出口、南方、西南方、米纳斯三角和巴拉那伊巴河上游地区。

1. Introdução

No que diz respeito ao agronegócio, o Brasil entra em cena como um dos países mais importantes. Isto é devido a sua vasta extensão territorial e as características e diversidades são encontradas em seus biomas. Tais características permitem que o setor alcance uma expressiva participação na economia brasileira, representando aproximadamente 21,1% do produto interno bruto (PIB) total (CEPEA-ESALQ/USP, 2018). Além de ser expressivo no PIB Brasileiro, Santos et. al (2016) relatam que o agronegócio é o setor que mais contribui para manter o saldo da balança comercial positiva, “pois apresenta saldos positivos frequentes se considerados separadamente”. Dessa forma, o setor contribui na economia do país em vários aspectos, seja ao absorver mão-de-obra, ao ofertar produtos para a demanda interna ou ao gerar divisas pela exportação de *commodities*¹ (MARTHA JUNIOR; FERREIRA FILHO, 2012).

Apesar de várias culturas serem cultivadas no país, este trabalho foca apenas na cultura do café, utilizando as demais para fins comparativos. De acordo com Gomes et al. (2005), a cultura do café contribui em larga escala para a geração de empregos e receitas. Além disso, a *commodity* é a principal do estado de Minas Gerais, sendo que o tipo mais cultivado na região é o café arábica (*Coffea arabica*) com cerca de 99,1% da produção total dos grãos (LANDAU, 2018, p. 9). Do Vale et. al. (2014) relatam que a cafeicultura se efetivou no estado de Minas Gerais na década de 1970, superando os principais produtores na época. Este resultado foi obtido através da existência do Plano de Renovação

¹ *Commodity* – Palavra inglesa que significa mercadoria. Utilizada para se referir a bens brutos extraídos da agropecuária ou de extração mineral/vegetal e que são negociados nas bolsas de valores. Ex.: café, suco de laranja, petróleo, alumínio, etc.

e Revigoração dos Cafezais, proposto pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC). Dessa forma, Minas Gerais se tornou um expressivo polo produtor e exportador cafeeiro, com duas mesorregiões de destaque: Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste de Minas.

O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba produz e exporta um volume maior de produtos agrícolas que o Sul/Sudoeste de Minas. Diante disto, o objetivo principal foi buscar identificar se há um mesmo comportamento para a cultura do café comparativamente as demais culturas, que possibilitem extrapolar as análises para as duas mesorregiões. Especificamente, listaram-se os municípios que mais produzem e exportam a cultura e identificou-se qual a proporção da produção de café em relação as outras culturas. A justificativa desse trabalho se dá na carência de estudos de análise econômico-financeiros da cultura de café para as áreas escolhidas, uma vez que na literatura, encontram-se, em sua maioria, estudos voltados para as áreas de experimentação e melhoramento genético.

2. A cultura do café nas mesorregiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste de Minas Gerais

A primeira muda de café chegou ao Brasil em 1727, vindo na bagagem do Sargento-Mor Francisco de Mello Palheta, que foi enviado a Guiana Francesa então pelo governador do Maranhão e Grão Pará com essa missão (Conapainha Nacional de Abastecimento - CONAB, 2010). Para conseguir a muda da planta, foi necessário que Palheta se aproximasse da esposa do governador de Caiena, capital da Guiana Francesa. Desta forma, obteve-se a muda que foi trazida clandestinamente em sua bagagem, visto que a saída de sementes e mudas do país era proibida (ABIC, s/d).

Após chegar no Brasil a muda foi plantada no estado do Pará e, graças às condições climáticas, o café se expandiu nos estados do Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo e Rondônia (MATIELLO et al., 2005). Com o passar dos anos, rapidamente o café passou de uma posição relativamente secundária para a de produto-base da economia brasileira (SREENATH, 2000).

Através do estabelecimento da cultura no Vale do Paraíba, região que abrange o sul do Rio de Janeiro e o norte de São Paulo, um novo ciclo econômico emergiu no país, aumentando significativamente a produção e dando início às exportações, que até então era em pequenas escalas, com um volume

de aproximadamente 79 arrobas na sua primeira exportação. Em 1808, as exportações atingiram um número mais significativo, chegando a 80 mil arrobas (MARTINS, 2012), e, em 1830, o produto já era o mais exportado pelo Brasil, desbancando o ouro e o açúcar (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2017).

Ao avançar pelo Vale do Paraíba e chegar à Campinas, o Brasil se torna, em 1860, uma grande potência exportadora de café com 26 milhões de pés plantados (ABIC, s/d), possibilitando que, por muitos anos, o café exercesse uma grande influência para a geração de riqueza. Tal fato resultou num aceleração do desenvolvimento do país, fortificando as relações comerciais internacionais. Cidades emergiram nos vales, montanhas e interiores dos estados, surgindo bancos e casas bancárias e, também, a industrialização na Região Centro-Sul, principalmente em São Paulo e Paraná.

Desde o início do século XX, as decisões relacionadas ao desenvolvimento do complexo agroindustrial brasileiro estiveram ligadas as questões macroeconômicas, devido a importância do café para a geração de receitas no país (SAES, 1995, p. 4). A autora ainda complementa que, através da restrição da oferta e valorização dos preços, buscava-se aproveitar a vantagem que o país possuía por sua posição de quase monopólio do mercado internacional do café. Essa vantagem foi adotada unilateralmente pelo Brasil e aproveitada até meados de 1960. Porém, os altos preços atraíram novos produtores (concorrentes), resultando na perda de parte da participação no mercado internacional da *commodity*.

Em 1962, surgiu o Acordo Internacional de Café (AIC) que por meio de uma cláusula econômica, regulava o sistema de quotas determinando a oferta internacional do produto. O acordo vigorou até no final da década de 80, sendo que nessa época houve dois eventos que mudaram o rumo da cultura no país. Conforme Saes (1995), a primeira trata-se do fim da cláusula econômica do AIC; e a segunda está relacionada a uma desregulamentação interna, com a extinção do Instituto Brasileiro de Café (IBC) e o fim do tabelamento de preços. Com essas mudanças e com o excesso da oferta internacional da *commodity*, houve uma queda dos preços no mercado internacional. A recuperação só veio em 1993, após a decisão de 30 países produtores – incluindo o Brasil – de adotarem uma política de retenção de 20% das exportações (SAES, 1995). Observa-se, portanto, que ao longo de sua trajetória “a cafeicultura brasileira passou por relevantes mudanças geográficas e estruturais e, alternadamente, por momentos de crise e pujança, sempre mantendo sua importância relativa para o desenvolvimento brasileiro” (VILELA; RUFINO, 2010, p. 15).

Conforme a Tabela 1, o Brasil é, atualmente, o maior produtor de café, seguido pelo Vietnã, Indonésia, Colômbia e Etiópia. Este resultado é possível graças à junção dos fatores climáticos com a vasta disponibilidade de mão de obra humana bem como a terra propícia para cultivo e o desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas no campo. Conforme Ribeiro (2005), essa junção gera competitividade para o café brasileiro, pois ela permite que os custos produtivos sejam reduzidos, principalmente em se tratando do café arábica, a espécie de café que o país mais produz. Por outro lado, o autor ainda argumenta que os baixos custos produtivos não estimulam a produção de cafés especiais, “com processos de produção, colheita e processamentos mais sofisticados; desta forma, a expansão da produção se deu com a produção de cafés de menor qualidade dos grãos.”

Tabela 1:
*Produção total dos países exportadores
(em milhares de sacas de 60kgs)*

PAÍS / ANO	2015	2016	2017	2018	MÉDIA
Brasil	52.871	56.788	52.740	62.500	56.225
Vietnã	28.737	25.540	30.408	300	21.246
Indonésia	12.585	11.541	10.802	10.200	11.282
Colômbia	149	14.634	13.816	13.950	10.637
Etiópia	6.714	7.297	7.454	7.500	7.241
Honduras	5.786	7.457	7.560	7.450	7.063
Índia	5.830	6.161	5.813	5.200	5.751
Uganda	3.650	4.962	4.797	4.900	4.577
Peru	3.304	4.223	4.279	4.400	4.052
México	2.772	3.635	4.485	4.500	3.848
Guatemala	3.410	3.684	3.734	3.900	3.682
Nicarágua	2.130	2.555	2.617	2.500	2.451
Costa Rica	1.440	1.372	1.561	1.595	1.492
Costa do Marfim	1.289	817	1.474	1.600	1.295
Tanzânia	930	846	783	1.175	934

Fonte: Adaptado pelo autor, com dados da International Coffee Organization©.

O uso de mão de obra na cafeicultura destaca-se pela sua intensidade, uma vez que são gerados cerca de 8 milhões de empregos no país (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2017), “proporcionando renda, acesso à saúde e à educação para os trabalhadores e suas famílias”. No entanto, Teixeira (2000) lembra que a legislação trabalhista, que trata dos trabalhadores rurais, tem inibido a utilização dessa mão de obra, principalmente da assalariada, uma vez que os ônus referentes desmotivam a sua utilização pelos produtores rurais. Do Vale et al. (2012) explicam que a rigidez dessa legislação se faz necessária devido ao fato de que esses trabalhadores eram – e são até hoje – vítimas de exploração, pois nessas fazendas eles estão sujeitos a condições de moradia e de trabalho precárias.

Quando se avalia a cadeia produtiva do café, esta é curta e pouco complexa, porém com grande número de participantes (RIBEIRO, 2005, p. 23). Fazem parte desta cadeia:

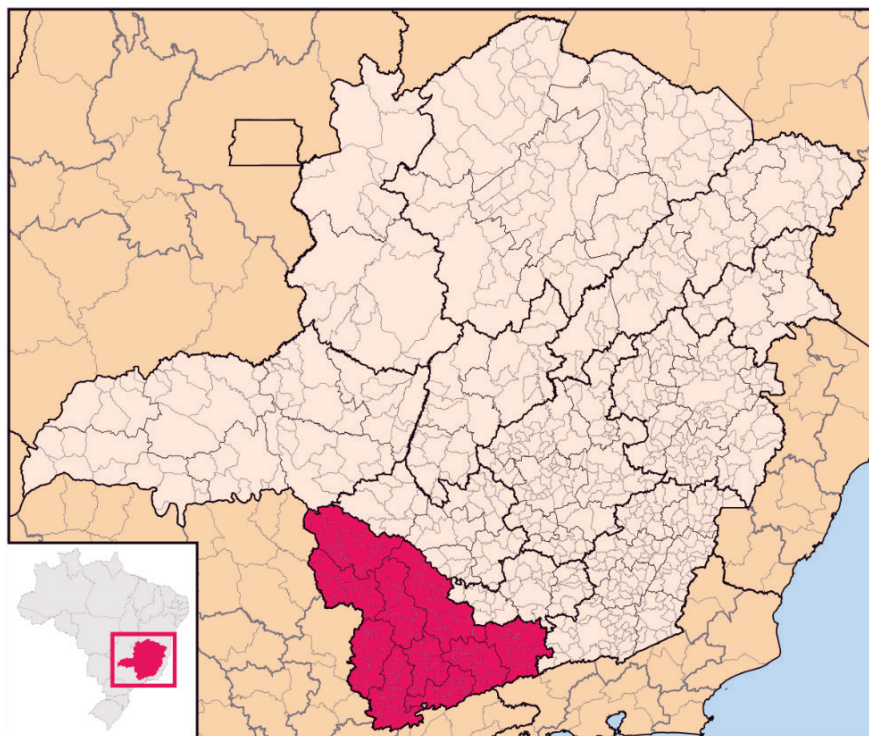
os fornecedores de insumo e setor industrial (a montante da produção agrícola), o setor agrícola que engloba a produção de café nas propriedades agrícolas, o setor exportador de café em grão, a indústria de beneficiamento e processamento do café torrado e moído e a indústria de processamento de café solúvel. (RIBEIRO, 2005, p. 24)

Observa-se que três produtos possuem interesse comercial dentro dessa cadeia: o café natural (em grãos); o café processado (torrado e moído) e o café solúvel. Ribeiro (2005), destaca que o café torrado e moído não possui grande inserção no exterior pois “as empresas de moagem e torrificação se desenvolveram para atender as demandas do mercado interno, sem estratégia de atendimento e expansão para o mercado externo”. Em sua maioria essas empresas são de pequeno porte e concentram-se em atuação regional, o que as impossibilita de acompanhar as marcas externas.

2.1. A Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

A mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é formada por 66 municípios, dispostos em uma área de 93.179,84 km². Conta com aproximadamente 2.434.202 habitantes (estimativa do IBGE para o ano de 2019) e produz um PIB de R\$ 95.160.078.303,93 (IBGE, 2016). A Figura 2 ilustra a localização da mesorregião no Estado de Minas Gerais.

Figura 1:
*Localização da mesorregião do Triângulo Mineiro/
Alto Paranaíba no Estado de Minas Gerais*



Fonte: Wikipedia.

Saes et al. (1997) dizem que a região possui estações bem definidas e altitudes entre 820 e 1000 metros, chuvas concentradas nos meses de setembro a abril, com índice pluviométrico que variam entre 1.200 e 1.800 milímetros anuais, favorecendo assim o cultivo do café e proporcionando maior qualidade ao produto final.

No início da década de 60, através de uma política que visava modernizar a cultura de café no país, motivada também por fortes geadas que atingiram as regiões produtoras tradicionais, objetivou-se erradicar as lavouras de café de baixa qualidade e a seleção dos cafezais de maior produtividade e qualidade (ORTEGA 2011, p. 775). Nessa época, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba passou a ser uma região prioritária no incentivo a cafeicultura nacional. Conforme explica Ortega (2011), através da implantação do Plano de Renovação e Revigoreamento de Cafezais (PRRC), objetivou-se elevar a produção e produ-

tividade do café em áreas com climas favoráveis e menos propensas a geadas. A partir dessa iniciativa, microrregiões como as de Patos de Minas, Uberlândia e Patrocínio foram beneficiadas com os recursos, alavancando, assim, a produção cafeeira na mesorregião.

A Revolução Verde; um movimento que aconteceu entre os anos 60 e 70, com o intuito de subsidiar créditos agrícolas, também teve um papel importante na expansão da agricultura da mesorregião, através de dois programas: o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PROCEDER) (DoVale et al., 2012). De acordo com os autores, esses programas objetivaram produzir grãos e outras culturas no cerrado através do uso de tecnologias de ponta, tanto para correção do solo quanto para disseminação de novas espécies e sementes adaptadas para o solo ácido do cerrado. Carneiro et al. (2005) complementam que esse conjunto de técnicas e tecnologias tiveram um importante papel na disseminação não só do café, mas também de outras culturas como: soja, algodão e milho.

Por duas décadas essa região se manteve forte na produção da *commodity*, até que com a desregulamentação do setor e o fim do IBC houve um forte revés. Para contornar a situação, os produtores resolveram fundar associações e uma que merece destaque é o grupo denominado Conselho das Associações de Cafeicultores do Cerrado (CAC CER). Saes et al. (1997) dizem que a associação nasceu com o intuito de valorizar a qualidade do café produzido na região, através da articulação de programas de *marketing* e também pelo acompanhamento intensivo de assistência técnica e comercial aos produtores.

O café produzido nessa área tem um *terroir*² singular, com uma definição perfeita das estações climáticas, sendo o verão quente e úmido e inverno ameno seco, resultando num café com identidade única e alta qualidade, aroma intenso, com notas de caramelos e nozes, acidez delicada e cítrica, encorpado, sabor doce com notas de chocolate e finalização de longa duração (CAFÉ DO CERRADO, s/d). Essa forma de produção nessa área específica agrega valor ao produto e poder de negociação junto a mercados internacionais e nacionais, fazendo com que o mesmo seja reconhecido e exportado mundialmente. Além disso, Ortega (2011) complementa que a irrigação é outro fator importante que

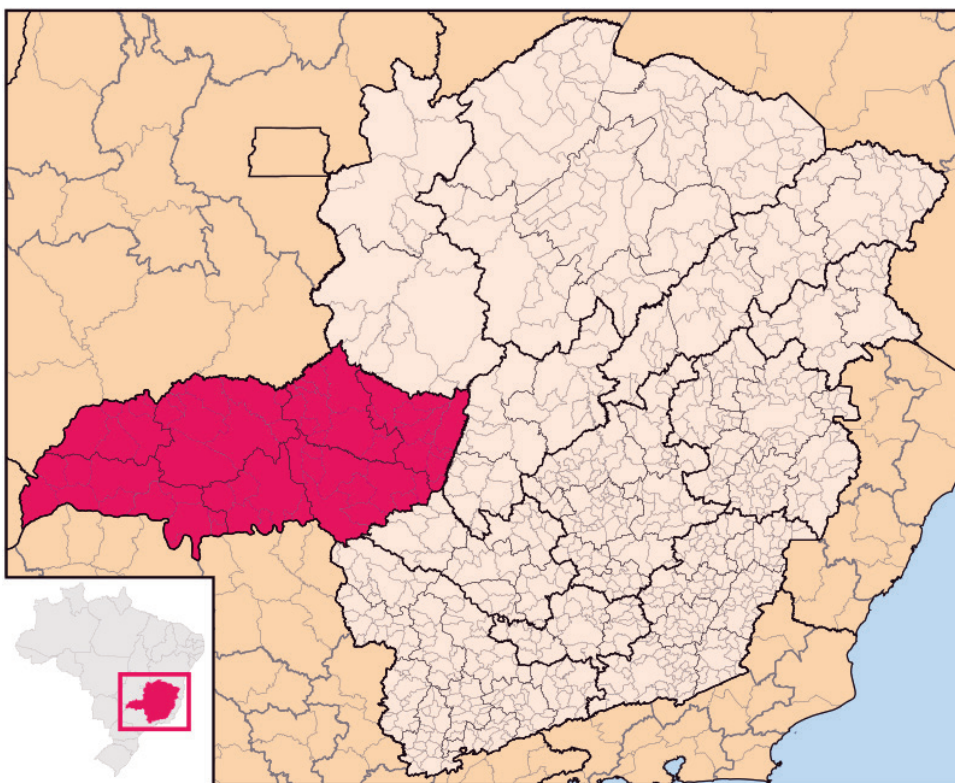
² Terroir (palavra de origem francesa que significa “solo”) é o conjunto de características especiais que a geografia, geologia e o clima de um determinado lugar, interagindo com a genética da planta, expressam em forma de sabor e aroma em produtos agrícolas como: vinho, café, chocolate, tomate, etc.

contribuiu para a qualidade do café do cerrado. Devido ao seu uso no momento da florada, possibilitou-se uma uniformização do amadurecimento dos frutos, favorecendo, assim, o uso de máquinas na colheita.

2.2. A Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas

O Sul/Sudoeste de Minas é composto por 146 municípios que ocupam uma área de 49.489,15 km². Possui aproximadamente 2.611.533 habitantes (estimativa do IBGE para o ano de 2019) e um PIB de R\$ 70.187.606.168,90 (IBGE, 2016). A Figura 1 ilustra a localização da mesorregião no Estado de Minas Gerais.

Figura 2:
Localização da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas no Estado de Minas Gerais



Fonte: Wikipedia.

Conforme Silva et al. (2001), a maioria dos municípios de Minas Gerais possui como base de suas economias a cultura do café, e esta é considerada um fator de desenvolvimento regional, sendo que a Região Sul/Sudeste de Minas possui 38% da produção total do estado. Ressalta-se que o café produzido pela região é o café arábica, conhecido também como café de altitude, e este contribui para que o estado se torne o maior produtor desse tipo de café, sendo responsável por cerca de 15,5 milhões de sacas (IBGE, 2007).

Alguns fatores elencados por Silva et al. (2001, p. 9) explicam a evolução do processo agroindustrial da cultura nessa região, como “a existência de financiamento, assistência técnica, introdução de novas tecnologias, aumento das exportações, aumento dos preços internacionais e a renovação da cafeicultura via apoio governamental”. Sendo assim, Do Vale et al. (2012) concluem que o resultado gerado é uma expansão da área plantada e um aumento da lucratividade do café na mesorregião, destacando a tecnologia, que foi de extrema importância para que a região se tornasse competitiva, com boa estrutura comercial, possibilitando que cooperativas trouxessem insumos para as áreas de produção do café.

O relevo acidentado da mesorregião faz com que a cafeicultura seja destacada pela “elevada densidade do trabalho nas operações de cultivo devido à impossibilidade topográfica de desenvolver uma agricultura mais mecanizada e poupadora de mão de obra” (VILELA; RUFINO, 2010). A partir disso, Teixeira (2000) diz que os produtores dessa região lidam com graus reduzidos de flexibilidade de ajustamento no uso de insumos, recursos financeiros e trabalho, no curto e médio prazo, levando, pelo menos no curto prazo, a uma baixa elasticidade de substituição de trabalho por recurso financeiro.

Por apresentar uma região montanhosa, a região do café é mais voltada para cafés especiais, orgânicos e ecológicos do que nas regiões de relevo plano, como nas áreas do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Teixeira (2000, p. 18) complementa que este fato é resultado da “grande concentração de pequenos agricultores e de propriedades familiares, a sua localização estratégica em termos de mercados consumidores e de corredores de exportação e sua tradição na produção de café”.

Outro elemento que proporciona vantagens para a mesorregião, no que tange a produção e comercialização de café, é a presença de aglomerados de cooperativas como: a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (COOXUPÉ), a Cooperativa Regional de Cafeicultores em São Sebastião do Paraíso (COOPARAÍSO), a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda. (COCATREL) e a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha Ltda. (Minasul). Essas cooperativas permitem a comercialização

do café produzido – tanto em nível nacional quanto internacional – e que os agricultores tenham acesso a insumos de produção e assistência técnica.

3. Metodologia

Este trabalho se caracteriza como exploratório, uma vez que busca entender e adquirir maior familiaridade com o comportamento da cultura de café nas mesorregiões. Gil (1999) caracteriza esse tipo de pesquisa como aquela que “tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias.”

A natureza do trabalho é do tipo quantitativo, pois, recorre-se a dados numéricos brutos para compreender a realidade da cultura do café. Conforme Richardson (1989), este tipo de pesquisa se caracteriza pelo emprego da quantificação, tanto na coleta de informações quanto no tratamento delas, seja através de ferramentas estatísticas mais simples ou complexas.

3.1. Fonte dos dados

Em relação aos dados utilizados, extraiu-se os de produção obtidos na Pesquisa Agrícola Mensal (PAM) de 2018, através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes às regiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste de Minas onde se coletaram dados de produção (toneladas e rendimento da produção em R\$) entre os anos de 2000 e 2018 das seguintes culturas: abacate, abacaxi, algodão, alho, arroz, banana, batata-inglesa, café, cana, cebola, mandioca, melancia, milho, tomate, trigo e uva. Tais culturas foram escolhidas levando em consideração os relatórios de exportação de Minas Gerais disponibilizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e, através da análise desses relatórios, chegou-se na relação das principais culturas exportadas pelas duas mesorregiões.

Por outro lado, os dados de exportação foram coletados através do Sistema de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (COMEXSTAT), a partir do qual se extraíram os dados de exportação (peso líquido e valor exportado em US\$ FOB³) das culturas previamente mencionadas, também durante o mesmo período.

³ A sigla FOB significa *free on board* e em português pode ser traduzida por “**Livre a bordo**”. Neste tipo de frete, **o comprador assume todos os riscos e custos** com o transporte da mercadoria, assim que ela é colocada a bordo do navio. Por conta e risco do fornecedor fica a obrigação de colocar a mercadoria a bordo, no porto de embarque designado pelo importador.

3.2. Tratamento dos dados

Dados referentes a cebola e ao alho encontram-se agregados, isto é, o COMEXSTAT não os contabiliza separadamente, e o mesmo acontece com a cultura da melancia e do melão. Sendo assim, com o objetivo de deixar os dados uniformizados, optou-se por mesclar os dados de produção dessas culturas, gerando as variáveis CebAlho, para cebola e alho, e MeMel, para melancia e melão.

Salienta-se, também, que a cana *in natura* não é um produto na pauta das exportações. Portanto, para suprir os dados referentes a este produto agrícola, utilizou-se os dados de dois de seus principais subprodutos para criar a variável CP.Cana: açúcar e álcool/etanol. Esta escolha não se deu de forma arbitrária e também foi considerada a partir dos relatórios da pasta de Minas Gerais do MAPA.

Os dados extraídos foram tabulados e tratados com o intuito de fornecer um panorama da produção e exportação das culturas, com o enfoque na cultura do café. A etapa seguinte se deu no *software* Stata, onde se criaram as variáveis pcafe, isto é, a porcentagem de produção de café sobre a produção agrícola total nesse período, e a variável tonelada, que se trata da divisão do peso líquido (em quilos) exportado de café por 1000. Se tratando dos dados de produção, não foi necessária a conversão de quilos para toneladas, dado que os dados extraídos já vieram nessa mesma unidade de medida.

Assim, depois de determinar o avanço da produção e exportação de café das mesorregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul / Sudoeste de Minas, aplicou-se uma ferramenta da econometria espacial, denominada análise espacial, através dos comandos *shp2dta* e *spmap* para a construção dos mapas. Em outras palavras, foi escolhida a aplicação de análise geográfica dos dados como metodologia. Para Neder (2011), o uso da econometria espacial na confecção de mapas e compreensão das variáveis, proporciona um entendimento mais detalhado da realidade, visto que há dentro de uma mesorregião um alto grau de heterogeneidade.

Pisati (2014) mostra a funcionalidade do comando *shp2dta*, que foi desenvolvido por Kevin Crow, como o conversor de arquivos *shapefiles* em pares de conjuntos de dados para o software Stata 13, pois ele atribui coordenadas geográficas para os dados. Por outro lado, o comando *spmap*, criado por Pisati, permite uma visualização de diversos tipos de análises de dados espaciais, fazendo com que eles sejam mostrados em forma de mapas temáticos.

Portanto, utilizando-se da metodologia descrita, foi possível a construção de mapas que mostram a evolução da produção e exportação do café nos anos

de 2000 e 2018 nas mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste de Minas, listar os municípios mais importantes nesses aspectos e elaborar tabelas que mostram e comparam os dados da produção e exportação de café em relação às outras culturas.

4. Resultados

4.1. Produção e exportação no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

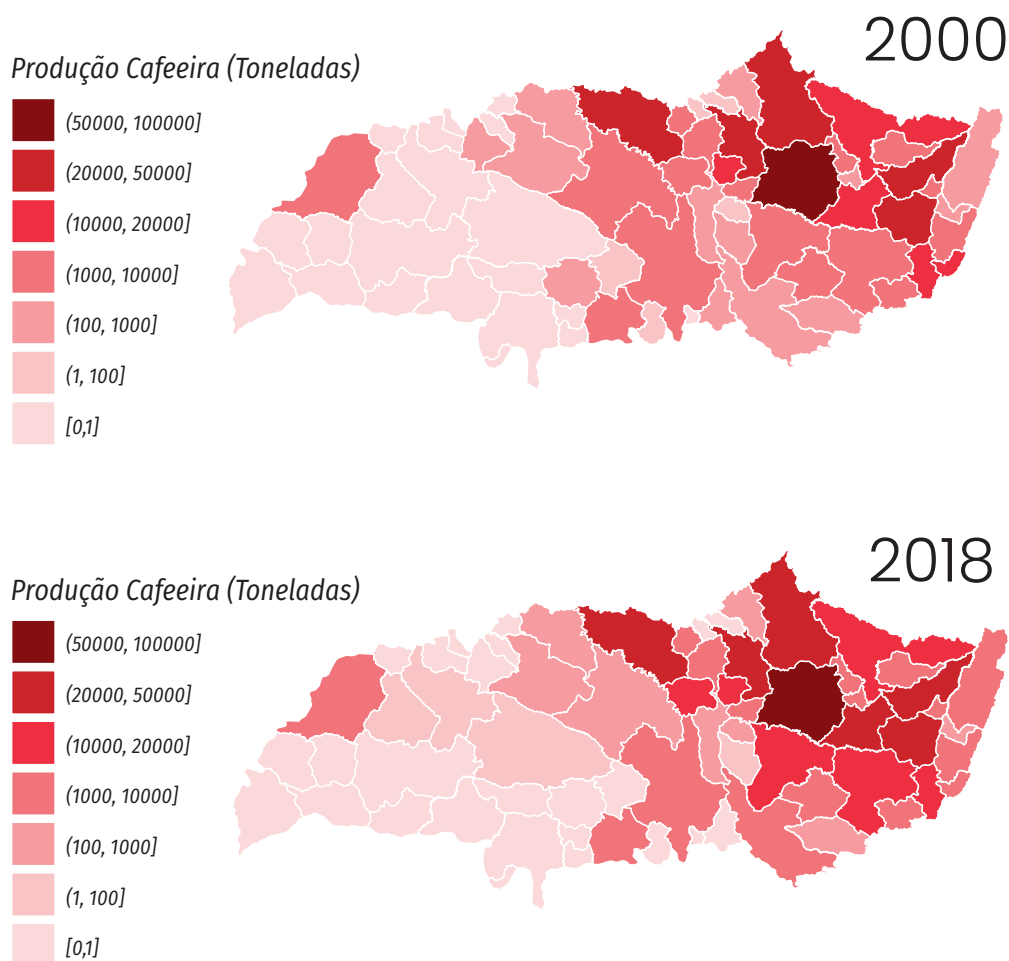
A Figura 3 mostra a evolução da produção de café na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. A partir da análise verifica-se que em 2000 a mesorregião possuía 48 municípios produtores de café e juntos produziram 353.369 toneladas, com destaque para Patrocínio, que produziu 16,41% (58.003 t) do total da região, seguida por Araguari 9,77% (34.554 t), Monte Carmelo 8,60% (30.420 t), Coromandel 6,85% (24.225 t), Carmo do Paranaíba 6,35% (22.240 t) e Rio Paranaíba 6,02% (21.291 t).

Em 2018 percebe-se que o número de municípios produtores caiu para 41, o que não significa uma redução da produção, uma vez que o total produzido pelos municípios produtores aumentou em 10,11% (389.307 t). Patrocínio continua sendo destaque para a mesorregião com 21,28% (82.830 t) da produção total, o que significa um aumento de 42,80% em relação ao ano base. Em segundo lugar, vem Serra do Salitre com 9,69% (37.721 t), seguido por Monte Carmelo 7,78% (30.307 t), Araguari 7,60% (29.568 t), Rio Paranaíba 6,70% (26.072 t), Carmo do Paranaíba 5,96% (23.220 t) e Coromandel 5,45% (21.210 t).

A partir desta primeira análise, percebe-se que, nesse período, Patrocínio manteve sua liderança no quesito produção, seguido por Araguari, Monte Carmelo, Rio Paranaíba, Carmo do Paranaíba e Coromandel. Estes apenas variaram suas posições no *ranking* nos dois períodos de análise.

Figura 3:

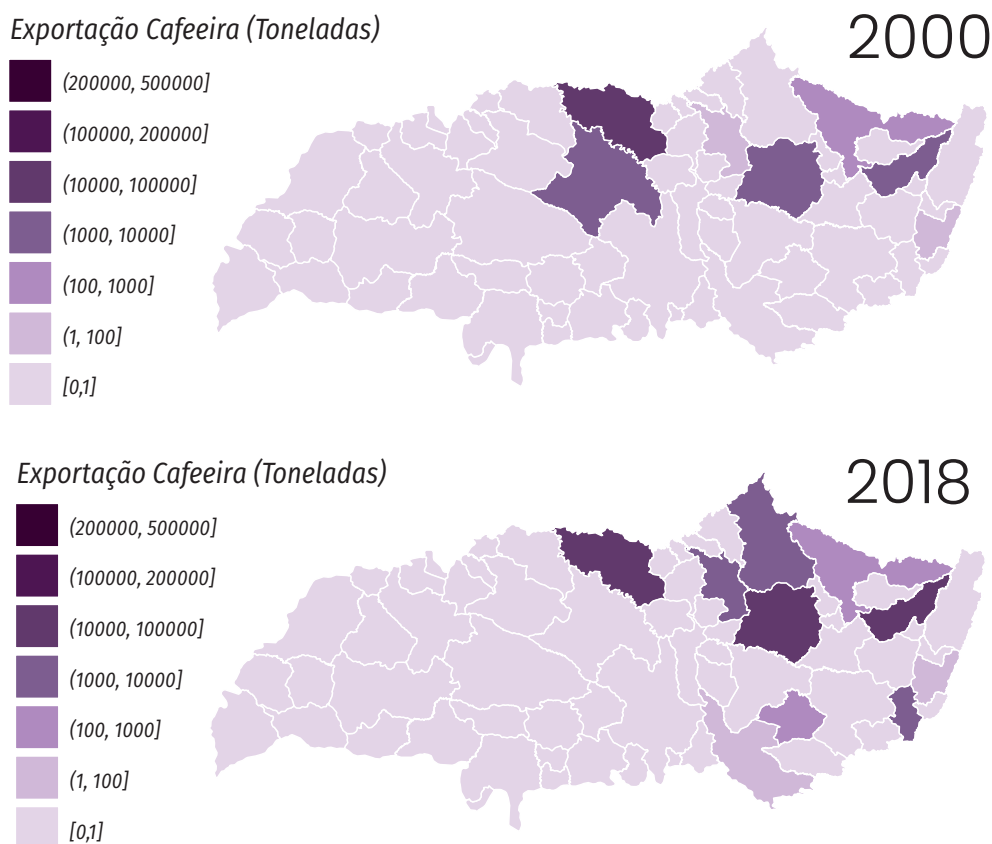
*Evolução da produção de café no Triângulo Mineiro/
Alto Paranaíba em toneladas*



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da PAM/IBGE através do STATA®

Ao avaliar os dados das exportações, à primeira vista percebe-se que na Figura 4, há um número bem menor de municípios exportadores de café se comparado ao mapa de municípios produtores. Em 2000, apenas 7 municípios exportaram, totalizando 35.696,1 toneladas, sendo que os principais foram: Araguari com 53,89% (19.235,8 t) do total exportado, seguido por Carmo do Paranaíba 16,81% (6.000 t), Patrocínio 15,26% (5.446,4 t) e Uberlândia 13,30% (4.746 t). Juntos, esses municípios representaram 99,25% das exportações da mesorregião para o ano.

Figura 4:
Evolução das exportações de café no Triângulo
Mineiro/Alto Paranaíba em toneladas



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados do COMEXSTAT/MDIC através do STATA®

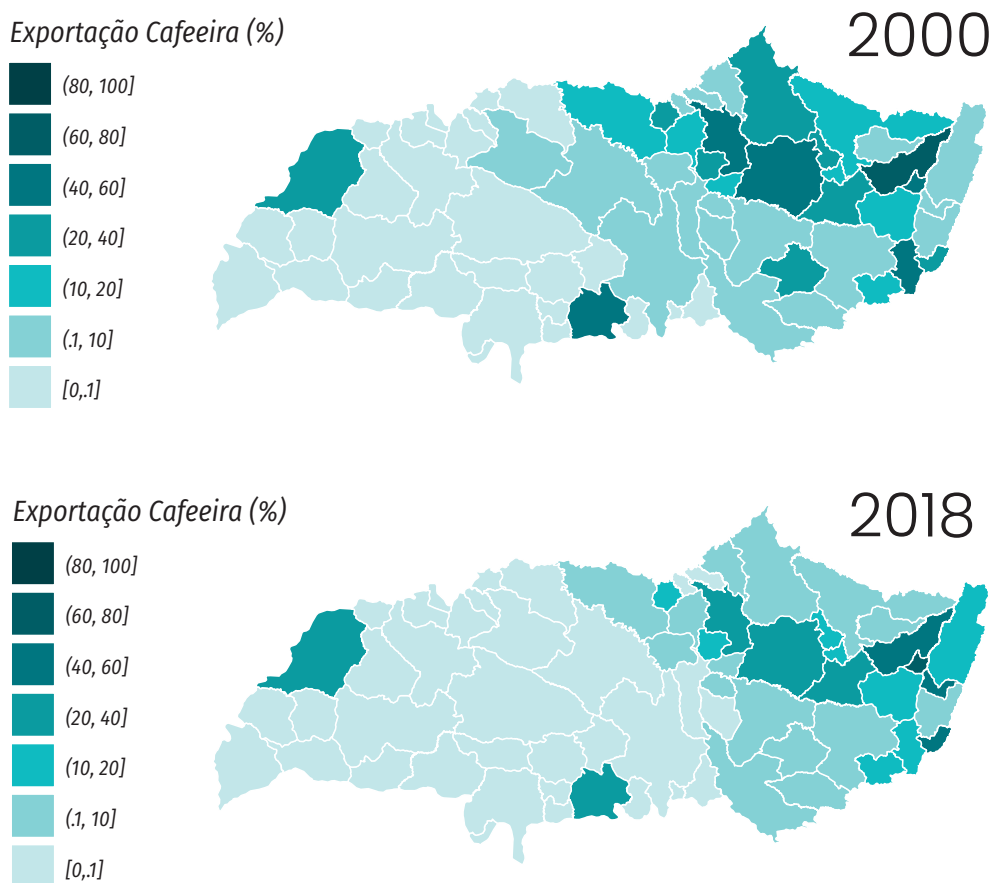
Em 2018, o número de municípios exportadores sobe para 10, totalizando 123.505,5 toneladas exportadas. Isto significa um aumento de 245,99% no volume exportado em relação ao ano 2000. Tal fato pode estar relacionado ao expressivo aumento de 1.195,65% das exportações do município de Patrocínio, que atualmente ocupa o primeiro lugar no quesito exportação na mesorregião, com 57,13% (70.566 t) do volume exportado em relação ao volume total exportado pelos municípios do TMAP. Em sequência tem-se: Araguari com 19,48% (24.059,4 t), Carmo do Paranaíba 17,34% (21.418 t), um aumento de 256,96% se comparado ao ano 2000, sendo, então, outro município que

contribuiu para o expressivo aumento do volume exportado da mesorregião e Monte Carmelo 3,35% (4.141,9 t). Esses municípios representam 97,31% do total exportado pela mesorregião no período analisado.

A Figura 5 apresenta a proporção da produção de café em relação as outras culturas. Sendo assim, observa-se que, em 2000, os municípios que mais dedicaram suas terras à produção de café são: Carmo do Paranaíba com 65,82% da produção voltada para a cultura, seguida por Conceição das Alagoas (54,55%), Arapuá (53,06%), Patrocínio (44,58%) e Monte Carmelo (44,58%). Percebe-se que, embora Patrocínio seja a município que mais produz e exporta da mesorregião, ele não é o que mais se dedica apenas a essa cultura, uma vez que a área destinada a plantação é dividida, em sua maior parte, com a cultura do milho e da soja.

Figura 5:

Proporção da produção de café sobre a produção agrícola total no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba em %



Em 2018, houve uma mudança de cenário, visto que o município que mais dedicou suas terras a plantação de café foi Arapuá, com 77,47% da área destinada a plantação suprido com a cultura. Em sequência tem-se: Santa Vitória (58,38%), Matutina (51,86%), Santa Rosa da Serra (48,65%), Carmo do Paranaíba (46,51%), Conceição das Alagoas (32,85%) e Patrocínio (30,02%). Para os três primeiros municípios, observa-se que, a maior parte da sua economia depende da cultura do café e isso faz com que, em tempos de crise no complexo cafeeiro, estes municípios fiquem prejudicados com uma possível queda no volume de renda. Tal fato já não aconteceria com o município de Patrocínio, pois sua economia não depende totalmente da cultura do café, se apoiando, também, nas culturas do milho e da soja, sendo que esta última cresceu 671,42% no período analisado.

4.2. Produção e Exportação no Sul/Sudoeste de Minas

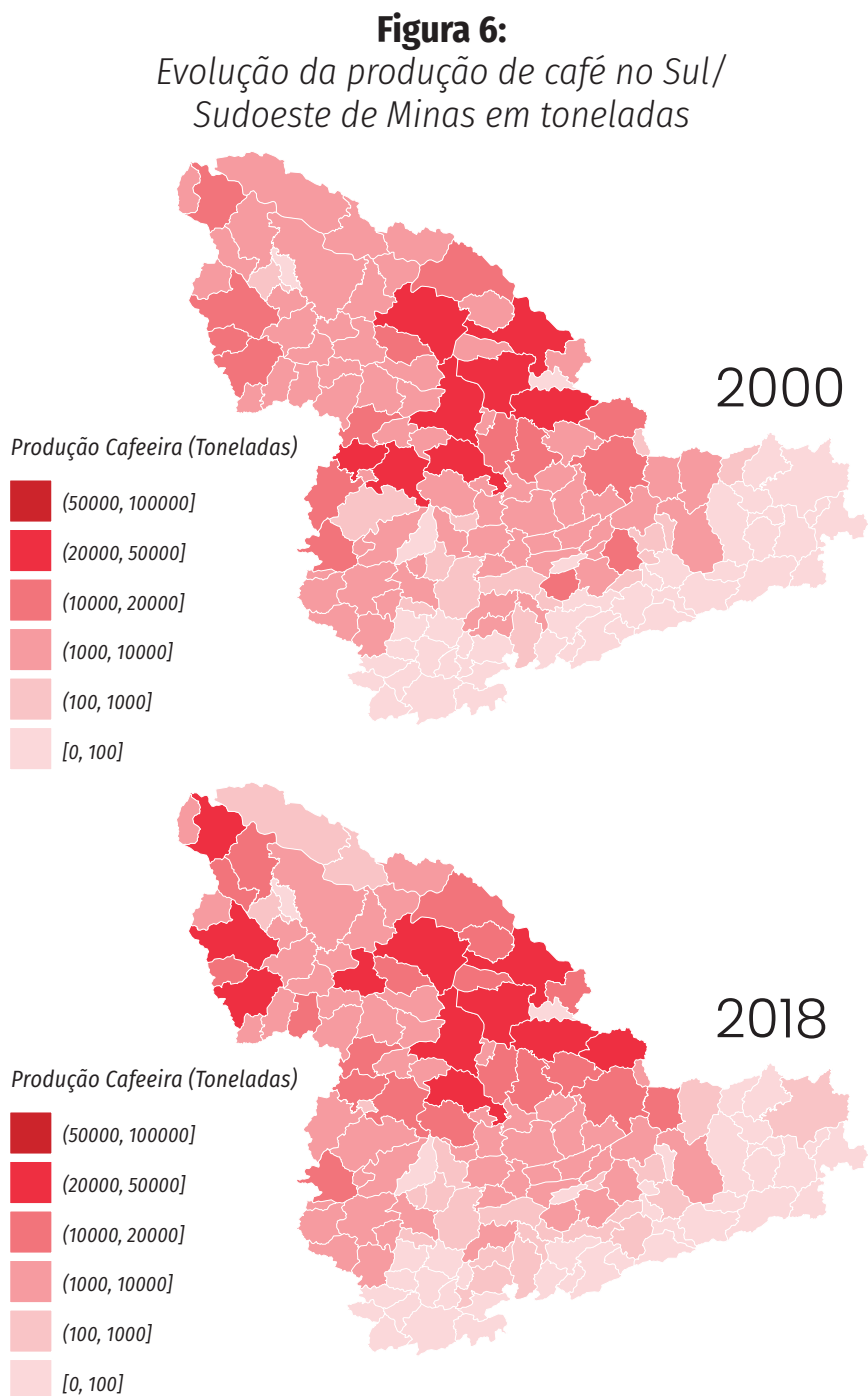
Na Figura 6 observa-se que a maioria dos municípios da mesorregião foram produtores de café no ano 2000. No total foram 137 municípios produzindo de uma a 42.000 toneladas, somando cerca de 733.025 toneladas no período. Percebe-se, que há uma heterogeneidade da produção cafeeira na mesorregião, sugerindo a existência de uma possível tradição na produção da cultura.

Em primeiro lugar, tem-se o município de Campos Gerais, que produziu 42.000 toneladas, representando 5,73% do total produzido no ano. Em sequência vem: Três Pontas 4,90% (35.904 t), Machado 4,42% (32.400 t), Carmo do Rio Claro 4,13% (30.240 t) e Alfenas 4,09% (30.000 t). Embora esses municípios sejam os que produziram acima de 30.000 toneladas no período, juntos, eles representam apenas 23,27% da produção total. Isso reforça a característica de homogeneidade da produção na mesorregião, pois, na sequência, há 108 municípios que representam de 0,10% a 4,00% da produção total do período.

Para 2018, houve um aumento na produção total de 15,42% (846.088 t) em relação ao ano base, embora o número de municípios produtores tenha caído para 120, assim como na mesorregião do TMAP. Três Pontas assume a primeira colocação, representando 5,12% (43.290 t) da produção, ou seja, um aumento de 20,57% em relação ao ano base. Na sequência tem-se: Campos Gerais 4,68% (39.560 t), Machado 4,24% (35.912 t) e Ibiraci 4,08% (34.500 t). Esses municípios representam apenas 18,11% do total, pois, na sequência, há 105 municípios representando de 0,10% a 4,00% do total produzido.

Em resposta ao objetivo principal deste estudo, que é verificar se o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba reproduz para o café o mesmo comportamento de produzir e exportar mais produtos agrícolas que o Sul/Sudoeste de Minas, pode-se, nesse primeiro momento, observar que, quando se trata da produção de café não

existe o mesmo comportamento, pois nesse período o Sul/Sudoeste de Minas produziu uma média de 2,12 vezes mais que o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.



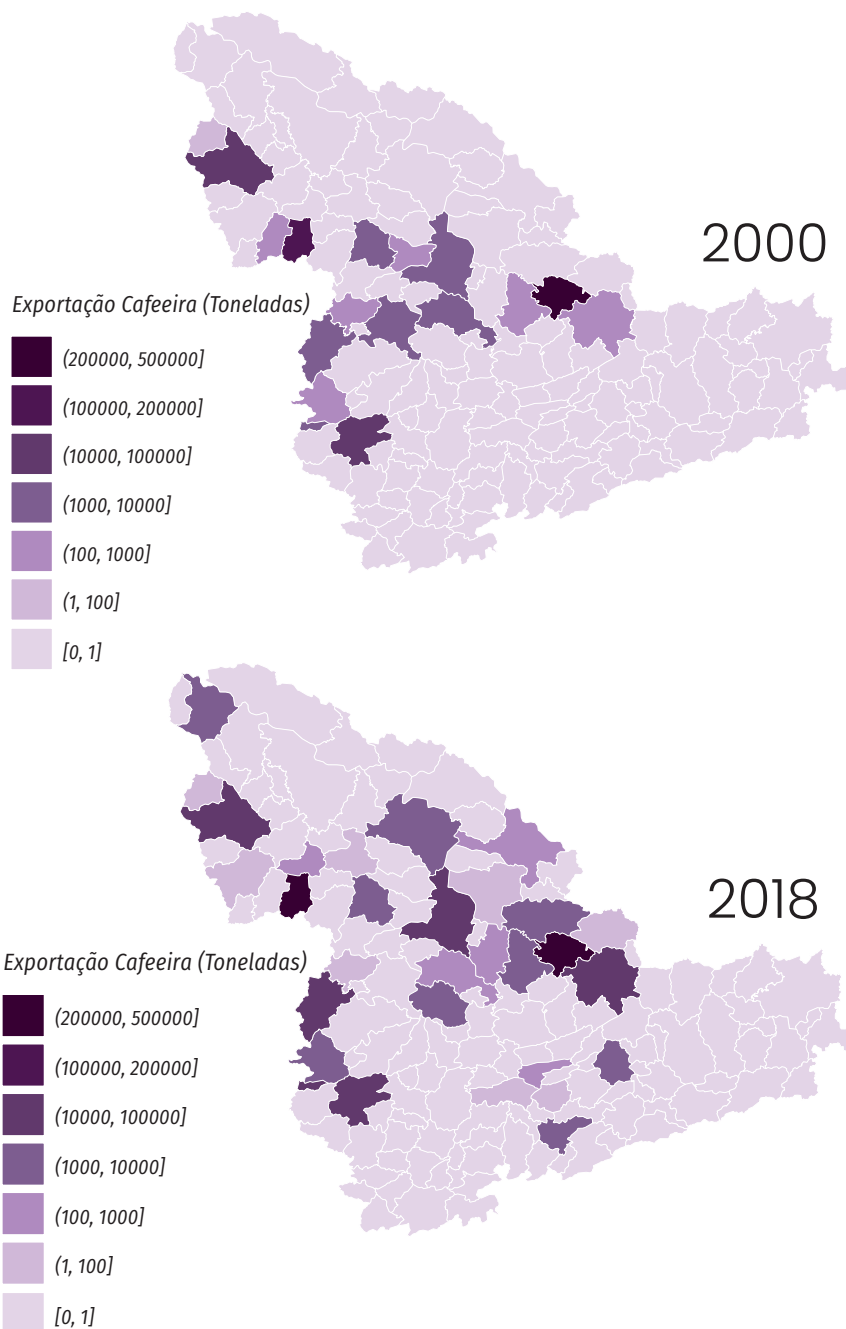
Fonte: Elaborado pelo autor com dados da PAM/IBGE através do STATA®

Em se tratando das exportações, a Figura 7 mostra um comportamento semelhante ao do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, devido ao menor número de municípios exportadores comparado aos municípios produtores.

No ano 2000, a exportação da mesorregião totalizou 480.943,5 toneladas, espalhadas em 17 municípios, sendo que o que mais exportou foi Varginha, representando 57,86% (241.122,7 t) do total exportado. Na sequência tem-se: Guaxupé 24,11% (100.471,31 t), Ouro Fino 5,49% (22.863,6 t) e São Sebastião do Paraíso 5,37% (22.378,02 t). Esses municípios absorvem 92,82% das exportações totais.

Em 2018, houve um aumento no número de municípios exportadores, chegando a 30 municípios. O total exportado pela mesorregião também aumentou consideravelmente, chegando no valor de 896.606,7 toneladas, isto é, 86,42% a mais que no ano anterior. Tal aumento pode ser justificado pelo incremento de 67,40% no volume exportado por Varginha, que continuou sendo o maior exportador da mesorregião, absorvendo 45,02% (403.647,3 ton) do total exportado. Além disso, o aumento de 153,91% do volume exportado por Guaxupé em relação ao ano base, que também se manteve em segundo lugar com 28,45% (255.112,4 t), justifica o incremento do volume exportado. Apesar de, em toneladas, o número ser maior que o do ano base, a proporção é menor, pois, como já mencionado, houve um aumento no número de municípios exportadores. Posteriormente, tem-se: Alfenas com 5,14% (46.066,42 t), Ouro Fino 4,88% (43.773,53 t) e Poços de Caldas 4,78% (42.892,6 t). Juntos, esses municípios absorvem 88,28% do volume exportado.

Figura 7:
Evolução das exportações de café no Sul/
Sudoeste de Minas em toneladas



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados do COMEXSTAT/MDIC através do STATA®

É importante salientar que, apesar dos municípios citados anteriormente serem os que mais exportam, eles não aparecem como os municípios que mais produzem. Isso indica que há um escoamento das produções dos municípios produtores para esses municípios em específico. O fato de as maiores cooperativas de cafeicultores estarem situadas nos municípios exportadores pode explicar esse acontecimento, e, estes, através do subsídio conferido aos produtores com insumos e recursos financeiros, exigem em contrapartida a produção de café dos mesmos.

A partir dessa análise, nota-se, portanto, que, quando se trata de exportação de café, o Sul/Sudoeste de Minas também exporta mais que o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, ou seja, um comportamento contrário do qual era esperado. Assim, essa constatação responde ao objetivo principal do trabalho pois embora o TMAP produza e exporte mais que o Sul de Minas, na pauta de produtos agrícolas total, o mesmo não se repete para a cultura do café.

Por fim, a Figura 8 representa a proporção da produção de café em relação aos produtos agrícolas totais. Para o ano 2000 os municípios que mais dedicaram suas terras ao plantio da cultura cafeeira foram: Olímpio Noronha (92,02%), Guapé (83,67%), Carmo de Minas (83,32%) e Albertina (81,62%). Observa-se que, assim como ocorreu no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, os municípios que apresentam uma maior proporção de plantio de café frente as outras culturas não são os que mais produzem.

Em 2018, houve uma mudança nesse cenário. Em primeiro lugar, Albertina com 92,25%, seguida por Lambari (90,78%), Ibiraci (88,66%), Natércia (84,04%), Varginha (83,07%), São Lourenço (82,24%) e Claraval (81,37%).

Figura 8:

Proporção da produção de café sobre a produção agrícola total no Sul/Sudoeste de Minas em %

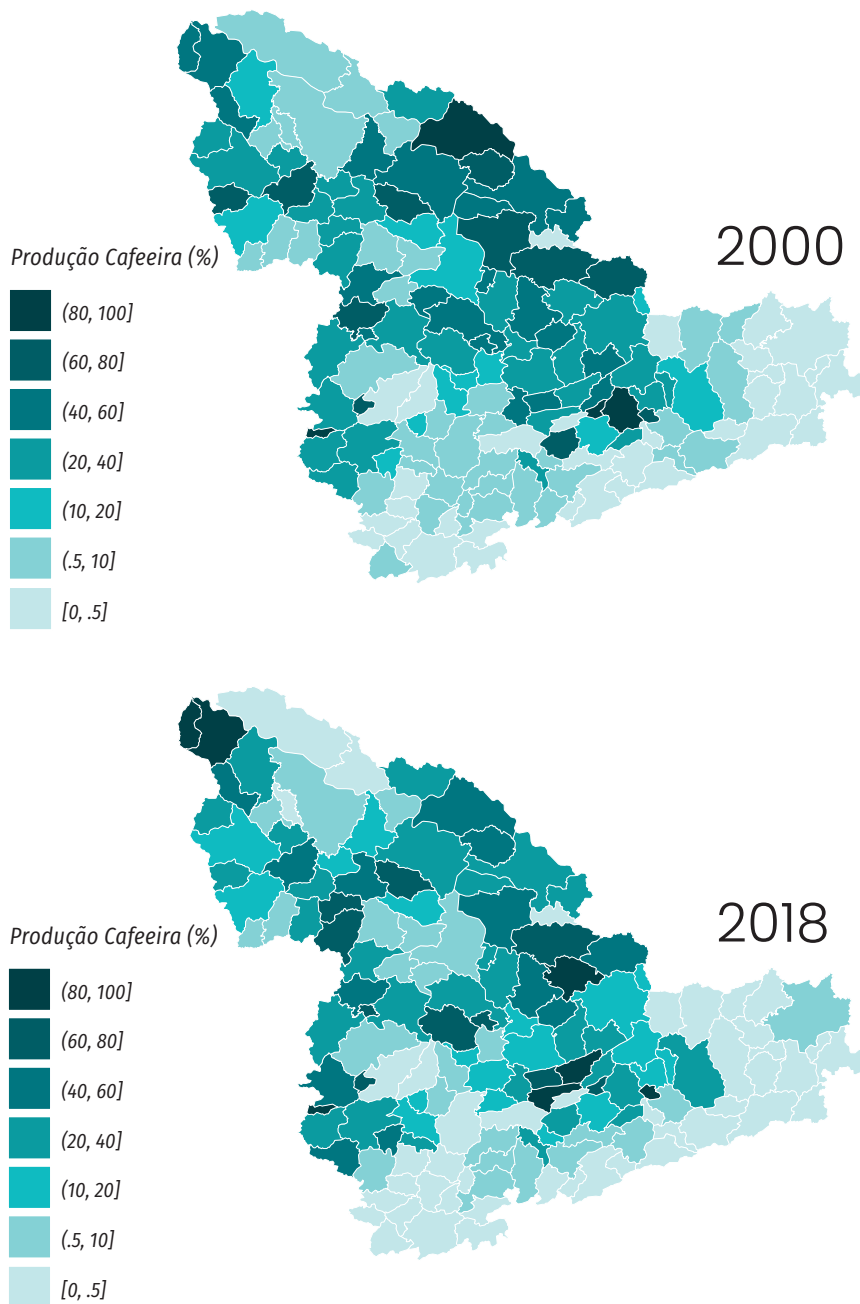


Figura 8: Elaborado pelo autor com dados da PAM/IBGE através do STATA®

4.3. A Cultura do Café Frente as Demais Culturas

Nessa seção será feita uma comparação do volume de produção, tanto em toneladas quanto em reais (R\$), da cultura do café frente as outras culturas, nos anos 2000 e 2018, com o intuito de fornecer um panorama das culturas em cada mesorregião. Destaca-se que, a quinta e sexta colunas das tabelas apresentadas representam o percentual em relação ao total da cultura nas duas mesorregiões (%T e %S), enquanto que a sexta e sétima colunas representam o percentual da cultura correspondente em relação ao total de todas as culturas da mesorregião em específico (%TT e %TS).

A Tabela 2 apresenta o volume produzido em mil toneladas de cada uma das culturas em cada mesorregião.

Tabela 2:
Total produzido em mil toneladas de 2000 a 2018

Prod. Agr./Mesor.	TMAP	SUL	TOTAL	% T	% S	% TT	% TS
Cana	548.486	147.684	696.170	78,79%	21,21%	83,74%	73,44%
Milho	43.627	23.637	67.264	64,86%	35,14%	6,66%	11,75%
Soja	32.759	3.103	35.862	91,35%	8,65%	5,00%	1,54%
Batata Inglesa	9.798	9.478	19.276	50,83%	49,17%	1,50%	4,71%
Café	5.245	11.082	16.327	32,12%	67,88%	0,80%	5,51%
Abacaxi	4.490	19	4.509	99,58%	0,42%	0,69%	0,01%
Tomate	3.079	1.218	4.297	71,65%	28,35%	0,47%	0,61%
Mandioca	2.035	2.042	4.077	49,92%	50,08%	0,31%	1,02%
Banana	684	1.865	2.550	26,84%	73,16%	0,10%	0,93%
CebAlho	2.420	57	2.477	97,68%	2,32%	0,37%	0,03%
Trigo	1.137	275	1.411	80,54%	19,46%	0,17%	0,14%
Arroz	259	406	666	38,97%	61,03%	0,04%	0,20%
Algodão	609	12	621	98,11%	1,89%	0,09%	0,01%
Abacate	347	150	498	69,78%	30,22%	0,05%	0,07%
Uva	5	60	65	7,78%	92,22%	0,00%	0,03%
MeMel	38	3	40	93,74%	6,26%	0,01%	0,00%
Total	655.017	201.091	856.109	76,51%	23,49%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da PAM/IBGE.

É possível observar que, apesar das duas mesorregiões serem as maiores produtoras de café, tanto do estado de Minas Gerais quanto do país, a cultura não é a mais produzida. Na verdade, em se tratando de proporções, ela representou apenas 0,80% do total produzido para o TMAP e 5,51% para o Sul de

Minas. As culturas mais produzidas, de fato, nas duas mesorregiões, são as da cana, que representaram 83,74% do total para o TMAP e 73,44% para o Sul, milho com 6,66% e 11,75% respectivamente, a soja com 5,00% e 1,54% e a batata com 1,50% e 4,71%.

Além disso, quando se analisa a proporção de café frente ao total produzido da cultura pelas duas mesorregiões, vê-se que o Sul/Sudoeste de Minas produziu 111,30% a mais que o TMAP, representando 67,88% do total de café produzido contra 32,12%. Esse comportamento pode ser visto também em outras culturas, como as da mandioca, banana, arroz e uva. Por outro lado, quando analisado o total produzido de todas as culturas no período, observa-se que o TMAP produziu 655.017 toneladas de produtos agrícolas contra 201.091 toneladas do Sul de Minas. Em outras palavras, foram 76,51% da produção total contra 23,48%. Esse resultado é impulsionado em sua grande parte pelas culturas da cana com 78,79% do total da cultura, milho (64,86%), soja (91,35%), abacaxi (99,58%), tomate (71,65%), cebola (98,22%), trigo (80,54%), abacate (69,78%), alho (95,20%) e melancia (93,77%). Conclui-se, portanto, que no período analisado ambas as mesorregiões foram bem diversificadas quanto as culturas produzidas e que, quando comparado a cultura do café entre as mesorregiões, o Sul/Sudoeste de Minas se destacou.

A Tabela 3 apresenta o volume de dinheiro movimentado durante o período 2000 a 2018.

Tabela 3:

Total produzido em milhões de reais de 2000 - 2018

Prod. Agr./Mesor.	TMAP	SUL	TOTAL	% T	% S	% TT	% TS
Café	R\$ 25.912,26	R\$ 54.822,12	R\$ 80.734,38	32,10%	67,90%	22,23%	64,13%
Cana	R\$ 27.843,50	R\$ 7.087,68	R\$ 34.931,18	79,71%	20,29%	23,89%	8,29%
Soja	R\$ 24.645,46	R\$ 2.653,74	R\$ 27.299,20	90,28%	9,72%	21,14%	3,10%
Milho	R\$ 16.077,84	R\$ 8.865,37	R\$ 24.943,21	64,46%	35,54%	13,79%	10,37%
Batata	R\$ 8.181,32	R\$ 7.160,21	R\$ 15.341,52	53,33%	46,67%	7,02%	8,38%
CebAlho	R\$ 4.262,27	R\$ 92,58	R\$ 4.354,85	97,87%	2,13%	3,66%	0,11%
Tomate	R\$ 2.636,66	R\$ 1.472,88	R\$ 4.109,54	64,16%	35,84%	2,26%	1,72%
Abacaxi	R\$ 3.614,12	R\$ 15,68	R\$ 3.629,80	99,57%	0,43%	3,10%	0,02%
Banana	R\$ 577,45	R\$ 1.621,17	R\$ 2.198,61	26,26%	73,74%	0,50%	1,90%
Mandioca	R\$ 831,88	R\$ 966,87	R\$ 1.798,76	46,25%	53,75%	0,71%	1,13%
Trigo	R\$ 711,39	R\$ 198,29	R\$ 909,68	78,20%	21,80%	0,61%	0,23%
Algodão	R\$ 742,20	R\$ 13,16	R\$ 755,36	98,26%	1,74%	0,64%	0,02%
Abacate	R\$ 303,55	R\$ 139,25	R\$ 442,80	68,55%	31,45%	0,26%	0,16%
Arroz	R\$ 114,25	R\$ 238,43	R\$ 352,68	32,40%	67,60%	0,10%	0,28%
Uva	R\$ 12,29	R\$ 122,63	R\$ 134,92	9,11%	90,89%	0,01%	0,14%
MeMel	R\$ 94,09	R\$ 10,39	R\$ 104,49	90,05%	9,95%	0,08%	0,01%
Total	R\$ 116.560,54	R\$ 85.480,44	R\$ 202.040,98	57,69%	42,31%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da PAM/IBGE.

Observa-se que, ao se tratar do volume de dinheiro movimentado pelas culturas, o café aparece em primeiro lugar para o Sul/Sudoeste de Minas e em segundo para o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Tal fato acontece pois o valor do café *in natura* é superior ao das demais culturas. Cerca de 64,13% do volume total movimentado se dá para a cultura do café na mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas, o que indica uma dependência da mesorregião para com a cultura. E como já destacado anteriormente, isto é caracterizado como uma desvantagem, pois, em momentos de crise no preço do café, a economia da mesorregião será afetada diretamente. Este problema não seria enfrentado pelo TMAP, uma vez que a economia da região, baseada pelas receitas geradas pelos produtos agrícolas não depende, em sua maior parte, apenas da cultura do café. Percebe-se um equilíbrio entre as culturas do café, milho, soja e cana para a geração de receitas na mesorregião, deixando-a menos vulnerável em oscilações de preços no café.

Outro ponto importante está relacionado com a cultura da cana, pois, embora na Tabela 3 ela se mostre como a cultura que mais é produzida, quando se trata do volume de dinheiro gerado por ela tem-se um comportamento diferente, visto que o preço desse produto é bem menor do que o do café. A cultura ultrapassou o montante gerado pelo café no TMAP, mas, se comparado os dois montantes com o volume produzido de cada cultura, percebe-se que o café tem um valor expressivamente maior.

Na Tabela 4 é apresentado o total exportado em mil toneladas das mesmas culturas de produção para o período 2000 a 2018.

Tabela 4:
Total exportado em mil toneladas de 2000 – 2018

Prod. Agr./Mesor.	TMAP	SUL	TOTAL	% T	% S	% TT	% TS
CP.Cana	25.829,16	2.236,87	28.066,03	92,03%	7,97%	66,28%	12,49%
Café	1.654,13	14.245,87	15.900,00	10,40%	89,60%	4,24%	79,55%
Soja	9.037,10	1.179,43	10.216,52	88,46%	11,54%	23,19%	6,59%
Milho	2.429,59	246,25	2.675,84	90,80%	9,20%	6,23%	1,37%
Abacaxi	8,94	0,00	8,94	100,00%	0,00%	0,02%	0,00%
Algodão	5,77	0,38	6,15	93,81%	6,19%	0,01%	0,00%
Abacate	2,88	0,00	2,88	100,00%	0,00%	0,01%	0,00%
Arroz	2,62	0,02	2,64	99,21%	0,79%	0,01%	0,00%
MeMel	1,11	0,00	1,11	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Cenoura	0,52	0,00	0,52	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Tomate	0,28	0,00	0,28	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
CebAlho	0,18	0,00	0,18	99,96%	0,04%	0,00%	0,00%
Uva	0,13	0,00	0,13	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Batata	0,03	0,08	0,10	26,33%	73,67%	0,00%	0,00%
Banana	0,08	0,00	0,08	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mandioca	0,04	0,00	0,04	93,49%	6,51%	0,00%	0,00%
Trigo	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	38.972,55	17.908,89	56.881,44	68,52%	31,48%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da COMEXSTAT/MDIC.

Os subprodutos da cana (açúcar e etanol) apresentaram o maior volume exportado no total, ficando em primeiro lugar para o TMAP, representando 66,28% do total exportado em relação a todas as culturas, e em segundo para o Sul de Minas, representando apenas 12,49%. Já o café, embora seja o segundo colocado no total geral, é o primeiro produto da pauta das exportações para o Sul de Minas, absorvendo 79,55% das exportações frente ao total das culturas, e apenas o quarto colocado no TMAP, com 4,24% do total. Este fato reforça a questão da economia do Sul de Minas depender, em sua maior parte, da cultura cafeeira.

A Tabela 5 representa o total exportado em bilhões de dólares de todas as culturas nas mesorregiões.

Tabela 5:
Total exportado em milhões de US\$ de 2000 a 2018

Prod. Agr./Mesor	TMAP	SUL	TOTAL	%T	%S	%TT	%TS
Café	\$ 4.622,13	\$36.032,24	\$40.654,37	11,37%	88,63%	25,00%	96,39%
CP.Cana	\$ 9.534,49	\$ 848,65	\$10.383,14	91,83%	8,17%	51,58%	2,27%
Soja	\$ 3.696,24	\$ 456,09	\$ 4.152,33	89,02%	10,98%	20,00%	1,22%
Milho	\$ 616,94	\$ 45,58	\$ 662,52	93,12%	6,88%	3,34%	0,12%
Algodão	\$ 7,14	\$ 0,70	\$ 7,84	91,08%	8,92%	0,04%	0,00%
Abacate	\$ 5,26	\$ -	\$ 5,26	100,00%	0,00%	0,03%	0,00%
Abacaxi	\$ 2,27	\$ -	\$ 2,27	100,00%	0,00%	0,01%	0,00%
Arroz	\$ 0,57	\$ 0,03	\$ 0,60	94,90%	5,10%	0,00%	0,00%
MeMel	\$ 0,22	\$ -	\$ 0,22	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
CebAlho	\$ 0,14	\$ 0,00	\$ 0,14	99,38%	0,62%	0,00%	0,00%
Uva	\$ 0,12	\$ -	\$ 0,12	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Tomate	\$ 0,06	\$ -	\$ 0,06	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mandioca	\$ 0,01	\$ 0,03	\$ 0,04	32,69%	67,31%	0,00%	0,00%
Batata	\$ 0,03	\$ 0,01	\$ 0,03	78,12%	21,88%	0,00%	0,00%
Banana	\$ 0,01	\$ -	\$ 0,01	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Trigo	\$ 0,00	\$ -	\$ 0,00	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	\$18.485,63	\$37.383,32	\$55.868,96	33,09%	66,91%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da COMEXSTAT/MDIC.

Observa-se, na Tabela 5, que o café aparece em primeiro lugar no total geral, gerando um montante de US\$ 40.654,37 bilhões. Desse total, 88,63% foi gerado pelo Sul de Minas, representando o primeiro lugar das receitas geradas pelas culturas nessa mesorregião e o segundo lugar para o TMAP. Para esta última mesorregião, o produto que mais gerou receita na pauta exportável foi a cana e seus subprodutos, que representaram 51,58% da receita total. Portanto, em se tratando das receitas geradas através das exportações, nota-se um comportamento semelhante às receitas geradas pela produção no TMAP, se equilibrando nas culturas do Café, Cana, Soja e Milho.

Por fim, a Tabela 6 compara a produção e exportação de café nas duas mesorregiões durante o período 2000 a 2018.

Tabela 6:
Produção x Exportação de Café em mil toneladas de 2000 a 2018

TOTAL/MESOR.	TMAP	SUL	TOTAL	%T	%S	%TT	%TS
Total Produção	5.369	10.958	16.327	32,88%	67,12%	76,45%	43,48%
Total Exportação	1.654	14.246	15.900	10,40%	89,60%	23,55%	56,52%
Total	7.023	25.204	32.227	////////////////	////////////////	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da PAM/IBGE e COMEXSTAT/MDIC.

Corroborando os resultados anteriores, este panorama mostra que o Sul/Sudoeste de Minas produziu e exportou mais que o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, indicando que, do ponto de vista de todas as culturas, embora esta mesorregião produza e exporta mais no sentido de toneladas, o mesmo comportamento não se espelha para a cultura do café em específico.

Percebe-se que, para a produção, o Sul de Minas representou 67,12% e 89,60% da exportação, exportando, inclusive, um volume maior do que foi produzido. Tal fato pode ser explicado pela existência de cooperativas como a COOXUPÉ, uma cooperativa do Sul de Minas com presença em municípios do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Isto sugere um possível escoamento da produção dessas culturas para suas respectivas sedes no Sul de Minas, para que de lá a produção possa ser exportada, uma vez que a logística para exportação é favorecida nessa mesorregião. Conforme DoVale et al. (2014) a parceria, seja ela na venda ou no armazenamento de café, existe não só dentro da mesorregião Sul, envolvendo, também, outras como o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, além do Vale do Rio Pardo, em São Paulo.

5. Conclusão

O presente trabalho buscou realizar uma análise comparativa da produção e exportação de café no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul / Sudoeste de Minas, e adicionalmente, evidenciar os principais municípios de cada mesorregião no quesito produção e exportação, além de identificar a proporção da produção da cultura frente a outras.

Objetivou-se, portanto, identificar se o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba apresentava o seguinte comportamento: produzir e exportar mais café, da mesma

forma que acontece quando analisado todos os principais produtos agrícolas produzidos e exportados dessas mesorregiões. Além disso, buscou identificar quais são os principais municípios produtores e exportadores, bem como a proporção da produção de café frente a outras culturas.

A partir dos dados apresentados através de figuras e tabelas, concluiu-se que o Sul de Minas produz e exporta mais do que o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e isso se deve, possivelmente, pelo maior foco que essa mesorregião tem na produção de café. Por outro lado, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba tem maior diversidade de culturas produtivas, fazendo com que sua produção de café não seja tão elevada quanto a do Sul / Sudoeste de Minas.

Além disso, observou-se também, que na pauta de produção, os principais municípios nesse quesito para o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba são: Patrocínio, Araguari, Carmo do Paranaíba, Serra do Salitre, Rio Paranaíba e Coromandel. Para o Sul/Sudoeste de Minas tem-se: Campos Gerais, Machado, Carmo do Rio Claro, Alfenas e Ibiraci. Para as exportações, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba os principais municípios exportadores foram: Patrocínio, Carmo do Paranaíba, Araguari e Monte Carmelo. No Sul/Sudoeste de Minas: Varginha, Guaxupé, São Sebastião do Paraíso, Alfenas, Ouro Fino e Poços de Caldas.

Em suma, no Sul / Sudoeste de Minas, grande parte dos municípios exportadores não são os que mais produziram; o que pode indicar um escoamento da produção de outras regiões produtoras, o que pode ser ocasionado pelas cooperativas. Esta mesma análise serviu para a produção e exportação de café nas duas mesorregiões, uma vez sugere-se a constatação de que exista uma possível fuga de produção do TMAP para ser exportada no Sul de Minas. Portanto, conclui-se, também, que as cooperativas têm um importante papel nesse cenário da agricultura cafeeira do Sul / Sudoeste de Minas, visto que elas funcionam como uma agroindústria, um intermediário entre o agricultor e o mercado, que exige elevado padrão de qualidade difícil de ser alcançado com poucos recursos, fazendo com que a região se torne a maior exportadora dessa commodity.

Referências

ABIC - Associação Brasileira da Indústria de Café. Disponível em: <<http://abic.com.br/cafe-com/historia/>> Acesso em: 20 mar. 2018

ANDRADE, J. J. et al. Potencial de Geração de Biocombustíveis: **Um estudo da Mesorregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. In: Encontro Na-

cional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2017, Uberlândia - MG. Economia Ecológica Institucionalidade em Tempos de Crise, 2017.

CAFÉ NO BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, 2017. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/cafe/cafeicultura-brasileira#section-2>> Acesso em: 11 nov. 2019.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva et al. TRANSFORMAÇÕES SÓCIO REGIONAIS DECORRENTES DA CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA CULTURA DO CAFÉ NO CERRADO MINEIRO. **Geografia**, v. 30, n. 3, p. 491-505, 2005.

CEPEA – ESALQ/USP. **PIB do Agronegócio Brasileiro**. Disponível em <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>> Acesso em: 20 mar. 2018.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Quarto levantamento de café safra 2010 - dezembro 2010**. Disponível em <www.conab.br> Acesso em: 10 mar. 2018.

DCI - Diário Comércio Indústria e Serviços. **Federação de Minas prevê queda de 30% na produção de café**. Disponível em <<https://www.dci.com.br/agronegocios/federacao-de-minas-preve-queda-de-30-na-producao-de-cafe-1.44343>> Acesso em: 20 mar. 2018.

DO VALE, A. R.; CALDERARO, R. A. P.; FAGUNDES, F. N. A cafeicultura em Minas Gerais: estudo comparativo entre as regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste/The coffee production in Minas Gerais: comparative study between regions Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba and South/Southwest. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 18, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, M. F. M.; ROSADO, P. L. Mudança na produtividade dos fatores de produção da cafeicultura nas principais regiões produtoras do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 43, n. 4, p. 633-654, 2005.

LANDAU, E. C. et al. Dinâmica espaço-temporal da produção de Milho, Soja e Café no Estado de Minas Gerais entre 1990 e 2016. **Embrapa Milho e Sorgo-Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento (INFOTECA-E)**, 2018.

MARTHA JÚNIOR, G.B.; FERREIRA FILHO, J.B. de S. (2012) - Brazilian agricultural development and changes. Brasília, DF: EMBRAPA. 160 p.

MARTINS, A. L. **História do café**. Editora Contexto, 2012.

MATIELLO, J. B. et al. **Cultura de Café no Brasil**: novo manual de recomendações. Rio de Janeiro; Varginha: Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento – SARC; PROCAFÉ-SPAE; DECAF, 2005. 438 p.

NEDER, H. **Análise de Políticas Sociais**. No prelo. 2011. Disponível em: <http://www.ecn26.ie.ufu.br/TEXTOS_ESTADISTICA/ANALISE_POLITICAS_SOCIAIS.pdf> Acesso em: 16 mar. 2018.

NOSSO terroir – Cerrado Mineiro. **Café do Cerrado**, s/d. Disponível em: <<https://www.cafedocerrado.org/index.php?pg=nossoterroir>> Acesso em 12 dez. 2019.

SAES, M. S. M. et al. CACCER: Coordenando ações para a valorização do Café do Cerrado. **São Paulo: VII Seminário Internacional PENSA de Agribusiness**, 1997.

SAES, M. S. M.: **Cooxupé: um projeto de diversificação regional**. Pensa/FEA-USP, 1995.

SANTOS, L. P. dos et al. Brazilian agribusiness in international trade. **Rev. de Ciências Agrárias**, Lisboa, v. 39, n. 1, p. 54-69, mar. 2016. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-018X2016000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 31 out. 2019.

SILVA, S. M.; SANTOS, A. C.; LIMA, J. B. Competitividade do agronegócio do café na região Sul de Minas Gerais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**. Lavras: UFLA, v. 3, n. 1, (não há páginas) jan./jun./2001. Disponível em: <revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/viewArticle/276>. Acesso em: 13 mar. 2018.

SREENATH, H. L. Biotechnology for Genetic Improvement of the Indian Coffee. In: **Coffee Biotechnology and Quality**. Springer, Dordrecht, 2000. p. 91-100.

TEIXEIRA, T. D. Política estratégica para a cafeicultura brasileira. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA DOS CAFÉS DO BRASIL, 1., 2000. Poços de Caldas. **Anais...** Brasília: Embrapa Café – MINASPLAN, 2000. p. 169-193. Disponível em: <www.sbicafe.ufv.br/handle/10820/24>. Acesso em: 13 mar. 2018.

VILELA, P. S.; RUFINO, J. L. S. (Org) **Caracterização da cafeicultura de montanha de Minas Gerais**. Belo Horizonte: INAES, 2010 (Estudos INAES. Cadeias Produtivas de Café; 1). Disponível em: <www.inaes.org.br/publica/Livro_cafeicultura_de_montanha.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. Território café do Cerrado: transformações na estrutura produtiva e seus impactos sobre o pessoal ocupado. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n. 3, p. 771-800, 2011.

PISATI, M. et al. **The A to Z of how to create thematic maps of Italy using spmap**. In: Italian Stata Users' Group Meetings 2014. Stata Users Group, 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

VALVERDE, M. Agricultura: Minas se destaca por produção diversificada. **Sistema Ocemg**, 2015. Disponível em: <<http://minasgerais.coop.br/cmi/pagina.aspx?7709>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

VILELA, P. S.; RUFINO, J. L. S. (Org.) **Caracterização da cafeicultura de montanha de Minas Gerais**. Belo Horizonte: INAES, 2010 (Estudos INAES. Cadeias Produtivas. Café; 1).

8

Desempenho do comércio internacional da soja brasileira e estadunidense no mercado chinês

巴西和美国大豆在中国市场的国际贸易表现

Victor Henrique Lana Pinto

Camila Teixeira Gaia

Ravilla de Castro Barbosa

Resumo

A soja é uma commodity de grande importância para países como os Estados Unidos e o Brasil. Nos últimos anos, esses países vêm se destacando no mercado internacional, sendo os dois principais exportadores mundiais do grão para o mercado chinês. Assim, este estudo tem como objetivo investigar a competitividade das exportações de soja brasileira em relação às exportações de soja estadunidense no mercado chinês entre 2008 e 2017, utilizando-se o índice de competição e o coeficiente de divergência dos dois países. As análises conduzidas neste trabalho insinuam que o Brasil vem ganhando competitividade em relação aos EUA no comércio de soja destinada ao mercado chinês. Além disso, verificou-se que existe divergência no sistema produtivo do Brasil e dos Estados Unidos ao longo do período.

Palavras-chaves: comércio internacional, índice de competição, coeficiente de divergência, competitividade, soja.

Abstract

Soy represents an important commodity for countries such as the United States and Brazil. In recent years, these countries have stood out in the international market, being the two main world exporters of soybean to the Chinese market. Thus, this study aims to investigate the competitiveness of Brazilian soy exports in relation to American soy exports in the Chinese market between 2008 and 2017, using the competition index and the divergence coefficient of the two countries. The analyses conducted in this article suggest that Brazil has gained competitiveness in respect of the USA in the soy trade destined to the Chinese market. In addition, we found that there is divergence in the productive system of Brazil and the United States over the period.

Keywords: international trade, competition index, divergence coefficient, competitiveness, soy.

摘要

大豆对于某些国家即美国和巴西是一个极其重要的产品。近年来，巴西和美国在国际市场上突显，成为世界上两个向中国市场出口大豆的主要国家。因此，本研究旨在用两国的2008年至2017年的竞争指数和差异系数来调查巴西大豆出口相对于美国大豆的竞争力。本文进行的分析表明，在运往中国市场的大豆贸易中，巴西已经获得了相对于美国的竞争力。此外，我们发现在此期间，巴西和美国的生产系统存在差异。

关键词：国际贸易、竞争指数、差异系数、竞争力、大豆。

1. Introdução

De acordo com Alves (2004) com a grande intensificação do processo de globalização e da abertura comercial no final da década de 1980, destacou-se o debate em torno de como o comércio internacional afeta o crescimento econômico das nações. O grande objetivo da comercialização entre os países é vender sua produção e poder disponibilizar ao seu mercado consumidor bens e serviços que o mesmo não produz e, por consequência, gerar riquezas para o seu território. Esta conexão também é constituída de acordos políticos e econômicos, tornando a relação entre as nações ainda mais complexa.

No âmbito da comercialização, o Brasil fortificou-se como um dos mais importantes ofertantes de produtos agrícolas no mercado internacional. Além de aumentar sua participação no comércio mundial, a produção agrícola brasileira consolidou o país como principal *player* nos mais diversos produtos agrícolas, como a soja, uma das principais fontes geradoras de riqueza no Brasil. Além disso, grandes investimentos em tecnologia e pesquisa estão levando o Brasil a um aumento da produtividade de produtos agrícolas (BATALHA; SILVA, 2007).

Nesse ínterim, os Estados Unidos também representam um grande competidor agrícola no mercado mundial em razão da intensa mecanização associada aos fatores naturais, como extensão territorial e condições climáticas. Além disso, possuem forte apoio do governo no que se refere aos subsídios à agricultura, o que ajuda o país a ter vantagens competitivas frente aos seus concorrentes no mercado externo (SCHUH, 2004).

A partir de dados do UN Comtrade (2019), verificou-se que do total das exportações brasileiras, 43% são oriundas de atividades agrícolas. Dentre os produtos que compõem esta atividade, o país se destaca no comércio de carnes, açúcar e soja. Já para os Estados Unidos, notou-se que do total de suas exportações apenas 13% são de origem agrícola. No entanto, dentre os principais produtos exportados pelo país neste segmento destacaram-se cereais (milho e soja) e carnes. A partir dessa breve análise, pôde-se perceber que a soja é um dos principais produtos que compõe a pauta de exportação agrícola tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos.

No contexto brasileiro, a soja, produzida sob economia de escala e baixo custo, pode ser considerada um exemplo de sucesso para a inserção do país no mercado mundial, tornando-se potencialmente, nos próximos anos, o principal produtor do grão (VENCATO et al., 2010). De acordo com a Embrapa (2017), os dados da safra 2016/17 indicaram produção de 117,2 milhões de toneladas nos Estados Unidos e de 113,9 milhões de toneladas no Brasil. Assim, Estados

Unidos e Brasil configuram, respectivamente, os dois maiores produtores e comercializadores do grão no cenário mundial (UN COMTRADE, 2019).

Em 2017, do total exportado pelo Brasil, cerca de 11,81% eram exportações de soja, o que representa cerca de 21 bilhões de dólares. Em contrapartida, apenas 1,39% do total exportado pelos Estados Unidos, no mesmo ano, eram do grão, o que representa 25 bilhões de dólares (UN COMTRADE, 2019). Esta análise, mesmo que preliminar, pode indicar uma maior dependência do Brasil nas exportações de soja se comparada aos Estados Unidos que possuem uma parcela menor das exportações dessa *commodity*. Assim, Brasil e Estados Unidos vêm se destacando no mercado internacional, comercializando elevados volumes de soja principalmente para o mercado chinês (UN COMTRADE, 2019).

Segundo Shin (2008), a China importa uma grande quantidade de soja pois a utilizam em óleo comestível, óleo combustível e ração animal. Além disso, a indisponibilidade de terras próprias para o cultivo, ocasionada pela intensificação do processo de urbanização e da falta de água, faz com que as importações de soja sejam ainda mais necessárias. De acordo com dados do UN Comtrade (2019), das exportações totais de soja para o mercado chinês em 2017, 56% são oriundas do Brasil, contra 34% originadas nos Estados Unidos. Ou seja cerca de 90% das importações totais chinesas de soja têm origem nessas duas nações.

Nesse sentido, o presente trabalho busca fazer uma análise da competitividade entre Brasil e Estados Unidos na comercialização de soja para o mercado chinês. Assim o mesmo trará um conhecimento a respeito dos principais exportadores de soja para a China e como eles se destacam nesse mercado. Além do mais, uma das contribuições deste trabalho à literatura é uma análise comparativa das estruturas produtivas desses dois países.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo investigar a competitividade das exportações de soja brasileira em relação as exportações de soja estadunidense no mercado chinês entre 2008 e 2017. O intuito é especificar qual dos dois países é mais competitivo seja pela quantidade comercializada ou pela agregação de valor. Desta forma a pesquisa busca especificamente:

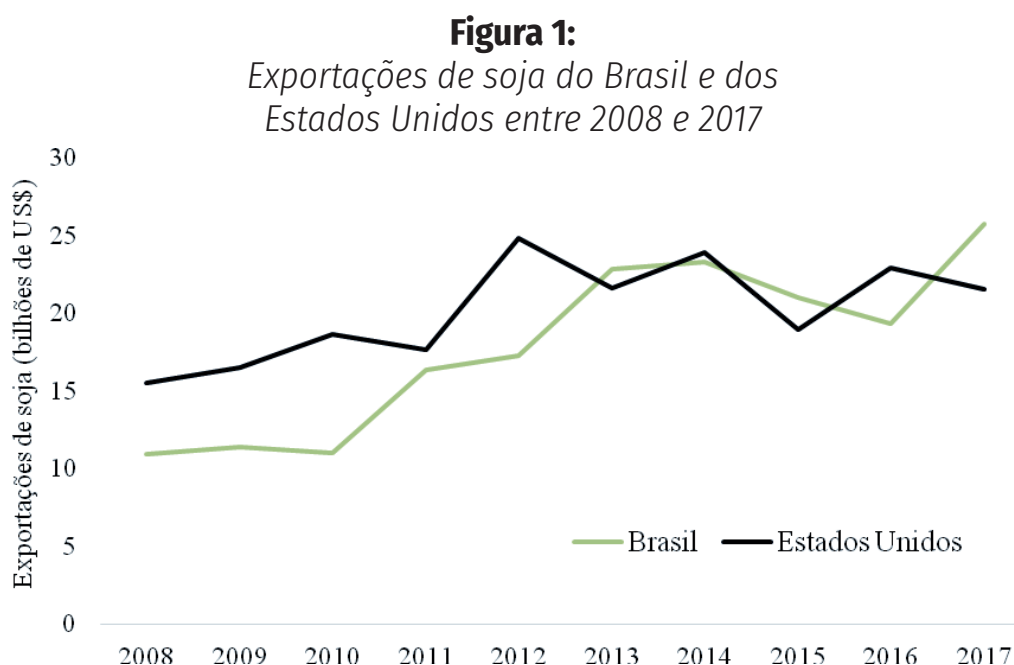
- Avaliar o quão competitivo o Brasil é em relação aos Estados Unidos no mercado chinês;
- Comparar a distribuição das exportações entre os dois países.

O presente trabalho está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta um panorama comercial da soja. Em seguida, a

terceira seção introduz o referencial teórico. Na seção seguinte são apresentados os procedimentos metodológicos e a fonte dos dados; na quarta, os resultados. Por fim, algumas conclusões do trabalho.

2. *Panorama comercial do comércio da soja brasileira e estadunidense*

A partir de dados coletados no UN Comtrade (2019) a Figura 1 mostra o volume total exportado de soja pelo Brasil e pelos Estados Unidos entre 2008 e 2017. Nota-se que a participação brasileira e estadunidense no mercado internacional do grão apresenta oscilações ao longo dos anos. Mais especificamente, a análise da Figura 1 permite observar que o Brasil apresentou, na maioria dos anos, um crescimento mais expressivo em relação àquele observado para os Estados Unidos. Entre 2008 e 2017, o volume exportado de soja brasileira obteve um crescimento de cerca de 134%. Em contrapartida, os Estados Unidos registraram um crescimento mais ameno de aproximadamente 38%, no mesmo período (UN COMTRADE, 2019).



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do UN Comtrade (2019).

A Figura 1 permite observar que as exportações do Brasil apresentam poucas oscilações entre os anos de 2008 e 2010. Porém, entre 2010 e 2013, nota-se

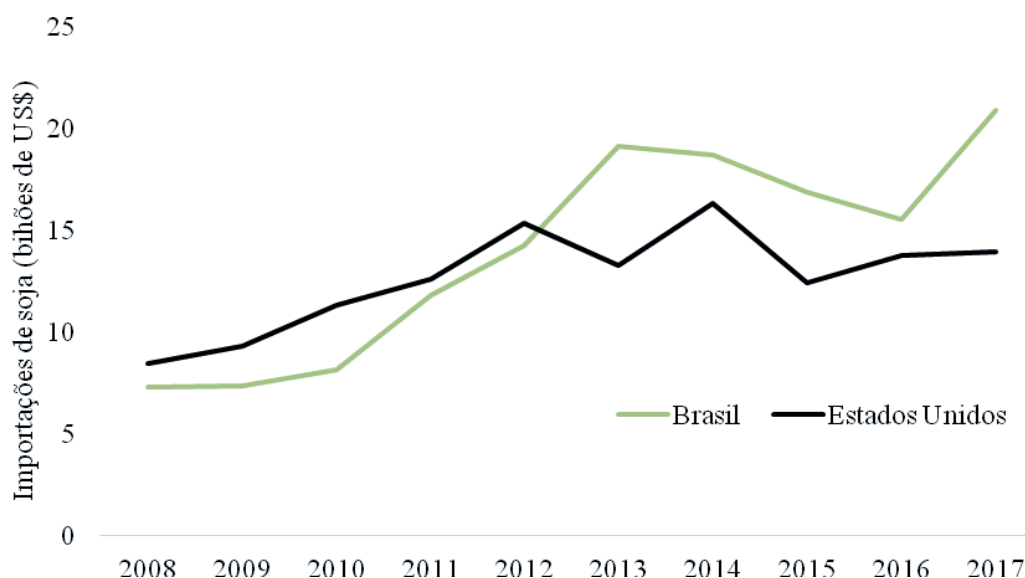
um grande crescimento do valor exportado pelo país latino-americano. Esse crescimento pode estar associado a uma expansão da produção de soja brasileira, contribuindo para alavancar as exportações do grão. Na maior parte da série de tempo, pode-se notar que o volume exportado pelo Brasil e pelos Estados Unidos poderiam estar negativamente correlacionados. Em outras palavras, percebe-se que em períodos em que o volume exportado de um país sofreu queda, por exemplo, o valor das exportações do país competidor reagiu contrariamente, evidenciando o grau de competitividade entre os países analisados.

Já no ano de 2016, as exportações dos Estados Unidos voltam a crescer reduzindo assim as exportações brasileiras em 7,87%. Já no ano de 2017, as exportações brasileiras voltam a ascender e as exportações americanas caem.

Através da análise do volume exportado de soja do Brasil e dos Estados Unidos para o mercado mundial, mostrado na Figura 1, observa-se a relevância de se aprofundar na investigação da competitividade comercial desses dois países. Além do mais, verifica-se a partir da análise da Figura 1 que o Brasil vem ganhando maior representatividade nesse mercado tornando-se, possivelmente, mais competitivo frente a seus concorrentes, como os Estados Unidos.

De maneira complementar, a Figura 2 mostra o volume das importações chinesas de soja oriundas do Brasil e dos Estados Unidos entre os anos de 2008 e 2017. De acordo com dados do UN Comtrade (2019), pode-se ressaltar que entre 2008 e 2012 a China importava maior volume de soja dos Estados Unidos do que do Brasil. Porém esse cenário começa a mudar em meados de 2012 quando as importações chinesas oriundas do Brasil superam aquelas com origem nos Estados Unidos.

Figura 2:
*Importações de soja da China oriundas do Brasil
e Estados Unidos entre 2008 e 2017*



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do UN Comtrade (2019).

A análise da Figura 2 evidencia que entre 2012 e 2017 o volume importado de soja brasileira pela China se manteve superior em relação aos Estados Unidos em todos os anos. Nota-se também que as importações chinesas de soja do Brasil cresceram a taxas muito superiores em comparação aos Estados Unidos entre 2016 e 2017. Esse diferencial pode estar associado a fatores produtivos, comerciais ou até mesmo políticos entre as economias envolvidas. No entanto, o caráter preliminar da análise conduzida nessa seção não possibilita maiores conclusões acerca do desempenho desse mercado.

Esta seção tem como intuito, melhor contextualizar a investigação deste trabalho. No entanto, as análises mostradas apresentam apenas algumas observações superficiais acerca do desempenho das exportações de soja do Brasil e dos Estados Unidos destinadas a China. Nesse sentido, apenas através da condução de análises mais precisas acerca do grau de competitividade do comércio internacional é que se podem tomar conclusões mais exatas sobre o desempenho comercial dos países analisados. Para tal, os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo serão discutidos mais amplamente na seção quatro.

3. Referencial Teórico

O conceito de competitividade passou a ter vários questionamentos diferentes. Sharples (1990) aponta que para o comércio internacional, a competitividade é resultante da relação entre os custos de produção e todos os custos aditivos incorridos para disponibilizar o produto para o comprador estrangeiro.

Na Escola Clássica em 1776, baseando nas ideias de Adam Smith foi publicado a Riqueza das Nações: investigação sobre a natureza e suas causas (SMITH, 2008). Nessa publicação, Smith aponta as instruções de como deveria se dar o comércio entre as nações e nele se observam as essenciais diferenças entre Smith e os mercantilistas. Os mesmos justificavam o comércio internacional pela oportunidade que oferecia de conseguir um excedente na balança comercial.

A partir disso Smith desenvolveu a Teoria das Vantagens Absolutas, que tinha como ideia principal o liberalismo comercial (livre comércio). Segundo ele, para que uma sociedade saísse ganhando, cada país deveria se aprimorar na produção dos bens em que fosse mais eficiente e que se duas nações aceitassem comercializar entre si, ambas poderiam se favorecer.

David Ricardo aprimorou a teoria de Smith em Princípios de Economia Política, a Lei das Vantagens Comparativas ao ampliar a chance de ganhos de comércio para nações que não possuem vantagens absolutas em relação a outros, e relatou que, os países deviam se especializar em produtos onde encontram vantagem comparativa, aumentando sua produção interior enquanto que a produção não vendida no interior deveria ser exportada para outros países, dessa forma os bens que não eram produzidos no país seriam adquiridos no mercado internacional a um menor preço caso fosse comercializado internamente, dessa forma essa troca traria vantagens para todos os países envolvidos.

De acordo com Salvatore (1999), o princípio das Vantagens Absolutas ressalta que os países deveriam aperfeiçoar na produção da *commodity*. Assim, poderiam produzir com vantagem absoluta superior e trocar parte de sua produção pela *commodity* que produzissem, com menor desvantagem absoluta. Já para Rainelli (1998) as bases do comércio não eram totalmente explicadas pela teoria das Vantagens Absolutas, para ele essa teoria apresentava grande limitação uma vez que, caso um país deixasse de apresentar alguma vantagem absoluta, o mesmo não poderia participar do comércio.

A Teoria Neoclássica surgiu com a publicação, em 1919, do artigo Os Efeitos do Comércio Exterior sobre a Distribuição da Renda, de autoria do economista sueco Eli Heckscher. O artigo de Heckscher passou muito tempo sem ser analisado por alguém até que o economista sueco Bertil Ohlin o analisou

e publicou, em 1933, o livro Comércio Inter-Regional e Internacional, onde se encontram as conjecturas da Teoria Neoclássica do Comércio Internacional.

De acordo com Williamson (1998) e Salvatore (1999), o Teorema de Heckscher-Ohlin pode ser sintetizada como: cada país busca se especializar na produção e exportação do bem intensivo em seu fator abundante (fator relativamente mais barato) e importará bens, cujo processo produtivo é intensivo em seu fator escasso (fator relativamente mais caro).

A grande diferença entre a Teoria Clássica e a Neoclássica do Comércio Internacional, de acordo com Brum e Heck (2002) e Ferrari Filho (1997), é que os neoclássicos migram do modelo Ricardiano, de um único fator de produção ligado à produtividade da mão-de-obra e vão para uma abordagem que engloba o conjunto dos fatores de produção, sua intensidade de utilização e sua interação entre os recursos de produção, bem como a tecnologia adotada na produção pelos diferentes países. Assim o modelo das vantagens comparativas prevê um grau de especialização muito elevado, que não existe na prática, e o mesmo não leva em conta que uma das causas do comércio são as economias de escala.

O Teorema de Heckscher-Ohlin baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Há duas nações e dois fatores de produção (capital e trabalho).
- A *commodity* x é mão de obra intensiva e a *commodity* y é capital intensivo, em ambas as nações.
- Os fatores de produção não são perfeitamente intercambiáveis
- As tecnologias de produção são idênticas nos dois países.
- Apresentam rendimentos constantes de escala.
- Existe especialização incompleta, na produção de ambas as nações.
- As preferências dos países são iguais e homotéticas (os gostos dos consumidores são semelhantes e independentemente do seu nível de renda suas preferências não se alteram)
- Existe concorrência perfeita em ambas as nações, nos mercados de bens e de fatores de produção.
- Inexistência de custos de transporte e restrições comerciais.

Com o advento da globalização, novas teorias e modelos do comércio internacional surgiram com o objetivo de tentar explicar a nova importância

do comércio internacional, avançando sobre as deduções formuladas por Heckscher-Ohlin. Assim surgiram algumas novas teorias destacando-se a Teoria de Linder, o Ciclo do Produto, desenvolvido por Vernon, e o Modelo de Defasagem Tecnológica, desenvolvida por Posner.

Com a evolução dos vínculos comerciais entre países revelou-se que a competição é apontada como importante causa e efeito do comércio entre nações. Para facilitar essas relações, principalmente em uma economia globalizada, foram criados vários acordos internacionais, com ênfase nos blocos econômicos, a fim de facilitar a comercialização. Porém alguns fatores afetam o comércio internacional e a competitividade tornando-os mais complexos tais como a taxa de câmbio, custos e produtividade.

4. Metodologia

A metodologia utilizada neste artigo conta com análise quantitativa dos dados utilizando o Índice de Competição e o Coeficiente de Divergência para os países Brasil e Estados Unidos entre os anos de 2008 a 2017.

4.1. Índice de Competição

O Índice de Competição (IC) desenvolvido por Batista (1999) compara a competitividade de dois países exportadores de um dado produto para um determinado mercado em comum. Mais especificamente, este trabalho busca analisar a competitividade do Brasil em relação aos Estados Unidos, na comercialização de soja destinada ao mercado chinês.

A formulação estabelecida pelo índice leva em consideração tanto o peso do produto (soja) na pauta exportadora do país em que se quer medir a capacidade competidora (Brasil), quanto a participação do país competidor (EUA) em um mercado específico (China). Esse tipo de competição é conhecida como efetiva ou *ex-post* e seu índice calculado conforme Eq. (1):

$$IC_{j,m}^k = 100 \cdot \sum_{i=1}^n \left[\frac{M_{i,j}^k \cdot M_{i,m}^k}{M_j^k \cdot (M_i^k - M_{i,j}^k)} \right] \quad (1)$$

Em que:

- $IC_{j,m}^k$ é o índice de competição do país exportador j (Brasil) em relação ao país competidor m (EUA) no mercado k (China).

- $M_{i,j}^k$ são as importações do mercado k (China) do produto i (soja) com origem no país j (Brasil).
- $M_{i,m}^k$ são as importações do mercado k (China) do produto i (soja), produzidos no país competidor m (Estados Unidos).
- M_j^k são as importações do mercado k (China) com origem no país j (Brasil).
- M_i^k são as importações do mercado k (China) do produto i (soja).

O resultado do IC varia entre zero e a unidade; quanto mais próximo de um, maior será o grau de competitividade do país exportador j (Brasil) em relação ao país competidor m (EUA) no mercado k (China), e quanto mais próximo de zero, menor será o indicador.

4.2. Coeficiente de Divergência

O Coeficiente de Divergência (CD) desenvolvido por Díaz Mora (2001) compara a distribuição das exportações por setores entre dois países. O índice leva em consideração as parcelas de mercado de um dado produto no total exportado por dois países. Neste estudo, investiga-se as estruturas comerciais do Brasil e dos Estados Unidos na comercialização de soja, conforme apresentado pela Eq. (2):

$$CD_{AB} = \left[1 - \left(\frac{\sum_i |s_{iA} - s_{iB}|}{2} \right) \cdot 10_0 \right] \quad .(2)$$

Em que:

- CD_{AB} é o coeficiente de divergência dos países A (Brasil) e B (Estados Unidos).
- s_{iA} representa a participação produto i (soja) nas exportações do país A (Brasil).
- s_{iB} representa a participação do produto i (soja) nas exportações do país B (Estados Unidos).

Quando o resultado do CD se iguala a 100, os países analisados apresentam estruturas comerciais idênticas; caso contrário, quando o índice se anula, as estruturas se divergem.

4.3. Fonte dos dados

Os dados referentes aos resultados do trabalho foram coletados a partir da base de dados das Nações Unidas (*United Nations Commodity Trade Statistics Database* – UN COMTRADE). A identificação da soja foi feita através do código 1201 do Sistema Harmonizado a 4 dígitos (SH04), com periodicidade anual de 2008 a 2017. Para a análise do IC foram coletados os dados a respeito das exportações do Brasil e Estados Unidos para a China. Já para o CD foram coletados dados das exportações de soja do Brasil e dos Estados Unidos bem como as suas exportações totais. Os fluxos de comércio estão expressos em dólares americanos (US\$).

Foram usados como dados:

- O valor total das exportações para a China.
- O valor das exportações totais do Brasil para a China.
- O valor das exportações de soja do Brasil para a China.
- O valor das exportações de soja dos Estados Unidos para a China.
- O valor das exportações de soja do Brasil e dos Estados Unidos.
- O valor das exportações do Brasil e dos Estados Unidos.

5. Resultados e discussão

Esta seção está dividida em duas subseções. Na primeira delas, mostra-se a competitividade da soja brasileira em relação a soja dos Estados Unidos destinada ao mercado chinês através da análise do IC. Já na segunda subseção, buscou-se analisar as divergências nas estruturas produtivas de ambos os países através do CD.

5.1. Análise do índice de competição

Este trabalho considera, conforme apresentado na seção três, o Brasil como país exportador e os Estados Unidos como sendo o país competidor

para os anos compreendidos entre 2008 e 2017. As análises apresentadas nesta seção foram feitas por meio de comparações estabelecidas de acordo com os dados dos anos iniciais e finais da série de tempo. Os resultados dessa análise são mostrados na Tabela 1 e na Figura 3.

Tabela 1:
Índice de competição brasileiro

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Índice de competição	0,213	0,264	0,165	0,172	0,23	0,281	0,323	0,312	0,323	0,325

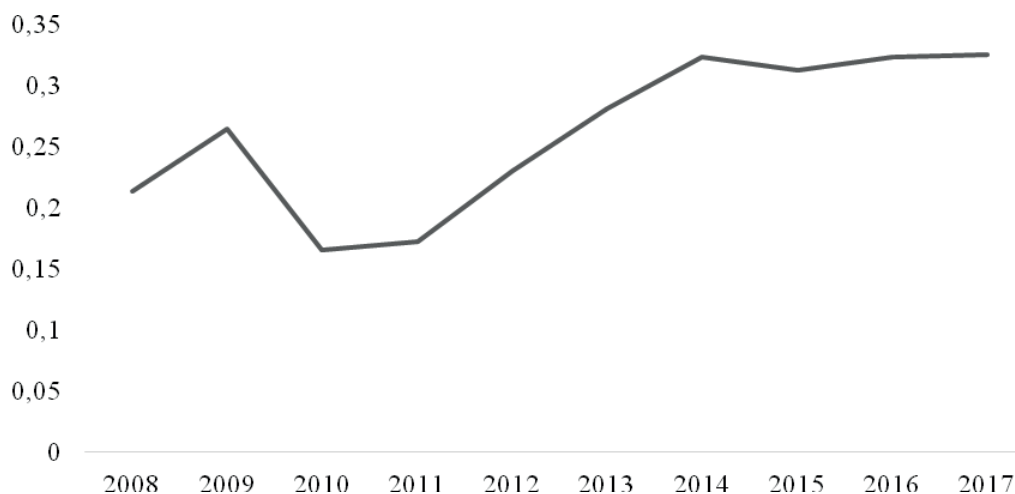
Fonte: Resultados da pesquisa.

Analizando o índice de competição no período nota-se que o Brasil teve os maiores índices entre os anos de 2014 e 2017, sendo 2017 o maior de todos os índices com valor de 0,325. Possivelmente, esse aumento pode estar associado ao fato que, do total exportado pelo Brasil, em 2017, cerca de 11,81% eram exportações de soja representando um valor monetário de 21 bilhões de dólares. Em contrapartida, apenas 1,39% do total exportado pelos Estados Unidos, no mesmo ano, eram de soja, o que representa 25 bilhões de dólares em valor monetário (UN COMTRADE, 2019).

De modo a complementar e fornecer melhor percepção da evolução do IC durante o período analisado, a Figura 3 representa graficamente os valores do índice de competição brasileiro.

A partir da Tabela 1 e da Figura 3 nota-se que entre os anos de 2008 e 2010, houve, em média, uma queda do índice de competição brasileiro ao analisar o período. Embora tenha-se um crescimento de 2008 para 2009, quando comparado ao ano inicial, 2008, e o final do período em questão, 2010, tem-se uma redução de 22,53% do referido índice. Essa redução pode estar relacionada pelo aumento de 49% nas exportações de soja feita pelos Estados Unidos para a China frente ao aumento 34% das exportações sendo feitas pelo Brasil, representando uma expansão menor que o país competidor.

Figura 3:
Índice de competição brasileiro entre 2008 e 2017



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do UN Comtrade (2019).

Entre 2009 e 2010 nota-se na Figura 3 um grande decrescimento do IC o que possivelmente pode estar relacionado a crise do *subprime*, em 2008, nos Estados Unidos. A taxa de câmbio variou nessa época passando de R\$ 2,35 no fim de 2008 para R\$ 1,73 após um ano e R\$ 1,70 em dezembro de 2010. Ao fim do ano de 2012, a moeda americana atingiu a cotação de R\$ 2,11, mesmo ano em que o índice de competição volta a apresentar crescimento, como observado na Tabela 1¹. Dessa forma, nota-se que a apreciação do real brasileiro pode ter afetado negativamente as exportações do Brasil, uma vez que um mesmo volume exportado em dólares americanos, quando expresso em moeda nacional, indicaria menor retorno.

Entre 2011 e 2013, houve um crescimento do índice supracitado de 63,37% o que pode ser possivelmente explicado pelo fato de que as exportações da soja brasileira aumentaram 56% frente ao aumento de 27% da soja estadunidense no mercado chinês, constituindo uma expansão maior que o país competidor. Para melhor evidenciar os fluxos comerciais do Brasil e dos Estados Unidos para a China, a Tabela 2 mostra o volume exportado de soja por estes dois países com destino ao mercado chinês. Como mostrado na Tabela 2, verifica-se

¹ As informações apresentadas se referem a cotação do dólar americano em 01 de dezembro de 2008, 2009, 2010 e 2012 disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil (2019).

que no ano de 2011 a soja brasileira ultrapassa a estadunidense em volume exportado para o mercado chinês pela primeira vez desde 2008. O Brasil vem aumentando sua participação no comércio mundial e se consolidando como um importante ator nos mais diversos produtos agrícolas, principalmente a soja. Além disso, grandes investimentos em tecnologia e pesquisas estão impulsionando o aumento da produtividade agrícola brasileira, o que pode estar provocando uma redução no diferencial entre as exportações brasileiras e das nações competidoras (BATALHA; SILVA, 2007).

Entre 2013 e 2015, houve um crescimento do IC de apenas 11%. Esse ocorrido pode estar relacionado a queda de 12% das exportações totais de soja para a China. As exportações de soja dos Estados Unidos tiveram um decréscimo de 21% e as exportações do Brasil também tiveram uma queda, porém, menor que a do país competidor resultando em 8%. Como mostrado na Tabela 2, em 2015 o Brasil exportou para a China cerca de 40 milhões de toneladas de soja enquanto que Estados Unidos apresentou queda nas exportações para a China se comparado ao Brasil desde 2013 e em 2015 exportou apenas 27 milhões de toneladas de soja para os chineses.

Tabela 2:

Quantidade e valores exportados de soja do Brasil e dos Estados Unidos para a China entre 2008 e 2017

Ano	Brasil		Estados Unidos	
	<i>Valor exportado (US\$)</i>	<i>Quantidade exportada (t)</i>	<i>Valor exportado (US\$)</i>	<i>Quantidade exportada (t)</i>
2008	5.324.052.177	11.823.573	7.301.040.432	16.581.875
2009	6.342.964.920	15.939.968	9.211.489.734	22.893.693
2010	7.133.440.544	19.064.457	10.864.092.893	24.313.784
2011	10.957.102.029	22.104.719	10.507.697.618	20.691.634
2012	11.880.053.553	22.558.961	14.877.640.522	26.195.524
2013	17.145.722.080	32.247.279	13.299.889.518	24.553.595
2014	16.615.159.624	32.664.328	14.476.314.262	24.326.930
2015	15.787.785.730	40.925.506	10.523.096.916	27.317.813

2016	14.386.114.444	38.563.909	14.202.621.446	36.051.173
2017	20.310.207.678	53.796.969	12.224.802.399	31.689.830

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do UN Comtrade (2019).

Observa-se pela Tabela 1 e Figura 3 que entre 2015 e 2017, houve um crescimento do IC de 4,16% provavelmente relacionado ao aumento das exportações brasileiras no mercado chinês. As exportações de soja estadunidense para a China aumentaram 16% frente ao aumento de 28% das exportações de soja do Brasil para o mesmo país tendo uma expansão maior que o país competidor.

Nos Estados Unidos em 2016, houve um grande estoque em virtude de um menor consumo, consecutivamente isso fez com que os preços internacionais baixassem e, conseqüentemente, diminuíssem as exportações norte-americanas.

Em 2017, o dólar valorizado fez com que o Brasil ficasse mais competitivo no mercado de soja, além disto, devido a problemas climáticos ocorridos na época do plantio da safra de 2017, a soja norte-americana estava com um percentual de óleo nos grãos, menor do que o mercado recomenda (CONAB, 2018). Assim, o Brasil possivelmente pode ter se beneficiado dessa brecha para ganhar espaço no mercado externo e elevar seus fluxos de exportação de soja para a China. Como mostrado na Tabela 2, o volume exportado de soja brasileira para a China em 2017 foi de 53 milhões de toneladas, apresentando um crescimento, de 2016 para o ano de 2017, de 39% enquanto que a soja dos Estados Unidos exportou um volume de 31 milhões de toneladas apresentando queda de 12%. Dessa forma, há uma possível previsão do aumento de áreas plantadas e caso não haja nenhum problema climático, o Brasil poderá apresentar nova safra recorde e potencialmente ultrapassar os 120 milhões de toneladas em 2020, estimados pelo Serviço de Pesquisa Econômica do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – USDA (CONAB, 2018).

Em média, o índice de competição brasileiro vem crescendo 4,31% ao ano, esse crescimento sugere que o Brasil vem ganhando, aos poucos, representatividade no mercado chinês tornando-se, cada vez mais competitivo frente ao seu concorrente, os Estados Unidos. Segundo a Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG (2015) e o Instituto de Estudos do Agronegócio IEAG (2015) entre os desafios para sustentar o crescimento das áreas de cultivo e a produtividade da soja destaca-se fatores incontrolláveis como o clima e as oscilações da economia mundial, e fatores controláveis como as políticas de incentivo e infraestrutura de âmbito macro político, tecnologia, manejo, aparecimento de novas pragas e doenças.

Esse cenário, no entanto, se difere para os Estados Unidos uma vez que além de ser uma economia avançada o mesmo é afetado significativamente pela incidência de subsídios do governo que financiam as produções. Muitas vezes estes subsídios são implícitos o que pode resultar em uma barreira comercial para nações competidoras. Os subsídios implícitos são prejudiciais, pois causam fortes distorções nos preços internos de produtos exportáveis, tornando-os mais baixos (SCHUH, 2004). Desta forma, esta medida ajuda o país a ter mais vantagens competitivas em relação aos seus concorrentes que exportam para o mesmo destino. Lagemann Elias (2019) afirma em seu estudo acerca dos determinantes da competitividade na exportação de soja para a China. O autor realça que parte da competitividade brasileira se deve às altas produtividades o que nos demais países não está ocorrendo na mesma velocidade. Esse favoritismo pode estar possivelmente atrelado a pesquisa e ao desenvolvimento de variedades do grão altamente adaptadas a cada região brasileira.

5.2. Análise do coeficiente de divergência

Esta subseção analisa o coeficiente de divergência, conforme mostra a Tabela 3. Para essa análise, considerou-se o Brasil como país A e os Estados Unidos como país B. De acordo com a Tabela 3 o índice apresentou valores negativos em toda a série analisada aproximando-se do valor zero. Isso indica que ocorre divergência entre as estruturas comerciais dos dois países, tendo assim, uma desigualdade entre os sistemas produtivos de ambas as nações.

Os sistemas produtivos representam as inovações tecnológicas aplicadas no manejo de soja bem como logística, manuseio e cuidado das lavouras e até mesmo as condições climáticas de cada país, que interferem na produção do grão. Ressalta-se que o CD examina apenas as parcelas de mercado das exportações de soja de cada um dos países analisados. Nesse sentido, o índice considera que as exportações conseguem capturar todas essas características de facilidades de transportes, beneficiamento, tecnologia produtiva, etc., e a partir disso analisa seus diferenciais.

Tabela 3:
Coeficiente de divergência (CD).

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
CD	-1,168	-1,953	-1,005	-1,594	-1,752	-3,027	-3,432	-3,859	-3,429	-4,209

Fonte: Resultados da pesquisa

Ao analisar a Tabela 3, observa-se que o coeficiente de divergência vem diminuindo ao longo dos anos com uma taxa de decrescimento média de 13,67% ao ano. Entre os anos de 2008 e 2012 nota-se uma diminuição de 50% no valor do índice. Esse valor começa a decrescer mais entre os anos 2013 e 2017 diminuindo cerca de 30,62%. Os avanços tecnológicos, as melhores práticas de manejo, a expansão de novas áreas e a logística provavelmente, podem estar influenciando a divergência entre os dois países.

A divergência entre os dois países possivelmente pode estar associada a uma nova expansão de áreas de plantação de soja brasileira. Há uma região que abriga as últimas áreas de cerrado nativas que compreende as regiões produtoras do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, denominada MATOPIBA. Essa região vem se destacando no mercado de grãos, responde por 13,2% da produção brasileira e vem sendo apontada como a nova fronteira agrícola do país, com crescimento de 239% entre os anos 2000 e 2014 na quantidade produzida de grãos (MAPA, 2017). A região é um grande atrativo para os produtores que estão em busca de áreas extensas e baratas para o desenvolvimento de agricultura em larga escala. Porém, essa nova região não possui infraestruturas adequadas para o escoamento dos grãos necessitando de investimentos públicos em obras de ferrovias, hidrovias e outros projetos que irão favorecer o desenvolvimento do agronegócio.

Em contrapartida, em se tratando dos Estados Unidos, o país norte-americano já se encontra no pico da área de produção de soja o que limita o aumento da sua produção e possivelmente a implementação de novas tecnologias uma vez que o país não é tão dependente quanto o Brasil, das exportações do grão (USDA, 2019).

Para Duke e Powles (2008), um outro fator que pode contribuir para a divergência entre as estruturas produtivas são as questões relativas ao controle de fatores biológicos. Os autores notam, por exemplo, que nos Estados Unidos as pragas podem ser menos importantes pelo período de inverno rígido, o que diminui a população de insetos. A biotecnologia levou a reduções no uso de pesticidas, nas lavouras, no entanto, essa redução em si não mede com precisão os benefícios diretos totais para o meio ambiente e saúde. Mas, no caso de soja tolerante a herbicida, substitui –o por glifosato, que é menos tóxico. Recentemente, o uso de glifosato e o uso de herbicidas aumentaram – em grande parte devido ao desenvolvimento e a disseminação de ervas daninhas resistentes ao glifosato. Muitos cientistas perceberam que essa mudança teve benefícios ambientais e para a saúde humana, porque o glifosato é menos tóxico do que muitos herbicidas que o substitui (DUKE; POWLES, 2008).

Já no Brasil, a soja normalmente conduzida no sistema de plantio direto, aliado as condições climáticas favoráveis como a alta temperatura durante o

período de verão e temperaturas amenas no inverno, proporcionam condições ideais para a multiplicação dos insetos-praga. As principais pragas da soja são as lagartas e os percevejos, que causam graves problemas. Para resolvê-los utilizam maior quantidade de inseticidas nas lavouras para combater as pragas, o que desequilibra o ambiente e consequentemente estimula o aumento de pragas secundárias. (EMBRAPA, 2015). Assim, as relações de cada país com o manejo das pragas encontradas em suas plantações de soja podem contribuir para que haja ainda mais divergência entre os sistemas produtivos dos dois países.

Em meados de 2014, a Embrapa aprimorou um conjunto de técnicas que permite o uso moderado de produtos químicos. Essas técnicas permitem saber o momento certo de aplicar os inseticidas de forma que os mesmos prejudiquem menos o homem e o meio ambiente. Tal prática poderia explicar os resultados apresentados na Tabela 3, onde nota-se que, ao longo dos anos, o coeficiente de divergência entre Brasil e EUA diminui de -3,02 para -3,43.

Observa-se pela Tabela 3 que em 2017 o coeficiente de divergência caiu ainda mais passando de -3,42 para -4,20. No Brasil, parte dos produtores de soja buscam elevar a produtividade por meio de inovação, seja tecnológica, de insumos ou no processo produtivo. No entanto, o desafio principal é a viabilidade pois a otimização dos componentes de um sistema produtivo de excelência depende de recursos econômicos próprios. Diferentemente, nos EUA os produtores rurais têm maior amparo do governo estadunidense através da implementação de subsídios para o plantio e incremento de novas tecnologias para melhoramento do grão (CONAB, 2017).

Outro fator que pode contribuir para a divergência entre os sistemas produtivos do Brasil e dos EUA são os custos de produção principalmente envolvendo transporte. A competitividade internacional da soja desses países é determinada em grande parte pelos custos de produzir soja e transportá-los para os mercados finais. A produção de soja em solos ácidos na região do Cerrado brasileiro requer tratamento do solo, fertilizantes e outros produtos químicos agrícolas (geralmente importados) que aumentam os custos. O transporte de soja para os portos também eleva os gastos por parte dos compradores no exterior. Por outro lado, o custo da mão de obra é mais baixo para os produtores de soja brasileiros do que nos EUA (USDA, 2019).

No que tange a logística, gastos com transporte no Brasil são significativamente mais elevados do que nos Estados Unidos. Enquanto os transportadores estadunidenses operam, em sua maioria, pelo modal aquaviário utilizando barcaças, os brasileiros utilizam o modal rodoviário. Somado a isso, o escoamento em solo brasileiro apresenta um empecilho relativo as distâncias

entre as propriedades rurais e os portos (CORRÊA; RAMOS, 2010). Pereira e Nascimento (2015) ao fazerem uma análise das exportações brasileiras de soja para a China também consideram fatores limitantes à competitividade não só da soja, mas também das demais cadeias brasileiras de produtos agrícolas voltados para exportação, que são, principalmente, os gargalos referentes a infraestrutura e a logística de transportes.

Baptista (2016) nota que a China tem realizado maiores investimentos na infraestrutura latino-americana, incluindo projetos ferroviários e rodoviários que ligam estados do interior do Brasil aos portos. Estes investimentos visam maior motivação da produção de soja e, conseqüentemente, a maior oferta do grão para exportação. Para o autor, entre os anos 2007 e 2016, os investimentos diretos externos da China no Brasil somaram US\$ 46,1 bilhões. Essa constatação feita por Baptista (2016) poderia justificar o resultado encontrado na Tabela 3 para o ano de 2017. Neste ano, observa-se que as estruturas produtivas dos países sob análise, Brasil e EUA, se divergiram em maior proporção possivelmente devido aos investimentos chineses realizados no Brasil.

6. Considerações finais

Em um contexto mundial e nacional a soja está inserida nos Estados Unidos e no Brasil como um importante produto exportador agrícola. Através do índice de competição observou-se que o Brasil é menos competitivo em relação aos EUA no mercado de soja da China. No entanto, verificou-se também que a *commodity* brasileira vem ganhando competitividade ainda que pequena ao longo do tempo. No ano de 2017, o Brasil teve maior representatividade nas exportações de soja para o mundo ultrapassando seu concorrente, Estados Unidos. Observou-se neste estudo que essa mudança no padrão de comércio pode estar relacionada a uma maior exploração de novas terras para expansão do cultivo no Brasil. Somado a isso, nota-se que a China consome uma grande quantidade de soja e é um importante parceiro comercial para o Brasil e também para os Estados Unidos. O país asiático não produz o grão em proporção suficiente para suprir sua demanda interna, uma vez que possui pouca área agricultável disponível.

Com relação ao coeficiente de divergência observou-se que as estruturas produtivas de ambos os países se diferem. No Brasil uma das maiores divergências com relação aos EUA é o preço dos combustíveis que por sua vez aumenta os custos do transporte da soja para a exportação. Além disso, um clima favorável para propagação de pragas faz com que os sojicultores utilizem mais pesticidas,

o que possivelmente pode comprometer a qualidade do grão. Nos Estados Unidos, a biotecnologia levou à redução no uso de pesticidas nas lavouras substituindo-os por glifosato, que é menos tóxico à saúde.

Este trabalho objetivou fornecer uma análise mais ampla acerca da competitividade do Brasil em relação aos EUA no mercado chinês de soja. Os resultados encontrados nesta pesquisa têm o potencial de fornecer uma visão mais ampla acerca das relações bilaterais entre o Brasil e a China bem como com um forte competidor, os Estados Unidos. Assim, notou-se, que apesar de apresentar menor competitividade frente aos EUA, na comercialização de soja para mercado chinês, o Brasil vem se aprimorando e reduzindo o hiato produtivo em relação aos Estados Unidos.

Pesquisas futuras acerca do tema devem considerar o período mais recente a medida que as bases de dados do comércio internacional disponibilizem informações sobre os fluxos dos países em questão. Além disso, deve-se observar também que a guerra comercial estabelecida entre os EUA e a China, em meados de 2016, pode refletir no padrão de comércio deste ano em diante. Uma vez que as sanções, feitas pelos EUA e pela China, estão sujeitas a dilatação temporal, os resultados alcançados neste trabalho não são capazes de capturar os eventuais efeitos deste conflito comercial entre as nações supracitadas. Além do mais, no início de 2020, EUA e China firmaram um acordo de comércio que pode vir a alterar, gradativamente, o cenário comercial da soja tanto entre os países envolvidos no acordo, quanto para países terceiros, como o Brasil.

Referências

ABAG. Associação Brasileira do Agronegócio. (IEAg). Instituto de estudos do Agronegócio. **O Futuro da Soja Nacional**, 2015. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/media/images/0-futuro-da-soja-nacional---ieag---abag.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2019.

ALVES, C. M. S. **Conflitos de interesses entre Brasil e Estados Unidos: O tema agrícola**. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG, 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Conversão de Moedas**, 2019. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/conversao>>. Acesso em: 06 dez. 2019.

BAPTISTA, T. J. A participação dos investimentos chineses no processo de reestruturação do território fluminense. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro - RJ n.

31, p. 332-355, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. **Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especificidades e correntes metodológicas**. In: BATALHA, M. O. (Org.). Gestão agroindustrial. São Paulo: Atlas, 2007. p. 1-62.

BATISTA, J. C. Índices de competição e a origem por países dos ganhos e perdas de competitividade em terceiros mercados. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 1999.

BRUM, A. L.; HECK, C. R. **Economia Internacional: uma síntese da análise teórica**. Ijuí: UNIJUÍ, 2002.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Análise Mensal Soja**. Brasília: Companhia Nacional de Abastecimento, 2018. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/historico-mensal-de-soja.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **A produtividade da soja: análises e perspectivas**, 2017. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/uploads/arquivos/17_08_02_14_27_28_10_compendio_de_estudos_conab_a_produtividade_da_soja_-_analise_e_perspectivas_-_volume_10_2017.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

CORREA, V. H. C; RAMOS, P. A. **Precariedade do Transporte Rodoviário Brasileiro para o Escoamento da Produção de Soja do Centro-Oeste: situação e perspectivas**. RESR, Piracicaba, v. 48, n. 2, p. 447-472, abr./jun. 2010.

DIAZ MORA, C. M. **E impacto comercial de la Integración Económica Europea: período 1985-1996**. Madrid, ES: Consejo Económico Social, 2001. 314 p. (Colección Estudios, 114).

DUKE, S., and S. Powles. 2008. **“Glyphosate: A Once-In-A-Century Herbicide,”** *Pest Management Science*. 65: 319-325.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Manejo Integrado de Pragas da Soja (MIP-Soja)**. Brasília: Embrapa, 2015. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/1722/manejo-integrado-de-pragas-da-soja-mip-soja>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **“O agronegócio da soja nos contextos mundial e brasileiro”**. Brasília: Embrapa, 2014. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br>>. Acesso em: 02 de setembro 2019.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária **Soja em números (safra 2016/2017)**. Brasília: Embrapa, 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>>. Acesso em: 15 agosto de 2019.

LAGEMANN.E.R. **Fatores determinantes de competitividade na exportação de soja para a China**, 2019. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/2569/1/2019EliasRicardoLagemann.pdf>>. Acesso em: 10 de dezembro 2019.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do agronegócio**, 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/projecoes-2017-finalizado.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

PEREIRA, G; NASCIMENTO, N. Cenário das exportações brasileiras de soja: Uma análise do mercado chinês. **Caderno Científico CECIESA- Gestão**, vol. 3, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/cccg/article/view/11476/pdf>>. Acesso em: 10 de dezembro 2019.

RAINELLI, M. **Nova teoria do comércio internacional**. Bauru: Edusp, 1998.

SALVATORE, D. **Economia internacional**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

SCHUH, G. E. **Comércio internacional de produtos agrícolas ALCA e OMC**. Revista de Política Agrícola, ano 13, n. 2, p. 17-25, abr/jun. 2004.

SHARPLES, J.A. **Cost of production and productivity in analyzing trade and competitiveness**. American Jounal Agricultural Economic, p. 1278-1282, 1990.

SHIN. Wong Kwong. **A China explicada para brasileiros**. São Paulo: Atlas, 2008.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. 3. ed. São Paulo: Hemus, 2008.

UN COMTRADE. **International Trade Statistics Database**. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/>>. Acesso em: 15 ago. 2019

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE ECONOMIC RESEARCH SERVICE. **Farm labor**, 2019. Disponível em: <<https://www.ers.usda.gov/topics/farm-economy/farm-labor>>. Acesso em: 21 out. 2019.

VENCATO, A. Z., et al. **Anuário Brasileiro da Soja**, 2010. Santa Cruz do Sul: Ed. Gazeta Santa Cruz, p. 144, 2010.

WILLIAMSON, J. **A economia aberta e a economia mundial: um texto de economia internacional**. Rio de Janeiro, 1998.

Medida antidumping sobre o alho chinês:

*Uma leitura a partir da perspectiva do produtores de alho do Alto Paranaíba*¹

对中国大蒜的反倾销措施：

从巴拉那伊巴河上游地区大蒜生产者的角度解读

Carlos Eduardo Artiaga Paula²

Élida Pereira Silva Chujo³

Rosiane Maria Lima Gonçalves⁴

Resumo

Antidumping é uma medida administrativa contra a venda de mercadorias, em outro país, em valor inferior ao que é comercializado no país de origem. Essa medida visa onerar o produto importado para coibir a prática do dumping e, ainda, proteger o mercado interno. O Brasil, desde 1996, instituiu o antidumping sobre o alho chinês o que foi sucessivamente renovado. Em 2019, a medida foi renovada por mais cinco anos. Neste estudo, além de uma revisão teórica sobre a relação internacional firmada entre o Brasil e a China em torno do alho, obteve-se a percepção dos produtores de alho da região do Alto Paranaíba sobre a proteção dada pelo Estado ao alho por eles produzidos. Concluiu-se que a medida gera uma proteção ao mercado interno, embora, no Alto Paranaíba, a produção de alho ainda careça de recursos tecnológicos. Ademais, as medidas geram tensões entre os dois países, o que dificulta um estreitamento e uma maior aproximação comercial.

Palavras-chave: Antidumping, alho, China, produtores rurais.

Abstract

Antidumping is an administrative measure against the sale of goods, in another country, in a value lower than that sold in the country of origin. This measure aims to encumber the imported product in order to curb the practice of dumping and, still, to protect the domestic market. Brazil, since 1996, instituted antidumping on Chinese garlic, which was successively renewed. In 2019, the measure was renewed for another five years. In this study, in addition to a theoretical review of the international relationship between Brazil and China around garlic, we obtained the perception of garlic producers in the Alto Paranaíba region about the protection given by the State to garlic produced by them. It was concluded that the measure creates protection for the domestic market, although, in Alto Paranaíba, garlic production still lacks technological resources. In addition, the measures generate tensions between the two countries, making it more difficult to narrow and bring trade closer together.

Keywords: Antidumping, garlic, China, rural producers.

¹ Uma versão concisa do presente trabalho foi apresentada na Revista Negócios em Projeção, v. 10, n. 1, p. 44-53, 2019. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao1/article/view/1242/1070>. Acesso: 20 fev. 20. O presente trabalho traz uma versão ampliada, aprofundada e atualizada sobre o tema em debate.

² Bacharel e mestre em direito pela Universidade Federal de Uberlândia, doutor no programa interdisciplinar em promoção da saúde pela Universidade de Franca e docente na Universidade Federal de Viçosa, campus Rio Paranaíba.

³ Bacharela em administração pela Universidade Federal de Viçosa, campus Rio Paranaíba.

⁴ Bacharela em administração, mestre e doutora em economia aplicada pela Universidade Federal de Viçosa e docente da Universidade Federal de Viçosa, campus Rio Paranaíba.

摘要

反倾销是针对另一个国家的商品销售，其价值低于在其原产国销售的商品的一种行政措施。这项措施是为了限制进口该产品，以遏制倾销行为，并保护国内市场。自1996年以来，巴西对中国大蒜实施了反倾销措施，此后又陆续实施。在2019年，该措施又延长了五年。在这项研究中，除了对巴西与中国之间围绕大蒜的国际关系进行理论审查之外，我们还获得了巴拉那伊巴河上游地区的大蒜生产者对巴西给予大蒜生产者的保护的看法。结论是，尽管在巴拉那伊巴河上游地区的大蒜生产仍然缺乏技术资源，该措施为国内市场提供了保护。此外，这些措施在两国之间造成了紧张贸易关系，使贸易关系更紧密更难。

关键词：反倾销、大蒜、中国、农产品生产者。

1. Introdução

No mercado global é possível realizar operações de aquisição e venda de produtos entre países de forma instantânea. Isso faz com que a concorrência entre mercadorias seja aumentada, pois não há apenas a concorrência entre organizações próximas como também entre empresas de países. Há companhias que buscam tirar proveito dessa situação, seja para tentar adquirir participação de mercado em algum país em que ainda não possua relações mercantis ou por possuir uma produção com custo bem inferior ao país para o qual se deseja exportar. As empresas podem, por exemplo, praticar preços de forma diversificada e comercializar seu produto internamente com um preço e exportando com um outro significativamente menor. Essa prática é denominada *dumping* e é considerada desleal, sendo sujeita a regras e penalidades especiais (KRUGMAN e OBSTFELD, 2013).

Essas penalidades passaram a integrar a legislação brasileira em 1987 pelos Decretos nº 93941 (BRASIL, 1987a) e nº 93962 (BRASIL, 1987b), embora, em 1979, o Brasil já tivesse se tornado signatário dos Acordos *Antidumping* e de Subsídios e Medidas Compensatórias do GATT. Contudo, a organização de órgãos e o processo para instituir a medida *antidumping* foram legalmente estabelecidos apenas em 1995 com a edição da Lei 9.019/95 (BRASIL, 1995) e regulamentados pelo recente Decreto n.º 8.058/2013 (BRASIL, 2013).

Da referida lei, apreende-se que a instituição de medida *antidumping* exige a instauração de um árduo processo com uma vasta produção de provas, o que não poderia ser diferente, afinal a referida medida, se instituída, tem o condão de afetar relações internacionais (BRASIL, 1995). Esse processo pode ser instaurado pela empresa que se sentir prejudicada e também pelo próprio Poder Público e deve, necessariamente, passar pelos dois órgãos, previstos na Lei 9.019/95, que compõem o sistema nacional de defesa comercial, quais sejam: a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).

Nos termos do art. 5º e 6º da mencionada Lei, compete a SECEX “apurar a margem de *dumping* ou o montante de subsídio, a existência de dano e a relação causal entre esses” e a CAMEX “fixar os direitos provisórios ou definitivos, bem como de-

cidir sobre a suspensão da exigibilidade dos direitos provisórios”. Em outras palavras, a SECEX realiza todo o procedimento investigativo e fiscalizatório, enquanto cabe a CAMEX impor a medida *antidumping*, seja em caráter provisório ou definitivo. Diz-se provisória a medida *antidumping* instituída no início do processo investigatório, quando

verificar-se a existência de indícios da prática de *dumping* ou de concessão de subsídios, e que tais práticas causem dano, ou ameaça de dano, à indústria doméstica, e se julgue necessário impedi-las no curso da investigação (art. 2º da Lei 9.019/95) (BRASIL, 1995).

Em outras palavras, a medida provisória se justifica, caso haja urgência em se inibir a prática desleal à concorrência. A medida *antidumping* consiste em impor um ato administrativo sobre a mercadoria de modo a deixá-la com um valor adequado aos custos de produção. Pode-se agregar à mercadoria um valor fixo que incida sobre o seu valor aduaneiro (chamado de disposição *ad valorem*), mas também pode-se optar por aplicar uma alíquota sobre a quantidade da mercadoria na unidade escolhida (BRASIL, 2013).

Muito se discute sobre a natureza jurídica das medidas *antidumping*, mas tem-se reconhecido ser um ato administrativo complexo, posto que perpassa por um processo administrativo (art. 1º da Lei 9.019/95) (BRASIL, 1995). Não se enquadra no conceito de tributo que, nos termos do art. 3º do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66) (BRASIL, 1966), deve ser instituído mediante lei e não pode consistir em sanção de ato ilícito. A medida *antidumping* é, na verdade, estabelecida em processo administrativo e trata-se de uma punição que restringe uma prática comercial (CORRÊA JÚNIOR, 2011).

O Brasil é um país que se vale muito de medidas antidumping, o que é uma prática reiteradamente observada em países em desenvolvimento (WEI, 2013). E tal medida foi instituída para o alho, fresco ou refrigerado, importado da China desde 1996, quando onerava-se de US\$ 0,40 o quilo do alho importado. Em outubro de 2013, o ônus antidumping passou para US\$ 0,78 por quilo, medida está com vigência por cinco anos (IZAGUIRRE, 2013).

As medidas antidumping, que deveriam findar em outubro de 2018, foram prorrogadas, conforme estabelecido na circular SECEX n.º 42, de 03/10/2018, a fim de viabilizar um prazo adequado para averiguar se as medidas podiam ser extintas ou deviam ser mantidas (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2018). Após vasta análise, realizada por meio de processo administrativo, optou-se, em outubro de 2019, por prorrogar por mais cinco (5) anos as medidas antidumping em desfavor do alho chinês (BRASIL, 2019).

Tal medida trouxe uma proteção aos produtores de alho brasileiro. Dessa forma, o setor possui condições de permanecer ativo, mantendo os mais de cem mil empregos já gerados e garantindo o sustento das quatro mil famílias que dependem da produção do alho (FILHO VOLPE, 2014). O autor ainda expõe que, em 2013, 99,5% do alho chinês que entrou no Brasil foi taxado pela medida *antidumping*, garantindo uma arrecadação de R\$ 155 milhões aos cofres públicos. Diferente disto, em 2007/2008, somente 25% do direito *antidumping* foi recolhido.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Qualidade em Horticultura (2014), a participação do alho nacional no mercado brasileiro caiu de 47% em 2002 para 21% em 2012, já o alho chinês representava 15% em 2002 e passou para 63% em 2012. O estado de Minas Gerais é representado no âmbito nacional como o maior fornecedor de alho. Oito municípios do estado produzem 61% do total, dentre eles Rio Paranaíba, São Gotardo e Campos Altos, que integram a região do Alto Paranaíba e são responsáveis por 98% da produção mineira. No ano de 2012 o alho produzido foi destinado, em sua maior parte, para a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

De acordo com Morozini et al. (2000), o alho, ao decorrer dos anos, obteve uma expansão relacionada ao seu consumo, produto este comercializado mundialmente, descrito como um ótimo condimento natural e recomendado na medicina popular pelos seus benefícios. Assim as mudanças de hábitos de consumo provocadas por campanhas educativas, relacionada a produtos naturais fez com que o alho tivesse um crescimento dentro do mercado internacional por meio de países demandadores do produto.

De acordo com Mendes e Padilha Júnior (2007), o agronegócio, *agribusiness* ou complexo agroindustrial é visto como um sistema de produção, traduzido em um conjunto de atividades, que se inicia nos fornecedores de insumos e bens de produção e termina nos consumidores. O setor representa um papel primordial na economia brasileira e, por isso, é importante para a colocação do Brasil no mercado externo. A agricultura e agropecuária têm sido empregadas, tradicionalmente, como sinônimo na economia brasileira. Define-se como um setor produtivo, fundamentado na atividade rural, em que se tem na terra, uma fonte de produção essencial (BACHA, 2004).

Dada à importância do alho para a região do Alto Paranaíba, visa-se, com o presente estudo, discutir a medida *antidumping* sobre o alho chinês e, para tanto, valer-se-á da perspectiva dos produtores de alho da região do Alto Paranaíba. Para alcançar o objetivo proposto, foram aplicados questionários estruturados e os dados obtidos foram analisados por meio de uma abordagem social-descritiva.

2. Referencial teórico

2.1. Comércio Internacional

A comercialização agrícola não se constitui somente na venda da produção em um determinado mercado. É caracterizada como um processo contínuo e organizado que direciona a produção agrícola para um canal de comercialização, em que o produto sofre transformação, diferenciação e agregação de valor (MENDES e PADILHA, 2007).

As atividades econômicas em qualquer país são, tradicionalmente, associadas ao I) setor primário, que agrega as atividades produtoras de bens *in natura* ou pouco processados, os quais empregam grande quantidade do fator terra e trabalho (agropecuária e mineração); II) setor secundário, que são atividades que reprocessam ou combinam os produtos primários da economia, dando a origem a um novo produto; e III) setor terciário, que engloba as atividades relacionadas a prestação de serviços (BACHA, 2004).

Desta forma, o comércio internacional estabelece fortes efeitos sobre a distribuição de renda, promove ganhos ou danos a determinados grupos dentro do comércio, prejudica negativamente os proprietários de recursos específicos para os setores que competem com as importações, ou seja, recursos que não podem ser utilizados por outros setores (KRUGMAN, 2010).

Segundo Bacha (2004), a política comercial é representada pela composição da política fiscal, monetária, cambial e de rendas que levam aos estímulos das exportações ou a redução das importações. Podem ser divididas em dois tipos: as que prejudicam as exportações e as que prejudicam as importações.

A importação é a entrada de mercadoria estrangeira no território aduaneiro. Ela é qualificada importada depois de sua internalização no país pelo desembaraço aduaneiro e do recolhimento dos tributos exigidos em lei. O processo de importação se divide em três fases: administrativa, fiscal e cambial. A fase administrativa trata do licenciamento das importações. A fase fiscal é a que compreende o tratamento aduaneiro em que é verificada a exatidão dos documentos apresentados pelo importador em relação aos produtos importados. Esta etapa inclui o recolhimento dos tributos devidos na importação e, logo após o desembaraço aduaneiro, a mercadoria é considerada importada e pode ser liberada para o mercado interno. Já a fase cambial é feita quando há a necessidade do pagamento das importações em moeda estrangeira, sendo assim processada por uma entidade financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (INVEST & EXPORT BRASIL, 2020).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2018) fundamenta que a OMC é o foro multilateral que regulamenta o comércio internacional. Os órgãos que compõem a OMC monitoram os acordos em vigor e a política comercial dos países membros. Tratam também do acesso de novos participantes e acompanham atividades relacionadas ao processo de solução de controvérsias.

O Brasil interage nos processos de consulta e negociação e tem como principais objetivos a consolidação do sistema multilateral de comércio, incluindo o Mecanismo de Solução de Controvérsias, com o intuito de aceitar a expansão das trocas internacionais em ambiente sólido, não discriminatório e favorável ao desenvolvimento. O país procura por aprimoramento contínuo das regras de comércio internacional e busca também dispositivos que atendam as necessidades próprias dos países em desenvolvimento e a garantia de crescimento no mercado internacional para bens e serviços brasileiros.

Segundo o MDIC (2015), o Acordo Geral Sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, que possui o intuito de obter um comércio internacional livre e transparente, estabelece alguns princípios básicos. São eles: da não discriminação, como o princípio básico da OMC que determina o princípio da nação mais favorecida do tratamento nacional; da previsibilidade de normas para exercerem suas atividades dentro do mercado tanto para a exportação ou importação; garantia de concorrência leal para garantir um comércio aberto e mais correto. Além disso, em relação a restrição quantitativa, o meio de proteção admitido é a tarifa. No entanto, quotas tarifárias podem ser usadas em situação especial desde que estejam previstas nas listas de compromisso dos países.

Para Maia (2013), o GATT era unicamente um acordo e não um organismo internacional e seu objetivo seria o comércio mundial e a OMC teria por objetivo adicionar o crescimento ao comércio internacional, sendo um órgão permanente e com personalidade jurídica. Os instrumentos de defesa comercial (direitos *antidumping*, medidas compensatórias e salvaguardas) têm o intuito de proteger a indústria nacional das distorções do comércio internacional e garantir que a competitividade seja justa entre os produtores nacionais e estrangeiros (2013).

De acordo com MDIC (2015), o DECOM é responsável em propor aberturas e dirigir as investigações, as quais podem ser aplicadas nos seguintes casos: Medidas *Antidumping*, Medidas Compensatórias e Salvaguardas. A primeira tem como intuito proteger os produtores nacionais para que não sejam prejudicados com importações a preços de *dumping*, prática esta considerada como desleal no âmbito do comércio e dos acordos internacionais. Medidas Compensatórias propõem compensar os subsídios concedidos, direta ou indiretamente dentro do país exportador, seja na fabricação, produção, exportação ou o transporte de produtos cuja exportação ao Brasil cause dano à indústria doméstica. A Salvaguarda propõe

o aumento temporário da proteção à indústria doméstica que esteja sofrendo prejuízo grave ou ameaça deste, decorrente do aumento das importações. Seu intuito é fazer com que, durante o período de vigência de tais medidas, a indústria doméstica se ajuste, aumentando a sua competitividade.

Para Maia (2013), o protecionismo é uma política na qual o governo impõe normas comerciais controlando as importações e exportações, sendo classificado em três formas:

- Agressiva: semelhante a uma guerra comercial;
- Defensiva: proteção à produção nacional como *dumping*;
- Moderada: um meio termo entre a acima e utiliza-se de medidas de uma forma mais esparsa e ponderada.

2.2. Medidas Antidumping

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos-ABIMAQ (2014), *dumping* é a prática de exportar um produto a preço inferior ao praticado no mercado interno do país exportador, com o objetivo de conquistar mercados. Essa prática é considerada como desleal, pois prejudica o desenvolvimento da indústria doméstica do país que recebe as importações. A exportação de produtos a preço de *dumping* resulta em danos às empresas do país importador. O conceito de dano está associado a deterioração nos indicadores econômico-financeiros da indústria doméstica. Pode ser entendido no sentido de dano material ou ameaça de dano material (FIESP, 2013).

A investigação *antidumping* tem o intuito de comprovar a existência de *dumping*, dano e relação causal que serão conduzidas de acordo com as regras estabelecidas pela OMC. Tais regras procuram garantir ampla oportunidade de defesa a todos os interessados (importadores, produtores domésticos e exportadores) e a condução do processo é de forma transparente.

O Brasil foi o país onde houve maior número de medidas que desfavoreceram produtos importados em 2013 no mundo. Foram abertas 39 ações *antidumping*. Dados estes informados pela OMC e que alerta, que o volume de novas barreiras no mundo no ano de 2013 foi 30% superior ao número de 2012 (CHADE, 2014).

O Direito *antidumping* definitivo tem vigência prevista de até cinco anos. Mas pode ser alterado, abolido ou prorrogado através de uma revisão, que é feita de acordo com a modalidade e em observância aos fundamentos descritos na petição da parte interessada. A revisão pode ser requisitada pela indústria doméstica e, uma

vez apresentada a petição, será publicada pela autoridade investigadora a decisão de iniciar ou não a revisão, antes do término da vigência do direito *antidumping*. Para a efetiva prorrogação, é indispensável provar que a extinção da medida *antidumping* irá ocasionar a continuação de *dumping* ou dano decorrente (FIESP, 2013).

No caso do alho, em 03 de outubro de 2013, por meio da resolução 80 do CAMEX (2013), foi renovada a medida *antidumping* decretada desde 1996, pelo prazo de cinco anos para as importações de alho fresco ou refrigerado, originário da República Popular da China. Em 2019, a medida foi novamente prorrogada por mais cinco anos (BRASIL, 2019).

3. METODOLOGIA

3.1. Tipo de Pesquisa

A pesquisa é social, pois, de acordo com Gil (2008), ela é um processo de desenvolvimento que utiliza métodos científicos, em que o objetivo principal é encontrar respostas para os problemas e permitir o alcance de novos conhecimentos de acordo com a realidade social.

Este estudo caracteriza-se como pesquisa descritiva, na qual Gil (2008) destaca que “o objetivo primordial é a descrição das características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de variáveis”. Além disso, possui abordagem qualitativa, com a utilização de dados primários.

Quanto aos meios de pesquisas, estes se classificam como bibliográficos e, para a coleta de dados, foram utilizados questionários. Lakatos e Marconi (2007) explicam que o questionário é um instrumento composto por perguntas em determinada ordem, que são respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Junto ao questionário, é enviado em nota ou carta explicativa: a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de se obter as respostas.

3.2. Coleta e Apuração dos Dados

Do total de 50 questionários, foram obtidas 25 respostas, ou seja, 50% do universo analisado. A amostragem é não probabilística, uma vez que os respondentes foram selecionados de dentro de um universo de produtores de forma integralmente não especificada (OLIVEIRA, 2001).

4. Resultados e discussão

4.1. Caracterização dos Proprietários

As informações demonstradas na Tabela 1 têm o objetivo de identificar o perfil dos respondentes, responsáveis por uma parte da produção de alho na região do Alto Paranaíba/MG. A Tabela 1 identifica as características como sexo, idade, nível de escolaridade e também sobre o tempo em que o produtor se encontra no setor.

Tabela 1:
Caracterização da amostra analisada

<i>Categoria</i>	<i>Opções de Respostas</i>	<i>Nº</i>	<i>Respostas %</i>
Sexo	Masculino	23	92%
	Feminino	2	8%
Idade	Até 20 anos	-	-
	Entre 21 e 30 anos	2	8%
	Entre 31 e 40 anos	14	56%
	Entre 41 e 50 anos	5	20%
	Acima de 51 anos	4	16%
	Superior Completo	17	68%
Nível de Escolaridade	Segundo Grau	7	28%
	Primeiro Grau	1	4%
	Primário	-	-
	Não Possui escolaridade	-	-
Há quanto Tempo é produtor De alho	Abaixo de 5 anos	6	24%
	Entre 5 e 10 anos	13	52%
	Entre 10 e 15 anos	5	20%
	Entre 15 e 20 anos	1	4%
	Acima de 20 anos	-	-

Fonte: Dados de pesquisa

Percebe-se que 92% dos produtores de alho são do sexo masculino e 8% do sexo feminino. Em relação a idade 56% representam os produtores entre 31 e 40 anos. Observa-se que 68% dos produtores possuem ensino superior completo e que a permanência deles nesse setor varia entre 5 a 10 anos, para 52% da amostra.

4.2. Produção de Alho

Conforme os dados obtidos na pesquisa, a produção de alho na região abrange as cidades de São Gotardo, Rio Paranaíba, Campos Altos, Ibiá, Tiros e Matutina, totalizando 50 produtores de alho e 2.700 hectares de área cultivada para safra 2015/2015 e, em cada hectare, serão colhidas aproximadamente 15 toneladas.

A colheita de alho é feita entre julho até outubro e a comercialização pode ser feita até fevereiro do ano seguinte sem refrigeração. Com o produto armazenado na câmara fria pode-se atender o mercado interno o ano todo. De acordo com os produtores pesquisados, a produção total ficou em torno de 19.200 toneladas e o preço médio do alho safra 2014/2015 foi em torno de R\$ 70,00/caixa do alho, classe 6.

Em relação a área plantada apresentada na Tabela 2, percebe-se que 60% dos produtores cultivam o alho em até 50 hectares, 24% entre 50 e 100 hectares, 12% de 100 até 200 hectares e de 200 até 500 hectares representam 4% da amostra pesquisada.

Tabela 2:

Classificação dos produtores pesquisados por área de plantio

Hectares (ha) Plantados	Nº de Produtores	%
Até 50 hectares	15	60%
De 50 hectares até 100 hectares	6	24%
De 100 hectares até 200 hectares	3	12%
De 200 hectares até 500 hectares	1	4%
De 500 hectares até 1000 hectares	-	-

Fonte: Dados de Pesquisa

Na Tabela 3 verifica-se a quantidade de empregados, contratados para a safra, período entre o plantio e a colheita do alho. Dos produtores de alho, 40% contratam de 100 a 200 empregados durante a safra, 24% de 50 a 100 empregados, os produtores que contratam até 50 empregados são representados por 24% da amostra e 8% são produtores que empregam de 200 a 500 funcionários durante o período de safra.

Tabela 3:*Empregados contratados durante o plantio e colheita do alho*

Quantidades	Nº de Produtores	%
Até 50 empregados	6	24%
De 50 a 100 empregados	6	24%
De 100 a 200 empregados	10	40%
De 200 a 500 empregados	2	8%
De 500 a 1000 empregados	-	-

Fonte: Dados de Pesquisa

Em relação à forma utilizada na plantação, apresentada na Tabela 4, nota-se que 52% dos produtores de alho utilizam máquinas juntamente com o trabalho manual e 48% adota somente o trabalho manual. Primeiramente é feita a análise do solo, que é melhorado se necessário. As máquinas são utilizadas no preparo da terra (aração) e na escolha de sementes; no plantio é distribuído o fertilizante, com uso da enxada rotativa para a preparação. Após o preparo do solo, a distribuição dos dentes de alho (bulbilho) é manual, pois o dente tem que ser colocado no solo em pé para que possa enraizar.

Tabela 4:*Forma utilizada para o plantio de alho*

Forma	Nº de Produtores	%
Utiliza Máquinas e Trabalho Manual	13	52%
Somente Trabalho Manual	12	48%
Outros	-	-

Fonte: Dados de Pesquisa

A colheita na região é feita de duas formas: na primeira é passada uma chapa abaixo do pé de alho para facilitar o arranquio, para que os empregados possam enleirar (seca no campo), ou fazer os maços de alho utilizando um elás-

tico para firmar o mesmo. Os maços são levados para estaleiros em galpões para secagem. A outra maneira é a utilização de arrancadeiras e atadeiras, máquinas que substituem aproximadamente 50 pessoas.

Sendo assim 52% dos produtores usam arrancadeiras /atadeiras e trabalho manual, 44% utilizam somente o trabalho manual e 4% somente arrancadeiras e atadeiras. Dados extraídos da pesquisa demonstrados na Tabela 5.

Tabela 5:
Forma utilizada para a colheita de alho

Forma	Nº de Produtores	%
Utiliza Arrancadeiras/Atadeiras	1	4%
Utiliza Somente o trabalho Manual	11	44%
Utiliza Arrancadeiras/Atadeiras e trabalho Manual	13	52%
Outros	-	-

Fonte: Dados de Pesquisa

Na Tabela 6 pode se observar que o alho plantado na região do Alto Paranaíba se concentra principalmente nas cidades de São Gotardo, Rio Paranaíba e Campos Altos. A representação da categoria “outros”, com 44% das respostas indica que os produtores cultivam alho em vários pedaços de terras distribuídos na região. Quanto ao destino do alho produzido, verifica-se que 56% dos produtores pesquisados vendem para atacadistas como centrais de abastecimento (como as Centrais Estaduais de Abastecimento – CEASA) e 40% dos entrevistados vendem para as cooperativas.

Observa-se que a comercialização é feita em vários locais, 56% dos produtores vendem para outros estados, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, 24% deles comercializam o produto para todo o país e 20% responderam como outros destinos, alguns especificados na pesquisa como: venda na região, venda para dentro do estado e para o Espírito Santo.

Tabela 6:
Produção e destino do Alho dos produtores pesquisados

Categoria	Opções de resposta	Respostas %
Produção	São Gotardo	16%

Produção	Rio Paranaíba	36%
	Ibiá	-
	Campos Altos	4%
	Outros	44%
Destino	Cooperativa	40%
	Revenda	-
	Venda direta ao consumidor	-
	Venda Para Atacadista (Ceasa)	56%
	Outros	4%
Locais /Região	No estado de MG	-
	Na Região	-
	Em outros estados principalmente: São Paulo e Rio de Janeiro	56%
	Em todo Brasil	24%
	Outros	20%

Fonte: Dados de Pesquisa

Na Tabela 7 é possível observar que 48% dos respondentes cultivam alho por ser um negócio lucrativo, 28% para o sustento familiar e 12% por ser um produto com mercado garantido. Já o produto como fonte de renda mensal do produtor é representada por 4% ; e 8% disseram que produzem o alho por outros motivos.

Tabela 7:
Razões para produzir alho

Razão	Nº de Produtores	%
Negócio Lucrativo	12	48%
Renda Mensal	1	4%
Mercado Garantido	3	12%
Sustento Familiar	7	28%
Outros	2	8%

Fonte: Dados de Pesquisa

O alho é uma cultura predominantemente técnica, exigente nas questões climáticas e geográficas, o que o torna interessante comercialmente em um país que ainda não é autossuficiente em sua produção. A Tabela 8 demonstra que 88% dos respondentes observaram um crescimento de produtores na região do Alto Paranaíba após a medida *antidumping* na importação do alho chinês e 12% afirmaram não ter observado esta mudança.

Tabela 8:

A Percepção dos produtores acerca da medida Antidumping na importação do alho Chinês sobre o aumento de produtores na região

Alternativas Nº de Produtores %		
Sim	22	88%
Não	3	12%

Fonte: Dados de Pesquisa

Para os produtores pesquisados a importação do alho chinês, a não incidência da medida *antidumping* causa a redução da área plantada e de produtores na região do Alto Paranaíba e tem como consequência o aumento do desemprego e a diminuição de receitas para o Brasil através da devida tarifa recolhida para os cofres públicos. Dessa forma, quando perguntados a respeito do aumento da taxa *antidumping* no alho importado da República da China, Tabela 9, 100% dos questionados afirmaram ser plenamente a favor do aumento.

Tabela 9:

Percepção dos produtores em relação ao aumento da taxa antidumping

Alternativas Nº de Produtores %		
Concorda	25	100%
Não Concorda	-	

Fonte: Dados de Pesquisa

Segundo Lucini (2008), para colher o alho nobre roxo na região do Cerrado do Brasil é essencial que o produto passe por uma câmara fria, processo

de vernalização da semente, fazendo com que o alho crie habilidade para se produzir em uma região mais quente. Diante do exposto, verifica-se na Tabela 10, que 100% dos produtores afirmam, que a qualidade do alho da região do Alto Paranaíba em relação ao alho chinês, é superior.

Tabela 10:
Análise comparativa da qualidade do alho do Alto Paranaíba e o da China

Qualidade Nº de Produtores %		
Ótima	25	100%
Muito Boa	-	-
Boa	-	-
Ruim	-	-
Péssima	-	-

Fonte: Dados de Pesquisa

Na Tabela 11 pode-se analisar que 88% dos produtores perceberam um aumento na produção de alho em 2015 com relação aos anos de 2013 e 2014. A proporção desse crescimento está representada na Tabela 11.

Tabela 11:
Crescimento na produção de alho em curso em relação a 2013 e 2014

Alternativas Nº de Produtores %		
Sim	22	88%
Não	3	12%

Fonte: Dados de Pesquisa

Conforme Tabela 12, constata-se que 40% dos respondentes verificaram um crescimento de até 10% no plantio de alho no ano de 2015, já 44% da

amostra observaram que o aumento foi maior, entre 10% até 20%; 12% dos questionados afirmaram que não houve crescimento do plantio em 2015; e 4% responderam que o aumento ficou entre 20% e 50% em relação ao ano de 2013 e 2014.

Tabela 12:
Proporção do crescimento área de plantio safra 2015

Alternativas Nº de Produtores %		
Até 10%	10	40%
De 10% até 20%	11	44%
De 20% até 50%	1	4%
Acima de 50%	-	-
Não Houve Crescimento	3	12%

Fonte: Dados de Pesquisa

A importância da medida *antidumping* no alho importado da china é apresentada na Tabela 13, na qual se observa que 100% dos questionados querem que a medida continue em vigor, uma vez que a medida protetiva garante o produto no mercado nacional.

Tabela 13:
Continuidade da taxa antidumping

Alternativas Nº de Produtores %		
Sim	25	100%
Não	-	-

Fonte: Dados de Pesquisa

Observa-se na Tabela 14 que 88% dos produtores de alho gostariam de ter mais incentivos do governo para aumentar a produção da cultura. Os respondentes justificaram que a cultura é uma das maiores geradoras de emprego e, por isso, o governo poderia dar uma atenção maior quanto às leis trabalhistas,

pois a cultura exige muitos trabalhadores temporários fazendo com que a folha de pagamento fique bem mais onerosa para o empresário.

Tabela 14:
Expectativa de incentivos fiscais

Alternativas Nº de Produtores %		
Sim	22	88%
Não	3	12%

Fontes: Dados de Pesquisa

Os incentivos fiscais descritos na pesquisa foram: aumento do preço do produto importado, continuidade da medida *antidumping*, financiamento com juros mais baixos, redução da carga tributária, maior incentivo às exportações, incentivo a pesquisa tanto na produção quanto mercadológica e custeios agrícolas.

Ao serem questionados sobre o impacto da importação do alho chinês na produção de alho da região do Alto Paranaíba, observa-se que o principal problema apontado se refere a concorrência desleal frente ao alho chinês, que possui um custo irrisório se comparado ao custo do alho brasileiro. Com uma área de produção responsável pelo abastecimento do consumo mundial de alho, a China se destaca frente ao alho nacional em diversos aspectos, tanto econômico, social e político.

Com leis trabalhistas diferentes das do Brasil e com uma tributação menor, o custo de produção chinês é mais baixo, o que dificulta a concorrência do produto nacional em relação ao importado. A cultura do alho se destaca pelo uso intenso de mão de obra, devido as suas peculiaridades. Portanto, os maiores impactos causados, vistos pelos produtores da região do Alto Paranaíba são: concorrência desleal, desestímulo aos produtores e redução de emprego e renda, impacto socioeconômico, baixa nos preços do alho nacional, diminuição da área plantada, impacto negativo direto, diminuição da viabilidade de produção e custo muito alto, o que dificulta a concorrência com o alho chinês.

Quanto ao órgão(s)/entidade(s) que agem em defesa dos produtores, todos responderam serem filiados a ANAPA (Associação Nacional dos Produtores de Alho), a qual tem lutado pelos direitos dos produtores nas questões de im-

portação e pela manutenção da medida *antidumping*. Entretanto, conforme as respostas dos entrevistados, manter-se filiado a associação, que representa os produtores frente ao governo, gera um custo muito alto para o empresário.

Os participantes da pesquisa destacam que a questão da importação do alho chinês vai além do produtor de alho, ela é algo que representa na balança comercial entre China e Brasil muito pouco frente ao que o Brasil exporta, em minério de ferro, soja e outros produtos para a China. Portanto defender a classe produtora de alho no Brasil não é tarefa fácil. O que realmente tem ajudado é a representatividade dessa cultura na agricultura familiar, principalmente na região Sul do Brasil. Nas demais regiões essa cultura é produzida de forma mais empresarial.

Desta forma, destaca-se o profissionalismo da ANAPA principalmente por defender não somente os empresários, mas também a cultura como geradora de renda e sustento familiar, dentre eles produtores da região do Alto Paranaíba e aqueles da região Sul do Brasil, os quais dependem da plantação de alho como a única fonte de renda para o sustento familiar. Ao serem questionados sobre as eficiências quanto à proteção desse órgão/entidade, no caso a ANAPA, todos responderam que a associação tem conseguido proteger os produtores de alho, pois ela tem uma representatividade maior perante os órgãos públicos.

Portanto, observa-se que a adesão ao ANAPA e as medidas *antidumping* tiveram forte adesão dos produtores de alho, o que era esperado, já que isso representa uma garantia de mercado e de lucro. Na verdade, os produtores de alho viram nas medidas *antidumping* um meio de protegerem o seu negócio. Afinal, o Brasil é um dos países que mais utilizam medidas *antidumping*, sendo o 5º maior do mundo ao considerar o período compreendido entre 1/1/1995 a 31/12/2014 (WEI, 2016). Essas medidas, embora sejam intervenções do Estado na economia, visam a proteção do livre-comércio, além de evitar a prática ilícita do *dumping*. É, portanto, um protecionismo moderado, mas, se usado de forma exacerbada, pode-se caracterizar uma agressiva ingerência do Estado na economia.

Milita de forma contrária ao argumento de que as medidas *antidumping* do alho evidencie um agressivo protecionismo do Brasil o fato de serem instituídas mediante um processo objetivo, estabelecido na Lei 9.019/95, a qual observa as disposições da Organização Mundial do Comércio, e também por estar regulamentado pelo Decreto 8.058/13. Wei (2016) observa que a regulamentação brasileira, principalmente após 2013, foi aprimorada “ao fornecer critérios substantivos mais abrangentes e precisos” (p. 6), melhorando a transparência das regras *antidumping*, reduzindo os poderes discricionários das autoridades

de investigação e instituindo, com maior rigor, as medidas *antidumping*. Houve outras melhoras ao tornar mais preciso o entendimento sobre conceitos, necessários ao processo *antidumping*, como “valor normal” e “produto similar”, além do processo ter se tornado muito mais célere.

Os resultados dessa pesquisa, contudo, indicam que, no que se refere ao alho, as medidas *antidumping* evidenciam uma agressiva ingerência do Estado na economia. Primeiro, porque o perfil dos produtores de alho demonstrou uma produção de alho com baixa tecnologia, já que 60% (sessenta por cento) da produção ocorre em área de até 50 (cinquenta) hectares; 48% (quarenta e oito por cento) usam apenas trabalho manual para plantio e 44% (quarenta e quatro por cento) usam apenas o trabalho manual para a colheita do produto, que é comercializado predominantemente dentro do Brasil, o qual, por sua vez, não é autossuficiente no fornecimento do alho.

Ademais, um percentual relevante (28%) comercializa o alho para o sustento familiar. Ou seja, essa produção com baixa tecnologia evidencia uma dificuldade dos produtores nacionais em competir no mercado. Outro ponto: observou-se que as pessoas envolvidas na produção do alho veem de forma positiva as medidas *antidumping*, o que gera uma pressão política e social para que essas medidas sejam instituídas. Essa conclusão também está em conformidade com a pesquisa de Wei (2016), em que o Brasil intensificou suas medidas protecionistas após sua abertura comercial com o Mercosul e sua dificuldade em competir no mercado global. É, portanto, o resultado de uma “continuada economia fraca” (p. 5).

Contudo, esse protecionismo não é mal visto por Ha Joon Chang (2009). Pelo contrário, segundo o autor é algo positivo à economia doméstica, principalmente dos países subdesenvolvidos. Chang (2009) compara a economia dos países em desenvolvimento a uma criança de seis anos de idade. Ao se abandonar as barreiras protecionistas, equivaleria a incluir a criança de seis anos no mercado para que pudesse desenvolver uma mentalidade “adequada ao trabalho” (p. 62). Esse infante poderia até ser um bom vendedor, mas não seria um médico ou um físico quântico de sucesso. Para se tornar esses profissionais, seria necessário investimento e proteção.

Conforme o autor, os liberais, ao defenderem a abolição das medidas protecionistas, estabelecem que os países pobres coloquem seus filhos para trabalhar com seis anos, ou seja, coloque a sua indústria para competir com indústrias de países desenvolvidos, sem que estejam suficientemente maduras e preparadas para competirem com os empresários dos países desenvolvidos. Para que haja uma preparação para o mercado global, é indicado e recomendado por Chang

(2009) a intervenção estatal, pois foi esse mesmo modelo protecionista o adotado pelos países desenvolvidos, como a Coréia do Norte, Inglaterra e Estados Unidos, durante os seus respectivos processos de desenvolvimento.

O modelo protecionista do Brasil em relação à China pode-se justificar em razão deste país adotar leis trabalhistas e ambientais flexíveis, associada a uma tributação menor, quando comparada ao Brasil. Contudo, não se pode perder de vista que a China e o Brasil são parceiros comerciais e suas negociações são mais intensas do que o comércio estabelecido entre o Brasil e os Estados Unidos da América (WEI, 2016). Logo, essa relação comercial deve ser preservada e não colocada constantemente em tensão por meio das políticas *antidumping* que são consideradas, por Wei (2013) como fáceis, mas não inteligentes, o que se concorda no presente estudo. Na verdade, abordagens diplomáticas e intervenções políticas amplas de apoio à economia doméstica devem ser instituídas, mas observa-se que, em casos extremos, deve-se, ainda, recorrer às medidas *antidumping*.

5. Conclusão

O presente estudo buscou analisar o impacto da medida *antidumping* no alho importado da china na produção de alho da região do Alto Paranaíba. Os dados foram coletados por meio de questionários aplicados aos produtores de alho da região. Por meio dos resultados, verificou-se que a importação do alho chinês ocasiona um impacto negativo direto no Brasil como desemprego, diminuição da área plantada, além de prejudicar a economia das cidades, onde se localizam as produções.

Conforme as respostas, os produtores necessitam de mais incentivos do governo para aumentar a produção, visto que os incentivos demandados destacados na pesquisa vão desde a diminuição dos encargos trabalhistas até a manutenção das políticas comerciais.

Os dados obtidos pela pesquisa proporcionaram o alcance dos objetivos, pois evidenciaram que o impacto da medida *antidumping* possibilitou o aumento de produtores e da área plantada na região do Alto Paranaíba. Desta forma, as medidas *antidumping* são relevantes e necessárias, pois fazem com que o alho interno possa concorrer com o produto importado e gerar mais empregos na agricultura nacional.

Concluiu-se que os produtores de alho da região do Alto Paranaíba/MG buscam mais incentivos do governo para o aumento da produção e lutam juntamente com a ANAPA para manter a medida *antidumping* nas importações

de alho da República da China em vigor. Visam, com a medida, competir no mercado e fazer com que as pessoas que dependem diretamente desta agricultura, sejam grandes empresários rurais ou agricultores familiares, possam se equilibrar dentro do comércio com menor receio com relação ao preço do alho e com maior segurança contra possíveis prejuízos. Essas medidas, contudo, geram tensão entre o Brasil e a China, países que são grandes parceiros comerciais, o que tornam recomendáveis soluções diplomáticas e que haja um reforço da produção nacional do alho, dada que sua produção e colheita ainda não apresentam elevada mecanização.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS – ABIMAQ. **Antidumping**. São Paulo: 2014. Disponível em: <http://www.abimaq.org.br/site.aspx/Antidumping> Acesso em: 24 fev. 20.

BACHA. Carlos J.C. **Economia e Política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004. BRASIL. Decreto n.º 93.941, de 16 de janeiro de 1987: promulga o Acordo Relativo à Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT). **DOU**, 19 jan. 1987a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D93941.htm. Acesso em: 24 fev. 20.

BRASIL. Decreto n.º 93.962, de 22 de janeiro de 1987: promulga o Acordo Relativo à Interpretação e Aplicação dos Artigos VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), e dá outras providências. **DOU**, 23 jan. 1987b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D93962.htm. Acesso em: 24 fev. 20.

BRASIL. Lei n.º 9.019, de 30 de março de 1995: dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo Antidumping e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios, e dá outras providências. **DOU**, 31 mar. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19019.htm. Acesso em: 24 fev. 20.

BRASIL. Portaria n.º 4.593, de 2 de outubro de 2019: prorroga direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de alhos frescos ou refrigerados, originárias da China. **DOU**, 3 out. 2019. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-4.593-de-2-de-outubro-de-2019-219665563>. Acesso em: 24 fev. 20.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966: dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados

e Municípios. **DOU**, 27 out. 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013: regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação e à aplicação de medidas antidumping; e altera o Anexo II ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **DOU**, 26 ju. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8058.htm. Acesso em: 24 fev. 2020.

CHADE, Jamil. Brasil é o n.º 1 em medidas protecionistas, diz OMC. **Exame**, 17 fev. 2014. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/brasil-e-o-no-1-em-medidas-protecionistas-diz-omc/>. Acesso em: 24 fev. 2020.

CHANG, Ha-Joon. **Maus samaritanos**: o mito do livre comércio e a história secreta do capitalismo. Tradução de Celina Martins Ramalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX. **Resolução n.º 80/2013**: antidumping definitivo, alhos frescos ou refrigerados. 4 out. 2013. Disponível em: <http://www.camex.gov.br/noticias/62-resolucoes-da-camex/em-vigor/1254-resolucao-n-80-de-3-de-outubro-de-2013>. Acesso em: 24 fev. 2020.

CORREIA JÚNIOR, Antônio. A natureza jurídica do direito antidumping: tributo ou ato. **Aduaneira e Tributário – Revista Digital**, out. 2011. Disponível em: <https://aduaneirotributario.wordpress.com/2011/10/28/a-natureza-juridica-do-direito-antidumping-tributo-ou-ato-administrativo/>. Acesso em: 24 fev. 2020.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO-FIESP. **Guia Antidumping**. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://sitefiespstorage.blob.core.windows.net/uploads/2017/10/guia-antidumping-derexpdf.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2020.

FILHOVOLPE, C. A. Recolhimento do direito antidumping: Demonstrando resultados e planejando o futuro. **Nosso Alho**, Brasília, DF, N.19, p.17-18, abr. 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

INSTITUTO BRASILEIRO DE QUALIDADE EM HORTICULTURA. **Alho na CEAGESP**. São Paulo: 2014: Disponível em: <http://www.hortibrasil.org.br/jnw/index.php?option=com_content&view=article&id=1171:o-alho-na-ceagesp&catid=50:comercializacao&Itemid=82 > Acesso em: 04 jun. 2015.

INVEST & EXPORT BRASIL. **Definição de importação**: fases do processo de importação. 2020. Disponível em: <http://www.investexportbrasil.gov.br/definicao-de-importacao>. Acesso em: 24 fev. 20.

IZAGUIRE. Mônica. Brasil seguirá sobretaxando importações de alho chinês. **Valor econômico**, 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/3294414/brasil-seguira-sobretaxando-importacoes-de-alho-chines#ix-zz36h1txZGB>. Acesso em: 24 fev. 2020.

KRUGMAN. P. OBSTFELD. M. **Economia Internacional**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LUCINI. A.M. O Alho no Brasil: Um Pouco da História dos Números do Nobre Roxo. **Nosso alho**, Rio Verde, GO, ed. 1, p. 16-22, dez. 08. Disponível em: http://www.abhorticultura.com.br/downloads/anapa_rev_nossoalho_dez08.pdf. Acesso em: 24 fev. 20.

MAIA, J. M. **Economia internacional e comercio exterior**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MENDES, J.T.G; PADILHA JUNIOR. J.B. **Agronegócio**: Uma Abordagem Econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **Organização Mundial do Comércio**. 2018. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/negociacoes-comerciais/omc-organizacao-mundial-do-comercio/sobre-a-omc>. Acesso em: 24 fev. 2020.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. Circular n.º 42, de 3 de outubro de 2018. **DOU**, 4 out. 2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/43884789. Acesso em: 26 mar. 2019.

MOROZINI, João Francisco et al. A viabilidade econômica do plantio do alho. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CUSTOS, 9, 2005, Florianópolis,

SC, Brasil. **Anais...** Florianópolis: 2005. p. 1-13. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKE-wjprL_G2-rnAhX1FLkGHeonC7QQFjAAegQIAxAB&url=https%3A%2F%2Fanaiscbc.emnuvens.com.br%2Fanais%2Farticle%2Fdownload%2F1910%2F1910&usg=AOvVaw0XcxJ9h_0zmJFT0VM3n9NC. Acesso em: 24 fev. 20.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de Metodologia Científica**: TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

WEI, Dan. Antidumping in Emerging Countries in the Post-crisis Era: A Case Study on Brazil and China. **Journal of International Economic Law**, 2013, 16, 921-958. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jiel/jgt027>. Acesso em: 24 fev. 2020.

WEI, Dan. Panorama da relação de comércio bilateral Brasil-China e casos selecionados de defesa comercial. **Revista Electrónica de Direito**, fevereiro de 2016, n.º 1. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0ahUKEwiVuYT7uvH-QAhULjZAKHZE1D3kQFggoMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.cije.up.pt%2Fdownload-file%2F1368&usg=AFQjCNEweCVkxkKr_G1zirb9E-qFpUtcHpA&sig2=WhAoYTaIdzQLuygU14y1CQ. Acesso em: 24 fev. 2020.

10

Cadeia produtiva da batata:

um estudo da microrregião do Alto Paranaíba-MG

马铃薯生产链：

巴拉那伊巴河上游地区微观区域研究

André Luiz de Paiva

Eduarda Pereira Vargas

Resumo

Os estudos das cadeias de produção visam aperfeiçoar a gestão dos processos entre os elos que compõe a cadeia, considerando os macros segmentos de produção de matéria-prima, comercialização e industrialização. A análise geralmente é realizada conforme a representatividade do produto na região ou no mercado nacional. Sendo assim, a gestão da cadeia de produção permite uma maior interação entre todas as atividades da cadeia, através da melhoria dos relacionamentos entre seus diversos elos e agentes, possibilitando, portanto, a criação de vantagem competitiva no mercado. Este trabalho tem como objetivo estudar a Cadeia Produtiva da Batata na Microrregião do Alto Paranaíba - MG. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o conceito das Cadeias Produtivas e os Macros Seguintes relacionados a mesma. Em seguida, foi estudado o funcionamento da cadeia da batata na microrregião em questão, com base em entrevistas semiestruturadas, que permitiram analisar quais são os fatores relevantes no desenvolvimento da cadeia, tais como classificação dos tipos de batata produzida, aspectos de competitividade e comercialização. Logo após o diagnóstico da Cadeia Produtiva da Batata, o trabalho descreve os macros seguintes identificados, ressaltando como a cadeia está estruturada, de acordo com cada tipo de batata. Além disso, destacou-se os elos que mostram conflitos na cadeia.

Palavras-chave: Cadeia Produtiva, Batata, Macros Seguintes.

Abstract

The studies of the production chains aim to improve the management of processes between the links that make up the chain, considering the macro segments of production of raw material, commercialization and industrialization. The analysis is usually carried out according to the product's representativeness in the region or in the national market. Thus, the management of the production chain allows greater interaction between all activities in the chain, through the improvement of relationships between its various links and agents, thus enabling the creation of competitive advantage in the market. This paper aims to study the Potato Production Chain in the Microregion of Alto Paranaíba - MG. Initially, a bibliographic review was carried out on the concept of Productive Chains and the Macro Segments related to it. Then, the functioning of the potato chain in the micro-region in question was studied, based on semi-structured interviews, which allowed to analyze what are the relevant factors in the development of the chain, such as classification of the types of potato produced, aspects of competitiveness and commercialization. Right after the diagnosis of the Potato Production Chain, this study describes the macros segments identified, highlighting how the chain is structured, according to each type of potato. In addition, the links that show conflicts in the chain were highlighted.

Keywords: Productive Chain, Potato, Macro.

摘要

考虑到了原材料生产、商业化和工业化的宏观环节，对生产链的研究旨在改善构成生产链的各个环节之间的流程管理。通常根据产品在该地区或全国市场中的代表性进行分析。因此，生产链的管理通过改善各个环节与代理商之间的关系，允许链中所有活动之间进行更大的互动，从而在市场上创造竞争优势。本文旨在研究巴拉那伊巴河上游微区（米纳斯）的马铃薯生产链。最初，对生产链的概念及其相关的宏观环节细分进行了书目审查。然后，在半结构化访谈的基础上，研究了所讨论的微区域中马铃薯链的运作，该访谈允许分析马铃薯链发展中的哪些相关因素，例如所生产马铃薯的类型分类，竞争力和商业方面。在诊断出马铃薯生产链之后，本研究描述了所识别的宏观环节片段，强调了链如何根据每种马铃薯类型成结构。此外，突出了在链中有显示冲突的环节。

关键词：生产链、马铃薯、宏观

1. Introdução

O mercado mundial tem se tornando se cada dia mais competitivo. No entanto, para que os produtores consigam alcançar vantagem competitiva, é necessário buscar meios para isso. Uma maneira eficiente de se alcançar a vantagem competitiva, pode ser através da utilização da análise das cadeias produtivas, que permitem aos agentes uma coordenação entre as atividades de produção e distribuição desenvolvidas pelas empresas ao longo da cadeia de produção, de modo que seja possível oferecer respostas rápidas às oportunidades de negócios (BATALHA, 2010).

A gestão da cadeia produtiva agroindustrial, permite uma maior interação entre todas as atividades que a compõe, através da melhoria dos relacionamentos entre seus diversos elos e agentes, possibilitando, portanto, a criação de vantagem competitiva no mercado. Deste modo, a cadeia agroindustrial pode ser subdividida em três segmentos, que são: I) produção das matérias primas, que consiste em firmas que fornecem o material para que as indústrias consigam produzir; II) industrialização, que representa as indústrias que vão transformar o produto para chegar ao consumidor final e; III) comercialização, que envolve as organizações que estão em contato com o cliente, podendo ser caracterizada como atacado ou varejo (BATALHA, 2010).

A cadeia produtiva busca otimizar a gestão do processo total, considerando os macros- segmentos citados anteriormente através de determinado tipo de produto. A análise geralmente é realizada conforme a representatividade de tal produto na região ou no mercado nacional, como é o caso de produtos como, café, milho, soja, batata, entre outros. Ao especificar a cadeia produtiva da batata, entre os anos de 2013 a 2018, é possível notar que a mesma tornou-se, uma atividade importante para várias regiões do Brasil. Segundo Nick e Borém (2017), a batata representa um setor que está diretamente relacionado a geração de emprego e renda, principalmente para a Região Sudeste, visto que é a região onde se concentra o maior volume de produção.

Na microrregião do Alto Paranaíba-MG, o cultivo de batata, tem apresentado um crescimento constante, exercendo assim um papel significativo no desenvolvimento econômico regional. Entretanto, para atingir resultados mais satisfatórios existem muitos desafios a serem alcançados, visto que, com o alto nível de competitividade desse setor, as empresas necessitam, cada vez mais, se adequar as demandas do mercado, buscando gestão eficiente das suas atividades (BATATA SHOW, 2019).

Desse modo, a análise da cadeia produtiva apresenta-se como uma importante ferramenta de gestão para todos os agentes envolvidos no processo, desde os fornecedores até aos consumidores finais, pois uma cadeia bem estruturada e com uma gestão eficiente, gera qualidade no produto final, diminui os custos e aumenta seu lucro, garantindo a satisfação dos consumidores. Desta forma, cresce a importância de se fazer um mapeamento da mesma identificando sua estrutura e seu estágio de desenvolvimento (VIANA; FERRAS, 2007).

No caso da batata, existem poucos estudos empíricos sobre esse tema, tornando-se assim, de suma importância um aprofundamento nos conhecimentos sobre a situação atual da sua cadeia produtiva. Possibilitando uma análise mais ampla da sua estrutura e suas potencialidades, uma investigação acerca de seus principais elementos pode oferecer, aos agentes da cadeia, uma ferramenta melhor de coordenação das suas atividades, de maneira que os gestores consigam definir suas estratégias, com maior facilidade. (BATATA SHOW, 2019).

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo descrever a Cadeia Produtiva Agroindustrial da Batata mais especificamente na Microrregião do Alto Paranaíba-MG, para então conseguir caracterizar sua estrutura na região em questão. Buscou-se descrever os principais segmentos da cadeia produtiva da batata na Microrregião do Alto Paranaíba-MG, mapeando-a de ponta a ponta, tendo como objetivos específicos: a) descrever as principais características de cada segmento: quais são os tipos de batata produzidas na Região do Alto Paranaíba, para onde são destinadas as batatas, como é realizada a comercialização da matéria prima; b) identificar quais são os nós na relação entre produtor e o comprador; c) quais as características do mercado consumidor; e d) quais tecnologias favorecem a cadeia na região.

Além do mais, este trabalho buscou identificar a relevância da cadeia na Microrregião do Alto Paranaíba-MG, pois a mesma tem um alto potencial de produção de matéria prima e está localizada próxima a indústria “Bem Brasil” em Araxá. Além disso, identificou-se que no próximo ano a cidade também receberá a indústria “McCain”, grande produtora de batata pré-frita da Argentina. Assim sendo, a região terá um novo entrante na cadeia que poderá influenciar tanto a montante (localização dos atores da cadeia antes da industrialização como os fornecedores e produtores) quanto a jusante (representa os atores mais próximos dos consumidores finais, como os distribuidores e comerciantes).

O presente capítulo encontra-se dividido em cinco seções, sendo: introdução, seguida pela revisão bibliográfica sobre o conceito de cadeia produtiva e os macros segmentos relacionados a mesma. Posteriormente são descritos os métodos e procedimentos utilizados na pesquisa. Finalmente, são apresentados os resultados obtidos na pesquisa e as considerações finais.

2. Cadeia Produtiva

Na literatura brasileira existem alguns termos que apresentam semelhanças, podendo causar confusão no que diz respeito a interpretação e classificação das cadeias produtivas. Sendo assim, é importante destacar a diferença entre as expressões: Sistema Agroindustrial, Complexo Agroindustrial e Cadeia de Produção Agroindustrial. De modo que fique claro as principais diferenças entre cada um.

Conforme as concepções discutidas por Batalha (2010, p.10) o “Sistema Agroindustrial (SAI) pode ser entendido como um conjunto de atividades que cooperam para produção de produtos agroindustriais, desde a produção dos insumos até a chegada do produto final”. O SAI pode ser caracterizado como um conjunto de seis atores, sendo eles: agricultura, pecuária e pesca; indústrias agroalimentares; distribuição agrícola e alimentar; comércio internacional; consumidor, indústrias e serviços de apoio, “sem estar relacionado a determinado tipo de produto ou matéria-prima”. De acordo com De Castro, Tonani e Lima (2019) o Complexo Agroindustrial compreende todas as atividades relacionadas a um tipo de matéria-prima específica, a qual dará origem a uma sequência de outros produtos finais. Sendo assim, pode ser composto “por muitas cadeias produtivas que fornecem a matéria-prima”. A título de exemplo, pode se citar o Complexo do Café, Complexo do Leite, Complexo da Soja, etc.

Por sua vez, Duarte (2013), ressalta que a cadeia produtiva é composta por um conjunto de agentes econômicos e as relações entre os componentes da mesma são estabelecidas para atender as necessidades do consumidor de determinado produto final. Assim, cada ação ao longo da cadeia é realizada por um agente especializado que irá se associar diretamente a outros agentes também ligados a cadeia. Então, a finalidade é a produção de um bem ou serviço para o consumidor final. Por outra perspectiva, a cadeia produtiva tem o intuito de suprir as necessidades do consumidor final, em quesitos como, qualidade, quantidade e preços competitivos (FAORO; OLIVEIRA; ABREU, 2018). Na figura a seguir é possível identificar quais são os agentes e como eles estão interligados.

Figura 1:
Estrutura da Cadeia Produtiva Agroindustrial



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com Silveira et al. (2005, p.5), “...um processo de produção pode ser decomposto em etapas. Essas etapas de produção podem ser separadas em um encadeamento de operações técnicas elementares”. Ou seja, conforme a entrada e saída de produtos dessas etapas de produção, um valor de mercado é agregado a eles, caracterizando assim, o estado de produção de cada um. Ademais, entre esses estados surge um mercado intermediário que é associado a cada etapa de produção.

Figura 2:
Mercados da Cadeia Produtiva



Fonte: BETAEQ (2019)

Para tanto, Batalha (2010) destaca que existem pelo menos quatro tipos de mercados em uma cadeia sendo eles:

- Mercado entre os produtores de insumos e os produtores rurais,
- Mercado entre os produtores rurais e agroindústria,
- Mercado entre a agroindústria e distribuidores,
- Mercado entre distribuidores e consumidores finais.

2.1. Macros Segmentos da Cadeia Produtiva Agroindustrial

Conforme Batalha (2010), ao se realizar um estudo da cadeia de produção de certo produto deve se considerar três elementos fundamentais para análise da mesma, sendo eles: Produção de Matérias Primas, Industrialização e Comercialização. Esses três elementos são responsáveis por descrever a cadeia de montante a jusante, de modo que a mesma seja estruturada, permitindo assim, fazer uma análise que possibilite desenvolver uma gestão de qualidade da mesma, visto que, cada elemento é uma etapa do processo de produção.

Segundo Mielke (2002), existem três setores que devem ser analisados com maior ênfase, pois, esses trazem uma visão sistêmica do processo produtivo, são eles: “antes da porteira”, “dentro da porteira” e “depois da porteira”. O “antes

da porteira” compreende todo processo que ocorre antes da propriedade rural, desde o fornecimento de insumos até a oferta da matéria prima para o produtor. Posteriormente, tem-se o elo “dentro da porteira” um conjunto que considera as atividades realizadas dentro da unidade produtiva, que compreende o preparo e manejo de solos, tratamentos culturais, irrigações, colheita e outros. Finalmente, tem-se o “depois da porteira”, que abrange todo o processo de industrialização até chegar às redes de distribuição para então ser entregue ao cliente final.

Assim, a cadeia produtiva tem início com o macro segmento de produção de matéria prima. Esta, conta com vários agentes interligados, um dos principais neste caso, são os fornecedores, que na maioria das vezes são os responsáveis por oferecerem insumos, máquinas agrícolas, assistência técnica, crédito, etc. (INAGAKI; JUNQUEIRA; BELLON, 2018)

Após a produção de matéria-prima, onde se inicia todo o processo em que as firmas fornecem produtos para que outras empresas deem continuidade ao processo, inicia-se o macro segmento de industrialização, que é representado pelas firmas responsáveis pela transformação da matéria-prima em produto final, produto este que é destinado ao comércio, que pode ser tanto familiar quanto agroindustrial (ARAÚJO, 2010).

De acordo com Batalha (2010), estas transformações podem ser divididas em primeira etapa, segunda etapa e terceira etapa, nas quais cada processo de transformação tem uma destinação diferente. Por exemplo, empresas de primeira transformação podem destinar a matéria-prima diretamente ao comércio ou para as indústrias de segunda ou terceira transformação. Estas últimas são responsáveis por elaborar produtos finais mais elaborados. Desta forma, estes macro segmentos envolvem operações logísticas e comerciais essenciais para a atuação nos diversos tipos de mercados.

Por fim, o macro segmento de comercialização compreende o contato das empresas com o consumidor final da cadeia, que permite o consumo e comércio dos produtos finais. Essa etapa se divide entre os comerciantes e o mercado consumidor. Os comerciantes podem ser caracterizados como atacadistas ou varejistas, sendo os primeiros grandes distribuidores que tem como finalidade abastecer redes de supermercado e mercados externos. Já os varejistas são as empresas que têm contato direto com o consumidor final, oferecendo assim os produtos fornecidos pela cadeia (BATALHA, 2010).

Ao final de toda cadeia tem-se o mercado consumidor que é formado por consumidores dispostos a comprar os produtos oferecidos pelas empresas. Este mercado pode ser tanto interno, se localizando dentro do país, quanto externo, quando localizado em outras nações (DUARTE, 2013).

Contudo, é necessário que as cadeias produtivas compostas pelos macros segmentos, descritos acima busquem uma coordenação entre os agentes que a compõem, facilitando uma troca de informações e conhecimentos. Visto que essa troca permite um funcionamento mais eficaz das atividades dentro da cadeia, promovendo as organizações, os produtores e as regiões nas quais as cadeias estão inseridas. Essa promoção permite ainda que se tenha um fator de diferenciação mediante o mercado concorrente e consequentemente gere um desenvolvimento local/regional para a cadeia em destaque. (ARBAGE, 2004).

De acordo com Silveira et al. (2005) as relações interfirmas que são coordenadas numa mesma região possibilitam o desenvolvimento regional, quando se caracteriza uma competição cooperativa, sendo possível produzir fontes de ganho de capacidade e flexibilidade, que não seriam viáveis em casos onde os produtores optassem pela individualidade.

Castro et al. (1998) destacam ainda que esses macros segmentos passam por diferentes processos de indução às mudanças pelo consumidor final. Considerando-se que na busca por melhores posições competitivas no mercado, cada agente da cadeia ou cada macro segmento, tende a desenvolver um planejamento estratégico para articular certos processos de interação e indução, considerando aqueles elos que, de certa maneira, limitam sua capacidade competitiva.

Em síntese, a cadeia produtiva, pode ser estabelecida como um conjunto de macros segmentos, compostos por vários agentes, que a integram num processo produtivo para oferecer aos consumidores produtos e serviços de qualidade. Sendo, portanto, comumente denominada de acordo com um produto específico: “cadeia produtiva da carne”, “cadeia produtiva da soja”, “cadeia produtiva do milho”, etc.

3. Procedimentos metodológicos

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, uma vez que esta abordagem compreende o uso de métodos que permitem interpretar, descrever e dar significado ao objeto de estudo. Os objetivos podem ser classificados como descritivos, pois de acordo com Mattar (1997), a pesquisa descritiva é apropriada quando o objetivo é descobrir e observar os acontecimentos de maneira que seja possível descrevê-los e interpreta-los, sem interferência do ambiente de pesquisa.

Este estudo vale-se também de uma análise empírica da cadeia produtiva da batata na Microrregião do Alto Paranaíba – MG, a qual apresenta um alto índice de produtividade neste ramo (IBGE, 2019). Para compreender a cadeia

procurou-se identificar quais são os principais elementos que a caracterizam, para tanto foram coletados dados primários e secundários. Sendo assim, as fontes primárias podem ser divididas: em livros que são objetos de estudo da pesquisa ou fenômenos reais que são transformados em textos através de métodos e técnicas adequadas (MARCONI, LAKATOS, 2013).

Para identificação dos dados primários foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agentes ligados a cadeia, que possuem um conhecimento amplo da mesma, por terem se especializado em algum segmento ou por atuarem há muitos anos no mercado relacionado a cadeia. As entrevistas foram desenvolvidas por meio de pressupostos citados na fundamentação teórica.

As entrevistas foram realizadas nos meses de agosto e setembro, nas cidades mineiras de Rio Paranaíba, Serra do Salitre e São Gotardo. Boni & Quaresma (2005) destacam que as principais vantagens do uso de entrevistas semiestruturadas recaem sobre a possibilidade de uma análise mais profunda sobre o tema estudado. A seguir serão descritos os agentes entrevistados:

Quadro 1: *Descrição dos Entrevistados*

Entrevistado 1 – E1	Professor na Universidade Federal de Viçosa, especialista na produção de batata.
Entrevistado 2 – E2	Grande Produtor de batata na região de Serra do Salitre atua no ramo há mais de 30 anos. Já atuou na produção de batatas frescas, mas atualmente sua produção é voltada para o segmento industrial.
Entrevistado 3 – E3	Funcionário da Empresa PepsiCo, atua no mercado há mais de 20 anos, já trabalhou em vários setores na empresa e atualmente está no controle de sementes e variedades do campo.
Entrevistado 4 – E4	Agrônomo na Cooperativa Agropecuária do Alto Paranaíba (COOPADAP), responsável pela assistência aos produtores rurais.

Os dados secundários foram obtidos mediante a pesquisa documental, que tem como finalidade conhecer os diversos tipos de documentos e provas existentes sobre os conhecimentos científicos. De Oliveira Netto (2006, p. 13)

destaca que “esses documentos normalmente não receberam tratamento prévio analíticos, encontrando-se no seu local de origem”. Sendo assim, este trabalho utilizou dados adquiridos através de consultas a publicações especializadas sobre o tema, em consultas a órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Revistas Batata Show – Associação Brasileira da Batata.

Conforme a natureza da pesquisa, a análise dos dados foi realizada conforme a técnica da análise temática (BRAUN; CLARKE, 2006). Este procedimento consistiu na organização dos textos (oriundos das fontes documentais e primárias), seguida pela leitura sistemática dos mesmos e a construção de temas e subtemas relacionados as categorias teóricas utilizadas como referência. Estas categorias referem-se aos conceitos que envolvem a apresentação e discussão dos macro segmentos das cadeias produtivas.

4. Resultados e discussões

4.1. Principais Segmentos da Cadeia Produtiva da Batata

A cadeia produtiva da batata, como outras cadeias agroindustriais, é formada por um conjunto de segmentos que compreende desde a produção de matéria-prima (batata) até a venda do produto acabado (batata pré-frita, batata chips, etc.) ao consumidor final. Sendo assim, os segmentos que integram a cadeia da batata são: a produção de batata que envolve os produtores de batata para o consumo *in natura* ou para o processamento de batatas pré-fritas, chips e demais derivados; as empresas que industrializam a batata para a distribuição desses produtos; o segmento varejista, que abrange os estabelecimentos que comercializam os produtos finais; e o mercado consumidor, que reúne os consumidores de batata *in natura*, batata pré-frita, chips e derivados em geral.

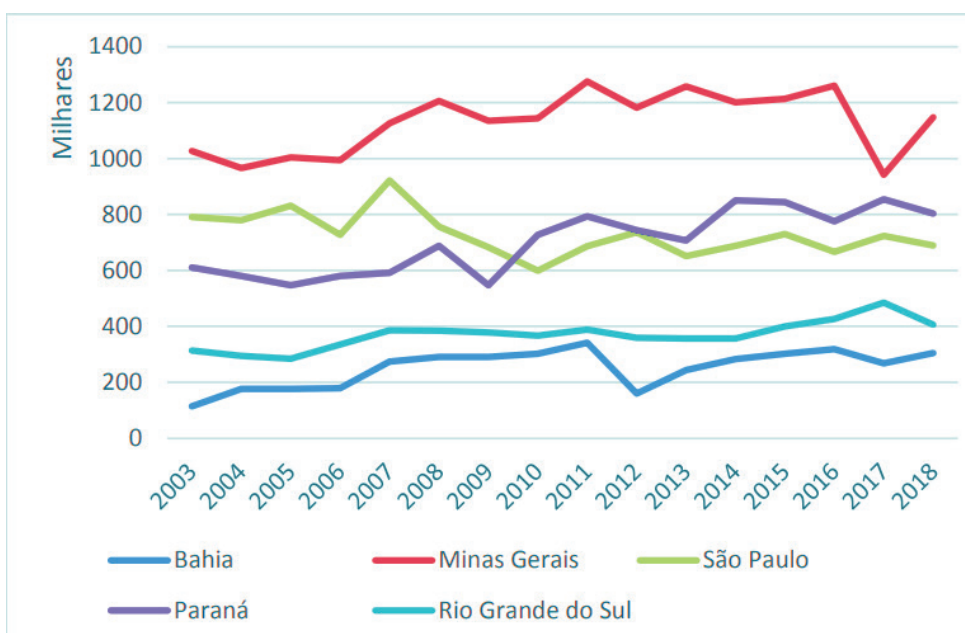
4.1.1. Segmento Produção de Batata

Segundo dados do IBGE, a Região Sudeste é, hoje, o maior polo nacional produtor de batatas e tem no estado de Minas Gerais, o campeão nacional de produção, que isoladamente corresponde aproximadamente por 31% do volume total produzido no país no ano de 2018, seguido dos estados de São Paulo e Paraná (IBGE, 2019). A produção de batata concentra-se principalmente nas regiões do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste de Minas. A

variedade da batata-inglesa é uma das mais cultivadas, por se apresentar mais adaptada às condições climáticas das principais regiões produtoras.

Na figura 3 pode-se observar que a produção em Minas Gerais apesar de ser constante nos últimos anos, apresentou uma significativa queda nos anos de 2016 e 2017, reflexo de uma alta produtividade nos anos de 2014 e 2015, visto que a região apresentava condições climáticas favoráveis para o plantio e colheita da batata, o que incentivou os produtores a investirem na produção. Essa alta produção, aumentou a oferta de batata, o que consequente, fez com que os preços caíssem, quase abaixo do custo de produção, levando muitos produtores a descartar as batatas, para evitar que o preço caísse mais ainda. (CEPEA, 2019).

Figura 3:
Produção de Batata Inglesa de 2003 a 2017



Fonte: SIDRA (2019)

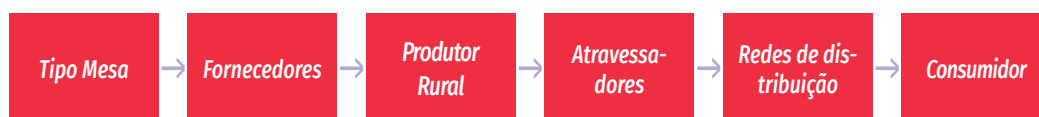
O E1 destacou a importância da amplitude térmica em tais regiões para o desenvolvimento da produção. As temperaturas ideais para a produção de batata estão entre uma faixa de 10 °C a 22 °C, considerando-se também que a amplitude térmica mais favorável, pode ser associada a temperaturas diurnas

elevadas com temperaturas noturnas amenas (EMBRAPA, 2019). Ele ainda destaca que existem algumas regiões no estado de Minas Gerais, que teriam um alto potencial de produção, devido a amplitude térmica, entretanto, não há água suficiente para produção ou não apresentam condições climáticas favoráveis, com alto índice de chuvas, o que interfere na produção de batata. Isso justifica a alta produção na região do Alto Paranaíba, pois o mesmo tem dias quentes e noites frias e possui abundância em água, tanto para chuvas quanto irrigações.

As batatas são classificadas em dois tipos, de acordo com sua destinação, as batatas *in natura* destinadas ao consumo direto sem processamento, são classificadas como tipo mesa. Já as que são destinadas ao processamento em indústria, são classificadas como tipo indústria. Essas batatas têm características distintas para atender esses mercados.

A batata tipo mesa necessita de uma aparência melhor, para satisfazer os consumidores, ou seja, ela necessita de características como: “a aparência de tubérculo, película lisa e brilhante, formato alongado, gemas superficiais, polpa de cor creme ou amarela e resistência ao esverdeamento” (EMBRAPA, 2019). Ou seja, são características que irão satisfazer o consumidor, visto que os mesmos apresentam tais exigências. A seguir é possível notar como a cadeia da batata tipo mesa é caracterizada na região do Alto Paranaíba – MG.

Figura 4:
Cadeia Produtiva da Batata Tipo Mesa



Fonte: Elaboração própria.

Já a batata tipo indústria, tem como principais características: “alto potencial produtivo, tubérculos de formato adequado e com gemas superficiais e teores adequados de matéria seca e açúcares redutores” (EMBRAPA, 2019). Essas características, se adequam ao tipo de produto final que vai ser produzido pela indústria, por exemplo, as batatas pré-fritas em geral demandam um formato de batata maior, enquanto a batata chips necessita de uma batata com formato mais arredondada, ambas não necessitam de “aparência” para atrair o consumidor uma vez que vão diretamente para a indústria, pois serão processadas.

Figura 5:
Cadeia Produtiva da Batata Tipo Indústria



Fonte: Elaboração própria.

O setor da bataticultura na microrregião do Alto Paranaíba é caracterizado principalmente pela concentração de grandes produtores que ofertam para indústrias, como “Bem Brasil” localizada nas cidades de Araxá e Perdizes e a “PepsiCo”, e empresas locais. Alguns produtores produzem batata tipo mesa, pois apesar do mercado estar passando uma mudança relacionada ao tipo de consumo da batata *in natura*, a mesma ainda tem uma alta produção. (HORTIFRUTI/CEPEA, 2019)

A tecnologia é um dos principais fatores que possibilitam que a produtividade aumente sem perder a qualidade. Quanto a produção de batata, há inúmeras tecnologias que foram desenvolvidas para atender as demandas do produtor rural como: máquinas colhedeiras que diminuem a necessidade de mão de obra em até 80%, máquinas que mapeiam a área a ser plantada e aplicam insumos em taxas variáveis, para evitar o desperdício. Além disso, no plantio e nas pulverizações são utilizados, em alguns casos máquinas com GPS (Sistema de Posicionamento Global) acoplado para corrigir a trajetória automaticamente.

Entretanto, a colheita mecanizada ainda é uma opção para alguns produtores, o E4 destacou que opta pela colheita manual, que possui um custo menor, relacionado a mecanizada. Além do baixo custo, o E4 alega que a colheita manual possibilita, que ocorram menos perdas de batata por mau manuseio na colheita, utilizando assim a mão de obra de pessoal no campo. Já alguns produtores utilizam a colheita mecanizada há alguns anos, diminuindo bastante a mão de obra e economizando no custo de colheita. Esse fator interfere diretamente na geração de empregos no campo, uma vez que, quanto mais máquinas são utilizadas no campo, menos mão de obra é necessária.

Antigamente eram necessárias em média de 120 a 150 pessoas na colheita, podendo variar pra mais, em anos que a produção era maior. Com a chegada das máquinas mais modernas usadas na colheita, esse número diminuiu muito, atualmente são necessárias, em média, de 8 a

15 pessoas. No processo da colheita atualmente, temos o operador de máquinas, cinco pessoas que fazem uma pré-seleção da batata tirando algumas sujeiras e quatro pessoas no chão dando auxílio.

4.1.2. Segmento Comercialização

Os produtores de batata têm maneiras diferentes de comercializar suas matérias primas, isso muda conforme o tipo da batata, mesa ou indústria. Os produtores que cultivam a batata tipo indústria têm contratos maiores com empresas de processamento, geralmente esses contratos dão maior segurança para os produtores uma vez que elas compram em grandes quantidades. Entretanto, o produtor integralizado, fica refém da indústria, pois dispõe de menor capacidade para negociar, apesar da garantia de venda e preço.

Já os produtores de batata tipo mesa, necessitam de intermediadores para que seu produto chegue ao mercado, assim eles podem se tornar reféns de comercializadores que estão no mercado há muito tempo e comandam a compra e venda na região. Isso acontece principalmente quando são produtores menores, já que os grandes conseguem ter um contato mais direto com o mercado. Mesmo assim, muitas vezes corre-se o risco da quebra de contrato, uma vez que se o comprador encontra batata mais barata no mercado, ele pode optar por rescindir o contrato e pagar uma multa rescisória, deixando assim o produtor no prejuízo e vice-versa.

A comercialização da batata é direcionada a determinado mercado de acordo com sua especificidade. A batata tipo mesa geralmente é destinada a supermercados e feiras passando por intermediários:

Criou-se no Brasil a necessidade de um “atravessador”, ou seja, vendemos a batata para um centro de distribuição (CEASAS) e os mercados e feirantes vão até esse centro buscar a batata. É um modelo de comercialização muito ruim, que lesa o produtor, já que esse “atravessador” também agrega lucro. Porém é um modelo muito difícil de ser modificado em poucos anos pela logística de distribuição que já foi criada em cima disso.

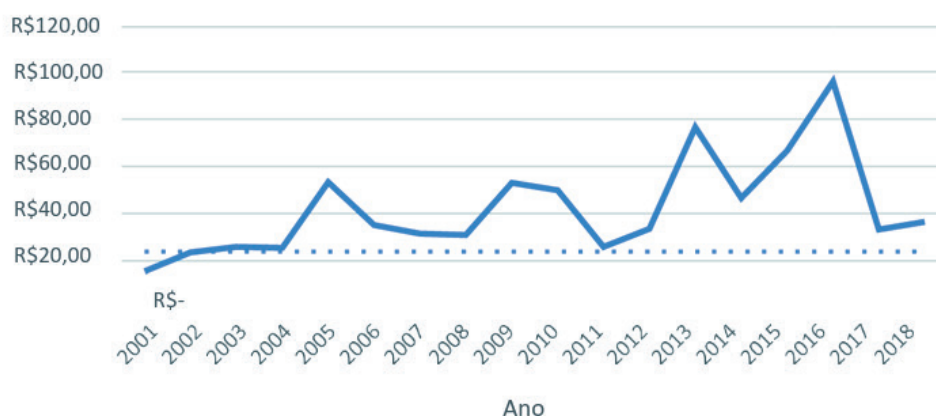
Nota-se que o produtor fica refém desses atravessadores uma vez que eles têm o poder de influenciar o mercado, tanto positivamente quando negativamente. O E3 também salientou que esse conflito ocorre no processo de venda da batata tipo mesa na região, tendo dois principais atravessadores que comandam o preço de mercado, de modo que o produtor se vê obrigado a fornecer seus produtos para um dos dois, pois, caso contrário, será difícil inserir no mercado

(feiras, sacolões, supermercados), uma vez que esses atravessadores “podem usar de má fé para impossibilitar a venda desses produtores”.

Esse tipo de comercialização faz com que os produtores não tenham muita segurança para realizarem sua produção, pois o custo de produzir é muito alto, de acordo com o E1, esse custo pode variar entre 40 a 45 mil. Além do mais, o preço de venda da batata em alguns casos, pode ser inferior ao que seria necessário pra que o produtor obtenha o lucro desejado. Em alguns casos, pode ser que o produtor não tenha capacidade de sequer cobrir os custos de produção. Na figura 4, pode-se notar como o preço de batata in natura é volátil, apresentando algumas oscilações em determinados períodos.

Figura 6:

Evolução do Preço da Batata de 2001 A 2018



Fonte: Hortifrúti/Cepea (2019)

Essa variação no preço da batata fez com que alguns produtores optassem pela produção da batata tipo indústria que fornece ao produtor uma forma de comercialização mais segura, por meio dos contratos. Na figura 4, observa-se que em alguns anos o preço da batata foi muito baixo, o E1 afirma que essa queda no preço, em alguns casos, poderia ter sido causada por um aumento na produção e, conseqüentemente, na oferta do produto, e como em alguns casos o produtor não possui contratos, o seu comprador preferia comprar daquele que oferecia o menor preço, pois assim ele teria uma “economia de escala”¹, dessa maneira o produtor tinha grande prejuízo e em alguns, casos, a perda de toda a produção.

¹ A escalabilidade de um negócio se dá a partir da possibilidade de aumentar a produção obtendo uma manutenção ou redução dos custos totais. Isso é permitido devido a

Os produtores que comercializam a batata tipo indústria, que é direcionada inicialmente a empresas de processamento, possuem maior segurança, pois o seu preço de venda é fixado em contrato, não podendo ser mudado caso o mercado ofereça preços inferiores ao que havia sido estipulado. Além disso, eles estabelecem a quantidade a ser produzida, e quando irá ser plantado determinando assim, quando será colhido, qual a variedade que deverá ser plantada e quanto será destinada para indústria.

4.1.3. Segmento Industrialização

A indústria da bataticultura é atualmente formada por um conjunto de indústrias pequenas, médias e grandes. São unidades compostas por diferentes características que têm como foco diferentes tipos de produtos finais, se destacando as batatas pré-fritas, chips e palha. Entretanto, algumas empresas têm se empenhado para desenvolver novos tipos de produtos, atendendo a demanda do consumidor que está sempre em busca de novidades.

As grandes empresas se destacam no mercado, por adotarem tecnologias no processamento dos seus produtos e por terem contratos bem estabelecidos com os produtores de batata no estado de Minas Gerais. Esses produtores estão concentrados na Microrregião do Alto Paranaíba, em locais onde o clima favorece a produção praticamente em todas as épocas do ano.

Convém evidenciar a entrada de uma indústria de grande porte no mercado brasileiro, a “McCain”. Logo, a área plantada tende a aumentar, aumentando também a demanda, o que pode causar aumento do preço da batata, outra possibilidade é diminuir a importação de batata visto que está é uma empresa que exportava em grande escala para o Brasil. Além do mais, isso pode causar um impacto nas pequenas empresas da região, visto que as mesmas vão precisar encontrar uma estratégia de mercado, para se consolidarem no mesmo.

São agroindústrias que têm se adequadado as demandas do mercado, em quesitos de tecnologia na produção e gestão da produção, oferecendo à indústria de processamento qualidade ao produto final. O E3 destaca o acompanhamento realizado pela indústria para garantir que não se tenha perda de qualidade desde o plantio até o processamento da batata, em produto final.

Para isso são utilizadas amostras de terra, onde os técnicos concentrados em São Paulo fazem a análise de solo, verificando se o produtor tem realizado os

diluição dos custos fixos em uma maior quantidade produzida, a especialização e prática da empresa em produzir, e a possibilidade de investimento em tecnologias mais eficientes na produção.

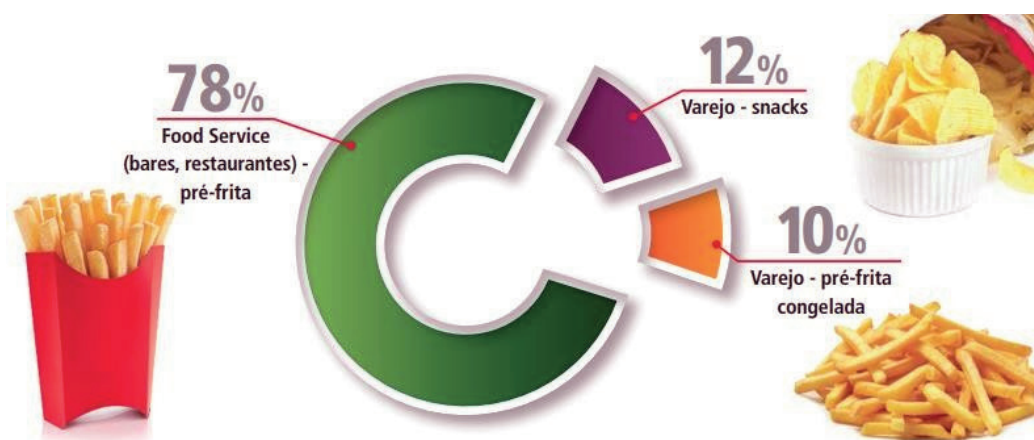
procedimentos que garantem que a batata seja entregue com qualidade para a indústria. Essa prática foi adotada, pois havia muita perda de produção, por falta de cuidado no manuseio da batata, perdendo-se assim a qualidade e produtividade. Além disso, algumas indústrias realizam distribuição da batata semente para garantir a qualidade e para que a mesma atenda as especificações feitas pela indústria.

Caso um produtor não esteja atendendo as demandas da indústria, a mesma pode deixar de cumprir o contrato, pois existem cláusulas contratuais que estipulam características de qualidade que a matéria-prima deve ter para atender a produção. Isso revela um alto grau de dependência do produtor para a indústria, pois ele terá menor capacidade de negociar, ficando limitado seu preço de venda ao que foi estipulado no contrato.

4.2. Mercado Consumidor

A estrutura do varejo na região é formada por vários agentes, como grandes redes de supermercados que atuam na região, bares, lanchonetes, restaurantes e pequenas mercearias. Esses agentes são responsáveis por entregar o produto final aos consumidores, de acordo com suas demandas.

Figura 7:
Principais Destinos da Comercialização da Batata Processada



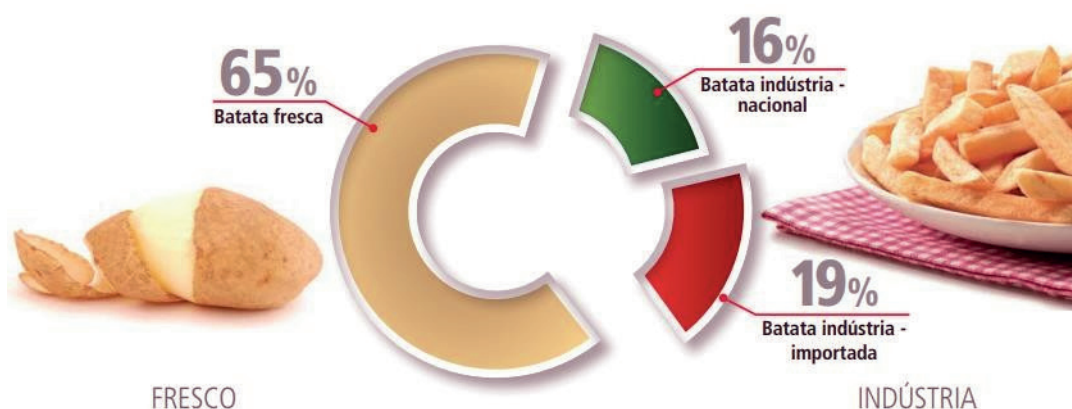
Fonte: Hortifruti/Cepea (2019)

De acordo com dados fornecidos pela Hortifruti Brasil (2019), a batata tipo indústria apresentou nos últimos 20 anos um crescimento relevante, impul-

sionada principalmente pela mudança de hábitos dos consumidores brasileiros, que estão aderindo ao consumo de alimentos processados e que possibilitam um preparo cada vez mais rápido. Notou-se também que os consumidores tem aderido as refeições realizadas fora do lar, optando principalmente pelas redes de *fast food*, que possibilitam uma alimentação rápida e saborosa.

Logo, observa-se uma tendência, em diminuir o consumo da batata in natura, pois os consumidores atualmente optam por ter uma alimentação mais prática e rápida, optando na maioria dos casos pelos segmentos de batata chips, pré-frita ou palha.

Figura 8:
Principais Segmentos da Batata no País



Fonte: Hortifuti/Cepea

Na figura 7 é possível observar que atualmente 65% da batata no mercado é fresca, 16% indústria (nacional) e 10% indústria (importada), ou seja, mesmo o Brasil, possuindo um alto nível de produção a o índice de importação ainda é muito alto. Conforme dados fornecidos pela Hortifuti/Cepea (2019) a taxa de crescimento do consumo entre o ano de 2016 a 2021 indicam um crescimento de : 1% a.a. fresca, 2% a.a. chips, 4% a.a. pré- Frita. Ou seja, a demanda por batatas processados crescerá mais que as *in natura*, podendo demandar uma área de plantio maior (ou maior importação do produto industrializado).

5. Considerações finais

O estudo da cadeia produtiva da batata foi realizado por meio da caracterização dos seus macros segmentos, os quais abrangem a produção de batata,

a industrialização e a comercialização que compreende o comércio varejista, atacado e o mercado consumidor. A descrição de tais macros segmentos possibilitou a identificação da estrutura geral da cadeia, tal como seu estágio atual de desenvolvimento.

Os resultados mostram que a cadeia produtiva da batata na microrregião do Alto Paranaíba- MG possui diferentes tipos de comercialização, se tratando do tipo de batata que é produzida, além disso, observou-se que o produtor de batata tipo mesa pode se tornar refém dos intermediadores que são os responsáveis por processar a batata e levar até o mercado.

Levando se em conta o que foi observado, notou-se a necessidade de um incentivo por meio do Governo para produção interna de batata, visto que há regiões com alto potencial de produção de matéria-prima, como há também empresas que estão investindo no processamento de batata, como é o caso da “Bem Brasil” que aumentou sua capacidade de produção e tem buscado alcançar novos mercados.

Em relação a tecnologia envolvida na cadeia produtiva da batata, nota-se que os produtores têm acompanhado as inovações que o mercado tem sugerido, tanto no quesito de maquinário como na utilização de controle de pragas, solo e de qualidade da batata.

Quanto aos agentes, verificou-se que em alguns elos existem conflitos, que poderiam ser estudados com mais ênfase, como o elo entre o produtor de batata in natura e os atravessadores, marcado por conflitos de interesses que causam aos produtores rurais um engessamento na comercialização do seu produto, visto que este poderia ter uma margem de ganhos maiores, se não fosse necessário um intermediador para comercializar sua produção.

Feitas essas considerações, sugere-se estudos mais aprofundados nos custos de transação da batata tipo indústria, ademais, uma análise da comercialização da batata tipo mesa, visto que foi o conflito mais evidente no mapeamento da cadeia.

Tendo em vista que este trabalho teve a finalidade de mapear a cadeia de ponta a ponta, notaram-se algumas limitações na pesquisa, como exemplo, dificuldades de acesso aos dados das empresas e ausência de pesquisas no ramo da cadeia produtiva da batata em geral.

De modo geral, percebe-se que a cadeia produtiva da batata na microrregião do Alto Paranaíba- MG tem evoluído principalmente em relação às técnicas de produção de batata e à comercialização da matéria prima, embora a batata tipo mesa ainda apresente alguns conflitos. A produção de batata tipo indústria é um exemplo de segmento que está mais evoluída em quesitos de tecnologia e comercialização.

Em síntese, a cadeia produtiva da batata na microrregião do Alto Paranaíba – MG apresentou um importante fator diferenciador, entre os elos do produtor rural e as redes de distribuição, de acordo com cada tipo de batata. Ou seja, foi possível notar que na cadeia da batata tipo mesa há um conflito de interesses, quando a batata passa pelos atravessadores, que comandam o mercado. No entanto, a batata tipo indústria, apesar de contar com contratos bem estabelecidos, pode ter custos maiores relacionados a esses contratos.

Referências

ARBAGE, Alessandro Porporatti. **Custos de transação e seu impacto na formação e gestão da cadeia de suprimentos**: estudo de caso em estruturas de governança híbridas do sistema agroalimentar no Rio Grande do Sul. 2004.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010

BARDIN, L. (1977). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

BATATA SHOW: **Cadeia Brasileira da Batata**. Itapetininga: Associação Brasileira da Batata, v. 53, abr. 2019. Disponível em: <<http://www.abbatatata-brasileira.com.br/site/revista/edicao-53/#>>. Acesso em: 05 set. 2019.

BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Agroindustrial**. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 1997.

BATALHA, Mário Otávio (coord.). **Gestão Agroindustrial**. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 2010.

BONI, V., & QUARESMA, S. J. (2005). **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Em Tese, 2,(1), 68-80.

CASTRO, Cleber Carvalho de et al. Estudo da cadeia láctea do Rio Grande do Sul: uma abordagem das relações entre os elos da produção, industrialização e distribuição. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 2, n. 1, p. 143-164, 1998.

Cadeia Produtiva. **Gestão no Campo**, 2019. Disponível em: <<https://www.gestaonocampo.com.br/cadeia-produtiva/>>. Acesso em: 15 de Out. de 2019.

DE CASTRO, Antônio Maria Gomes; TONANI, Flávia Lucila; LIMA, Suzana Maria Valle. Desafios para o desenvolvimento do complexo agroindustrial do eucalipto para agroenergia na região norte do Brasil/Development challenges

for the agroenergy agroindustry complex in the northern region of Brazil. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 9, p. 14292-14320, 2019.

DE OLIVEIRA NETTO, Alvim Antônio. **Metodologia da pesquisa científica: guia prático para a apresentação de trabalhos acadêmicos**. Visual Books, 2006.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Revista Capital Científico do Setor de Ciências Sociais Aplicadas**, Guarapuava, v. 5, n. 1, p.23-40, dez. 2007.

DUARTE, Vilmar Nogueira. Estudo da Cadeia Produtiva do Vinho em Santa Catarina: Características e Estágio Atual. **Evidência-Ciência e Biotecnologia**, v. 13, n. 1, p. 41-56, 2013.

FAORO, Roberta Rodrigues; OLIVEIRA, Chariel Simioni de; ABREU, Marcelo Faoro de. O compartilhamento do conhecimento na cadeia produtiva dos pequenos frutos. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p.82-106, maio 2018. Disponível em: <DOI: <http://dx.doi.org/10.21714/2236-417X2018v8n2p82>>. Acesso em: 17 out. 2019.

INAGAKI, Marcelo Nobuo; JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; BELLON, Patricia Paula. Desafios da produção de soja orgânica como determinante à implantação de seu cultivo para fins comerciais na Região Oeste do Paraná. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 7, n. 1, p. 682-699, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. **São Paulo: Atlas**, v. 8, 2013.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. São Paulo: Atlas, 1997.

MIELKE, Eduardo Jorge Costa. **Análise da cadeia produtiva e comercialização do xaxim**, Dicksonia sellowiana, no estado do Paraná. 2002.

NICK, Carlos; BORÉM, Aluízio. **Batata: do plantio à colheita**. 635.21 Viçosa: UFV, 2017. 221 p.

O conceito de cadeia produtiva. **BEQ**, 2019. Disponível em: < <https://betaeq.com.br/index.php/2019/05/13/o-conceito-de-cadeia-produtiva/> >. Acesso em: 05 de Out. de 2019.

PAM, IBGE. Produção agrícola municipal 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1001>>. **Acesso em:** 15 de Ago. de 2019

VIANA, Giomar; FERRAS, Robson Paulo Ribeiro. A cadeia produtiva do leite: um estudo sobre a organização da cadeia e sua importância para o desenvolvimento regional. **Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)-ISSN 2177-4153**, v. 5, n. 1, p. 23-40, 2007.

SILVEIRA, Helena Silveira et al. A coordenação na cadeia produtiva da ovino-cultura como instrumento para o desenvolvimento regional: o caso da iniciativa local do cordeiro Herval Premium. **Porto Alegre: UFRGS**, 2005.

EMBRAPA. **A cultura da batata**. 2019. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/hortalicas/batata/clima>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

BRASIL, Hf. **Clima 2014-2017**. 2019. Disponível em: <<https://www.hfbrasil.org.br/br/revista/acessar/clima-2014-2017.aspx>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

As políticas de regularização fundiária no Brasil em busca de uma matriz institucional comprometida com a competitividade do agronegócio brasileiro

巴西的土地正规化政策，以寻求致力于提高巴西农业综合企业竞争力的体制矩阵

Norma Sônia Novaes

Hernani Martins Júnior

Resumo

A Teoria Institucionalista é um importante modelo explicativo para a competitividade das nações. Neste trabalho fica demonstrado o esforço do estado brasileiro em desenvolver a sua matriz institucional como forma de se promover a segurança jurídica e consequentemente o desenvolvimento econômico. É um ensaio teórico e mostra como é possível ao investidor internacional o investimento nacional. Os riscos inerentes à propriedade são minorados e os elementos do processo produtivo se revestem de certeza e de segurança a um baixo custo transacional. Tal possibilidade é via para a melhoria da competitividade nacional, posicionando o Brasil em um destino seguro para investimentos fundiários e produtivos.

Palavras-Chave: Competitividade, Custo Transacional, Segurança Jurídica, Investimento.

Abstract

Institutionalist theory is an important explanatory model for the competitiveness of the nations. This study demonstrates the effort of Brazil to develop its institutional matrix as a way of promoting legal security and consequently economic development. It is a theoretical essay and shows how international investment is possible for national investors. The risks inherent to ownership are minimized and the elements of the production process are assured of security at a low transaction cost. Such a possibility is a way to improve national competitiveness, positioning Brazil in a safe destination for land and productive investments.

Keywords: Competitiveness, Transaction Cost, Legal Security, Investment.

摘要

制度主义理论是国家竞争力的重要解释模型。本项研究表明了巴西为发展其体制矩阵而作出的努力，以此来促进法律安全并促进经济发展。这是一篇理论文章，显示了国家投资者如何进行国际投资。所有权固有的风险被最小化，并且以低交易成本确保了生产过程要素的安全性。这种可能性是提高国家竞争力的一种方式，将巴西置于土地和生产性投资的安全目的地。

关键词：竞争力、交易成本、法律确定性、投资。

1. Introdução

A partir dos anos 90, o Brasil entrou decisivamente no contexto da globalização. A evolução dos meios de comunicação, especialmente com o advento da internet, mudou drasticamente o rol de possibilidades, até então existentes entre duas nações. A queda do muro de Berlim também diminuiu a polarização e as tensões existentes. As disputas ficaram adstritas àquelas próprias do ambiente de mercado.

As barreiras de comunicação existentes entre países foram derrubadas, as fronteiras se tornaram mais permeáveis às pessoas, aos produtos, às políticas, às tecnologias e sobretudo ao capital. O mercado de capitais se tornou definitivamente um mercado global, no qual diferentes investidores trilham o caminho do mercado em busca de maior rentabilidade para seus ativos.

A competitividade se tornou a nota uníssona desta nova era. A competição por mercados a nível global, a oferta de mão de obra a nível global, a revolução tecnológica sem precedentes no decurso da história e o onipresente mercado de capitais, trouxeram uma fluidez, sem precedentes, para a economia global e neste contexto a competitividade passou a ser fator preponderante para o desenvolvimento econômico.

A Teoria Institucionalista postulada por Douglass North se tornou um dos principais arcabouços teóricos para a explicação do processo de desenvolvimento econômico e por conseguinte se tornou a principal teoria para a explicação do desenvolvimento social. A racionalidade econômica dos agentes de mercado passou a ser pautada pelo que o autor denominou de Matriz Institucional a qual determina o nível de risco imposto ao investidor e assim determina o fluxo de capital e a atividade econômica.

A Teoria Institucionalista está em paralelo com o consequencialismo jurídico do século XX, pautado pela racionalidade econômica dos agentes na gênese, recepção e aplicação das instituições jurídicas. Esta sistemática filosófica deu origem a uma nova área de estudos das ciências jurídicas: A análise Econômica do Direito. Ambas as teorias postulam que a segurança jurídica é fator preponderante para o fluxo de capital, para o nível de investimento, para o desenvolvimento econômico e sobretudo para o estado geral de fruição de direitos.

O presente artigo discute a pujança do agronegócio brasileiro sob a perspectiva tanto dos aspectos da Teoria Institucionalista quanto de aspectos da Análise Econômica do Direito. Os custos transacionais, a eficiência da matriz institucional é reiteradamente discutida na política de regularização fundiária

nacional, sobretudo nos procedimentos de retificação de área, principal instrumento jurídico de consolidação da propriedade para a atividade empresária no agronegócio brasileiro.

O aumento da demanda mundial e a consolidação do mercado global de alimentos, além das reformas estruturantes na matriz de investimento nacional proporcionaram crescimento continuado da atividade agropecuária brasileira, não só devido a variáveis de clima e de solo, mas também a crescente segurança jurídica que propiciam elevados níveis de competitividade, mesmo num cenário de carências de infraestrutura.

O presente capítulo é um estudo hipotético-dedutivo que discute a segurança jurídica da propriedade brasileira, a partir de um estudo bibliográfico. Elementos históricos e atuais são utilizados na sistemática comparativa que constitui o pano de fundo desta discussão. O capítulo está sistematizado da seguinte forma: primeiramente discute aspectos da Teoria Institucionalista, mostrando os aspectos teóricos genéricos da mesma, em seguida discute a importância das políticas públicas na regulação do ambiente econômico e na promoção do desenvolvimento; aspectos da Análise Econômica do Direito permeiam a discussão, sobretudo no que diz respeito ao custo transacional e sua relação com o desempenho da matriz institucional; as leis de regularização fundiárias e em especial as retificações especiais envolvendo o georreferenciamento são apresentadas como instrumentos para a efetividade das políticas voltadas ao desenvolvimento econômico; e a conclusão deixa claro que todos estes fatores que conferem a segurança jurídica contribuem de forma decisiva para a consolidação do país no panorama mundial agroexportador.

2. Teoria institucionalista

Gala (2003) diz que a partir do Prêmio Nobel de 1993, Douglass North passa a ser uma referência nas ciências econômicas, sobretudo em temas relacionados com o crescimento de longo prazo. O pensamento de North desemboca na Teoria Institucionalista postulando que o desenvolvimento de uma sociedade é condicionado pela conformação de suas instituições. E ao estudar o papel das instituições na evolução da sociedade diversos trabalhos foram publicados em diversas áreas econômicas, culminando na obra *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, de 1990.

Os estudos de North assim como o de outros autores como Ronald Coase deram origem um novo ramo de estudos que conforme Rutherford (1994) foi intitulada de Nova Economia Institucional. Tal linha de pesquisa continua

pujante ainda nos dias de hoje, sobretudo com a preponderância de um novo ramo das ciências jurídicas que emergiu, a partir dos trabalhos de Coase: A Análise Econômica do Direito. Ambas as teorias embasam-se precipuamente e afirmam que o arranjo institucional concebido no estado de direito não só emerge de uma racionalidade econômica como também condiciona fatores econômicos e o desenvolvimento econômico.

As instituições segundo o autor emergem da racionalidade econômica dos indivíduos que funcionam como normas maximizadoras da eficiência e consequentemente do bem-estar. As instituições são apresentadas em sentido amplo, portanto, não são apenas repartições ou níveis de poder, englobam toda a sistemática das relações humanas, os institutos jurídicos, os costumes, os hábitos, enfim, as formas gerais que conformam as relações humanas no contexto sociológico.

Consolidadas as instituições, a previsibilidade está posta e, consequentemente, diminui-se as incertezas nas interações sociais. Desta sistemática reiterada emerge o que o autor chama de ideologia, posta como uma simplificação esquemática das relações sociais que permite maior rapidez no processo decisório e consequentemente enseja a diminuição dos custos transacionais, facilitando o fluxo e a fruição de direitos.

De forma geral a teoria de North está calcada no pressuposto de que a solidez das instituições são condição essencial para o desenvolvimento econômico. No mundo do direito, isto é visto sob a perspectiva da estabilidade das instituições jurídicas e da segurança jurídica. Em ambos os casos representam as “regras do jogo” sob as quais se congregam os parceiros ou mesmo os adversários. Sem regras bem definidas e estabilizadas é impossível o desenrolar pacífico de um jogo ou mesmo é impossível a motivação dos parceiros ou dos adversários pela prática do jogo: Em suma, ninguém sentirá desejo para jogar uma vez que há insegurança, instabilidade e riscos de reviravoltas.

Esta sistemática pode ser utilizada como paralelismo ao mundo dos negócios que fomentam o desenvolvimento econômico. Assim sendo se o país é politicamente estável, e possui instituições sólidas, isto propicia ambiente de negócios com previsibilidade e com baixo risco, facilitando os ciclos de investimentos, melhorando de forma generalizada o ambiente de negócios. A prosperidade e o crescimento econômico serão mera consequência.

Segundo Gala (2003) teoria de North se desenvolve a partir de uma perspectiva histórica, até se consolidar o rigor metodológico. Os elementos históricos são invocados e correlacionados com o contexto econômico de diversos países, sobretudo os ocidentais. Trilhando o caminho de North nesta

perspectiva histórica, podemos ver, mesmo em dias atuais, os desdobramentos e a lógica de sua teoria.

Se olharmos para as duas maiores economias atuais, EUA e China, observa-se elementos da segurança jurídica e elementos da estabilidade das instituições, corroborando aspectos da teoria institucionalista. Em lado oposto, países em conflitos civis, sob regimes ditatoriais, ou qualquer outro em que não haja solidez das instituições tendem a ter uma teia de direitos rarefeitos, entremeio a uma estrutura jurídica mutante e consequentemente imprevisível. Para os investidores aquilo que não se pode prever é visto como risco, o que afugenta e desencoraja os investimentos. Isto pode ser visto em países recém criados da África, em países que recentemente emergiram de conflitos civis, em países que suplantaram de conflitos emancipatórios, ou mesmo na Venezuela com a falência das instituições democráticas. Em todos estes casos o que se vê é atraso econômico, miséria e o colapso das instituições políticas, enredando o país numa espiral descendente de atraso e retrocesso econômico.

O que aqui se coloca é que tanto do lado do desenvolvimento econômico quanto do lado do atraso econômico a Teoria Institucionalista corrobora os seus pressupostos e reafirma o pensamento de que previsibilidade, segurança jurídica, e a solidez das instituições são fatores que garantem o investimento, que fomenta o ambiente econômico, propiciando a geração de riqueza e a prosperidade.

Em North (1981) vê-se o perfeito entrelaçamento entre a Teoria Institucionalista e a racionalidade econômica como norteadora da sistemática institucional, conforme demonstrado em Coase (1960). As ideias de North a respeito da ideologia como simplificação da racionalidade para a eficiência e para a estabilidade das instituições ajudam a explicar o paradoxo existente entre a teoria hobbesiana para conformação do estado e a teoria que emerge das obras de Coase na sustentação da Análise Econômica do Direito. O postulado de Hobbes está calcado no papel do estado como regulador do pacto social, como solução ótima para se atingir o bem-estar social geral, enquanto que para Coase a regulação nem sempre conduz à melhor solução do ponto de vista da eficiência transacional.

Se de um lado Hobbes centralizava no estado, por outro lado Coase pulverizava entre as partes. Todavia o viés regulador do estado não deixa de ser importante. O acordo entre as partes como medida de máxima eficiência só é possível se houver um ambiente institucional seguro e associado a ele, uma dinâmica concorrencial plena. Assim, mesmo que o acordo ótimo advenha da esfera privada, o estado deve zelar pela segurança jurídica e pela mitigação

das falhas de mercado, pois somente desta forma haverá eficiência de fato no acordo entre as partes.

Enfim, a Teoria Institucionalista parece ser uma outra interface das questões levantadas por Coase. Ela afirma que os espaços econômicos e sociais trazem consigo elementos de incerteza, a qual faz elevar os custos transacionais, regulados em parte pela existência de instituições constituintes da matriz social. É a matriz institucional que define os estímulos para o surgimento das organizações econômicas, sociais e políticas, que interagindo entre si e com as tecnologias e demais fatores de produção definem os custos de transformação postulados pela teoria econômica, os quais, por sua vez, definem os custos transacionais, que para North (1990) são responsáveis pelo desenvolvimento econômico, e para Posner (1972) o baixo custo transacional possibilita o desenvolvimento econômico, a universalização e a distribuição alocativa de direitos, que nada mais é que a interface vivida do desenvolvimento econômico.

A sistemática da estabilidade jurídica das instituições nos países emergentes é sempre postulada como entrave natural para o desempenho das instituições promotoras do desenvolvimento. Se este fenômeno já se verifica dentro das fronteiras de um país, será muito mais marcante e muito mais limitante no contexto transfronteiriço, com investidores e capital transnacionais. Os empenhos estatais no sentido de aplainar o ambiente de negócios é uma tentativa de tornar o investimento estrangeiro uma atividade segura, com riscos minorados aqueles inerentes da própria atividade no contexto de mercado.

Importa ao investidor a análise de risco de seu investimento, e com isto é importante segurança física, política e jurídica que compõem a matriz institucional que funciona como componente endógeno do desenvolvimento econômico, determinando o fluxo de investimentos e a geração de riquezas, objeto último não só do investidor, mas de toda e qualquer sociedade ao redor do mundo.

3. Reflexos na conformação das políticas públicas

Segundo Paiva e Martins Júnior (2019) as políticas públicas são medidas implementadas pelo estado, direcionadas à sociedade, como forma de se assegurar direitos constitucionais, aumentado a segurança social, o bem-estar, os níveis educacionais, a saúde pública, a segurança jurídica, o desenvolvimento econômico dentre outros direitos postulados no diploma constitucional diretivo.

As políticas públicas emergem no seio do *Wellfare State* ou, como chamamos nos países de língua portuguesa, Estado do Bem-estar Social, que evolui

do estado liberal clássico para um estado que regula a atividade econômica com vias à máxima felicidade social, pelo menos em tese. Neste contexto de estado social, há um aumento das organizações estatais voltadas para a supressão de necessidades sociais. Tal amplificação da atuação estatal passa a justificar a paulatina elevação da carga tributária. Consequência deste processo é a elevada carga tributária suportada pela população e que nem sempre é revertida para quem precisa de fato.

Diversos autores estudam este tema com o intuito de compreender a sua dinâmica e os seus desdobramentos sociais. Paiva e Martins Júnior (2019) falam a respeito da desigualdade na distribuição dos recursos públicos e dizem que *“tornam-se fundamentais as intervenções estatais para a reestruturação da sociedade.”* construindo uma sociedade mais justa e igualitária não só no acesso de políticas públicas voltadas para construção da cidadania como também para a construção de uma política tributária mais justa.

Para Machado (2003) nem mesmo os neoliberais negam a importância da manutenção de políticas públicas, pelo contrário, confirmam sua preponderância, sobretudo quanto as políticas voltadas para a manutenção do estado liberal, para a manutenção de um mercado livre e para a correção de eventuais falhas de mercado, com a consequente diminuição das desigualdades sociais. O autor diz que *“A resposta pode estar nas políticas públicas elaboradas a partir dos ideais social-democratas que, não excluindo o capitalismo, podem com ele conviver priorizando as áreas sociais e procurando retomar os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.”* pag. 97 Machado (2003).

A dinâmica das políticas públicas é posta na forma de um modelo explicativo calcado em 5 passos básicos: 1. Formação da agenda; 2. Planejamento das ações; 3. Implementação das Ações; 4. Avaliação dos resultados das políticas públicas; e 5. readequação das ações que reinicia o ciclo. Todavia outros autores apresentam desdobramentos deste ciclo posto como básico. Para Secchi (2013) são 7 fases: 1. Identificação do problema; 2. Formação da agenda; 3. Formulação de alternativas; 4. Tomada de decisão; 5. Implementação; 6. Avaliação; 7. Extinção ou redimensionamento. Em ambos os casos exemplificados aqui, as políticas públicas são postas como instrumento para o desenvolvimento da sociedade, em suas dimensões, humanas, sociais e econômicas.

Paiva e Martins Júnior (2019) afirmam que em todos os modelos explicativos há uma ênfase em aspectos pré decisoriais, como levantamento da situação fática, problematização e formação da agenda. Os elementos pré decisoriais constituem um dos aspectos mais importantes do processo de formulação e implementação de determinada política pública. São eles que

definirão o alvo, e assim, a acurácia da política a ser implementada. Uma política posta a partir de uma problemática real e bem entendida, tende a ser bem planejada, e assim, tende a apresentar resultados positivos na correção dos problemas inicialmente levantados.

O fato é que da política pública bem implementada emerge o desenvolvimento econômico e como consequência estes direitos são satisfeitos, sejam eles direitos de cunho liberal ou de cunho social. Uma boa discussão a respeito desta dinâmica é a relação entre direitos, desenvolvimento econômico e políticas públicas pode ser vista em Sunstein e Holmes (1999). Nesta obra fica claro que tanto o desenvolvimento econômico como o desenvolvimento social assim como os impactos precípuos dependem da formulação de políticas públicas, custeadas pela política tributária.

Finalizando esta breve explanação sobre as políticas públicas deixamos aqui uma citação de Secchi (2016):

O problema público está para a doença, assim como a política pública está para o tratamento. Metaforicamente, a doença (problema público) precisa ser diagnosticada, para então ser dada uma prescrição médica de tratamento (política pública), que pode ser um remédio, uma dieta, exercícios físicos, cirurgias, tratamento psicológico, entre outros (instrumentos de política pública). p. 5 Secchi, 2016.

Não é nosso objetivo aqui exaurir a discussão a respeito das políticas públicas, sobretudo nas diferentes classificações que possui. Dentre as diferentes políticas classificadas de acordo com seus diferentes objetos de atuação e de acordo com os diferentes objetivos, vamos destacar, no âmbito deste capítulo, as políticas públicas normativas. A preponderância deste tipo de política pública, a nosso ver, se dá pela força coercitiva de seus instrumentos e o potencial impacto nas instituições jurídicas e na matriz institucional, que por sua feita, conforme demonstrado na secção anterior, define o fluxo de direitos e a capacidade de geração de riqueza e bem-estar. É por este motivo que as políticas normativas são postas aqui, lado a lado com a teoria institucionalista.

Sobretudo a partir da década de 90, com as políticas de abertura econômica postas em curso, pelo então presidente da república Fernando Collor de Melo, o Brasil se inseriu de forma irremediável no contexto do mercado global, fenômeno semelhante ao vivenciado pela China a partir dos anos 80 perpassando pela sua entrada na Organização Mundial do Comércio em 2001. Neste novo reposicionamento no mercado global, o Brasil se viu impelido pela urgência

de reformas, que não só modernizassem o país como também lhe garantisse competitividade a nível global. O tão almejado crescimento econômico, questão de sobrevivência das classes políticas, deveria ser fomentado, principalmente incrementando-se a matriz institucional brasileira para que se melhorassem os níveis de competitividade da economia brasileira, principalmente agora num cenário de competitividade global e de globalização.

Diversas reformas de roupagem liberal foram postas em curso a partir dos anos 90. Melo (2012) discorre a respeito delas. Só para citar algumas políticas normativas deste período, tivemos : Lei n°. 8031, de 12 de abril de 1990; Lei n°. 9472, de 16 de julho de 1997; Lei n° 9478, de 06 de agosto de 1997; Lei n°. 9491, de 09 de setembro de 1997; Lei n° 9790, de 23 de março de 1999. Todas estas reestruturações legais objetivavam o realinhamento do país para o cenário global pós queda do muro de Berlim. São normatizações que atendem agendas de cunho liberal como privatização, abertura comercial, diminuição de barreiras alfandegárias, eliminação de barreiras técnicas, descentralização, reforma administrativa, eficiência do estado, assim como o seu papel como promotor e direcionador das políticas de desenvolvimento.

Melo (2012) discorrendo a respeito das reformas liberais dos anos 90 diz que o Banco Nacional de Desenvolvimento tornou-se o gestor do plano nacional de desestatização além de financiador de diversos processos de privatização nas esferas federal, estadual e municipal, consolidando o seu papel de ator ativo na consolidação na reestruturação da economia brasileira, constituindo-se um dos principais agentes de financiamento às exportações brasileiras.

A despeito das sucessivas reformas estruturantes a sombra da insegurança jurídica continuava a pairar sobre a imagem brasileira. Apesar dos esforços brasileiros para melhoria do ambiente econômico e modernização do país segundo os padrões internacionais, o destaque mais proeminente que o país logrou foi o desempenho do seu setor agropecuário. Os benefícios foram sentidos com a política de desestatização especialmente com a quebra dos monopólios estatais e com a criação das agências reguladoras, mas, ao invés do país se tornar uma potência industrial conforme prenunciava o plano nacional de desestatização, os sucessivos saldos da balança comercial foram decisivos para a manutenção dos índices de crescimento do país nas duas primeiras décadas do século XX.

A aptidão natural para o agronegócio associada ao empreendedorismo e inovação no campo catapultou o país ao posto de uma das principais potências agroexportadoras. Diante da importância crescente do agronegócio nacional, pugnou-se pela promulgação de políticas que atendessem diretamente o setor, tido como estratégico ao desenvolvimento nacional. A acessão de outros países

como China, Rússia e Índia também contribuiu para incrementar a demanda por matérias-primas e por produtos agropecuários. A política de crédito rural se consolida como um dos principais instrumentos de desenvolvimento, e as propriedades avançam na direção da conformidade tributária, social e ambiental, ao mesmo tempo que novas tecnologias de geoprocessamento emergem como ferramenta para o mapeamento do território.

A necessidade de consolidação e ordenação do ambiente de negócios impulsionou o país para reformas no código florestal e para melhorias do sistema registral envolvendo a propriedade rural brasileira. As inovações tecnológicas trouxeram a positivação da necessidade de uso de técnicas de geoprocessamento para as transmissões imobiliárias assim como para outras atividades relacionadas com as políticas de concessão de créditos públicos.

A Lei 10.267/2001 instituiu a obrigatoriedade do geoprocessamento, como medida asseguradora da segurança jurídica e mitigadora de eventuais conflitos agrários. As nuances desta norma assim como de outras que viriam após ela serão vistas na próxima seção. O que é importante ressaltar aqui é o ímpeto do legislador por uma reforma dos institutos existentes com vias à melhoria do ambiente de negócios. A melhoria da matriz institucional é o principal objetivo das reformas posta em curso, especialmente as que vieram no início do século XXI, em temas atinentes ao direito de propriedade.

A precariedade da prestação jurisdicional é outro capítulo da saga brasileira na modernização de suas instituições. A política de modernização institucional ensejou a emenda constitucional 45 de 2004, que punha em prática diversas políticas desburocratizantes, voltadas para a eficiência do estado. A desjudicialização, a resolução consensual de conflitos e a celeridade processual são alguns dos eixos atacadas pela reforma do judiciário. A política de desjudicialização implicou num paulatino crescimento da participação das serventias extrajudiciais como mediadores da atividade jurisdicional, sobretudo em temas incontroversos, em que direitos de terceiros não seriam afetados.

Divórcios, usucapião e regularização fundiária são alguns dos instrumentos que deixaram de ser prerrogativas da serventia judicial. Passaram a ser exercidas na esfera privada, em caráter de delegação de uma atividade pública. Este fenômeno aproximou as partes interessadas, facilitou e fomentou a resolução de conflitos. Os custos transacionais diminuíram sobretudo com a maior celeridade processual.

Todas estas mudanças alteram significativamente o ambiente interno de negócios sobretudo no Brasil rural, no interior, que além de moderno e eficiente passa a desfrutar das vantagens de uma matriz institucional calcada

na racionalidade econômica. Mudanças promovidas por estas políticas públicas de caráter de regulação, dadas suas especificidades, eventualmente passam despercebidas pelos atores internacionais. As pequenas nuances envolvendo as diferentes políticas postas em curso, via de regra, se vêm ofuscadas pelo jornalismo sensacionalista, nacional ou internacional.

Mas na sucessão temporal de todas elas o ambiente econômico vê melhorias refletidas no desempenho sempre positivo de sua teia organizacional. Os sucessivos saldos comerciais brasileiros, sobretudo no setor agropecuário, mostram não só sua aptidão natural, mas também são sinais claros da modernidade de suas instituições obtida mediante diversas políticas reestruturantes postas em curso nas últimas décadas.

4. Políticas de regularização fundiária

O agronegócio brasileiro sempre foi marcado pela propriedade privada. Desde os tempos coloniais, passando pelo império, e chegando à república, a propriedade rural sempre foi palco de disputas políticas, uma vez que funcionavam como centro do desenvolvimento econômico. Apesar das investidas industriais brasileiras ao longo do século XX, a atividade agropecuária nunca deixou de ter importância.

Todavia com a revolução verde posta em curso a partir da década de 70, com o investimento maciço em inovação tecnológica, a atividade ganhou novo protagonismo. A importância da atividade, o crescente valor de seus ativos e ainda, as inovações tecnológicas no ramo do geoprocessamento, puseram o país noutra empreitada: a da normatização e do levantamento do arranjo espacial do território.

O geoprocessamento possibilitou a certificação das poligonais das propriedades pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que atesta a respeito da não sobreposição do polígono de determinada propriedade. Tal sistemática representa o último passo do sistema registral brasileiro na direção da modernidade. A necessidade do geoprocessamento, inicialmente, era apenas para propriedades maiores, mas, no decurso do tempo abarcaria toda sorte de propriedade. Como medida de coercibilidade para a nova exigência legal, mais uma vez o estado lançou mão da serventia imobiliária da circunscrição, mais conhecida como Cartório de Registro de Imóveis, ou simplesmente CRI por abreviação. O filtro aplicado pelo CRI se daria no momento da transmissão do bem, fato que possibilita a universalização da política no decurso de uma geração.

A certificação da poligonal da propriedade pôs fim ao último elemento de incerteza existente no negócio imobiliário rural brasileiro. O princípio da especia-

lidade objetiva foi enaltecido e a descrição do imóvel hoje transacionado guarda perfeito paralelismo entre o disposto na matrícula e o existente no plano fático.

Hoje qualquer pessoa que queira adquirir um imóvel rural no Brasil, seja ela nacional ou estrangeira, fica blindada contra a maioria das fraudes existentes até então, envolvendo a má-fé de vendedores. Assim, o investimento no agronegócio brasileiro, se reveste de mais um elemento de certeza, em um dos ativos mais importantes da atividade agropecuária, a propriedade.

Desta forma, o custo transacional envolvendo o negócio agropecuário brasileiro diminui, conforme preceitua Posner (1972), assim a matriz institucional brasileira é melhorada conforme preceitua North (1990), resultando na melhoria da competitividade nacional frente aos seus principais concorrentes mundiais. Lembrando que custos transacionais baixos são sinônimos de desenvolvimento econômico, geração de riqueza, fluxo e fruição de direitos.

Novaes (2017) deixa claro como a irregularidade jurídica influencia na vida das pessoas e a atividade econômica, assim como mostra os impactos positivos que emergem de uma política de regularização fundiária segura. A sociedade se torna mais desenvolvida, mais justa e igualitária. Fica claro que a insegurança jurídica diminui o fluxo de capital e impossibilita o financiamento público, e as políticas de crédito; enfim, diminui o fluxo de capital e consequentemente diminui o investimento. Para contornar este anacronismo é importante que o estado desenvolva políticas saneadoras, especialmente voltadas para o aperfeiçoamento das instituições atinentes ao direito de propriedade.

Discorrendo sobre o direito de propriedade no sistema civilista brasileiro, Pereira (1997) e Tepedino (2004) discorrem a respeito do caráter publicista que apresenta este direito de índole tradicionalmente privatista. A propriedade é mostrada como uma atribuição pública, um reconhecimento do estado em favor de um particular, para o exercício de um direito, num contexto econômico e social bem definido, guardadas respectivamente, as funcionalidades econômicas e sociais, que são precípuas entre si.

A racionalidade econômica do direito de propriedade é também vista em Zhang (2017) em Barzel (2007). Os autores mostram como é importante que o estado, no exercício de sua função, diminua os custos transacionais envolvendo o direito imobiliário, corrigindo as falhas de mercado eventualmente existentes. A segurança jurídica é vista como condição essencial para o perfeito azeitamentos das instituições atinentes aos processos econômicos, associados ao direito de propriedade.

No contexto do agronegócio brasileiro, o direito de propriedade em sua abordagem clássica é um de seus pilares. Embora o direito de propriedade tenha

evoluído recentemente, ele ainda constitui a base da atividade agropecuária. Com o desenvolvimento da sociedade, o direito de propriedade também evoluiu adotando outros matizes, na medida em que aquilata novas *praxis* sociais emergentes na evolução social, só para citar alguns exemplos, temos a propriedade intelectual, o compartilhamento por fração de tempo (Time Share) e o *flat servisse*, dentre outros. É certo que estes novos conceitos de propriedade emergem para aquilatar a racionalidade econômica, envolvendo o direito de propriedade na nova ordem social, todavia, no que diz respeito a propriedade rural a propriedade segue em sua abordagem clássica como o direito de dispor, gozar, fruir, usar e reivindicar, principalmente, quando o direito em questão, diz respeito ao solo rural.

O solo rural continua sendo o principal ativo econômico da produção agrícola, e daí sua importância no contexto institucional da cadeia do agro-negócio. Novaes (2017) afirma que os imóveis irregulares são depreciados no mercado imobiliário, mesmo que funcionem como ativos econômicos, seu valor e o seu uso é desvalorizado em função da irregularidade jurídica de que desfrutam. Sendo assim conforme afirma a autora, diminuem o potencial sua função social, já que a social e a econômica são funções interconectadas entre si. Tal afirmação corrobora o que é dito por Barzel (2007) de que o aval do estado na atribuição do direito proprietário aumenta o seu potencial econômico. Também corrobora o que está postulado em Posner (1972) de que o direito de propriedade melhora a performance das relações contratuais, e facilita a transação a um menor custo, conduzindo o sistema econômico pela senda da máxima eficiência.

A atribuição jurídica pelo estado do direito de propriedade, impõe ao estado regulador o dever e as condições ideais para a tutela do direito de propriedade, inibe a atuação do mercado negro e da informalidade, condiciona o uso e os negócios jurídicos à coercibilidade do sistema regulador oficial, garantido trocas seguras, e poder de barganha equivalente entre os atores.

O mesmo pensamento pode ser visto nos conceitos introdutórios da Análise Econômica do Direito apresentados em Coase (1960) que diz que quando há um acordo entre as partes, há uma transação colaborativa, recepcionada dentro de uma estrutura jurídica pré estabelecida. Para Ulen e Cooter (2010) o sucesso das transações está associado com a estabilidade das instituições jurídicas. O sucesso de uma transação por sua vez, está associada com a eficiência econômica adjacente a transação, que conduz o cenário geral da matriz institucional a uma conformação de máxima efetividade no plano econômico, que pode ser traduzido como uma maior competitividade comparativa de determinada

atividade. Seguindo os pressupostos de Coase a regulação estatal não é condição essencial para se chegar a uma solução bem-sucedida do ponto de vista econômico, mas, por outro lado, se a transação é mal sucedida o direito é essencial para se corrigir distorção que emerge da falha transacional.

Se há uma configuração imprecisa do direito de propriedade, haverá transações mal sucedidas, que, via de regra, ensejam litígios, configurando a falha da transação. Neste contexto, arranjos na esfera privada não são suficientes para a correção das distorções e é necessário que o estado promova políticas que reequilibrem o mercado e o ambiente concorrencial.

O direito de propriedade é importante nos sistemas econômicos modernos, uma vez que segundo Coase representa a terceira via de solução e mitigação das externalidades negativas advindas das falhas de mercado. As falhas de mercado ensejam externalidades negativas que podem ser atacadas pela via da tributação, da regulação e pela via do direito de propriedade. Classicamente o estado Hobbesiano utilizava a via da tributação e da regulação, mas, mais recentemente, a partir dos estudos de Coase, este apresenta o direito de propriedade como uma terceira via para mitigação das externalidades negativas, como sendo a forma mais eficiente para se chegar a uma solução ótima, e assim garantindo-se a competitividade do sistema econômico.

A sistemática apresenta por Coase é a mediatização do conflito mediante a instituição e a transição de direitos proprietários, bastando para tanto apenas dois pressupostos: 1) custo transacional baixo; e 2) número pequeno de partes. De qualquer forma a sistemática só é possível se o direito de propriedade estiver bem definido, bem estabelecido e os custos transacionais forem baixos. Desta forma a solução será sempre satisfatória e sempre a mais justa na distribuição alocativa de direitos.

Ressaltamos aqui a preponderância do direito de propriedade, no contexto da propriedade rural pelo menos três motivos principais: definição do custo transacional, da segurança jurídica e como meio direto de produção. A propriedade rural não é apenas um insumo produtivo, funciona como lastro creditício de toda uma cadeia produtiva, a saber a maior do Brasil, a do agronegócio exportador, e para tanto é necessário que esta propriedade seja revestida dos princípios da especialidade objetiva e da especialidade subjetiva, e como consequência, revestida da segurança jurídica, um arcabouço transacional seguro, eficiente e de baixo custo transacional.

Por que se o direito de propriedade está bem definido, bem caracterizado e bem posicionado no plano jurídico, não haverá falhas de mercado e o acordo entre as partes será sempre a solução mais eficiente dentre as disponíveis. Assim,

caminhado na direção da eficiência com a melhoria do desempenho da matriz institucional, o direito de propriedade (rural), além de fim primário da atividade, é também, meio pelo qual se corrige com máxima eficiência, conflitos de interesses entre partes.

Somente neste cenário, segundo a Teoria da Análise Econômica do direito ou mesmo segundo a Teoria Institucionalista, obter-se-á eficiência e competitividade no desenvolvimento da política econômica. Desta forma, seja reflexo da Teoria Institucionalista, ou seja, reflexo da Teoria da Análise Econômica do Direito, as reformas legais nos anos recentes mostram uma melhoria na segurança jurídica no campo do direito de propriedade, sobretudo no campo. Tal movimento além de garantir a eficiência econômica no contexto local, possibilitando uma solução eficiente, possui também reflexos políticos no cenário macroeconômico global, especialmente no fluxo de capital internacional. O investidor estrangeiro que eventualmente desejar investir no setor de produção agropecuário, no sentido de fruir das condições de clima e solo disponíveis, poderá fazê-lo pois há condições institucionais favoráveis para tanto, há garantia institucional para o investimento feito.

4.1. Retificação especial – Lei do Geo

O estado da arte das políticas de regularização fundiária rurais se consubstancia nas normativas voltadas para o georreferenciamento das propriedades postas em curso já a partir do ano 2000. Dentre as políticas reestruturantes da matriz institucional está associada aquelas advindas com a reforma do judiciário, pela EC45 de 2004, sobretudo no que diz respeito ao processo de desjudicialização, com o crescente protagonismo, a partir de então, das serventias extrajudiciais no processo de condução do trato imobiliário. Questões incontroversas e com elementos de consensualidade e de liquidez de direitos foram trazidas para as serventias extrajudiciais, instituições jurídicas que gozam elevado *status* de filtro de legalidade no trato imobiliário. Além do mais, o processo de desjudicialização pode ser visto como uma das principais medidas para desafogar o judiciário rompendo com estrutura clássica, marcada pela hermeticidade e pela morosidade.

O tensionamento das instituições, no sentido de dar mais celeridade e efetividade na prática das políticas de regularização fundiária, conforme mostram Martins Júnior e Borba (2019), não está calcado apenas no reconhecimento da realidade fática ou na atribuição pública do direito de propriedade a um terceiro, mas se funda na necessidade premente de desenvolvimento econômico, com

a existência de uma propriedade rural que não apenas serve para a produção propriamente dita, mas funciona também, como um ativo que permeia toda a cadeia do agronegócio.

As reformas advindas nos anos recentes estão postas no sentido de dar efetividade ao que já estava postulado na primeira lei de terras do país: a lei 601 de 1850, seguida pelo Decreto 601 do Império, de 1854, quando se instituía a normatização da hipoteca sobre os imóveis rurais, como forma de se garantir o pagamento do crédito, diminuindo os custos transacionais envolvendo as operações de crédito, e por consequência o custo transacional envolvendo a atividade.

Assim como a lei 601 de 1850, a lei 6015/76 foi alterada em 2004 pela lei 10.931 qual alterou a exegese do artigo 213, que passou a tratar das retificações de áreas de imóveis urbanos e rurais. O procedimento passou a ser possível na esfera extrajudicial, deixando de ser atribuição exclusiva das serventias judiciais. Esta política estava postulada nos primados da primeira lei de terras: identificação dos detentores de direitos, associado com a medição das áreas. Embora a identificação nunca tivesse sido um entrave, a medição a um custo acessível, e com a acurácia desejada só se tornou possível com os avanços tecnológicos envolvendo o geoprocessamento.

Havia exigência de planta topográfica além da assinatura dos confrontantes na própria planta ou em documento apartado. A ausência da notificação previa a necessidade de notificação do confrontante, por parte do registrador, para que, querendo, apresentasse a impugnação no prazo de quinze dias. Em caso de inércia do confrontante, não apresentando impugnação, implicaria em uma concordância tácita, todavia, caso houvesse impugnação, o processo deveria sair da esfera extrajudicial e recairia na esfera judicial.

Neste modelo, o sucesso da política dependeria, antes de mais nada, da cooperação do confrontante em concordar com os limites propostos. Todavia a política posta, embora calcada no bom direito posto, apresentou resultado rarefeito, em virtude do desconhecimento da instância extrajudicial, como mecanismo de gerenciamento da política e também pela desconfiança do vizinho sempre temendo supressão de seu território.

Com a vigência da Lei 10.267/2001, conhecida pela lei do Geo, veio a obrigatoriedade de que os imóveis, objeto de transmissões, tivessem sua poligonal certificada frente ao INCRA, e subsequente averbação na matrícula do imóvel. Desta forma, o que se impunha na prática era a retificação da área do imóvel, e desta forma o procedimento de georreferenciamento passou a ser enquadrado como um procedimento de retificação especial, e assim deveria seguir o rito do Artigo 213 da Lei 6.015.

Com a obrigatoriedade do geoprocessamento como pressuposto legal para a transmissão da propriedade, e com o enquadramento da lei do Geo como um procedimento de retificação especial, todo o negócio imobiliário passou a depender da anuência do confrontante, como exigência prévia ao registro da transmissão. Assim, se a lei que visava apenas o reforçamento do princípio da especialidade objetiva, sobretudo com vias à modernização da sistemática topográfica, evitando conflitos fundiários, passou a constituir impeditivo de uma transmissão imobiliária pela simples impugnação de um procedimento de retificação especial.

Em outras palavras, o que se tinha nesta conformação legal era: um proprietário sendo obrigado a fazer um procedimento de regularização para a concretização de um negócio de compra e venda em um procedimento que se emperraria com uma simples impugnação da poligonal. Ou seja, se antes a impugnação constituía um dificultador, agora, a impugnação constitui um impeditivo não apenas para a retificação, mas também de um dos direitos classicamente, associado com o conceito de propriedade: O direito de disposição do bem.

O emperramento da cadeia dominial nesta configuração legal, é visto com um dos maiores desacertos legais envolvendo a questão fundiária nos anos recentes. As impossibilidades impostas por esta situação tensionaram pela edição da Lei 13.838/2019 que dispensava a assinatura dos confrontantes, de forma a eliminar o principal entrave à transição do bem: a assinatura do confrontante. Dada a importância deste instrumento legal, apresentamos aqui na íntegra: “Para a identificação de que tratam os §§ 3º e 4º deste artigo, é dispensada a anuência dos confrontantes, bastando para tanto a declaração do requerente de que respeitou os limites e as confrontações.” *Art. 176 § 13, Lei 13.838/19.*

Mas, antes de colocar um fim a estas questões, a Lei 13.838/2019 não revogou nem reeditou o texto do Artigo 213, da Lei 6.015, cujo texto afirma a necessidade de assinatura de confrontantes, o conflito hermenêutico estava posto.

Tal situação, só foi corrigida com a medida provisória 910/2019, que alterou o artigo 213 da Lei 6015, completando o trabalho iniciado pela lei 13.838/2019. Neste novo modelo, o procedimento dos entraves transacionais praticamente desapareceu. Fica dispensada a assinatura dos confrontantes, sendo necessário apenas uma declaração do interessado, de que este respeitou as divisas e os limites existentes.

Além de eliminar o conflito hermenêutico, a atual conformação legal apresenta paralelismo com a lógica econômica, colocando a propriedade e suas questões definitivamente na esfera extrajudicial.

No sentido de dar celeridade e segurança no negócio imobiliário, as sucessivas políticas de regularização fundiária foram sendo ancoradas na serventia extrajudicial. Com paulatino e crescente protagonismo, a esfera extrajudicial se consolida como mediatizadora de diversos outros instrumentos: Retificação de área; retificação especial; usucapião administrativa; e mais recentemente, a regularização fundiária.

Com o objetivo principal de desjudicialização, aproximando as partes numa perspectiva contratual, é a garantia da eficiência, celeridade e sobretudo diminuição dos custos transacionais. A atual política de regularização fundiária sob o primado da simplificação, consolida o cartório de registro de imóveis como o principal ator na gênese e na transmissão do direito de propriedade imobiliária. E toda a sistemática aqui trazida, sob a ótica da retificação da área, da usucapião e do georreferenciamento mostram o desejo de aproximação dos diferentes atores no trato imobiliário, assim como demonstra a preponderância da propriedade como ativo econômico circulante.

Esta nova estrutura é economicamente racional, e se alinha com os princípios das teorias institucionalistas e da análise econômica do direito. A informalidade que se pretende eliminar é mero detalhe diante de todas as implicações na matriz institucional. Os benefícios econômicos que se almeja alcançar beneficiam o ambiente econômico de forma generalizada, além de fortalecer as instituições estatais, na medida em que reafirma seus instrumentos de instituição e de controle. Proprietário, estado, empresas, investidores internacionais, enfim todos são beneficiados de forma direta com a diminuição dos custos transacionais envolvendo o direito de propriedade.

Com a melhoria do ambiente de certezas, haverá diminuição dos custos transacionais em toda a sistemática atual do negócio imobiliário, a possibilidade de que em poucas décadas todos os imóveis sejam georreferenciados, em um procedimento célere e seguro, possibilita que a competitividade do país seja melhorada, aumentado, ainda mais, o leque de oportunidades e as margens de lucro do agronegócio brasileiro.

A sistemática legislativa recente mostra a intenção do legislador em dar efetividade à norma exarada sem, contudo, abrir mão da segurança jurídica no arcabouço protetivo da propriedade. Além do mais, os reiterados incrementos legislativos evidenciam, os ciclos das políticas públicas, que se deram sempre no sentido de melhoria do ambiente de negócios. O que se observa é que as reedições legais, constituíam redimensionamentos das ações para o perfazimento das políticas constitutivas, deixando claro, que o sistema se mostra flexível para readequações, sempre calcadas na eficiência da política e na segurança jurídica.

5. Considerações finais

No cenário da globalização, as economias estão intrinsecamente conectadas, pelas políticas e pelo capital. O fluxo de capital internacional condiciona o investimento e o desenvolvimento das economias, o desenvolvimento social e a estabilidade política. E com tantos efeitos positivos a competitividade das nações passam a ser fator preponderante para se determinar a rentabilidade do capital ali investido.

Um ciclo de políticas públicas é posto em marcha para a melhoria da matriz institucional o que, segundo a Teoria Institucionalista e a Análise Econômica do Direito, determinam o baixo custo transacional, a redistribuição alocativa de bens e de direitos, e assim, o desenvolvimento econômico de forma generalizada.

As recentes políticas de regularização fundiária mostram o esforço do estado brasileiro em eliminar barreiras transacionais, facilitando o fluxo e a segurança dos investimentos. Por outro lado, os elevados níveis de crescimento econômico, vivenciados nas últimas décadas, mostram que o ambiente de negócios responde positivamente às políticas setoriais de desenvolvimento, e que caminha na direção da competitividade global, quando incorpora o compromisso da evolução institucional com a derrocada do último bastião da insegurança jurídica envolvendo diretamente o principal insumo e a principal moeda do agronegócio brasileiro: a propriedade rural.

Sejam bem-vindos os investidores!

Referências

BARZEL, Yoram. **Economic analysis of property rights**. New York: Cambridge University Press, Second Edition, 1997.

COASE, Ronald. The Problem of Social Cost. **Journal of Law and Economics**, Vol. 3, Oct., 1960. disponível em <http://www.jstor.org/stable/724810>

GALA, Paulo. A Teoria Institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, vol. 23, nº 2 (90), abril-junho/2003.

MACHADO, Aquidaban F. Políticas Públicas no Estado do Bem-Estar Social e no Neoliberalismo: alguns aspectos. **Direito em Debate**. nº20, julho-dezembro/2003. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/viewFile/739/456> Acesso em 07 de março de 2020.

MELO, Vico Dênis de Sousa. Reformas Liberais e Descentralização no Brasil (1990–2002): a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 315–337, dez. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/27464/25782>, Acesso em 07 de março de 2020.

NORTH, D. **Structure and Change in Economic History**, Norton, New York, 1981.

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic performance**, Cambridge University Press, Cambridge, 1990

NOVAES, Norma Sônia. **A regularização fundiária urbana como forma de se promover o direito fundamental à moradia digna**. Dissertação apresentada na Universidade de Itaúna para a obtenção do Título de Mestre em Direito. Itaúna, MG, 152 pag. 2017.

PAIVA, Lidiane Cecília Rodrigues de; MARTINS JÚNIOR, Hernani. Public Policies and Assymetry in the Public Resources division. **6º Congresso Internacional do Direito da Lusofonia**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 21 a 24 de maio de 2019.

POSNER, Richard. **Economic Analysis of Law**. Chicago: Little, Brown. 415 p. 1972.

RUTHERFORD M. **Institutions in Economics, the Old and the New institutionalism**, Cambridge University Press, Cambridge, 1994.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

ULEN, Thomas; COOTER, Robert. **Direito & Economia**. Porto Alegre: Bookman, 5ª Ed., 2010.

ZHANG, Taisu, Moral Economies in Early Modern Land Markets: History and Theory. **Faculty Scholarship Series**. 5303. https://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/5303, 2017.

Posfácio

Joaquim Portes de Cerqueira César

Thomas Law

Honrou-nos o convite para apresentarmos o Posfácio do livro: “Perfil produtivo e potencialidades do Alto Paranaíba” a partir de estudos da Universidade Federal de Viçosa, organizado pela UFV em parceria promocional com o Ibrachina - Instituto Sócio Cultural Brasil, conforme acordo de cooperação realizado por ambas as instituições. A presente obra é oriunda da pesquisa que consubstanciou o evento sobre “Investimentos Chineses e o Potencial do Alto Paranaíba”, realizado na UFV Campus Rio Paranaíba, em 2019, coordenado cientificamente pelos professores Fábio André Teixeira e Ricardo Freitas Martins da Costa.

De acordo com o levantamento do Conselho Empresarial Brasil¹ - China, entre 2007 e 2017, cerca de 100 empresas chinesas, por meio de 157 projetos, anunciaram investimentos no Brasil. Entre intenções e confirmações, somaram US\$ 98 bilhões. Ao se considerar apenas empreendimentos confirmados, o valor chega a US\$ 55 bilhões, com 115 empreendimentos realizados ou em andamento. Em meados dos anos 2000, o governo central da China deu início a uma tática de internacionalização de empresas domésticas, sobretudo em setores considerados estratégicos por Pequim, que em diferentes etapas focavam em recursos naturais, mercado consumidor e indução de *catch up* tecnológico. Essa política permitiu que empresas chinesas passassem a se fazer presentes em diversos países, por meio de projetos *greenfield*, *joint ventures* e via fusões e aquisições.

¹ Disponível em: < http://midias.cebri.org/arquivo/Asia_PositionPaper_Setembro18.pdf >. Acesso em: 25/05/2020.

Diante dessa conjuntura, diversas empresas se instalaram no Brasil. O perfil dos investidores chineses no país tem evoluído em termos não apenas quantitativos, mas também qualitativos. Inicialmente, até meados de 2010, os aportes chineses no país eram direcionados no setor de *commodities*, tendo em vista a crescente demanda chinesa por produtos primários, como petróleo, soja e minério de ferro. A partir de 2010, o foco dos investimentos passou a se dar em setores industriais, com a finalidade de explorar o mercado consumidor brasileiro. Em seguida, a partir de 2013, uma série de investimentos no setor de serviços passou a ganhar espaço, especialmente na área financeira, com a entrada de diversos bancos chineses no país. Por fim, a fase mais recente, que se firmou a partir de 2014, é especialmente voltada para o setor de energia e infraestrutura, com volumosas inversões por parte de grandes empresas chinesas² que passaram a consolidar sua presença no mapa energético brasileiro.

Além disso, importante destacar a informação recente de que segundo o Valor Econômico, no primeiro trimestre deste ano (2020), o Brasil obteve um superávit de US\$ 4,33 bilhões em seu comércio com a China, que representa 77.9% do superávit total do Brasil, e um déficit de US\$ 2,73 bilhões em seu comércio com os EUA. Em outras palavras, mesmo com o advento da pandemia do Covid-19, as exportações para a China representaram 29% do total no 1º trimestre, comparados a 26% em igual período de 2019³. Ainda, no setor de alimentos, podemos analisar os números atuais do Poder de Paridade de Compra (PPC) que a China possui

² Segundo o CEBC, durante a primeira leva de investimentos no Brasil, a China priorizou investimentos em atividades diretamente ligadas às commodities (matérias-primas), o principal produto brasileiro exportado ao gigante asiático. Um exemplo emblemático disso foi a compra de 40% das operações brasileiras da espanhola Repsol pela estatal chinesa Sinopec. Em um segundo momento, entre 2011 e 2013, as empresas chinesas miraram novas oportunidades na área industrial, especialmente nos setores de máquinas e equipamentos, automotivos e aparelhos eletrônicos, vislumbrando o mercado consumidor interno brasileiro. O bom momento da economia e o mercado doméstico em expansão se tornaram uma combinação perfeita para a chegada de companhias como a Sany (máquinas e equipamentos) e Chery (automóveis), além da ampliação daquelas já estabelecidas no país, como Huawei e Lenovo (eletrônicos e comunicação). A terceira fase de investimentos, por sua vez, começa por volta de 2013 e é marcada pelo interesse chinês no setor de serviços, principalmente no campo financeiro. Naquele momento, bancos chineses se estabeleceram no país ou adquiriram participação acionária em bancos brasileiros ou internacionais já em operação no Brasil. (Disponível em: < <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41088186> > Acesso em: 15/10/2019).

³ Disponível em: < <https://internacional.estadao.com.br/blogs/claudia-trevisan/mesmo-com-coronavirus-aumenta-a-dependencia-do-brasil-em-relacao-a-china/> >. Acesso em: 16/04/2020.

e compreender melhor a parceria com o Brasil através da análise do balanço (09/04/20) da Confederação Nacional da Agricultura (CNA):

As exportações do agronegócio brasileiro no primeiro trimestre de 2020 somaram US\$ 21,4 bilhões e ficaram estáveis em relação ao mesmo período do ano passado (leve queda de 0,4%), segundo avaliação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), com base nos dados da balança comercial da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia.

A China foi o principal destino das vendas externas. Os embarques para o país asiático foram de US\$ 7,2 bilhões, o equivalente a 34% do total. No período, houve grande demanda por produtos como soja, carne bovina, carne de frango e algodão em bruto. União Europeia e Estados Unidos foram o segundo e o terceiro maiores compradores no Brasil nos primeiros três meses do ano.

As vendas de carne bovina cresceram 29,9%, chegando a US\$ 1,6 bilhão, enquanto a carne de frango teve faturamento de US\$ 1,5 bilhão, elevação de 7%. A demanda chinesa contribuiu para estes resultados.

“Em relação à carne bovina, as compras chinesas aumentaram 124,7% em relação ao primeiro trimestre de 2019, alcançando o montante de US\$ 767,5 milhões no início de 2020. As carnes de frango também tiveram ganhos na China. O país comprou US\$ 123,3 milhões a mais em relação ao primeiro trimestre de 2019, alcançando o montante de US\$ 345,3 milhões”, diz o documento da CNA.

Outro produto de destaque foi o algodão bruto que registrou a segunda maior variação positiva nas vendas do primeiro trimestre de 2020. Segundo a CNA, a commodity foi altamente demandada pela Ásia, sendo a China detentora do maior aumento nas compras do produto com variação positiva de 119,1%.⁴

Dessa forma, portanto, nos últimos dez anos, o superávit comercial do Brasil com a China representou cerca de 40% do superávit total do comércio exterior, ou seja, tal relação comercial é a fonte de investimento mais importante para o Brasil. Em resumo a China é o principal destino das exportações brasileiras (27,8%), com uma fatia mais de duas vezes maior que a do segundo colocado, os Estados Unidos. E Minas Gerais, desde 2009, é o grande parceiro comercial dos chineses.

⁴ Disponível em: < <http://brasilchinaplay.com/2020/04/16/china-x-eua-quem-e-o-verdadeiro-parceiro-do-brasil/> >. Acesso em: 16/04/2020.

Ademais, importante destacar que a cooperação comercial e de investimentos não para por aí; desde os anos de 1980, existe a cooperação aeroespacial entre os dois países. O Brasil e China desenvolveram e lançaram em conjunto seis satélites de recursos terrestres (CBERS). Tal ação, por exemplo, pode fornecer ao governo brasileiro meios de alta tecnologia para monitorar a floresta amazônica e as mudanças ambientais nacionais. Em 2012, as relações bilaterais foram atualizadas para uma parceria estratégica global. Ainda, vale salientar também a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN⁵), é o mecanismo permanente de mais alto nível entre os governos do Brasil e da China, marco na qual se elaborou o Plano de Ação Conjunta (2010-2014) e o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021). No âmbito da COSBAN, por exemplo, foi criado um Grupo de Trabalho sobre Biotecnologia Agrícola e Biossegurança que, no início de 2014, concluiu um Protocolo sobre os Requisitos Fitossanitários para a Exportação de Milho para do Brasil para a China; a viabilidade de exportação de milho para a China é apontada como um marco na consolidação definitiva do agronegócio brasileiro.

Por sua vez, a China moderna tem se destacado em iniciativas de ordem geopolítica, econômica e tecnológica. É um dos poucos países com uma estação espacial própria e o terceiro a enviar uma sonda para exploração não tripulada do solo lunar. Entre outras conquistas tecnológicas estão o sistema ferroviário de alta velocidade (trem-bala), cidades inteligentes, liderança da tecnologia de 5G, domínio da tecnologia de desenvolvimento de inteligência artificial, a disseminação ampla do pagamento móvel, sem uso de cartões e dinheiro e o sistema global e inovador de comércio eletrônico em larga escala. A indústria chinesa de capital de risco está entre as mais potentes do mundo. Baseada em Xangai, tem muita liquidez e fomenta as startups que redesenham o mundo. O país migra rapidamente da base industrial para a oferta de serviços e tecnologia.

A influência da China⁶ no cenário internacional cresceu rapidamente: do fluxo de comércio, passando pelo aumento da importância da sua moeda, até

⁵ Instituída em 2004, a Cosban é o principal mecanismo de coordenação da relação bilateral entre o Brasil e a China e é comandada pelos vice-presidentes dos dois países. Mourão destacou que os objetivos do Brasil foram atingidos com a reativação da Cosban: a mensagem política de que o Brasil vê a China como parceiro global estratégico, que quer aprofundar essa posição, e que a Cosban passe a ser o mecanismo de mais alto nível de concertação entre os dois países. (Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-05/na-china-mourao-preside-5a-reuniao-da-cosban> >. Acesso em: 29/04/2020.

⁶ Com uma população de 1,4 bilhão e PIB de US\$13,08 trilhões, a China é a segunda maior economia do mundo. Nos últimos oito anos, o país contribuiu com cerca

o influxo de investimentos chineses pelo mundo. Com a aplicação da Política de Reforma e Abertura tornou a China mais atuante no cenário internacional, o que se intensificou a partir da administração de Deng Xiaoping. Nesse contexto, o governo chinês identificou o Brasil como um país relevante no sistema internacional, que poderia oferecer oportunidades de parceria comercial inclusive para investimentos e cooperações multifacetadas.

Este livro é lançado em momento oportuno e conta com diversos artigos técnicos que bem realçam a potencialidade das relações Brasil e China na cooperação comercial e como isso pode se intensificar analisando a pesquisa dos serviços e produtos da Região do Alto Paranaíba, consubstanciada na obra agora apresentada em boa hora, fruto da parceria UFV/IBRACHINA e dedicada a toda a comunidade do Alto Paranaíba e vizinhança, tendo a coordenação científica dos professores Fábio André Teixeira e Ricardo Freitas Martins da Costa e a coordenação administrativa dos Doutores Joaquim Portes de Cerqueira César e Thomas Law. Agradecimentos especiais ao nosso editor Plácido Arraes e equipe, ao tradutor (mandarim) Alcindo Li, ao empresário e cafeicultor Danilo Barbosa, ao Dr. Silas Silva Rezende e a todos os alunos e demais professores da UFV, Campus do Rio Paranaíba-MG, envolvidos direta ou indiretamente na produção e edição da presente obra. A todos, boa leitura!

Joaquim Portes de Cerqueira César

Mestre e Doutor – PUC/SP

Thomas Law

Mestre e Doutor – PUC/SP. Presidente do IBRACHINA

de 30% do crescimento global. Tal país almeja a liderança econômica mundial e tem investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Em maio de 2019, o instituto de pesquisa Hurun revelou que a China possui 202 unicórnios enquanto que no Brasil temos apenas 11 unicórnios. Sem falar no grande potencial do e-commerce, isto é, empresas como *Ali Baba* e *Tencent*, ambas chinesas, lideram as plataformas on-line. Além disso, a China tem proposto gigantescos projetos de infraestrutura e integração regional, como é o caso da nova Rota da Seda (*one belt one road*), empreendimento massivo e de longo prazo com um caráter inclusive simbólico: a Rota da Seda original foi desenvolvido pela Europa para chegar à China; a nova rota demonstra um projeto ambicioso de logística da iniciativa chinesa de chegar a Europa, Rússia, Mar Mediterrâneo, África, Índia e outros países. (Disponível em: <<https://www.hurun.net/CN/HuList/Charitable>>. Acesso em: 30.01.2020.)

后记

能收到写这本书后记的邀请令我们感到荣幸。此书“维索萨联邦大学研究巴拉那伊河上游地区的生产概况和潜力”是依据维索萨联邦大学（UFV）和中巴社会文化研究中心（Ibrachina）签署的合作协议之下而编成的。这部作品的研究成果也体现了由 Fábio André Teixeira 教授和 Ricardo Freitas Martins da Costa 教授科学协调的于2019年在 UFV 的巴拉纳伊巴校园举行的“中国投资和巴拉纳伊巴河上游地区的潜力”活动。

根据“中国-巴西企业家委员会”（CEBC）的统计⁷，在2005年到2017年大约100家中资企业宣布通过157项目在巴西投资，投资意向和确认总额为980亿美元。仅考虑已确认的投资，总价值就达到550亿，其中115个项目已经完成或正在进行中。在2000年代中期，中国中央政府筹备了中国国内企业国际化的战略，特别针对中国政府认为具有关键性的领域，在不同阶段专注于自然资源、消费市场和技术赶超。这项政策允许中资企业通过新建项目、合资企业以及并购方式在多国家开展业务。

在这种情况下，许多中资企业在巴西建立了基础。中国投资者在巴西的心态不仅在数量上而且在质量上都在发展。最初，直到2010年年中，鉴于中国对石油、大豆和铁矿石等初级产品的需求不断地增长，中国在巴西的投资主要针对商品领域。2010年起，工业领域成为投资重点，以开发巴西消费市场为目的。然后，自2013年起，随着几家中资银行进入巴西，服务业的一系列投资也受到注意，尤其在金融领域。最

⁷ 见于：<http://midias.cebri.org/arquivo/Asia_PositionPaper_Setembro18.pdf>。读于：25/05/2020。

后，在最近的阶段（始于2014年）中国大型企业⁸已开始大量投资，特别集中在能源和基础设施领域而开始巩固他们在巴西能源地图上的地位。

除此之外，应该强调的是巴西“经济价值”（Valor Econômico）杂志最近刊登的信息，根据该杂志的资料，在今年的第一季度（2020），巴西与中国的贸易顺差为43.3亿美元，占巴西贸易顺差总额的77.9%，而巴西与美国的贸易逆差为27.3亿美元。换句话说，即使新冠病毒大流行来临，巴西对中国的出口占巴西第一季度（2020）总出口的29%，而2019年同期为26%⁹。另外，在食品领域上，我们可以分析中国拥有的购买力平价（PPP）当前数据而通过“巴西农业和畜牧业联合会”（CNA）总结（04/09/20）的分析来更好地了解中国与巴西的伙伴关系：

根据巴西农业和畜牧业联合会（CNA）基于经济部外贸秘书处（Secex）的贸易差额数据的评估，2020年第一季度巴西农业综合企业出口总额为214亿美元，与去年同期相比稳定（略微下降0.4%）。

中国是巴西外国销售的主要目的地。向中国的出口总额为72亿美元，占总额的34%。在此期间，大豆、牛肉、鸡肉和原棉等产品的需求很大。欧盟和美国是巴西今年前三个月的第二和第三大买家。

牛肉销售额增长29.9%，达到16亿美元，而鸡肉收入为15亿美元，增长7%。中国对这些产品的需求推动了这些结果。

在牛肉方面，中国的采购量相对于2019年第一季度增长了124.7%，到2020年初达到7.675亿美元。鸡肉在中国的销售也有所增长。根据CNA文件，与2019年第一季度相比，中国多购买了1.233亿美元值的鸡肉，达到3.453亿美元。

另一个杰出的产品是原棉，其在2020年第一季度的销售额出现了第二大积极变化。根据CNA的数据，亚洲对这种商品的需求很高，其中中国的产品购买量增长最大，正变化为119.1%¹⁰。

⁸ 根据中国-巴西企业家委员会（CEBC），在巴西投资的第一波期间，中国的投资集中于和商品（原材料）直接有关的项目，也就是说巴西主要出口到中国的产品。一个具有象征性的例子是中国石化收购西班牙雷普索尔（Repsol）40%的巴西业务。在第二期间（2011年至2013年），尤其是在机械和设备行业，中国企业目标为工业、汽车产业和电子设备，以进入巴西国内消费市场。当时的良好经济状况和国内市场的扩展成为了一个完美的组合来迎接如三一集团（机械与设备）和奇瑞（汽车）的企业，此外，在巴西已经建立的公司如华为和联想（电子和通讯）等也有扩大。第三投资阶段于2013年左右开始，其特征是中国主要在金融领域对巴西服务业的兴趣。在那个阶段，中国银行在巴西成立了公司，或者获得了巴西银行和已经在巴西经营的国际银行的股份。（见于：< <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41088186>>。读于：15/10/2019）。

⁹ 见于：< <https://internacional.estadao.com.br/blogs/claudia-trevisan/mesmo-com-coronavirus-aumenta-a-dependencia-do-brasil-em-relacao-a-china/>>。读于：16/04/2020。

¹⁰ 见于：< <http://brasilchinaplay.com/2020/04/16/china-x-eua-quem-e-o-verdadeiro-parceiro-do-brasil/>>。读于：16/04/2020。

因此，在过去十年中，巴西与中国的贸易顺差约占巴西外贸顺差总额的40%，也就是说，这种贸易关系是巴西最重要的投资来源。总之，中国是巴西出口的主要目的地（占27.8%），所占份额是美国的两倍多。自2009年以来，米纳斯吉拉斯州（Minas Gerais）是中国的重要商业伙伴。

此外，我们必须强调商业和投资合作并不仅限于此；自1980年代以来，两国之间就开展了航空航天合作。巴西和中国共同开发并发射了六颗地球资源卫星（CBERS）。该行动可以为巴西政府提供高科技手段，以监测亚马逊雨林和国家环境变化。2012年，双边关系升级为全面战略伙伴关系。此外，值得一提的是巴西中国高层协调与合作委员会（COSBAN/高委会¹¹），它是巴西和中国政府之间最高层的常设机制，在其之下也有制定共同行动计划（2010-2014）和十年合作规划（2012-2021年）。在COSBAN的范围内，成立了农业生物技术和生物安全工作组，而在2014年初中国同巴西缔结了《关于巴西玉米输华植物检疫要求议定书》；巴西玉米输华的可行性被视为是巴西农业综合企业的巩固过程的里程碑。

反过来说，近代中国在地缘政治、经济和技术计划方面表现出色。中国是为数不多的拥有自己空间站的国家之一，也是第三个向月球土壤进行无人探索的国家。其他技术成就包括高铁系统（子弹头列车），智慧城市，5G技术的领先地位，对人工智能开发技术的掌握，不使用卡和现金就广泛传播移动支付，以及全球创新大规模的电子商务系统。中国的风险投资行业是世界上最强大的行业之一。位于上海，他拥有大量流动资金，并鼓励将重新设计世界的初创公司。中国从工业基础迅速迁移到提供服务和技术的经济。

中国在国际舞台上的影响力迅速增长¹²：从贸易流量到货币重要性的提高，再到中国投资在全球的进入。自邓小平执政以来，改革开放

¹¹ 成立于2004年的高委会（COSBAN）是协调中巴双边关系的主要机制，由两国副总统共同领导。巴西副总统莫朗强调，巴西的目标是通过重新启动高委会（COSBAN）实现的：把巴西将中国视为战略性全面伙伴的政治信息传达，加深该立场，将高委会成为两国之间最高高级协调的机制。（见于：< <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-05/na-china-mourao-preside-5a-reuniao-da-cosban>>。读于：29/04/2020。

¹² 中国是世界第二大经济体，拥有14亿人口，13.08万亿美元GDP。在过去的八年中，中国的发展相当于全球约30%的增长。中国致力于成为世界经济领导者，并在科学、技术和创新方面进行了投资。2019年5月，胡润研究院宣布，中国有202家独角兽企业，而巴西只有11家独角兽企业。更不用说中国电子商务的巨大潜力，如阿里巴巴（Ali Baba）和腾讯（Tencent）这样的公司都是中国领先的在线平台。此外，中国还提出了庞大的基础设施项目和区域整合方案，例如新丝绸之路（一带一路），这是一个具有象征意义的大规模和长期的倡议：原来的丝

政策的实施使中国在国际舞台上更加主动。在这种情况下，中国政府将巴西视为国际体系中的重要国家，可以为商业伙伴关系提供机遇，包括多方面的投资与合作。

本书适时发行，其中有几篇技术文章很好地强调了巴西和中国关系在贸易合作中的潜力，以及如何通过分析巴拉那伊巴河上游地区的服务和产品研究来加强这一潜力。这部作品是在UFV和中巴社会文化研究中心（IBRACHINA）合作伙伴关系下的成果，敬献给阿尔多·巴拉那伊巴市（Alto Paranaíba）及其周边地区的整个社区。本书中有 Fábio André Teixeira 教授和 Ricardo Freitas Martins da Costa 教授的科学协调，以及 Joaquim Portes de Cerqueira César 和 Thomas Law 博士的管理协调。同样重要的是中巴社会文化研究中心（IBRACHINA）与 Danilo Barbosa 商人之间的伙伴关系在支持和宣传本书的运营方面。我们还必须提出 Silas Silva Rezende 律师所提供的非常重要的帮助，他帮助我们与维索萨联邦大学（UFV）建立联系。祝大家阅读愉快！

若亚敬·伯特斯·的·塞基耶拉·凯萨
(Joaquim Portes de Cerqueira César)

硕士，博士 - PUC/SP

罗士豪 (Thomas Law)

硕士，博士 - PUC/SP
中巴社会文化研究中心 主席

绸之路是通过欧洲开发的，以到达中国；而新的丝绸之路展示了一项雄心的物流项目，将倡议发展到欧洲、俄罗斯、地中海、非洲、印度和其他国家。（见于：<<https://www.hurun.net/CN/HuList/Charitable>>。读于：30.01.2020.）

Autores

Ana Eugênia Müller de Almeida Arantes

Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Viçosa – campus Rio Paranaíba (2015 –2019). Membro do Núcleo de Estudos Econômicos do Alto Paranaíba – NEEAP/UFV-CRP.

André Luiz de Paiva

Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Lavras-MG; Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras-MG (2017); graduado em Administração pela Universidade Federal de Viçosa – campus de Rio Paranaíba (2014).

Antônio Marcos de Queiroz

Graduado, Mestre e Doutor em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia; Professor Adjunto na Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Desenvolvimento Econômico, Rural e Territorial, Economia agrária e do Agronegócio, Economia Industrial, Estatística e Econometria Espacial, atuando principalmente nos seguintes temas: Desenvolvimento econômico, reespacialização e territorialidade na agricultura, avicultura de corte, complexos agroindustriais, setor sucroenergético, Nova Economia Institucional, cadeias produtivas, coordenação dos agentes, inovações tecnológicas na agricultura.

Camila Teixeira Gaia

Graduanda em Administração pela Universidade Federal de Viçosa – campus Rio Paranaíba. Membro do Núcleo de Estudos Econômicos do Alto Paranaíba (NEEAP).

Carlos Eduardo Artiaga Paula

Bacharel e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, Doutor no Programa Interdisciplinar em Promoção da Saúde pela Universidade de Franca, docente na área de Direito na Universidade Federal de Viçosa, *campus* Rio Paranaíba, docente no mestrado profissional em Administração Pública – PROFIAP.

Caroline de Castro Silva

Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba. Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba (2015 –2018).

Cleidinaldo de Jesus Barbosa

Graduado em Economia (2005), Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal de Goiás (2008) e Doutor em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Goiás (2015). Atualmente é professor de cursos da graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás.

Eder Severino Xavier

Possui graduação em Química pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999), mestrado em Química pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002) e doutorado em Química pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006). Tem experiência em Português e na área de Química, com ênfase em Química Teórica, atuando principalmente nos seguintes temas: *ab initio*, análise conformacional, catalisadores, peptídeo miméticos, simulação de Monte Carlo de líquidos e fatores de risco no ensino.

Edson Roberto Vieira

É Doutor em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia e possui mestrado em Desenvolvimento Econômico e graduação em Economia pela

mesma instituição. É professor Adjunto da Universidade Federal de Goiás e Superintendente do IBGE em Goiás. Foi Coordenador Operacional do Censo 2010, é Coordenador do Boletim de Conjuntura Econômica da FACE/UFG e investiga principalmente os seguintes temas: determinantes das exportações, teorias do comércio internacional, financiamento de longo prazo, taxa de juros e desenvolvimento econômico.

Eduarda Pereira Vargas

Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Viçosa – campus Rio Paranaíba (2015 –2019). Membro do Núcleo de Estudos Econômicos do Alto Paranaíba – NEEAP/UFV-CRP.

Élida Pereira Silva Chujo

Bacharela em Administração pela Universidade Federal de Viçosa, *campus* Rio Paranaíba.

Fábio André Teixeira

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (1998), Mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia e Doutorado em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente é professor Adjunto III na Universidade Federal de Viçosa Campus Rio Paranaíba. É professor da área de Economia. Atua nas discussões dos seguintes temas: Conjuntura Econômica, Economia Monetária e Financeira, Economia Agrícola, Microeconomia, Finanças e Agronegócios. Professor das disciplinas Gestão de Projetos Públicos no Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) da Universidade Federal de Viçosa. Coordenador do Núcleo de Estudos Econômicos do Alto Paranaíba (NEEAP), Coordenador do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) e Diretor de Ensino do campus UFV Rio Paranaíba.

Gabrielli do Carmo Ferreira

Graduanda em Administração pela Universidade Federal de Viçosa – campus Rio Paranaíba. Membro do Núcleo de Estudos Econômicos do Alto Paranaíba (NEEAP).

Hernani Martins Júnior

Doutor em Estatística e Experimentação Agropecuária pela Universidade Federal de Lavras (2015); Mestre em Estatística e Experimentação Agropecuária pela Universidade Federal de Lavras (2009); possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Lavras (2003), graduação em Direito pelo Centro de Ensino Superior de São Gotardo (2021). Atualmente é estatutário da Universidade Federal de Viçosa. Linhas de pesquisa em Modelagem Estatística, atuando principalmente nos seguintes temas: série temporal, ciências sociais aplicadas, análises de políticas públicas, teoria econômica do direito, modelagem de dados não normais.

João Paulo de Oliveira Mendes

Graduando em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), campus de Rio Paranaíba. Membro fundador e bolsista do projeto de extensão MOVEN – Movimento Estudantil Negro. Atualmente é monitor nas disciplinas relacionadas a Teoria Geral da Administração. Possui experiência nas áreas de Comunicação e Marketing. É um empreendedor no ramo da comunicação visual com a empresa JotagraPhia, de sua autoria, na qual desenvolve projetos exclusivos mesclando suas experiências como Fotógrafo, Designer gráfico e Produtor cultural.

Joaquim Portes de Cerqueira César

Graduado pela Universidade de Brasília, com habilitação em Direito Financeiro e Tributário; Especialista em Direito Constitucional pela Universidade de Brasília; Especialista em Direito Econômico pela Universidade de Brasília; Mestre em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Doutor em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi Diretor Jurídico do Banco do Brasil S/A. Atualmente exerce a Advocacia em São Paulo e Brasília-DF.

Julienne de Jesus Andrade Widmarck

Doutoranda em Economia no Instituto Internacional de Estudos Sociais na Universidade Erasmus de Rotterdam a partir de outubro de 2018. Doutoranda em Economia da Universidade Federal de Uberlândia a partir de 2019. Pro-

fessora substituta da Universidade Federal de Viçosa – campus Rio Paranaíba – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, entre julho/2017 a maio/2019. Concluiu o Mestrado em Economia no Programa de Pós Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (2016). Especialista em Finanças e Planejamento Empresarial pelo Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (2013). Atualmente além de professora e consultora em Desenvolvimento Territorial, Agroindústria e Planejamento Empresarial. Tem Experiência na Área de Economia, com Ênfase em Economia Aplicada, Métodos Econométricos e Agricultura Familiar. Desenvolve o Social, Economic and Environmental Evaluation in the rebuild of the affected communities of high impact disaster in mining. Seus interesses são Métodos Econométricos com ênfase em análise de dados em painel, econometria espacial e construção de indicadores multidimensionais. Fora do âmbito acadêmico desenvolve atividades de empoderamento em finanças e participa do Movimento Nacional dos Direitos Humanos em Minas Gerais e é colaboradora voluntária da United Nations Office for Disaster Risk Reduction.

Maria Emília Costa

Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa – campus Rio Paranaíba. Membro do Núcleo de Estudos Econômicos do Alto Paranaíba (NEEAP).

Norma Sônia Novaes Santos

Mestre em Direito pela Faculdade de Guanambi (UNIFG). Mestre em Direito pela Fundação Universidade de Itaúna (2017). Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros (2000). Atualmente é delegatária de serventia extrajudicial – Cartório de Registro de Imóveis de Rio Paranaíba. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, atuando em projetos de pesquisa com os temas: moradia, Alto Paranaíba, segregação espacial, regularização fundiária.

Ravilla de Castro Barbosa

Graduanda em Administração pela Universidade Federal de Viçosa – campus Rio Paranaíba. Membro do Núcleo de Estudos Econômicos do Alto Paranaíba (NEEAP).

Rebeca Camila Oliveira Bispo

Graduanda em Administração pela Universidade Federal de Viçosa – campus Rio Paranaíba. Membro do Núcleo de Estudos Econômicos do Alto Paranaíba – NEEAP/UFV-CRP. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPQ.

Ricardo Freitas Martins da Costa

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1988), Especialização em Administração Financeira (PUC-MG) e Mestre em administração pelo Centro Universitário do Triângulo (2003). Atualmente é professor adjunto III, da Universidade Federal de Viçosa. Área de Atuação: Finanças Corporativas e Mercado Financeiro. Membro do Grupo de Estudo / Pesquisa: NEEAP – Núcleo de Estudos Econômicos Alto Paranaíba. Tem experiência nas áreas de Economia Aplicada, com ênfase em Planejamento Financeiro e Gestão Financeira.

Rosiane Maria Lima Gonçalves

Bacharela em Administração, Mestre e Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa e docente da Universidade Federal de Viçosa, campus Rio Paranaíba.

Thomas Law

Doutor em Direito Comercial da PUC/SP, Mestre em Direito das Relações Internacionais Econômicas da PUC/SP, Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela FAAP, Especialista em Direito Penal Econômico pela GV-LAW, Coach e Árbitro do Willem C. Vis International Commercial Arbitration Moot, membro do IASP, membro do UIA, membro do ICCA, sócio diretivo da APECC, Presidente do Instituto Sociocultural Brasil e China – IBRACHINA e da Coordenação Nacional das Relações Brasil e China da Ordem dos Advogados Do Brasil (OAB/SP). Advogado em São Paulo.

Víctor Henrique Lana Pinto

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Ouro Preto com período sanduíche na ESB Business School da Reutlingen Univer-

sity (2017) e mestre em Economia Aplicada pelo Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (2019). Atualmente, é professor do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Viçosa – campus Rio Paranaíba e pesquisador do Núcleo de Estudos Econômicos do Alto Paranaíba (NEEAP). Possui experiência nas áreas de Economia Internacional, Política Comercial e Acordos de Integração Econômica.

Vivian Raniere Mendes Silva

Graduada em Administração pela Universidade Federal de Viçosa – campus Rio Paranaíba (2015 –2018) e Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa – campus Rio Paranaíba. Atua Como Supervisora no Núcleo de Estudos Econômicos do Alto Paranaíba – NEEAP/ UFV-CRP. Trabalhou como Diretora de Pesquisa e Desenvolvimento na empresa Integra Consultoria (2018/2). Trabalhou como Gerente de Marketing na empresa Integra Consultoria (2018/1).



Este livro foi impresso em papel Couchê 115g, com tipografia Bembo Std 12/15.